

ROMANOS



Contando o Significado
do Evangelho

COMENTÁRIO
BÍBLICO
HOMILÉTICO



IGREJA
ADVENTISTA
DO SÉTIMO DIA

Mario Veloso

ROMANOS

Contando o Significado
do Evangelho

COMENTÁRIO BÍBLICO
HOMILÉTICO

Mario Veloso

ROMANOS

Contando o Significado
do Evangelho

COMENTÁRIO BÍBLICO
HOMILÉTICO

Mario Veloso

Tradução
Lucinda dos Reis Oliveira

Casa Publicadora Brasileira
Tatuí, SP

Título original em espanhol:
ROMANOS: CONTANDO EL SIGNIFICADO DEL EVANGELIO

*Direitos de tradução e publicação
em língua portuguesa reservados à*
CASA PUBLICADORA BRASILEIRA
Rodovia SP 127 – km 106
Caixa Postal 34 – 18270-970 – Tatuí, SP
Tel.: (15) 3205-8800 – Fax: (15) 3205-8900
Atendimento ao cliente: (15) 3205-8888
www.cpb.com.br

1ª edição: 29.556 exemplares
2011

Editoração: Zinaldo A. Santos e Guilherme Silva
Programação Visual: Fernando Ribeiro de Lima
Capa: Mark Wallacy

IMPRESSO NO BRASIL / *Printed in Brazil*

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Veloso, Mario
Romanos : contando o significado do evangelho /
Mario Veloso ; tradução Lucinda dos Reis Oliveira. –
Tatuí, SP : Casa Publicadora Brasileira, 2011.

Título original: Romanos : contando el
significado del evangelio

1. Bíblia. N.T. Romanos – Crítica e
interpretação I. Título.

11-01073

CDD-227.106

Índices para catálogo sistemático:

1. Romanos : Epístolas de Paulo : Interpretação
e crítica 227.106



Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução total ou parcial,
por qualquer meio, *sem prévia autorização escrita* do autor e da Editora.



Sumário

Prefácio	10
1. Introdução: O Evangelho se Refere ao Filho	14
Saudação evangélica (1:1-7)	17
Servo de Jesus Cristo (1:1a)	17
Apóstolo do Filho de Deus (1:1b)	18
O evangelho é Jesus (1:1c-5)	19
Destinatários da carta: os santos de Roma (1:6, 7)	20
Desejos e planos de um servo de Jesus Cristo (1:8-15)	24
O cristão deseja com simpatia e afeto (1:8-12)	24
O cristão planeja com vontade determinada (1:13, 14)	26
O dever missionário do cristão (1:15)	27
2. Tema da Epístola: O Evangelho	29
O poder do evangelho (1:16)	29
“Não me envergonho” (1:16a)	29
O evangelho é poder (1:16b)	30
Para a salvação (1:16c)	32
O que crê (1:16d)	33
A prioridade dos judeus (1:16e)	34
A justificação do evangelho (1:17)	36
A justiça de Deus está sendo revelada (1:17a)	36
De fé em fé (1:17b)	39
O justo viverá pela fé (1:17c)	40

3. O Centro do Evangelho: Justificação Pela Fé	42
A humanidade culpada necessita de justificação (1:18-3:20)	43
A culpa de todos: atuar contra a verdade de Deus (1:18-32)	43
O juízo de Deus: judeus e gentios (2:1-11)	50
O pecado dos gentios: contra a consciência (2:12-16)	55
O pecado dos judeus: contra a lei (2:17-3:8)	58
Todos são culpados (3:9-18)	64
A humanidade precisa ser justificada (3:19, 20)	66
Justificação por meio de Jesus Cristo (3:21-31)	67
A justiça de Deus (3:21-26)	67
Justificação pela fé (3:27-31)	71
A justificação no Antigo Testamento (4:1-25)	72
Abraão creu (4:1-5)	72
Davi creu (4:6-8)	75
Como se produz a justificação (4:9-12)	76
A promessa: será herdeiro do mundo (4:13-25)	78
4. Efeitos da Justificação: Segurança da Salvação	83
Efeitos espirituais da justificação (5:1-11)	83
Primeiro efeito da justificação: paz com Deus (5:1)	84
Segundo efeito da justificação: entrada na graça (5:2a)	85
Terceiro efeito da justificação: gloriar-se (5:2b-4)	86
Quarto efeito da justificação: esperança (5:5)	86
Quinto efeito da justificação: desfrutar o amor divino (5:6-8)	87
Sexto efeito da justificação: salvação e vida eterna (5:9)	88
Sétimo efeito da justificação: reconciliação (5:10, 11)	89
O dom da vida: a justiça e a lei (5:12-21)	90
O pecado entrou no mundo através de Adão (5:12-14)	90
O dom da justiça entrou com a graça de Jesus Cristo (5:15-17)	92
Contraste entre Adão e Cristo (5:18-21)	94
5. A Segurança do Evangelho: Santificação	99
Como subjugar o poder do pecado? (6:1-23)	99

Vivendo uma vida nova: obra de Deus (6:1-14)	100
Obedecendo à lei (6:15-23)	106
Qual é a relação da lei com o crente? (7:1-25)	109
Domínio da lei (7:1-6)	110
Função didática da lei (7:7, 8)	115
Objetivo da lei (7:9-11)	116
Santidade da lei (7:12, 13)	117
Espiritualidade da lei (7:14-24)	117
Cristo: o poder da vitória (7:25)	119
Qual é a obra do Espírito Santo na santificação? (8:1-39)	119
O Espírito de vida: transmite poder para a vida espiritual (8:1-14)	121
O Espírito de adoção: transmite segurança (8:14-17)	127
O Espírito de ajuda: transmite primícias e intercede (8:18-27)	130
A segurança de quem Deus chamou (8:28-38)	135

6. O Evangelho e o Povo de Deus 142

O problema: Israel será salvo, ou não? (9:1-5)	143
Tristeza e dor de Paulo (9:1, 2)	143
Os desejos de Paulo (9:3, 4a)	145
Privilégios de Israel (9:4b, 5)	146
A Palavra de Deus falhou? (9:6-29)	151
O que diz a Palavra? (9:6-13)	151
A justiça de Deus (9:14-23)	153
O novo povo de Deus (9:24-29)	158
Por que Israel não alcançou a justiça? (9:30-10:21)	161
Não buscou a justiça por fé (9:30-33)	161
Não se submeteu à justiça de Deus (10:1-7)	164
Não seguiu a palavra de fé (10:8-13)	171
Não creu no Senhor (10:14, 15)	173
Não obedeceu ao evangelho (10:16-20)	174
Israel foi desobediente e rebelde (10:21)	177
Rejeitou Deus o Seu povo? (11:1-10)	177
A pergunta-chave (11:1a)	178

O caso de Paulo (11:1b-2a)	179
O caso dos sete mil no tempo de Elias (11:2b-4)	185
Sobrevive um remanescente (11:5)	187
O remanescente será salvo pela graça (11:6)	189
Por que Deus não rejeitou Israel definitivamente? (11:7-10)	190
Caíram os israelitas definitivamente ao tropeçar? (11:11-32)	191
Definitivamente não (11:11a-b)	191
Propósito da queda de Israel: a salvação dos gentios (11:11c-15)	192
“Não te ensoberbeças, mas teme” (11:16-21)	193
A bondade e a severidade de Deus (11:22-24)	195
O mistério da restauração de Israel (11:25-32)	198
A sabedoria de Deus soluciona tudo (11:33-36)	201
Riquezas da sabedoria divina (11:33a)	202
Os insondáveis juízos de Deus (11:33b)	203
Como funciona a mente de Deus (11:34-36)	204

7. Aplicação Prática: Poder Transformador do Evangelho 206

A verdadeira conduta dos cristãos (12:1-13:14)	207
Oferecer-se a Deus em culto verdadeiro (12:1)	207
Transformação da mente (12:2)	208
O crente deve pensar em si mesmo com prudência (12:3-8)	209
Conduta baseada no amor sincero (12:9-21)	211
Conduta em relação às autoridades (13:1-7)	216
A conduta do crente para com o próximo: ética do amor (13:8-10)	221
Uma conduta à luz do dia: obras do amor (13:11-14)	222
Orientações para a vida em comunidade (14:1-15:13)	223
O que fazer com as contendas? (14:1-13a)	224
Não ser obstáculo aos outros (14:13b-23)	231
Não ferir os mais fracos (15:1-6)	235
Aceitação mútua para glória de Deus (15:7-12)	237
O Deus da esperança (15:13)	242

8. Conclusão: Ministrando e Pregando o Evangelho 244

Paulo e a pregação do evangelho (15:14-33)	244
Ministério passado: pregação aos gentios (15:14-21)	244
Ministério futuro: planos para Roma e Espanha (15:22-24)	251

Ministério presente: em direção a Jerusalém (15:25-33)	252
Saudações e advertências: relacionadas com o evangelho (16:1-23)	254
Saudações a várias pessoas que auxiliam na pregação (16:1-16)	255
Advertências contra os falsos mestres (16:17-20)	262
Saudações de seus companheiros e colaboradores (16:21-23)	265
Bênção e doxologia (16:25-27)	265
O evangelho como mistério (16:25)	265
O evangelho como revelação (16:26a)	266
O evangelho como conhecimento para obediência (16:26b, 27)	266



Prefácio

A última parte do livro de Atos dos Apóstolos fala sobre a atuação de Paulo. A Epístola aos Romanos esclarece seu modo de pensar. Apresenta suas ideias, seus ensinamentos, sua espiritualidade. Tanto seus atos como seu pensamento, registrados no Novo Testamento, são produto da atividade realizada nele pelo Espírito Santo. Por isso, a atuação de Paulo é obra missionária; e seu pensamento, revelação.

O conteúdo da carta que escreveu aos romanos não foi a primeira revelação nem a única que recebeu de Deus por meio do Espírito Santo.

Antes do ano 58 d.C., estando ainda em Corinto e de partida para Jerusalém, Paulo escreveu a Epístola aos Romanos. Até essa data, havia escrito pelo menos cinco cartas: 1 Tessalonicenses, em 51 d.C.; 2 Tessalonicenses, no fim de 51 ou início de 52 d.C.; 1 Coríntios, na primavera (hemisfério norte) do ano 57 d.C.; 2 Coríntios, no verão do ano 57 d.C.; e Gálatas, no fim do ano 57, ou início de 58 d.C.

Após escrever a epístola aos Romanos, Paulo escreveu as chamadas epístolas da prisão: Efésios, Colossenses, Filemom, no ano 62 d.C.; e Filipenses em 63 d.C. Em seguida, provavelmente, escreveu Hebreus, também no ano 63, e as epístolas pastorais: 1 Timóteo, no ano 64; Tito, em 65; e 2 Timóteo, no ano 66, pouco antes de sua

morte, que ocorreu no ano 67 d.C. Paulo escreveu todas as suas epístolas do ano 51 a 66 d.C., um período de 15 anos.

A comunidade cristã de Roma, a cujos membros Paulo dirigiu a epístola, era composta por judeus e gentios conversos. Não se sabe quem foi seu fundador. Possivelmente foi iniciada por um grupo de judeus e prosélitos do judaísmo, residentes em Roma, que ouviram a pregação de Pedro durante a festa de Pentecostes, em Jerusalém (At 2:10), e creram. Ao retornarem, começaram a reunir-se, formando, assim, a primeira comunidade cristã de Roma.

A Epístola aos Romanos está intimamente ligada à Epístola aos Gálatas, pelas circunstâncias em que Paulo as escreveu. Foram redigidas quase simultaneamente, e o tema desenvolvido em ambas é o evangelho.

Os judaizantes deram muito trabalho ao apóstolo Paulo. Com esforço insidioso, insistiam em desviar os cristãos dos ensinamentos paulinos relativos ao evangelho, conduzindo-os para a salvação pelas obras. Visualizavam dois sistemas de salvação. Um era ensinado e representado pelos sacrifícios do santuário/templo, cuja observância, regulamentada na lei de Moisés referente aos sacrifícios, a nação israelita havia praticado durante toda a sua história. Para os judaizantes, esse sistema era indispensável para obter a salvação. O outro sistema, ensinado por Paulo e desprezado por eles, que não admitiam a omissão da observância das cerimônias, estava centralizado no único sacrifício feito por Cristo na cruz. Os judaizantes criaram oposição entre as obras e a fé, uma oposição confusa, existente até o dia de hoje entre muitos cristãos.

Paulo esclareceu a questão aos crentes gálatas da Ásia Menor, escrevendo-lhes a Epístola aos Gálatas; e aos crentes de Roma, centro fundamental de todo o império, o fez por meio da Epístola aos Romanos. O problema dos judaizantes, tão atuantes na Galácia, provavelmente não havia surgido ainda em Roma, mas poderia despontar a qualquer momento. De qualquer forma, conforme Paulo havia descoberto na vida dos cristãos, desde o início do cristianismo até o ano 58 d.C., quando escreveu a epístola, o assunto era e ainda é de tamanha importância, por se tratar da própria doutrina da salvação. Ele não pôde deixar de esclarecê-lo calma e deliberadamente, como parte essencial da doutrina cristã.

Por isso, com toda a clareza e com medida visível de transparência não isenta de franqueza espiritual e determinação da vontade, Paulo lhes disse:

“Recomendo-lhes, irmãos, que tomem cuidado com aqueles que causam divisões e colocam obstáculos ao ensino que vocês têm recebido. Afastem-se deles. Pois essas pessoas não estão servindo a Cristo, nosso Senhor, mas a seus próprios apetites. Mediante palavras suaves e bajulação, enganam o coração dos ingênuos. Todos têm ouvido falar da obediência de vocês, por isso estou muito alegre; mas quero que sejam sábios em relação ao que é bom, e sem malícia em relação ao que é mau. Em breve o Deus da paz esmagará Satanás debaixo dos pés de vocês” (Rm 16:17-20, NVI).

O tema da epístola é o evangelho. Paulo faz referência a ele duas vezes: no início e no final da carta. Utiliza uma figura literária chamada inclusão, também utilizada em outras epístolas, para indicar o tema delas, enunciando-o taxativamente.

No início, ele diz: “Paulo, servo de Jesus Cristo, chamado para ser apóstolo, separado para o *evangelho* de Deus, o qual foi por Deus, outrora, prometido por intermédio dos Seus profetas nas Sagradas Escrituras, com respeito a Seu Filho, o qual, segundo a carne, veio da descendência de Davi” (Rm 1:1-3).

No fim, completando a bênção que expressa em forma de doxologia, afirma: “Ora, Àquele que é poderoso para vos confirmar segundo o meu *evangelho* e a pregação de Jesus Cristo, conforme a revelação do mistério guardado em silêncio nos tempos eternos, e que, agora, se tornou manifesto e foi dado a conhecer por meio das Escrituras proféticas, segundo o mandamento do Deus eterno, para a obediência por fé, entre todas as nações, ao Deus único e sábio seja dada glória, por meio de Jesus Cristo, pelos séculos dos séculos. Amém!” (Rm 16:25-27).

Como se pode ver, Paulo fala a respeito do evangelho que se refere ao Filho de Deus, prometido pelos profetas, oculto desde os tempos eternos, mas dado a conhecer pelas Escrituras para que todos obedeçam à fé.

Além disso, Paulo apresenta seu tema de maneira definitiva, não dando lugar a dúvidas, quando diz: “Não me envergonho do *evangelho*,

porque é o poder de Deus para a salvação de todo aquele que crê: primeiro do judeu, depois do grego. Porque no *evangelho* é revelada a justiça de Deus, uma justiça que do princípio ao fim é pela fé, como está escrito: ‘O justo viverá pela fé’” (Rm 1:16, 17, NVI).

Prossigamos, então, estudando o evangelho de Cristo, revelado na Epístola aos Romanos, tendo em mente que há um só evangelho, como Paulo diz aos gálatas: “Não há outro *evangelho*, senão que há alguns que vos perturbam e querem perverter o *evangelho* de Cristo. Mas, ainda que nós ou mesmo um anjo vindo do Céu vos pregue evangelho que vá além do que temos pregado, seja anátema” (Gl 1:7, 8).

Um esclarecimento sobre a forma do texto e as versões da Bíblia usadas neste comentário: optou-se por um texto sem grandeza erudita, a fim de torná-lo mais acessível a todos os leitores. Os temas da erudição não são desconhecidos, mas são tratados sem fazer referência a ela. Não existe a menor intenção de apropriar-se das ideias de outros escritores sem dar o devido crédito a seus expositores. A ideia foi simplificar tudo. A versão bíblica utilizada é a Almeida Revista e Atualizada. As versões Almeida Revista e Corrigida (RC) e Nova Versão Internacional (NVI) estarão identificadas quando forem empregadas. O texto grego consultado é o *Novum Testamentum Graece*, Nestlé-Aland, 27ª edição, que tem sido controlado constantemente. Essa é a base do conteúdo apresentado no presente comentário.



Introdução: O

1 Evangelho se Refere ao Filho

Paulo estava em Corinto, quase no fim de seu ministério nessa cidade, aonde chegou pela primeira vez no ano 51 d.C. Sete anos depois, quantas experiências, quantas viagens, quantos lugares visitados, quantas pessoas haviam recebido o evangelho por meio de sua pregação! Homem de memória extraordinária, ele se lembrava de tudo, em seus mínimos detalhes. Chegou a Corinto durante sua segunda viagem missionária, depois de haver pregado na Frígia, Galácia e Macedônia. O Senhor não lhe havia permitido avançar para o nordeste da Ásia Menor, pois o queria na Europa. Quando chegou à Mísia, país situado ao sul do Mar de Mármara, Paulo tentou entrar no território da Bitínia, mas o Espírito Santo o impediu. Se tivesse ido para o leste, teria se afastado muito da Europa, aonde o Senhor queria que ele fosse. Seguiu então na direção oeste, até Trôade, última cidade da Mísia, na costa do Mar Egeu, de frente para a Macedônia. Havia chegado o momento que o Senhor esperava para lhe informar Seus planos. Falou à Sua maneira, por meio de uma visão.

Paulo viu um varão que lhe rogava, dizendo: “Passa à Macedônia e ajuda-nos” (At 16:9).

Ele entendeu tudo. Nunca deixava de entender as mensagens do Senhor. Aceitava-as e as cumpria sem nenhuma objeção. Paulo foi.

Emocionado e cheio de expectativas, entrou na Europa pela primeira vez. Levava o evangelho a um novo continente, sabendo que ali Deus tinha muitas pessoas prontas para recebê-lo e para ajudá-lo a continuar cumprindo a missão que o próprio Senhor lhe havia confiado. Vieram-lhe à memória coisas que haviam ocorrido no cárcere de Filipos. Relembrou os três sábados de debate na sinagoga de Tessalônica e a intenção destruidora de seus inimigos. Com satisfação, recordou os estudiosos e nobres bereanos. Atenas. A grandiosa Atenas, repleta de deuses, com seus sábios orgulhosos e sua estranha curiosidade por novos conhecimentos sem dar um passo além das velhas tradições.

Agora, em Corinto. Essa primeira vez foi como o melhor sonho espiritual. Seu encontro com Áquila e Priscila. Os conversos judeus e gregos na sinagoga. A hospedagem na casa de Justo, homem rico, temente a Deus, generoso e bom. A conversão de Crispo, o principal da sinagoga. O fracasso da rebelião contra ele porque Gálio, procônsul de Acaia, não apoiou os opositores. Um ano e meio, ele esteve pregando o evangelho na cidade. Muitos conversos assistiam as suas pregações (At 18:1-18). Continuou sua segunda viagem missionária, retornando a Antioquia no ano 52 d.C.

No ano seguinte, Paulo recomeçou a jornada, percorrendo cidades já visitadas, visitando novas cidades; era sua terceira viagem missionária. Estando em Éfeso, recebeu notícias inquietantes, provenientes de Corinto. Havia divisões na igreja, imoralidade e apostasia. Sentiu muita angústia pelos cristãos imaturos e sem espiritualidade. Relembrou as cartas que lhes havia escrito e tudo o que tinha feito para evitar que se desviassem e se perdessem.

Tudo isso havia passado. Era o ano 58 d.C. Paulo estava em Corinto já sem nenhuma angústia pelos cristãos dessa cidade. Tinha calma necessária para planejar novas atividades e conquistas para o futuro. Sua mente concentrou-se em Jerusalém, Roma e Espanha. Ali estava o itinerário de sua futura viagem missionária. Queria visitar Roma porque estava no trajeto para a Espanha e escreveu à comunidade cristã daquela cidade de tal forma que quando lá chegasse, eles o ajudassem no empreendimento missionário em favor dos espanhóis (Rm 15:22-25).

Decidiu escrever-lhes uma carta. Qual seria o tema? Exatamente o que mais o inquietava naquele momento. Havia terminado uma carta aos gálatas, para lhes esclarecer o evangelho, pois um grupo de agitadores judeu-cristãos queria impor a circuncisão e o cumprimento da lei cerimonial como fatores essenciais do evangelho. Paulo denunciou o evangelho resultante disso como “outro evangelho”, uma perversão do verdadeiro evangelho, pregado por ele e por toda a igreja cristã (Gl 1:6-9). Ele teve que enfrentar esses judaizantes em Antioquia, Jerusalém e na Galácia. Quanto tempo ainda teriam para fazer chegar sua agitação a Roma? O melhor seria que, quando chegassem, os cristãos de Roma estivessem preparados para rejeitá-los.

Apresentou-lhes uma doutrina. Não era teólogo, nem filósofo ao estilo platônico ou aristotélico, nem recorreu a uma explicação sistemática como fazem hoje os cristãos eruditos. Falou-lhes sobre a salvação de maneira pessoal, de sua própria experiência com o Espírito Santo, ao modo dos antigos profetas, sem pretender maior objetividade que a própria revelação. Poderia ser mais objetivo, autêntico, profundo e verdadeiro que isso? A resposta é óbvia, e neste estudo seguiremos o que é óbvio, o que é espiritualmente manifestado quando a revelação vem de Deus.

Paulo desenvolveu um esquema simples. Às vezes, a argumentação pode se tornar um pouco complicada, mas o esquema é direto e de fácil compreensão.

1. *Introdução*, que contém saudações pessoais, o tema da epístola, o evangelho e uma breve referência aos planos futuros (Rm 1:1-15).

2. *Exposição* da doutrina do evangelho, que inclui a justificação pela fé, a santificação pela fé, e a salvação de Israel e dos gentios (Rm 1:16-11:36).

3. *Aplicação prática* da doutrina, em relação com vários aspectos da vida individual e comunitária: sacrifício próprio, relação com a igreja, com os outros, com o Estado, amor, segunda vinda de Cristo e tolerância mútua entre os cristãos. Neles o poder de Deus torna-se visível (Rm 12:1-15:13).

4. Finalmente, uma *conclusão* com assuntos pessoais, saudações, advertências, bênçãos e doxologia, na qual Paulo repete o tema da epístola: o evangelho (Rm 15:14-16:27).

Saudação evangélica (1:1-7)

Paulo escreveu uma carta e, segundo o estilo da época, deveria iniciá-la com uma saudação e mencionar a quem ou a qual grupo de pessoas estava sendo dirigida. Assim o fez. Apresentou-se como servo de Jesus Cristo e apóstolo do Filho de Deus. Os destinatários eram todos os cristãos de Roma. Dito dessa forma, parece demasiado formal, frio e sem espiritualidade. Não revela a intimidade da conversação com que Paulo inicia a saudação aos crentes romanos.

Servo de Jesus Cristo (1:1a)

Eu sou Paulo, disse-lhes, um escravo de Cristo Jesus e, como escravo, faço somente o que meu Senhor me ordena. Ele me chamou para que fosse Seu apóstolo, Seu enviado pessoal, com uma missão vinculada ao evangelho de Deus, que Ele havia prometido há muito tempo, por meio dos profetas que escreveram a Seu respeito nas Sagradas Escrituras.

Ao ler essas palavras, os cristãos de Roma pensaram no servo do Senhor. Não o conheciam pessoalmente. Mas haviam ouvido a respeito dele. Quando chegou a Roma na primavera do ano 61, três anos após haver escrito a carta, alguns cristãos dessa cidade, informados de que ele estava chegando, saíram da cidade para recebê-lo. Um grupo foi até a Praça de Ápio, 71 km ao sul de Roma, e outros o esperaram nas Três Vendas, a 55 km da cidade. O encontro foi tão afetuoso que o servo do Senhor, então prisioneiro do Império, recobrando o ânimo, encheu-se de gratidão a Deus (At 28:14, 15).

Por que um escravo despertava tanto afeto, simpatia e respeito? Não era porque fosse escravo de uma pessoa importante ou muito rica. Não era escravo de nenhum homem. Era servo de Jesus Cristo, o mesmo Senhor de todos os cristãos que viviam em Roma ou em qualquer outro lugar do mundo. Quando receberam a carta, os cristãos de Roma não conheciam pessoalmente o apóstolo.

Mas, conheciam muito bem Jesus Cristo. Criam nEle. Amavam-no e O serviam. Como Paulo, eles também se consideravam Seus servos, ativos na comunicação do evangelho e prontos a morrer por Ele se fosse necessário.

Apóstolo do Filho de Deus (1:1b)

Além de servo, Paulo se declarou apóstolo. Enviado pessoal do Filho de Deus. “Por meio dEle e por causa do Seu nome, recebemos graça e apostolado” (1:5, NVI).

Assim como a obediência incondicional e constante de Paulo, o servo, a fidelidade do apóstolo e a dedicação à obra que o Filho de Deus lhe havia confiado eram inquebrantáveis.

Que saudação! Longe de ser uma fria saudação rotineira, transformou-se em sincera comunicação espiritual do mais alto grau, mais profundo, mais autêntico, mais apropriado e mais real. Paulo, desconhecido para eles, mas íntimo do Senhor, mostrava a intimidade de seu relacionamento com Ele por meio das expressões “servo” e “apóstolo”, que também comunicavam a santa determinação de servi-Lo, tão autêntica e, por sua autenticidade, tão própria dos santos.

O ambiente de santidade sempre existe entre os santos. Entre eles, não há simulações nem hipocrisia. Demonstram o que são no Senhor, sem exageros nem ostentação; naturalmente. Como a água que flui da vertente. Sonora, sem ruídos exagerados e chamativos. Refrescante, sem o frio que congela. Cristalina, sem as impurezas que os rios acumulam em seu curso pela influência do solo desagregado ou pela ação de pessoas descuidadas, irresponsáveis, sem a devida limpeza. A santidade é sempre santa. Simples, mas expressiva. Própria, mas compartilhada. Serena, mas ativa. Segura, mas nunca petulante. A santidade tem um sorriso de bondade, cheio de graça, que nunca se reveste de ironia, sarcasmo, nem desprezo. É sempre uma forma de amor mais nobre. Uma expressão do coração mais puro. Um afeto da fé mais fiel. Uma excelência.

Os cristãos de Roma, identificados com Paulo no próprio Senhor e na própria missão, podiam sentir-se integrados a Ele na mais estável unidade do evangelho.

O evangelho é Jesus (1:1c-5)

O evangelho refere-se ao Filho de Deus, nosso Senhor Jesus Cristo, continuou dizendo Paulo. Conforme a natureza humana, o esperado descendente de Davi. Mas, de acordo com o Espírito de Santidade, o Filho de Deus. Jesus é declarado assim pela ressurreição.

Desta forma, Paulo produziu a definição evagélica mais simples: o evangelho é Jesus. Ao mesmo tempo, a mais completa de todas as definições que alguém pudesse oferecer: o evangelho é uma explicação a respeito do Filho de Deus, Senhor de todos nós, filho de Davi, Filho de Deus, humano, divino, superior a tudo que existe, associado ao Espírito de Santidade pela própria santidade nEle existente, sem tê-la recebido de ninguém. Tem poder sobre a morte e, por esse poder, mesmo descendo ao sepulcro, morrendo por todos os pecadores, ressuscitou. Ressurgiu para mostrar a todo o Universo que só Ele era supremo e que todo o poder necessário para cumprir cada promessa do evangelho estava nEle, sem tê-lo recebido de outros.

O que mais Paulo podia dizer acerca do evangelho? Ele fala de Jesus, da justificação, do poder e de tudo mais que, pouco a pouco, ao longo de toda a carta, desfia diante de nossos olhos espirituais. Suas palavras são como eficiente debulhador de uma espiga reveladora, cujos grãos de dourado milho eterno deslumbram nosso espírito. Então cremos. Que tipo de fé os crentes possuem? A que fé Paulo, o servo, o apóstolo, o santo os conduz?

“Por meio dEle e por causa do Seu nome, recebemos graça e apostolado para chamar dentre todas as nações um povo para a obediência que vem pela fé” (1:5, NVI).

Desde o início, estabelece o princípio supremo que permite alcançar o conhecimento do evangelho, não à maneira do homem: fácil, banal, falso, negligente, sem valor; mas ao modo de Deus, em harmonia com Sua vontade. Porque o evangelho foi revelado aos seres humanos por Seu próprio mandamento, para que obtenham a obediência da fé, o que há de mais poderoso nela, sem a qual ninguém verá o Senhor. Assim diz Paulo, ao concluir a carta, mais do que repetindo um conceito, estabelecendo e validando o objetivo final do evangelho.

“Àquele que é poderoso para vos confirmar segundo o meu evangelho, conforme a revelação do mistério guardado em silêncio nos tempos eternos, e que, agora, se tornou manifesto por meio das Escrituras proféticas, segundo o mandamento do Deus eterno, para a obediência por fé entre todas as nações” (16:25-27, NVI).

Pela desobediência a Deus, todos os seres humanos se tornaram pecadores. Pela fé que é gerada neles, graças à obra do Espírito de Deus, como dom de Jesus Cristo que a gera com a dádiva de Sua própria vida, podem obedecer a Deus e, pela fé, também recebem gratuitamente a vida eterna. Sem a obediência da fé, não se alcança esse conhecimento do evangelho-poder; e a salvação, na vida do desobediente, não passa de uma contemplação vaga de algo possível, mas nunca alcançável.

Entre a fé que obedece e a fé que menospreza a obediência existe uma distância espiritual tão grande como a própria santidade. Sem santidade, ninguém verá o Senhor. Por isso, na vida cristã, tudo inicia e se completa pela fé, porque a fé é um modo de ser, um ser em Cristo.

Pouco a pouco, à medida que o servo de Jesus e apóstolo do Filho de Deus, chamado diretamente pelo próprio Deus, amplia seus dizeres, sua saudação vai se tornando verdadeiramente espiritual, evangélica. Tão impregnada do evangelho, que se reveste de suas características e, por isso, se transforma em veículo de comunicação. Acontece que cada coisa realizada pelo apóstolo é um modo de comunicação que informa algo fundamental do Senhor que o envia. E a própria essência de seu envio é o evangelho. Por conseguinte, nada pode dizer sem incluir o evangelho: a pessoa de Jesus e Seu poder atuante em favor dos pecadores; atuante em seu interior, para que seu ser antigo, de pecadores, não mais exista e somente apareça neles o novo ser de Jesus Cristo.

Destinatários da carta: os santos de Roma (1:6, 7)

Isso é o que Paulo quer para os destinatários da carta. Quem são eles? Ele mesmo o diz: “A todos os amados de Deus, que estais em Roma, chamados para serdes santos, graça a vós outros e paz, da parte de Deus, nosso Pai, e do Senhor Jesus Cristo” (1:7).

O apóstolo não lhes disse: “Aos membros da igreja de Roma.” Possivelmente porque havia mais de uma igreja, talvez várias. Dizendo “todos”, não excluía ninguém. Paulo queria que cada cristão de Roma lesse sua carta. É evidente que o próprio documento não poderia ser oferecido a cada um deles, por razões óbvias. Por isso deveria ser lido em todas as igrejas. Nas saudações que Paulo transmite, ao concluir a epístola, revela que há várias igrejas em Roma. São igrejas que se reúnem na casa de membros, como é o caso da igreja que se reunia na casa de Áquila e Priscila (16:3-5), dos irmãos que estava com Asíncrito, Flegonte, Hermes, Pátrobas e Hermas (16:14), e dos santos que estavam com Filólogo, Júlia, Nereu, sua irmã e Olimpas (16:15).

Na saudação de sua carta, Paulo designa os crentes que viviam em Roma de três formas: chamados a ser de Jesus Cristo, amados de Deus e chamados santos.

Chamados a ser de Jesus Cristo. Esse chamado não é exclusivamente para os cristãos de Roma, nem Paulo pretende, com essa frase, produzir uma base apostólica para as igrejas cristãs dessa cidade. O que ele deseja está claro em suas próprias palavras.

Escreveu ele: “Por meio dEle e por causa do Seu nome, recebemos graça e apostolado para chamar dentre todas as nações um povo para a obediência que vem pela fé. E vocês também estão entre os chamados para pertencerem a Jesus Cristo” (1:5, 6, NVI).

“Chamados” não é um verbo, como se alguém os estivesse chamando e eles tivessem que responder ao convite. É adjetivo. Refere-se a uma característica já estabelecida neles, que os distingue de qualquer outra pessoa que não tenha respondido positivamente ao chamado para ser propriedade de Jesus Cristo. Os cristãos já haviam respondido positivamente ao chamado. Pertenciam a Jesus. Eram Sua propriedade. Mas não era tudo. Toda propriedade tem sempre uma semelhança real com seu proprietário. Ninguém adquire para si algo que não aprecie, que não se harmonize com sua personalidade. Como propriedade do Senhor, os cristãos se assemelhavam e se assemelham a Ele. São como Ele é. E isso está vinculado à fé, especificamente à obediência que vem da fé.

Mas a relação dos crentes não é produzida somente com Jesus Cristo, por meio da fé obediente; produz-se também com o Pai, através do amor. Inicialmente não é o amor que o crente tenha manifestado a Deus, mas o amor que Deus tem para com ele.

Amados de Deus. Os cristãos de Roma e de todo o mundo não estão no processo inicial, em que o amor que Deus lhes concede como dom possa ser recebido ou rejeitado. Já o receberam, e o amor de Deus se firmou neles como característica fundamental de ser em Cristo. Sua personalidade é definida pelo amor de Deus. São os amados de Deus que refletem a característica mais íntima de Sua personalidade divina: o amor.

Como diz João: “Deus é amor, e aquele que permanece no amor permanece em Deus, e Deus, nele” (1Jo 4:16).

Quando os crentes têm o amor de Deus como característica estabelecida em sua personalidade, não se tornam iguais a Deus, não são deuses; garantem sua permanência em Deus e a permanência de Deus neles. Uma intimidade espiritual constante. Uma semelhança na maneira de ser. Um senso de pertencer a Deus, reconhecido e vivido pela pessoa que crê, com a plena aceitação de Deus.

Chamados santos. Com frequência, Paulo chama os cristãos de santos; ao todo, 38 vezes em todos os seus escritos. Alguns dizem que, com esse termo, descreve a conduta deles, indicando que devem viver como santos. Outros pensam que ele descreve o *status*. Eles receberam o *status* de santos como dom de Jesus Cristo; foram santificados por Ele. Mas, os dois conceitos podem não refletir a ideia exata que Paulo tinha quando chamou os cristãos dessa forma.

O mais provável é que tenha utilizado o sentido presente no Antigo Testamento, quando os escritores falam de coisas ou pessoas santas. Referem-se à dedicação a Deus. Algo dedicado somente para Deus. Como era o templo santo.

“Tomarás o óleo da unção”, disse Deus a Moisés, “e unguirás o tabernáculo e tudo o que nele está, e o consagrarás com todos os seus pertences; e será santo” (Êx 40:9). O povo de Israel era santo. “Tu és povo santo ao Senhor, teu Deus”, disse Moisés ao povo, “o Senhor, teu Deus, te escolheu, para que Lhe fosses o Seu povo próprio, de todos os povos que há sobre a Terra” (Dt 7:6).

Em que sentido era um povo próprio, especial? De que forma era um povo mais próprio a Ele do que todas as demais nações? Deus esclareceu isso, quando ordenou a Moisés que dissesse ao povo de Israel: “Vocês serão o Meu tesouro pessoal dentre todas as nações. Embora toda a Terra seja Minha, vocês serão para Mim um reino de sacerdotes e uma nação santa” (Êx 19:5, 6, NVI).

Israel precisava ser totalmente dedicado a Deus, uma nação de sacerdotes para todo o mundo. Mas havia uma condição, algo que os membros do povo israelita deveriam fazer. Sua condição de santos não era apenas um *status* perante Deus que os colocava acima de todas as nações. Incluía também uma conduta determinada.

“Tendes visto o que fiz aos egípcios”, disse-lhes Deus, “como vos levei sobre asas de águia e vos cheguei a Mim. Agora, pois, se diligentemente ouvirdes a Minha voz e guardardes a Minha aliança, sereis a Minha propriedade peculiar... reino de sacerdotes e nação santa” (Êx 19:4-6).

A obediência à voz de Deus, que transmitiu Seu mandamento, estava vinculada à santidade da nação israelita, bem como sua dedicação ao trabalho sacerdotal que deviam realizar em favor do mundo inteiro, como missão intransferível. A obediência e a dedicação a Deus fazem parte da santidade, e esta inclui as duas. Paulo não modifica isso quando chama os cristãos de santos.

O que Paulo apresenta como novo, ao usar as expressões “amados de Deus” e “chamados santos”, está na aplicação delas aos cristãos, transpondo, assim, a missão que Deus confiou a Israel. A partir de Jesus Cristo, essa missão pertence aos cristãos, e eles são os santos consagrados a Deus para anunciar a salvação a todos os seres humanos.

Cristologia. Essa concepção do povo cristão tem sua origem numa cristologia específica: Jesus é o Messias, o Filho de Deus, o Senhor, Deus. Por isso, Jesus é o evangelho, e o evangelho é o poder de Deus para a salvação de todos os que creem.

Fim da saudação. Assim finaliza a saudação evangélica, o evangelho incorporado na saudação de um cristão que dedicou a vida ao serviço de Jesus Cristo e à pregação do evangelho. Além de Deus,

nada existe superior nem mais desejado para um missionário do Senhor que a própria missão de anunciar o evangelho. Por isso, o evangelho está presente em tudo o que faz e em tudo o que sente. Até em seus desejos.

Desejos e planos de um servo de Jesus Cristo (1:8-15)

Paulo expressa seu desejo com dois verbos diferentes. Cada um enfatizando especialmente o que quer. Os verbos do desejo são: desejar com simpatia e afeto (*epipetheō*) e desejar com determinação da vontade (*thelō*). Quando essas duas formas de desejos se unem, estão sempre juntas na pessoa cristã, produzindo nela um senso de obrigação missionária compulsiva.

O cristão deseja com simpatia e afeto (1:8-12)

Gratidão a Deus. Primeiro, Paulo expõe o ambiente espiritual de seu desejo afetuosos. Nasce da gratidão que sente para com Deus pelos crentes de Roma e das orações em favor deles.

“Primeiramente”, lhes diz, “dou graças a meu Deus, mediante Jesus Cristo, por todos” (1:8).

Não os conhece, mas seu interesse espiritual por eles é grande. Quando fala com Deus, a quem tem acesso direto através de Jesus Cristo, agradece-Lhe pelos cristãos de Roma. Essa atitude é emocionalmente positiva. Afetiva. Valoriza-os tanto que se tornam objeto de seu relacionamento com Deus e motivo de sua gratidão a Ele. A atitude positiva de Paulo, como um líder da igreja, para com os seus membros, sejam eles conhecidos ou desconhecidos pessoalmente, é muito apropriada. Corresponde ao verdadeiro relacionamento do pastor com o rebanho. É construtiva, estabelece um vínculo de confiança real e abre um caminho de ação missionária por onde andam juntos o líder espiritual e seus liderados.

Além de agradecer a Deus pelos cristãos de Roma, o que eles são em Jesus Cristo, Paulo também agradece a Deus por alguma coisa mais: “Porque, em todo o mundo”, lhes diz, “é proclamada a vossa fé” (1:8b).

Ele já mencionou o evangelho como objetivo da missão apostólica (1:1), antecipou também uma definição geral do evangelho: refere-se

ao Filho (1:2); agora afirma a universalidade do evangelho que posteriormente exporá de maneira mais direta e detalhada. Objetivamente falando, a fé ou crença dos cristãos residentes em Roma é a mesma que está sendo proclamada no mundo inteiro. Não há dois evangelhos. O evangelho é um e o mesmo, e o coração do apóstolo se regozija até a gratidão porque, conforme a ordem do Senhor, sua divulgação está avançando plenamente e alcançando o mundo todo.

Oração. Essa alegria impulsiona Paulo a expressar a segunda forma de se vincular espiritualmente aos cristãos de Roma: a oração. Além de dar graças a Deus por eles, diz: “Deus, a quem sirvo de todo o coração pregando o evangelho de Seu Filho, é minha testemunha de como sempre me lembro de vocês em minhas orações” (1:9, 10, NVI).

Por que Paulo estabelece uma relação entre seu serviço a Deus, pregando o evangelho, e suas orações pelos cristãos de Roma? Porque não pode fazer separação entre a missão e os crentes. Quando um crente, como Paulo, se dedica de todo o coração a pregar o evangelho, não pode deixar de envolver nessa tarefa os demais cristãos que encontra em seu caminho. A pregação é uma tarefa individual de cada cristão, e cada um tem que estar envolvido nela, mas a missão pertence a toda igreja cristã. Cristo organizou a igreja para pregar o evangelho. Em sua estrutura, os cristãos, individualmente, participam na força do conjunto e com maior poder empenham-se para avançar por todo o mundo.

Essa forma coletiva de executar a missão requer um afeto mútuo indispensável para que o trabalho não seja mecânico, nem se reduza a um êxito formal, baseado em números acrescentados à estatística do crescimento corporativo. Na realidade, a missão realizada com afetividade cristã resulta em pessoas crentes agregadas ao corpo de Cristo para que este continue vivo, ativo e espiritualmente produtivo em sua totalidade. Por isso, Paulo também acrescenta uma expressão de afeto: “Peço que agora, finalmente, pela vontade de Deus, seja-me aberto o caminho para que eu possa visitá-los. Anseio vê-los, a fim de compartilhar com vocês algum dom espiritual, para fortalecê-los” (1:10, 11, NVI).

Assim como o amor, o desejo afetivo gera afeto. Paulo não deseja nada para si. Em sua mais baixa expressão, o desejo egoísta

se torna lascivo e carnal. Mas o afeto sem egoísmo, vinculado ao bem-estar dos outros, eleva o desejo para o apogeu do amor e o torna produtivo para o mais alto grau do bem que um ser humano possa desejar a outro ser humano: a salvação. E quando dois seres humanos se encontram juntos na atmosfera agradável da salvação, beneficiam-se mutuamente com a graça divina e são fortalecidos.

Em que consiste essa força? É a força do bom ânimo que obtém sua segurança e sua alegria da fé. Paulo disse aos irmãos de Roma que tinha o desejo afetuoso de visitá-los com o seguinte objetivo: “Para que eu e vocês sejamos mutuamente encorajados pela fé” (1:12, NVI).

O cristão planeja com vontade determinada (1:13, 14)

A seguir, Paulo define seu desejo apostólico, missionário, utilizando um segundo termo, uma palavra diferente, que expressa desejo volitivo. É um desejo voluntarioso. Não no sentido negativo de fazer algo por capricho, mas em seu sentido mais nobre de fazer algo com vontade e gosto.

Paulo assim o expressou: “Quero que vocês saibam, irmãos, que muitas vezes planejei visitá-los, mas fui impedido até agora. Meu propósito é colher algum fruto entre vocês, assim como tenho colhido entre os demais gentios” (1:13, NVI).

O apóstolo Paulo diz que gostaria muito de ter podido visitá-los. Tinha planos determinados a esse respeito. Porém, a tarefa de pregar o evangelho nos lugares onde esteve trabalhando impediu-o de visitá-los. Mais adiante, na epístola, comunica seu plano: “Mas agora... planejo fazê-lo quando for à Espanha” (15:22-24, NVI).

Os desejos missionários do apóstolo não eram sonhos inconsistentes e instáveis. Não surgiam de uma mente iludida, que constrói castelos no ar, cuja existência passageira se assemelha à mera ilusão de espírito. Sem consistência, sem realismo, sem valor até para ser realizados. Sonhos. Nada mais que sonhos ilusórios, bolhas de sabão que se elevam em sua formosura inconsistente e se desfazem.

Os sonhos do apóstolo eram outros sonhos. Planos persistentes. “Há muitos anos anseio vê-los,” disse-lhes (15:23b, NVI).

O tempo não o havia desgastado. Paulo havia esperado a oportunidade mais favorável. Quando esta se apresentou, embora cheia de dificuldades, não vacilou em aproveitá-la. Foi a Roma como prisioneiro. Não porque a justiça romana lhe impusesse a viagem. Ele mesmo decidiu porque, paradoxalmente, como prisioneiro, estava protegido pelo poder romano e seus inimigos de sempre não poderiam lhe causar nenhum dano.

O desejo com vontade, sustentado por toda a força humana do apóstolo, fortalecido por todo o poder divino de Jesus, O qual lhe havia concedido o apostolado, tinha mais poder que as forças opostas mais potentes. Mais que a própria potência do Império romano. Os planos firmes de um apóstolo missionário iriam para mais longe do que a cidade de Roma, para mais longe do que todas as distâncias do Império. Abrangeriam toda a Terra e todos os habitantes de todas as nações, pois os planos missionários de um apóstolo são os planos mais estáveis de Deus para a salvação dos seres humanos. Alcançam todos os que creem no nome de Jesus Cristo e se rendem a Ele pela fé, sem reservas, incondicionalmente.

O dever missionário do cristão (1:15)

Os planos estáveis de Paulo, mais do que planos, eram deveres. Não daqueles deveres que deixam o ânimo sobrecarregado e aflito. Pelo contrário, um dever legalmente correto, como uma dívida justa que, quando é paga, produz satisfação e alegria.

“Pois sou devedor tanto a gregos como a bárbaros, tanto a sábios como a ignorantes; por isso, quanto está em mim, estou pronto a anunciar o evangelho também a vós outros, em Roma” (1:14, 15).

Todo cristão tem o mesmo dever missionário e o reconhece, realiza e cumpre, como um devedor que paga sua dívida com justiça. Pela alegria que experimenta ao pagá-la, sente uma emoção espiritual semelhante à alegria que sentiu quando a fé nasceu em seu coração ao aceitar a Jesus, com todos os Seus dons redentores e sua visão da vida eterna.

Assim Paulo conclui a introdução de sua carta aos romanos. Colocou perante seus leitores o evangelho, o único evangelho

verdadeiro que se refere ao Filho de Deus, nosso Senhor Jesus Cristo, com o qual ele e todos os crentes estão relacionados pelo apostolado e pela ação missionária, respectivamente.

O missionário saúda, deseja, planeja e executa tudo em sua vida com o objetivo de pregar o evangelho. Dever que considera justo, porque lhe foi confiado por Deus. Por isso, o executa com todo o desejo de seus sentimentos: um desejo afetuoso, com toda a vontade, sempre disposto a se entregar pela salvação dos outros como Jesus Cristo Se entregou a Si mesmo por eles.



2

Tema da Epístola: O Evangelho

Na introdução, Paulo apresentou uma definição geral: o evangelho refere-se ao Filho. A seguir, dedica um parágrafo ao tema da epístola, que se tornou clássico (1:16, 17), no qual incorpora alguns elementos mais específicos do evangelho: o poder e a justificação, que agora passamos a considerar.

O poder do evangelho (1:16)

Paulo não consegue controlar o impulso de mostrar sua identificação total com o evangelho. Para ele, não pode haver nada mais ou menos. Especialmente em seu próprio relacionamento pessoal com Cristo e com o evangelho, o que também deve acontecer com todo crente.

“Não me envergonho” (1:16a)

“Não me envergonho do evangelho”, escreveu. Como poderia se envergonhar? Ele imitava Jesus em tudo, como todo cristão deve fazer. Além disso, não desprezava nenhuma de Suas palavras.

Quando Jesus perguntou a Seus discípulos: “Quem dizem as multidões que sou Eu?” (Lc 9:18), eles responderam: “Alguns dizem que és João Batista; outros, Elias, e, ainda outros, que és um dos profetas do passado que ressuscitou” (Lc 9:19, NVI).

“Quem vocês dizem que Eu sou?”, insistiu, tornando a pergunta um assunto pessoal entre eles (Lc 9:20, NVI). “Pedro respondeu: ‘O Cristo de Deus’” (Lc 9:20, NVI). Depois de lhes ordenar que não contassem isso a ninguém, Jesus declarou: “É necessário que o Filho do Homem sofra muitas coisas, seja rejeitado pelos anciãos, pelos principais sacerdotes e pelos escribas; seja morto e, no terceiro dia, ressuscite” (Lc 9:22).

A seguir, lhes falou a respeito do discipulado: “Se alguém quer vir após Mim, a si mesmo se negue, dia a dia tome a sua cruz e siga-Me” (Lc 9:23).

Falou-lhes também da salvação: “Pois quem quiser salvar a sua vida perdê-la-á; quem perder a vida por Minha causa, esse a salvará. Que aproveita ao homem ganhar o mundo inteiro, se vier a perder-se ou a causar dano a si mesmo?” (Lc 9:24, 25).

Depois, mencionou o que acontece com o discípulo que se envergonha dEle: “Se alguém se envergonhar de Mim e das Minhas palavras”, disse-lhes, “o Filho do homem Se envergonhará dele, quando vier em Sua glória e na glória do Pai e dos santos anjos” (Lc 9:26, NVI).

Paulo conhecia essas palavras de Jesus e as levava a sério, assim como considerava sério tudo o que o Mestre falava. Não podia se envergonhar do evangelho, pois como tinha dito, o evangelho se refere a Jesus e Suas palavras.

Quando Paulo disse: “Não me envergonho do evangelho”, queria dizer: “Confio plenamente no evangelho”. Com certeza, a aparente loucura do evangelho não atingia Paulo, pois ele não pertencia ao grupo dos que se perdem, mas ao grupo dos que se salvam.

No ano anterior (57 d.C), ele mesmo havia dito aos Coríntios: “Certamente, a palavra da cruz é loucura para os que se perdem, mas para nós, que somos salvos, poder de Deus” (1Co 1:18).

O evangelho é poder (1:16b)

Ao descrever o evangelho como tema de sua carta aos Romanos, Paulo acrescentou: “O evangelho é o poder de Deus.”

Não é um poder qualquer. Há muitos poderes no mundo. Reais ou aparentes. Por exemplo, o poder da natureza, cuja realidade é

inquestionável. Pode-se negar as interpretações que são dadas aos poderes da natureza, e a maioria delas está equivocada, mas o poder que a natureza tem e contém não pode ser negado. Tampouco os poderes espirituais que operam no mundo podem ser negados, sejam eles da origem que forem, divinos ou não. Também não se pode negar os poderes humanos do governo e outros que os seres humanos manejam com plena liberdade de seu domínio. Mas nenhum desses poderes transforma em deuses os seres humanos, ou os seres espirituais, ou as forças da natureza.

O poder de Deus que Paulo menciona é o poder que Ele tem como Deus. Superior a todos os poderes existentes. Ninguém mais os possui. É um poder ilimitado. Por isso, tem a capacidade para limitar todos os outros existentes. Os cristãos de Roma, hebreus e gentios, conheciam bem o Antigo Testamento e a maneira como ali é apresentado o poder de Deus. Conheciam, por exemplo, o que essa Escritura diz sobre as pragas que Deus enviou ao Egito para libertar Israel, Seu povo.

Quando Deus estava para enviar a sétima praga, granizo que atingiu pessoas, animais e todo o campo dos egípcios, destruindo a vegetação existente, ordenou a Moisés: “Levanta-te pela manhã cedo, apresenta-te a Faraó e dize-lhe: Assim diz o Senhor, o Deus dos hebreus: Deixa ir o Meu povo, para que Me sirva. Pois esta vez enviarei todas as Minhas pragas sobre o teu coração, e sobre os teus oficiais, e sobre o teu povo, para que saibas que não há quem Me seja semelhante em toda a Terra. Pois já eu poderia ter estendido a mão para te ferir a ti e o teu povo com pestilência, e terias sido cortado da Terra” (Êx 9:13-15).

Em seguida, completando a ordem a Moisés, disse-lhe: “Mas, deusas, para isso te hei mantido, a fim de mostrar-te o Meu poder, e para que seja o Meu nome anunciado em toda a Terra” (Êx 9:16).

Deus manifestou um poder superior ao maior poder político que existia no mundo conhecido daquela época. Faraó, como rei, era supremo. Como deus, não era nada. Somente Jeová, o Deus de Israel, tinha o poder de Deus; ninguém mais. Podia julgar, condenar e castigar. Mas também podia salvar.

Para a salvação (1:16c)

Paulo disse aos romanos que o poder de Deus, do qual ele estava falando, tinha um objetivo especial e específico: “Para a salvação de todo aquele que crê, primeiro do judeu e também do grego.”

Como poder para a salvação, esse poder manifestava uma capacidade de Deus, ausente em todos os seres humanos da Terra. Ao mesmo tempo, supria uma necessidade presente em todos os seres humanos do mundo.

Ao dizer isso, Paulo não argumentava contra ninguém, muito menos contra os que criam no poder da lei para salvação dos pecadores. Certamente, essa crença rabínica existia e, na igreja, havia cristãos que a defendiam; mas essa polêmica não está presente na epístola quando Paulo menciona o tema dela. Paulo se dirige especialmente à necessidade fundamental do ser humano como pecador. A necessidade de se livrar da culpa que o condena. Ninguém se livra dela. A culpa é tão profundamente identificada com o pecado que também se tornou pecado, possivelmente o pecado mais absurdo dos seres humanos; porque, sentindo-a dilacerante, preferem permanecer nela, em vez de ir a Jesus para que sejam libertos. Uma autoescravidão voluntária à qual sua culpa se submete, conduzindo o culpado para a condenação no juízo final.

A salvação para a qual o poder divino se empenha é libertação no juízo escatológico de Deus. Também atua espiritualmente agora porque sua ação não é limitada, nem exclusivamente reservada para esse momento final. Atua a partir do momento em que o pecador crê em Jesus, porque é produto do poder de Deus, já presente no evangelho quando este alcança a pessoa pecadora e ela confia em Jesus.

Por isso Paulo, escrevendo aos crentes que viviam em Corinto, citou as palavras que Deus havia dito através dos profetas: “No tempo aceitável, Eu te ouvi e te socorri no dia da salvação” (Is 49:8).

Em seguida, lhes disse: “Eu te ouvi no tempo da oportunidade e te socorri no dia da salvação” (2Co 6:2). Esse tempo é hoje, quando os pecadores recebem a graça de Deus, com fé.

“E nós, na qualidade de cooperadores com Ele”, lhes escreveu Paulo, “também vos exortamos a que não recebais em vão a graça de Deus” (2Co 6:1).

O cristão recebe a salvação nesta vida, para esta vida e para a vindoura. Isso o afeta em sua vida espiritual, interior, libertando-o da culpa e da incapacidade para agradar a Deus. Essa culpa e incapacidade atuam no espírito de toda pessoa como um destino maligno, resultado das forças opositoras a Deus. A salvação transforma os seres humanos, modificando sua vida formal, externa, sua conduta, libertando-os de todo o mal produzido por suas próprias ações e pelas ações da geração perversa no meio da qual vivem (At 2:40).

Escrevendo aos colossenses, Paulo descreve a vida do cristão salvo, em termos magistras e cheios de segurança espiritual, fruto do poder de Deus.

“Por essa razão”, disse ele, “desde o dia em que o ouvimos, não deixamos de orar por vocês e de pedir que sejam cheios do pleno conhecimento da vontade de Deus, com toda a sabedoria e entendimento espiritual. E isso para que vocês vivam de maneira digna do Senhor e em tudo possam agradá-Lo, frutificando em toda boa obra, crescendo no conhecimento de Deus e sendo fortalecidos com todo o poder, de acordo com a força da Sua glória, para que tenham toda a perseverança e paciência com alegria, dando graças ao Pai, que nos tornou dignos de participar da herança dos santos no reino da luz. Pois Ele nos resgatou do domínio das trevas e nos transportou para o Reino de Seu Filho amado, em quem temos a redenção, a saber, o perdão dos pecados” (Cl 1:9-14).

O que crê (1:16d)

“O evangelho é o poder de Deus para a salvação de todo aquele que crê”, escreveu Paulo, “primeiro do judeu e também do grego” (1:16).

Quem é o que crê? Aquele que diz: eu creio? Pode ser. Embora não necessariamente. Alguém pode dizer eu creio e, na realidade, não crer. Os demônios também creem e tremem, mas não são crentes. Não são cristãos, nem jamais o serão. O crente tem que afirmar sua fé e tem que dizer: eu creio. Porque negá-la é pecado, como o que Pedro cometeu na noite em que Jesus foi julgado. Não confessá-la é abandoná-la por negligência. Mas, o crente precisa

de algo mais do que dizer: eu creio. Ele tem que crer. E crer é confiar em Deus, é se entregar completamente a Ele, voluntariamente, no sentido de não ser compelido por nenhuma outra força, exceto a força de sua própria vontade. Crer é um ato da vontade própria do crente, mas não uma ação isolada, independente. É um ato da vontade própria submetida à vontade de Deus e integrada a ela, constituindo com ela uma unidade indissolúvel, na qual o que Deus deseja é o mesmo que o crente deseja, e o crente deseja somente o que Deus quer.

O crente tem a responsabilidade de crer. Mas crer não é obra sua, no sentido de que o ato de crer seja um ato meritório de salvação realizado pelo crente; pois a salvação não é produzida pelo poder da fé, mas pelo poder de Deus que também atua no crente para que ele creia. Poder de Deus, tão intenso, que além de produzir fé no crente, elimina todos os seus preconceitos, incluindo os todopoderosos preconceitos raciais, culturais e sociais, pois a salvação é igualmente para judeus e gentios. Esse é um sentido universal da salvação que não abandona o conceito da existência de um povo particular de Deus.

A prioridade dos judeus (1:16e)

“Primeiro do judeu e também do grego.”

Antigamente, o povo especial de Deus era integrado pela nação judaica. Entre os cristãos, não há judeu nem grego, mas os crentes ainda constituem um corpo diferente do restante da humanidade. São o corpo de Cristo, sem negar a prioridade que Paulo sempre deu aos judeus na pregação do evangelho. Começou sempre com eles, pois eles foram os primeiros depositários das promessas divinas de salvação e tinham o dever de levá-las aos gentios de todo o mundo.

A prioridade dos judeus, referida por Paulo aos cristãos de Roma, não era apenas uma questão histórica, concedida porque Jesus, sendo Ele mesmo judeu, havia atuado entre eles, e os primeiros cristãos haviam surgido de Sua nação. Correspondia ao interesse que Deus tinha e que ainda conserva por eles. Por meio do profeta Isaías, Ele havia profetizado a respeito do futuro do povo hebreu,

dizendo: “Jacó não será mais humilhado; e o seu rosto não tornará a empalidecer. Quando ele vir em seu meio os seus filhos, a obra de Minhas mãos, proclamará o Meu santo nome; reconhecerá a santidade do santo de Jacó, e no temor do Deus de Israel permanecerá. Os desorientados de espírito obterão entendimento; e os queixosos vão aceitar instrução” (Is 29:22-24, NVI).

Em outro lugar, o próprio profeta diz: “As relíquias de Israel serão salvas”. Por isso e muito mais, Paulo reconhece a prioridade de Israel diante de Deus.

“O apóstolo considerava-se a si mesmo devedor ‘tanto a gregos como a bárbaros’, bem como a judeus; mas jamais perdeu ele de vista as decididas vantagens que os judeus haviam possuído sobre outros, ‘primeiramente’, porque ‘as palavras de Deus lhe foram confiadas’ (Rm 3:2). ‘O evangelho’, declarou, ‘é o poder de Deus para salvação de todo aquele que crê; primeiro do judeu, e também do grego’” (Ellen G. White, *Atos dos Apóstolos*, p. 380).

Depois da destruição de Jerusalém, Israel foi disperso pelo mundo. Muitos foram levados como escravos a terras estranhas, outros foram maltratados de diversas maneiras.

“Tem havido de século em século muitos judeus nobres, homens e mulheres, tementes a Deus, os quais têm sofrido em silêncio. Deus tem confortado seu coração em aflição, e tem contemplado com piedade sua terrível situação. Tem ouvido as agonizantes orações dos que de todo o coração O têm buscado para uma justa compreensão de Sua Palavra. Alguns têm aprendido a ver no humilde Nazareno a quem seus antepassados rejeitaram e crucificaram, o verdadeiro Messias de Israel. Ao alcançar sua mente o significado das familiares profecias há muito obscurecidas pela tradição e errada interpretação, seu coração se tem enchido de gratidão a Deus pelo dom inaudito que Ele outorga a todo ser humano que decide aceitar a Cristo como um Salvador pessoal” (ibid., p. 379, 380).

Assim como Deus manifestou Seu interesse pelo povo judeu, nos tempos posteriores à fundação da igreja cristã, quando o evangelho começava a ser pregado, assim será nos tempos finais. Quando a

pregação do evangelho estiver sendo encerrada, Deus manterá o mesmo interesse prioritário por eles.

“Na proclamação final do evangelho, quando deve ser feito um trabalho especial pelas classes de pessoas até aqui negligenciadas, Deus espera que Seus mensageiros *tomem interesse especial pelo povo judeu*, o qual eles encontram em todas as partes da Terra. [...] Há entre os judeus alguns que, como Saulo de Tarso, são poderosos nas Escrituras, e esses proclamarão com maravilhoso poder a imutabilidade da lei de Deus. O Deus de Israel fará que isto suceda em nossos dias. Seu braço não está encolhido para que não possa salvar. Ao trabalharem Seus servos em fé pelos que de muito têm sido negligenciados e desprezados, Sua salvação será revelada” (ibid., p. 381, itálico acrescentado).

A justificação do evangelho (1:17)

Paulo já disse que o evangelho se refere ao Filho de Deus, nosso Senhor Jesus Cristo. É o poder de Deus, atuando para salvar todo aquele que crê, primeiro o judeu e também o grego. Agora acrescenta algo mais à sua progressiva explicação. O evangelho é justificação.

A justiça de Deus está sendo revelada (1:17a)

O evangelho garante a ação de Deus, utilizando todo o Seu poder de salvação em favor dos pecadores. Como isso é feito? Aplicando ao pecador Sua própria justiça, uma vez que a justiça humana não passa de trapos de imundícia, incompetente para alcançar a salvação. Para imputar Sua justiça, Deus começa revelando-a aos pecadores, e o faz por meio do evangelho.

“Porque no evangelho”, diz Paulo, “é revelada a justiça de Deus”, ou melhor, está sendo revelada.

O que é a justiça de Deus? A justiça de Deus é a coerência consigo mesmo. É a atuação de Deus, como Deus. Os deuses pagãos e todos os deuses criados pelo homem não atuam como deuses. Atuam somente como os seres humanos atuam. Por quê? A razão é simples. Ninguém pode atuar diferentemente de seu criador, nem de maneira superior a ele. Os deuses gregos, por exemplo, vivem

como os seres humanos, têm seus mesmos vícios, praticam suas mesmas vinganças, respondem às suas próprias paixões, espiritualmente são exatamente iguais aos seres humanos. Criados pelos humanos, eles são uma imagem ampliada da própria humanidade. Nada mais. Não são deuses, nem podem atuar como tais. São uma aparência de deuses. Uma farsa.

Deus, por Sua vez, é Deus e atua como Deus. É criador, misericordioso, pode julgar os pecadores e condená-los ou salvá-los. Mas não no estilo dos seres humanos. Ao Seu próprio estilo. Justo, como Ele é. Misericordioso, como Ele é. Redentor, como Ele é. Por isso, em Cristo Se apresentou como Ele é para que, através de Seu sacrifício, Sua justiça como Deus fosse visível e pudesse ser aplicada aos pecadores que creem. E o evangelho, por se referir a Seu Filho, revela Sua justiça.

Paulo expressa essa revelação de forma progressiva para um final, utilizando o termo grego *apokalyptetai*, de onde se origina a palavra apocalipse, a revelação final. Jesus, o evangelho, é a revelação final de Deus, como Deus. Pode fazer pelos seres humanos aquilo que eles estão impossibilitados de fazer por si mesmos. Pode justificá-los e o está fazendo. Esta é uma boa notícia do evangelho. Assim como Deus é justo, um Ser em absoluta coerência consigo mesmo, sem conflitos, nem desvios, o pecador também pode atuar em coerência com Deus com o mesmo grau de justiça com que Ele atua. Isso porque tal justiça, no pecador, é um dom de Deus. Ele a outorga por Sua própria graça e boa vontade, e o ser humano somente recebe pela fé, apesar de sua própria desgraça.

Vista desse modo, a justiça de Deus se manifesta como uma dívida. Um dom do Deus justo ao pecador injusto, para torná-lo justo. Muitos contrastam o dom de Deus com Sua ação e procuram explicar por que a justiça de Deus é um dom divino, não uma ação divina pelo pecador e vice-versa. Pode Deus outorgar Sua justiça sem atuar com justiça e continuar sendo um Deus justo? Não, certamente. A justificação tem que ser um presente de Deus ao pecador; do contrário, este jamais se tornaria justo. Nada pode por si mesmo.

Além disso, a concessão da justiça de Deus ao pecador tem que ser uma ação justa. Se assim não fosse, Ele deixaria de ser o que é. Deixaria de ser Deus. Impossível. Quando Deus justifica o pecador injusto, Ele continua sendo justo porque o faz baseado em Sua própria ação justa, executada voluntariamente por Seu Filho. Um com Ele, na cruz. A justiça de Deus é um dom divino como também uma ação divina em favor dos pecadores, sem que haja qualquer prioridade entre elas.

A base para esse conceito encontra-se no ensinamento sobre a justiça de Deus apresentada no Antigo Testamento e o uso que Paulo faz em outros lugares da epístola aos Romanos, visto que oito das nove vezes em que a usa estão nessa epístola (1:17; 3:5, 21, 22, 25, 26; 10:3; esta última, duas vezes. A outra é 2Co 5:21).

Davi orava ao Deus de sua salvação desta forma: “Livra-me dos crimes de sangue, ó Deus, Deus da minha salvação, e a minha língua exaltará a Tua justiça” (Sl 51:14). De acordo com este pedido de Davi, a justiça de Deus virá como um ato de libertação divina.

O próprio Deus, através de Isaías, declara que Sua tarefa é levar justiça e salvação aos pecadores. Ele diz: “Ouvi-Me vós, os que sois de obstinado coração, que estais longe da justiça. Faço chegar a Minha justiça, e não está longe; a Minha salvação não tardará; mas estabelecerei em Sião o livramento e em Israel, a Minha glória” (Is 46:12, 13).

O conceito da justiça de Deus também aparece no Antigo Testamento com toda a clareza. Assim o declara Davi: “Cantem de júbilo e se alegrem os que têm prazer na Minha retidão; e digam sempre: Glorificado seja o Senhor, que Se compraz na prosperidade do Seu servo! E a minha língua celebrará a *Tua justiça* e o Teu louvor todo o dia” (Sl 35:27, 28).

E o repete: “Restitui-me a alegria da Tua salvação e sustenta-me com um espírito voluntário. Então, ensinarei aos transgressores os Teus caminhos, e os pecadores se converterão a Ti. Livra-me dos crimes de sangue, ó Deus, Deus da minha salvação, e a minha língua exaltará a Tua justiça” (Sl 51:12-14).

É da justiça de Deus que o pecador precisa, e Deus está disposto a concedê-la. Quando o pecador a recebe, como uma dádiva,

o peso de sua culpa se transforma em alegria, liberdade e cântico permanente.

Além do mais, no Antigo Testamento encontram-se as promessas messiânicas relacionadas à chegada dAquele que, como renovo Justo, trará a justiça de Deus em Si mesmo.

“Naqueles dias e naquele tempo, farei brotar a Davi um Renovo de justiça; Ele executará juízo e justiça na Terra. Naqueles dias, Judá será salvo e Jerusalém habitará seguramente; ela será chamada Senhor, Justiça Nossa!” (Jr 33:15, 16).

A base de Paulo para seu ensino sobre o evangelho como justificação, além da revelação direta que Deus lhe deu, estava no Antigo Testamento, pois não pode haver contradição entre a revelação antiga e a nova. O evangelho do Antigo e do Novo Testamento é o mesmo. Cristo Justiça Nossa, justificação de Deus. E o evangelho assim o revela.

De fé em fé (1:17b)

“A justiça de Deus”, disse Paulo, “se revela no evangelho, de fé em fé”.

Quem revela a justiça de Deus? Aquele que é a própria justiça divina personificada, em ação, como dom divino e como justificação do pecador: Jesus Cristo, o Filho de Deus. Deus conosco. Na revelação do Filho, atuavam conjuntamente as três pessoas da Divindade. Essa revelação é apresentada no evangelho, a boa-nova de que o pecador não está abandonado em seu estado pecaminoso. Há um caminho de salvação para ele, e que ele recebe de fé em fé.

Depois de todos os altos e baixos, desvios e retornos ocorridos na história de Seu povo Israel, Deus Se mantém fiel à Sua promessa de salvar os que creem e, de fato, os está salvando. Entre os salvos haverá judeus e gregos, hebreus e gentios. Nenhum deles será salvo por causa da procedência étnica, mas por meio da fé em Jesus Cristo. Pela fidelidade de Deus ao Seu pacto de salvação com Israel e com a humanidade, o pecador pode receber a justiça de Deus. Ao crer nEle e receber sua justiça pela fé, começa a ter uma vida que, de fé em fé, cresce em Jesus Cristo.

O justo viverá pela fé (1:17c)

A salvação é unicamente pela fé. Ao dizer isso, Paulo se reporta ao Antigo Testamento e utiliza um texto que diz assim: “Mas o justo viverá pela sua fé” (Hc 2:4).

Quando Habacuque escreveu isso, o povo de Deus estava sob ameaça de uma terrível crise, que lhes traria a invasão babilônica. Ocorreria por causa de seus próprios pecados. Essa invasão, como juízo divino, terminaria provocando o cativeiro de Judá em Babilônia. Habacuque advertiu a nação contra esse perigo. Mas o povo nada fez para evitá-lo. Continuou em seus pecados e a consequência foi desastrosa.

Habacuque viu a nação dividida em dois grupos. De um lado, a maioria constituída por pessoas soberbas, cuja alma não era reta. De outro lado, um grupo menor de justos. Dois estilos de vida. Um baseado no orgulho; o outro, na fé. “Eis o soberbo! Sua alma não é reta nele”, escreveu, “mas o justo viverá pela sua fé” (Hc 2:4).

Em seguida, faz uma lista de pecados cometidos pelos soberbos, descrevendo um estilo de vida condenável: cobiça, violência, iniquidade, embriaguez, idolatria e toda sorte de males. E ele, personificando os justos, roga a Deus que reavive Sua obra e a torne conhecida. Uma obra de misericórdia e de poder, como o poder que Deus manifestou no Monte Sinai quando entregou a lei a Moisés. Deus termina socorrendo Seu povo, e o justo se alegra no Senhor. Pela fé, suporta a crise. Pela fé, livra-se dos juízos divinos. Pela fé, recebe a misericórdia divina. Pela fé, desfruta a proteção de Deus. Pela fé, sente a alegria de viver, embora tudo, ao seu redor, seja improdutivo e desolado. Vive pela fé.

Assim é revelada a justiça de Deus aos justos: através da própria vida. Não a vida que é má e pratica o mal; mas a vida de fé. Uma fé que vive com Deus e desfruta de Sua misericórdia e justiça – uma justiça que vem através da fé.

A vida pela fé, justa diante de Deus e dos demais seres humanos por causa da justiça que Ele tem concedido ao crente, é a verdadeira forma de viver a vida. O crente que assim vive reflete sobre a existência. Avalia os valores negativos da vida humana motivada

pelo orgulho e egoísmo, e percebe sua futilidade, especialmente sua condição pecaminosa. Possui na mente a capacidade de discernimento, nova para ele, e que nela foi gravada pela obra do Espírito Santo. Percebe a diferença espiritual que existe entre a vida de orgulho e a vida pela fé. Sabe que pode contar com a fidelidade de Deus e com Seu poder para viver pela fé. E de fato vive pela fé. Justificado por Deus, é justo.

Paulo ainda não entra nos detalhes sobre a justificação pela fé, mas já determinou que o evangelho se refere ao Filho, nosso Senhor Jesus Cristo; que o evangelho é o poder de Deus para a salvação; que no evangelho é revelada a justiça de Deus e que o poder de Deus e Sua justiça, como justificação, estão disponíveis ao pecador que crê e vive pela fé.

Com isso, Paulo definiu o tema de sua carta e está pronto para entrar nos detalhes do evangelho, como doutrina e como aplicação prática de seu conteúdo na vida dos pecadores que, pela fé, o aceitarem.



3

O Centro do Evangelho: Justificação Pela Fé

Não é preciso dizer a ninguém. Cada pessoa conhece sua própria condição. Mas, embora todos vivam em pecado e saibam disso, existe algo no modo de vida do pecador que é especialmente enganoso. Tão enganoso que pode enganar, e engana, cada pecador. Não se trata do pecado como ato metódico. Esse sempre deixa na consciência, mesmo na mais cauterizada, um sentimento de culpa, ainda que seja uma tênue recriminação pelo medo de perder prestígio social, um temor que a prática do mal traz consigo. O que engana o pecador, fazendo-o pensar que não é culpado de nada, é o estado pecaminoso, a própria natureza do pecador, como tal. Ele está tão acostumado com o pecado, e acostumado a ver os semelhantes vivendo como pecadores, que, no subconsciente, conclui ser essa a forma natural da vida humana.

Se for natural viver assim, sua mente conclui como autodefesa: “Que culpa eu tenho de ser como sou?” E dá um passo adiante na direção de seu próprio engano. Tenho que ser aceito como sou. Além do mais, os outros também precisam do mesmo tipo de aceitação que eu espero deles.

Esse engano é como o ponto cego, no espelho retrovisor, presente em todo veículo motorizado. Outro veículo que venha atrás entra nesse ponto quando, paralelamente a ele, encontra-se um pouco

atrás do assento ocupado pelo condutor do veículo dianteiro. Este, mesmo que olhe em todos os espelhos retrovisores, não o vê. Ai está. Real e perigoso. Mas não o vê. O fato de não ser visto, não elimina sua presença, nem acaba com o perigo mortal que este acarreta. Um pequeno giro à esquerda, feito pelo condutor que está à frente, e o choque pode ser desastroso, até mortal.

A zona de engano em que o pecador vive o faz esquecer de seu pecado. A morte eterna, como consequência, se torna presente como uma tragédia implacável e merecida. Para que isso não aconteça, Paulo apresenta o que ocorre, descreve a culpa e indica a solução (1:18-5:21).

A humanidade culpada necessita de justificação (1:18-3:20)

Paulo conhece a verdade e a apresenta. Conhece a verdade a respeito do ser humano e sobre a identificação de Deus com a humanidade, revelada no evangelho.

A culpa de todos: atuar contra a verdade de Deus (1:18-32)

“A ira de Deus”, diz Paulo aos cristãos de Roma, “se revela do Céu.” Não se trata de ira passional, caprichosa, violenta, nem injusta. É o menosprezo que Deus sente para com o mal e o pecado. Uma espécie de afastamento divino que deixa o pecador abandonado à destruição, à própria sorte.

“Porque o salário do pecado é a morte”, informa Paulo (6:23a).

Quando Deus retira do ser humano Sua presença pessoal que concede vida, saúde espiritual e todas as demais coisas, restam para ele somente as consequências do pecado: dor e sofrimento, tristeza e abandono, conflito e aflição, remorso e mágoa, enfermidade e morte. É somente carne (Gn 6:3), que volta à terra de onde Deus a formou.

“No suor do rosto comerás o teu pão, até que tornes à terra, pois dela foste formado; porque tu és pó e ao pó tornarás” (Gn 3:19).

O afastamento gradual de Deus, que deixa o pecador na solidão, até a morte, será definitivo no dia da ira. Falando sobre esse dia, o profeta anunciou: “Não há outro semelhante àquele dia” (Jr 30:7). “Vem do Todo-Poderoso como assolação”, acrescenta Isaías (13:6). E Joel, com o

terror de quem parecia tê-lo vivido na visão do Senhor, diz: “Grande é o Dia do Senhor e mui terrível! Quem o poderá suportar?” (Jl 2:11).

Os seres humanos pecadores não podem suportar a presença direta de Deus. Sua imaculada pureza e Sua glória imarcescível os destroem. Nem podem continuar vivendo quando são abandonados por Sua ausência total. Nesse dia, a ira de Deus é o juízo final. Sem Deus, nada permanece.

Terrível é a sorte do ser, no planeta Terra, que ambiciona uma vida eterna e que luta por sua perpetuação, mesmo que seja somente na memória de seus semelhantes. Sem Deus, nada permanece. Ninguém vive.

“A ira de Deus”, diz Paulo, “se revela do Céu contra toda impiedade e perversão dos homens” (1:18a). A revelação da ira de Deus é revelação apocalíptica, que anuncia uma destruição definitiva, final. Seu oposto, no conteúdo, é a revelação redentora da justiça divina que, de acordo com Paulo, no evangelho, se revela de fé em fé (1:17).

A revelação da ira indica morte. Morte não como castigo divino, mas como consequência do modo errado de agir do ser humano. Um viver errado ao extremo. Extremamente mau, porque inclui a impiedade e a injustiça, dois males contrários ao mais íntimo da personalidade divina. Males que atuam, injustamente, de várias maneiras.

Primeira, omitindo a verdade a respeito de Deus (1:18-20). Com sua característica repetitiva, Paulo une doutrina com prática, teologia com religião, quando diz que Deus dirige Seu juízo, Sua ira, contra a impiedade e a injustiça que os pecadores cometem, como aquele que pode ser o pecado de todos os pecados: “Detêm a verdade pela injustiça; porquanto o que de Deus se pode conhecer é manifesto entre eles, porque Deus lhes manifestou” (1:18b-19).

A injusta detenção da verdade, cometida pelos pecadores ímpios e injustos, é uma oposição contra Deus, ao se endeusarem a si próprios. Uma ação semelhante à do homem do pecado, que o transformou em anticristo.

Paulo assim o descreve: “Ninguém, de nenhum modo, vos engane, porque isto não acontecerá sem que primeiro venha a apostasia

e seja revelado o homem da iniquidade, o filho da perdição, o qual se opõe e se levanta contra tudo que se chama Deus ou é objeto de culto, a ponto de assentar-se no santuário de Deus, ostentando-se como se fosse o próprio Deus” (2Ts 2:3, 4).

O espírito de se endeusar, isto é, colocar-se no lugar de Deus, vem do próprio demônio, o qual ao se rebelar no Céu, pretendeu ser igual a Deus. Um deus falso, porque nem ele, nem o anticristo, nem ser humano algum jamais podem ser o Deus verdadeiro. E têm conhecimento disso, porque ser Deus não é questão de chegar a ser. Deus é.

“Jesus Cristo, ontem e hoje, é o mesmo e o será para sempre” (Hb 13:8).

E sabem ainda mais, diz Paulo: “Porquanto o que de Deus se pode conhecer é manifesto entre eles, porque Deus lhes manifestou” (1:19).

Como? Tornando-Se visível às suas percepções mentais, espirituais e até físicas.

Segunda, mudando a verdade de Deus por ídolos (1:21-24). Acaso tem Deus Se tornado visível às percepções físicas do ser humano? Viu o ser humano a Deus? Alguns, de forma direta, através de Sua glória e Sua presença. Entre eles, Adão e Eva, Moisés e alguns dos profetas. Outros O viram de forma indireta, através de Suas obras.

Paulo diz: “Porque os atributos invisíveis de Deus, assim o Seu eterno poder, como também a Sua própria divindade, claramente se reconhecem, desde o princípio do mundo, sendo percebidos por meio das coisas que foram criadas” (1:20).

Não é possível conhecer completamente a pessoa de Deus. Não nas circunstâncias limitadoras do pecado. Mas a invisibilidade de Seu poder e de Sua divindade, sob as atuais condições do pecado, torna-se claramente visível. Como? Através das coisas feitas. A existência do ser humano, com sua quase insondável complexidade; a presença real de tudo o que existe no mundo com seu equilíbrio perfeito, apenas alterado pela intervenção sempre destruidora do ser humano pecador; a própria vida, tão simples e complexa, tão persistente e vulnerável, tão claramente visível e cheia de mistério;

tudo o que existe revela a presença do Deus invisível. Assim o entenderam, no passado, grandes filósofos, poetas aclamados e profetas.

Por meio das coisas visíveis, Platão chegou a perceber a existência do invisível, com um realismo tão forte que imaginou a existência de todo um universo invisível. Chamou-o mundo da realidade, mundo inteligível, onde se encontra a Ideia, de onde tudo provém.

Assim se expressou Platão: “Nos derradeiros limites do mundo inteligível, está a Ideia do bem, percebida com esforço, mas que não se pode perceber sem concluir que Ela é a causa primordial de tudo quanto há de bom e belo no Universo; que Ela, neste mundo visível, produz a luz e o astro do qual a luz provém diretamente; que, no mundo invisível, gera a verdade e a inteligência; finalmente, que é necessário ter os olhos postos nessa Ideia, se quisermos nos conduzir adequadamente na vida pública e privada” (Platão, *República*, livro VII).

O próprio Deus manifestou Sua existência invisível, poderosa e divina. Negá-la é uma injustiça cometida diretamente contra Ele, uma impiedade. E os que dessa forma rejeitam a verdade a respeito de Deus são culpados. Não têm escusa, pois negam conhecer o que na realidade conhecem.

“Tendo conhecimento de Deus, não O glorificaram como Deus”, diz Paulo, “nem Lhe deram graças” (1:21a). Desprezando a luz, preferiram as trevas. “Os seus pensamentos tornaram-se fúteis”, acrescenta Paulo, “e o coração insensato deles obscureceu-se” (1:21b, NVI).

O ser humano que nega Deus afeta sua razão e seus sentimentos, negativamente. Chega a uma falsa pretensão, tornando-se nescio e ídólatra.

“Dizendo-se sábios, tornaram-se loucos”, afirma Paulo, “e trocaram a glória do Deus imortal por imagens feitas segundo a semelhança do homem mortal, bem como de pássaros, quadrúpedes e répteis” (1:22, 23, NVI).

Idolatria é a maneira mais baixa de rejeição a Deus, e ao mesmo tempo a mais grosseira de reconhecê-Lo. Ele existe. Confundido pela mente irracional, pela insensatez de sentimento, falsificado pela absurda incompreensão do pecador, ainda assim é reconhecido.

Sim, Ele existe. Se o pecador não reconhecesse Sua existência, por que haveria de falsificá-Lo? Por que negá-Lo? Por que rejeitá-Lo? Rebelando-se contra Deus, a única coisa que o pecador consegue é declarar, de modo profundamente comovedor, que Deus existe; e a única coisa que consegue para si é expor-se às consequências de sua própria culpabilidade pecaminosa.

O pecador é culpado de haver trocado Deus pelos ídolos. “Por isso”, diz Paulo, “Deus os entregou à impureza sexual, segundo os desejos pecaminosos do seu coração, para a degradação do seu corpo entre si” (1:14, NVI).

Terceira, mudando a verdade de Deus em mentira (1:25). Outra forma de cair na impiedade e na injustiça é mudar a verdade de Deus em mentira.

Paulo diz: “Mudaram a verdade de Deus em mentira, adorando e servindo a criaturas em lugar do Criador, o qual é bendito eternamente. Amém!”

Do ponto de vista bíblico, a verdade é algo para se conhecer e cumprir, ao mesmo tempo. É algo para ser obedecido. A obediência é a atitude do homem que harmoniza pensamento e ação com a vontade expressa de Deus. O oposto é pecado. A verdade de Deus é a verdade a respeito do que Ele é: Deus. Digno de obediência, adoração e serviço. Os pecadores mudaram essa verdade pela mentira de adorar e servir a outros seres criados. Não se trata de mentira de palavras. É mentira pelas ações; pior que a anterior, porque as palavras nem sempre incluem ações, especialmente se são palavras mentirosas; mas, ações mentirosas sempre incluem palavras e são resultado de pensamentos mentirosos mais as palavras, nessa sequência. Os pensamentos vêm primeiro; depois, as palavras; finalmente, as ações.

A mentira da idolatria é uma das piores mentiras que o ser humano pode expressar quando age, pois, com essa ação, substitui o Criador pela criatura. Concede à criatura maior importância que ao Criador e desconhece os poderes próprios do Criador. Então, não é estranho que, quando o ser humano procura desprezar e despreza Deus, substitui-O por um deus falso. Um ser vivo, como animais,

aves, ou outros, incluindo os vegetais; um objeto, um astro, ou qualquer outro, até a própria Terra, respeitada e adorada como deusa. A mentira da idolatria diminui Deus; é uma mentira, porque o Criador continua sendo o que sempre foi com todos os Seus poderes: Deus. Além disso, o ímpio e injusto pecador, com o ato mentiroso de sua adoração, em nada melhora, continua igual; outra mentira.

Se o próprio ato de adoração, em lugar de ser dirigido às criaturas, fosse dedicado a Deus, ato verdadeiro, o pecador se colocaria sob os poderes divinos do Criador e, objeto deles, Deus o tornaria uma nova criatura. Recriado realmente, deixaria a mentira, a fraude e o engano para ser o que Deus sempre quis que ele fosse: um filho Seu, fiel e verdadeiro. Mas os seres humanos mudaram a verdade de Deus pela mentira da idolatria e se tornam indignos.

Quarta forma de manifestar a impiedade e a injustiça: mudando as práticas sexuais naturais por práticas contrárias à natureza (1:26-31). A degradação idólatra do ser humano o leva, naturalmente, à imoralidade. Assim o reconheciam os judeus em sua literatura não canônica: “A ideia de construir ídolos foi o começo da fornicação, e a invenção dos deuses falsos foi a corrupção da vida” (*Sabedoria de Salomão* 14:12).

Paulo é mais categórico ainda, pois atribui a imoralidade sexual à consequência da ação humana mentirosa mais o afastamento divino de sua companhia. “Deus os entregou a paixões vergonhosas” (1:26a, NVI). *Que paixões foram estas? Homossexuais.*

“As mulheres mudaram o modo natural de suas relações íntimas por outro, contrário à natureza; semelhantemente, os homens também, deixando o contato natural da mulher, se inflamaram mutuamente em sua sensualidade, cometendo torpeza, homens com homens, e recebendo, em si mesmos, a merecida punição do seu erro” (1:26, 27).

É a prática homossexual apenas uma variação do ato sexual normal ou é uma imoralidade contrária à vontade de Deus? A ideia de variação sem imoralidade se torna cada vez mais popular. Mas todo o contexto em que se encontra essa denúncia indica muito mais que uma variação da sexualidade feminina ou masculina.

A prática homossexual é uma forma de expressar rejeição a Deus através das ações, as quais, por isso mesmo, são ações de impiedade e de injustiça que despertam a ira de Deus. Sua ira é um ato de separação divina, abandono do pecador à sua própria sorte (1:19), que Deus realiza como antecipação do juízo final. E Deus rejeitará no julgamento final somente os seres humanos que tiverem praticado ações de desobediência à Sua vontade claramente expressa. Por isso, Paulo denuncia a prática homossexual como ato imoral contrário à vontade de Deus; um ato de impiedade e de injustiça.

Mas a perversão homossexual não foi tudo o que fizeram. Cresceram em sua rejeição a Deus de maneira depreciativa, e Deus os abandonou à corrupção de sua própria mente.

“E, por haverem desprezado o conhecimento de Deus”, acrescenta Paulo, “o próprio Deus os entregou a uma disposição mental reprovável, para praticarem coisas inconvenientes” (1:28).

Em que consiste a depravação mental? Em permitir que a mente, desabitada por Deus, e por isso não aprovada por Ele, dedique-se a maquinar o mal, tornando-se má em si mesma. Como a mente dos antediluvianos, quando Deus Se afastou completamente deles, executando o juízo do dilúvio. “Viu o Senhor que a maldade do homem se havia multiplicado na Terra e que era continuamente mau todo desígnio do seu coração” (Gn 6:5).

A mente que rejeita Deus é, eventualmente, rejeitada por Ele. Abandonada, torna-se impura e inútil. Louca. “Dizendo-se sábios, tornaram-se loucos” (1:22, NVI). Não existe maior insensatez que rejeitar o conhecimento de Deus. “Deveras, o Meu povo está louco, já não Me conhece; são filhos néscios e não inteligentes; são sábios para o mal e não sabem fazer o bem” (Jr 4:22).

Em seguida, Paulo apresenta o catálogo da mente depravada: “Tornaram-se cheios de toda sorte de injustiça, maldade, ganância e depravação. Estão cheios de inveja, homicídio, rivalidades, engano e malícia. São bisbilhoteiros, caluniadores, inimigos de Deus, insolentes, arrogantes e presunçosos; inventam maneiras de praticar o mal; desobedecem a seus pais; são insensatos, desleais, sem amor pela família, implacáveis” (1:29-31).

Parecia que Paulo havia terminado a descrição da maldade humana. Mas resta alguma coisa mais. Uma auréola de cinzas sobre a cabeça do ser humano depravado.

Quinta forma de demonstrar impiedade: complacência para com os pecadores (1:32). Porque rejeitam a Deus com tudo o que são, com todas as suas forças e com seu afeto aprovam os que, como eles, também O rejeitam.

“Embora conheçam o justo decreto de Deus, de que as pessoas que praticam tais coisas merecem a morte”, diz Paulo, “não somente continuam a praticá-las, mas também aprovam aqueles que as praticam” (1:32).

Os ímpios não encontram prazer em Deus. Somente sentem complacência com os que, rebeldes como eles, fazem contra Deus o mesmo que eles fazem. É o afeto de quem é néscio. A solidariedade da loucura. Não querem conhecer Deus. Preferem outro tipo de conhecimento. O conhecimento vazio das trevas que sempre conduz à maior escuridão da experiência, com aparência de iluminação, quando o único destino que têm é o justo juízo de Deus e a escura cova da morte.

O juízo de Deus: judeus e gentios (2:1-11)

O pecado da humanidade: obstinação (2:1-5a). Até este ponto de sua carta, Paulo falou a respeito do ser humano em geral. Por certo, sem desviar o olhar dos gentios, mas sem excluir os judeus, pois eles igualmente foram beneficiados com o conhecimento natural de Deus e também cometeram impiedade e injustiça, embora de modo diferente do restante da humanidade.

Falando sobre o ser humano, que inclui judeus e gentios, Paulo diz: “Portanto, és indesculpável, ó homem, quando julgas, quem quer que sejas” (2:1a, NVI).

Mais adiante, quando fala dos que pecaram sem lei (gentios) e dos que sob a lei pecaram (judeus), faz referência especificamente ao pecado de cada um deles; mas, nessa declaração, ainda fala do pecado de toda a humanidade. Declara-a culpada e sem escusa. A prova de sua culpa está num fato simples. Mais que simples, comum: o hábito de julgar os outros. Quanto mais

condenatória a atitude do ser humano, mais distante de Deus se encontra e mais culpado se revela.

Paulo assim o diz: “Porque, no que julgas a outro, a ti mesmo te condenas; pois praticas as próprias coisas que condenas” (2:1b).

Quando um pecador condena o pecado de outro pecador, não faz um juízo justo de seu próximo. Tudo o que faz é declarar seu conhecimento do pecado. Sabe o que o pecado é, e também conhece a virtude. Se não a conhecesse, como perceberia que a outra pessoa comete pecado? Julga, e seu juízo é injusto porque nele não existe misericórdia. Então, condena. E a injustiça de seu juízo reside na aplicação de sua condenação exclusivamente à pessoa que está julgando, quando, na realidade, deveria recair também sobre sua própria pessoa. Coisa que o pecador jamais pratica.

Em contraste com o juízo humano sobre seu próximo, Paulo apresenta o juízo de Deus, dizendo: “Bem sabemos que o juízo de Deus é segundo a verdade contra os que praticam tais coisas” (2:2).

A que práticas ele se refere? Às que mencionou anteriormente na lista de depravações (1:28-31). Práticas horrendas. Revelam que o ser humano é injusto, imoral, perverso, avarento, invejoso, criminoso, contencioso, enganador, murmurador, caluniador, inimigo de Deus, soberbo, vaidoso, desobediente, néscio, desleal, implacável, sem misericórdia e mais e pior.

Quando Paulo diz que o juízo de Deus se baseia na verdade, introduz um elemento alheio ao ser humano: a fidelidade. Um pouco mais adiante, falando da indestrutível fidelidade de Deus, ele diz: “Seja Deus verdadeiro, e todo homem mentiroso” (3:3, 4, NVI).

A fidelidade de Deus inclui benignidade, paciência e generosidade. Virtudes que o ser humano não possui em si mesmo. Por isso, Paulo afirma: “Tu, ó homem, que condenas os que praticam tais coisas e fazes as mesmas, pensas que te livrarás do juízo de Deus?” (2:3).

Ninguém pode escapar. Primeiro, porque cometeu todos os males incluídos na lista das depravações. Segundo, porque, ao condenar os outros por esses males, demonstra que os cometeu, sabendo que tais ações são contrárias à moral natural e se opõem à vontade de Deus. Terceiro, porque ao cometê-los, rejeita a verdade

de Deus, Sua fidelidade e Sua benignidade, que o poderiam guiar ao arrependimento; Sua paciência, que lhe outorgaria perdão; Sua generosidade, que o manteria distante da condenação do juízo; porque Deus, ao repetir o derramamento de Seus dons espirituais sobre o ser humano, o conduzirá por todas as sendas frutíferas da santificação para a vida eterna. Riquezas infinitas de Deus.

“Ou desprezas a riqueza da Sua bondade, e tolerância, e longanimidade, ignorando que a bondade de Deus é que te conduz ao arrependimento?” (2:4).

Como o pecador é complicado! Quão mais fácil seria se aceitasse a bondade de Deus e se entregasse a Ele! Mas há algo no ser humano pecador que o mantém em sua incoerência. Algo muito tolo, muito triste, muito mau. Chama-se obstinação. Impenitência. Rejeição do arrependimento e permanência obstinada no pecado.

“Mas, segundo a tua dureza e coração impenitente, acumulas contra ti mesmo ira para o dia da ira e da revelação do justo juízo de Deus” (2:5).

O juízo de Deus (2:5b-11). Agora sim, Paulo chegou ao juízo de Deus. Ele o introduz como um fato próprio do caminho trágico que, por seu desprezo à verdade divina e por sua rejeição de Deus, é trilhado pelo pecador. Começou na rebelião. Uma rebelião cheia de agressão espiritual contra o Criador. Continuou com a atitude condenatória para com o próximo, o qual condena pelos mesmos pecados que comete. E conclui com o menosprezo de todos os esforços divinos para salvar o pecador. O ato seguinte, na tragédia triste do pecador, é o juízo de Deus. Um juízo justo.

“Deus ‘retribuirá a cada um conforme o seu procedimento’” (2:6, NVI). Ao falar do juízo justo, Paulo imediatamente o associa à misericórdia de Deus. Sensível diferença com o juízo que o pecador pratica contra seu próximo. Sempre acusador. Sempre condenatório.

A misericórdia de Deus é demonstrada no conceito de que Deus dará a cada um o que merece de acordo com suas obras. Nada mais, nada menos. Paulo cita o Salmo 62. Davi o escreveu quando estava sofrendo a injusta perseguição de seu filho Absalão.

Absalão começou sua campanha contra o rei, buscando o favor do povo. “Quem me dera ser juiz na Terra, para que viesse a mim todo homem que tivesse demanda ou questão, para que lhe fizesse justiça!” (2Sm 15:4).

Mas a mente do jovem, como acontece com todo pecador, estava longe da justiça. Durante quatro anos, conspirou contra o pai, em segredo. Então, com autorização de Davi, foi a Hebrom para concretizar suas ambições e se proclamou rei dessa cidade. O reino sofreu um forte abalo social. A fidelidade de muitos fraquejou. Uniram-se ao jovem rebelde e Davi fugiu. Queria evitar a destruição de Jerusalém e, acima de tudo, a morte de muita gente. Chegou a Maanaim, a leste do Jordão, onde os dois grupos de anjos se apresentaram a Jacó quando este retornava da Mesopotâmia, fugindo de Labão, seu injusto sogro.

Sob duras circunstâncias de injustiça e diante do perigo da destruição, Davi escreveu: “Somente em Deus, ó minha alma, espera silenciosa... Só Ele e a minha rocha, e a *minha salvação*, e o meu alto refúgio; não serei muito abalado... Uma vez falou Deus, duas vezes ouvi isto: Que o poder pertence a Deus, e a Ti, Senhor, *pertence a graça*, pois a cada um retribuís segundo as suas obras” (Sl 62:1, 2, 11, 12).

A misericórdia e a salvação estão vinculadas ao juízo de Deus, para os que creem nEle; mas para os obstinados e incrédulos, somente o castigo que suas más obras merecem. Como Paulo diz: “Ele dará vida eterna aos que, persistindo em fazer o bem, buscam glória, honra e imortalidade. Mas haverá ira e indignação para os que são egoístas, que rejeitam a verdade e seguem a injustiça” (2:7, 8, NVI). Um castigo que ninguém deseja receber, porque até os pecadores querem o melhor para si mesmos. Um castigo que todos rejeitariam porque ninguém quer ser castigado. Um castigo que, mesmo sendo justo, os que praticam o mal pensam não merecer.

Qual castigo? “Tribulação e angústia”, diz Paulo, “virão sobre a alma de qualquer homem que faz o mal, ao judeu primeiro e também ao grego” (2:9).

A tribulação e a angústia que a pessoa desobediente à verdade sofre não provêm de seu interior, contrariamente ao que ocorre com a tristeza do arrependimento, a qual provém de seu próprio espírito contrito. A angústia e a tribulação do que pratica o mal o invadem, vindo de fora, e pressionam seu ser interior com constantes golpes de martelo de culpa, que cresce mais e mais à medida que repete a desobediência. Sua origem está no ato pecaminoso. Este se interpõe entre Deus e o pecador. Afasta-o de Deus e martiriza a consciência.

Bem o disse Isaías: “Mas as vossas iniquidades fazem separação entre vós e o vosso Deus; e os vossos pecados encobrem o Seu rosto de vós, para que vos não ouça” (Is 59:2). E mais adiante, incluindo-se a si mesmo com o povo pecador, acrescenta: “Porque as nossas transgressões se multiplicam perante Ti, e os nossos pecados testificam contra nós; porque as nossas transgressões estão conosco, e conhecemos as nossas iniquidades” (Is 59:12).

A seguir, Paulo fala sobre o juízo divino relacionado com os que fazem o bem. Coloca-os em contraste, como disse anteriormente, com os que fazem o mal. Há entre eles um abismo de diferença no dia do juízo. Já disse que os maus terão sofrimento e angústia. “Glória, porém, e honra, e paz a todo aquele que pratica o bem, ao judeu primeiro e também ao grego. Porque para com Deus não há acepção de pessoas” (2:10, 11).

O juízo não é uma ocasião de angústia para o que faz o bem, quer seja judeu ou gentio. Paulo não definiu ainda o que significa fazer o bem. Ele o dirá mais adiante, quando explicar a justificação pela fé. Mas aqui está claro que há uma diferença radical entre os que praticam o mal e os que praticam o bem. Em ambos os grupos, há judeus e gentios, membros de toda a humanidade. Existe, então, um grupo que sofrerá o castigo de Deus no juízo e outro que receberá glória, honra e paz: salvação. Não será condenado no juízo.

Há diferença entre a ação do que faz o mal e a ação do que faz o bem. O mau pratica uma ação degradante. Paulo usa a mesma palavra (*katergazomai*) quando descreve a ação do praticante de incesto da igreja de Corinto: “Apesar de eu não estar presente fisicamente,

estou com vocês em espírito. E já condenei aquele que *fez isso*, como se estivesse presente” (1Co 5:3, NVI).

Por outro lado, a ação do que pratica o bem (*ergazomai*) é o oposto da inatividade espiritual. É a atividade conforme a lei, que concorda com ela. Como a ação do amor: “O amor não pratica (*ergazetai*) o mal contra o próximo; de sorte que o cumprimento da lei é o amor” (Rm 13:10).

Entre a ação que degrada e a ação do amor, há uma diferença tão grande como a diferença entre a condenação e a salvação no juízo de Deus. Os que vivem para a degradação degradam-se até a morte. Os que vivem para amar amam para viver a vida eterna.

O pecado dos gentios: contra a consciência (2:12-16)

Neste ponto, Paulo coloca o foco de sua discussão no pecado *per se* dos gentios. Existe algo especificamente gentílico no pecado que eles cometem, comparado ao pecado dos judeus? A resposta é: sim. O pecado generalizado da humanidade, obstinação incrédula, afeta os gentios e também os judeus; mas há uma distinção entre o pecado de ambos os povos. O pecado dos gentios é contra a consciência, e o pecado dos judeus é contra a lei.

Na realidade, os dois grupos cometem o pecado de desobediência ao mesmo Deus, contra os mesmos princípios, mas com uma referência distinta. Para os judeus, a referência é a lei, mas os gentios não têm a lei. No entanto, todos pecaram.

Paulo se refere a isso da seguinte forma: “Assim, pois, todos os que pecaram sem lei também sem lei perecerão; e todos os que com lei pecaram mediante lei serão julgados” (2:12). Está claro. Os judeus tinham a lei e a conheciam. Eram responsáveis diante dela. Os gentios não.

De que lei Paulo fala aqui? Da lei moral, os dez mandamentos, que Deus entregou a Moisés no monte Sinai, embora reconheça que essa lei já existia desde Adão. “Assim como por um só homem entrou o pecado no mundo”, diz, “e pelo pecado, a morte, assim também a morte passou a todos os homens, porque todos pecaram. Porque até ao regime da lei havia pecado no mundo, mas o pecado

não é levado em conta quando não há lei. Entretanto, reinou a morte desde Adão até Moisés” (5:12-14).

Não é que a lei não existisse. Paulo se refere aos gentios como o grupo de pessoas que não a *conheciam*. A lei não os condenará no juízo, mas de qualquer forma perecerão, porque, embora não a conhecessem, desobedeceram a Deus. “Porque”, acrescenta Paulo, “os simples ouvidores da lei não são justos diante de Deus, mas os que praticam a lei hão de ser justificados” (2:13).

O oposto também se torna claro. Se os que cumprem a lei são justos diante de Deus, os que não a cumprem são injustos. Sua desobediência os condena. Por quê? Deus torna responsável uma pessoa que não O conhece? Não.

Tiago bem se expressa sobre isso: “Aquele que sabe que deve fazer o bem e não o faz nisso está pecando” (Tg 4:17).

Mas os gentios não desconhecem o que Deus considera bom. Não possuem os dez mandamentos que Deus escreveu nas tábuas de pedras, mas têm seus princípios escritos pelo próprio Deus na consciência deles. “De fato”, diz Paulo, “quando os gentios, que não têm a Lei, praticam naturalmente o que ela ordena, tornam-se lei para si mesmos, embora não possuam a Lei; pois mostram que as exigências da Lei estão gravadas em seu coração. Disso dão testemunho também a sua consciência e os pensamentos deles, ora acusando-os, ora defendendo-os” (2:14, 15, NVI).

Paulo havia dito que os seres humanos em geral, gentios e judeus inclusos, podem conhecer a Deus pela revelação que Ele fez de Si mesmo através da natureza. Agora, diz que há um conhecimento moral escrito na consciência deles. Não foram deixados na ignorância. Todos os gentios podem conhecer Deus e saber, sem nenhuma dificuldade, quais são Seus princípios morais. Tudo o que precisam fazer é prestar a devida atenção no que veem e no que pensam. Isso não significa que devem buscar o bem dentro de si mesmos. Não encontrarão. Tampouco significa que o verdadeiro conhecimento provém da natureza, como se existisse uma lei natural que atuasse por si mesma no mundo e no ser humano. O que realmente há é a atuação de Deus na natureza e na consciência humana. É Deus

quem Se revela a Si mesmo, nas coisas conhecidas, para que O conheçam; e Ele mesmo introduz no ser humano o conhecimento de Sua vontade, para que ao captá-la com a consciência e com a mente, eles possam cumpri-la.

Não é por misticismo que os gentios poderão se livrar da condenação no dia do juízo; é pela vontade de Deus e pelo Seu poder, seguindo a Sua indicação. “Isso tudo se verá”, continua Paulo, “no dia em que Deus julgar os segredos dos homens, mediante Jesus Cristo, conforme o declara o meu evangelho” (2:16).

No dia do juízo, através de Jesus Cristo, Deus julgará os segredos de cada um porque Jesus conhece todas as ações de cada pessoa, incluindo os motivos que tiveram para praticá-las. Davi, como pai piedoso e rei consagrado a Deus, instruiu Salomão na presença dos principais do reino, acerca do templo que devia construir, dizendo-lhe: “Tu, meu filho Salomão, conhece o Deus de teu pai e serve-O de coração íntegro e alma voluntária; porque o Senhor esquadrinha todos os corações e penetra todos os desígnios do pensamento” (1Cr 28:9).

Davi começa o Salmo 139, possivelmente o salmo teologicamente mais instrutivo, reconhecendo a onisciência de Deus. “Senhor, Tu me sondas”, diz, “e me conheces. Sabes quando me assento e quando me levanto; de longe penetras os meus pensamentos. Esquadrinhas o meu andar e conheces todos os meus caminhos. Ainda a palavra me não chegou à língua, e Tu, Senhor, já a conheces e sobre mim pões a mão” (Sl 139:1-5a).

Possivelmente, para quem obedece a Deus, a obra redentora do juízo é o aspecto mais maravilhoso em sua função. A salvação consiste em livrar o pecador da condenação no dia do juízo. O juízo separa os bons dos maus. Mas, não é uma separação que traga surpresa, como se todos os seres humanos, bons e maus, tivessem que estar em expectativa e suspense, com a angústia da incerteza, cada um pensando: O que acontecerá comigo? Na verdade, todos o sabem. Os gentios sabem se responderam positivamente à sua consciência. Além do mais, isso é o que consciência significa no grego: conhecimento adicional.

O primeiro conhecimento é o da mente: a pessoa tem conhecimento dos atos que praticou. O segundo é o conhecimento da consciência. Reconhece a qualidade das ações, se são boas ou más. A consciência sabe se as ações praticadas estão em harmonia com a norma moral ou não. Esse mesmo conhecimento, de acordo com o grau de sensibilidade da consciência, pode estimular as boas ações e a boa conduta da pessoa. Esse estímulo também contribui para o conhecimento que a pessoa desenvolve quanto à qualidade de suas ações, pois sabe claramente se está praticando ou não o bem que a consciência a estimula a praticar.

O pecado dos judeus: contra a lei (2:17-3:8)

A descrição que Paulo faz sobre a relação dos judeus com a lei é contundente. São pecadores, e seu pecado é contra a lei. Desobediência com hipocrisia. A demonstração de Paulo avança passo a passo, do alto conceito que os judeus tinham de si mesmos até a injustiça que cometiam diante de Deus.

Primeiro argumento: O judeu se orgulha na lei e crê que ela o torna superior (2:17-20). A jactância é sempre uma fraqueza, mesmo que a razão em que se baseie seja verdadeira. Pior ainda, se for falsa. Em sua jactância na lei, o judeu pensa que conhece a vontade divina, e acredita ser guia, instrutor e mestre dos demais.

Paulo começa chamando a atenção para a jactância espiritual do judeu.

“Ora, você leva o nome de judeu”, diz ele, “apoia-se na Lei e orgulha-se de Deus. Você conhece a vontade de Deus e aprova o que é superior, porque é instruído pela Lei.”

Paulo não diz: “Você que é judeu.” Ele afirma: “Você que leva o nome de judeu”, como que colocando em dúvida essa afirmação. Mais adiante, a dúvida inicial se transformará em acusação, quando ele definir que a condição de judeu é interior, espiritual. No momento, a espiritualidade do judeu é somente de palavra, uma afirmação deles. Apenas uma pretensão.

É verdade que a pessoa instruída pela lei tem bom relacionamento com Deus, conhece Sua vontade e sabe discernir o melhor.

Se obedece à lei, essa pessoa, auxiliada pelo Espírito Santo, sempre distingue corretamente entre o bem e o mal, com toda clareza. De outro modo, a instrução proporcionada pela lei, sem que esta seja obedecida, não produz efeitos espirituais no interior da pessoa que se relaciona com ela, pois sua relação não é espiritual. Chega apenas à superfície da personalidade; não penetra no interior. É como a chuva que cai sobre a pele da pessoa desnuda: a água não alcança suas entranhas. Tem efeito sobre ela, molha-a; sendo fria, a entorpece; se for uma forte torrente, a fere; se for muito quente, a queima; mas não penetra nela. O efeito é externo. Nada mais.

O judaísmo legalista faz com que a pessoa, em sua relação com a lei, engane a si mesma. Pensa que, por conhecê-la, receber sua instrução e depender dela, tem bom relacionamento com Deus e pode se gloriar nEle. E o faz. Mas não possui uma humilde dependência de Deus, nem O obedece com lealdade. Além disso, representa-O mal.

Deus queria que os judeus se gloriassem nEle, mas de forma correta.

“Assim diz o Senhor: Não se glorie o sábio na sua sabedoria, nem o forte, na sua força, nem o rico, nas suas riquezas” (Jr 9:23). E poderíamos acrescentar: “Nem o judeu, em sua relação com a lei.”

“Mas o que se gloriar, glorie-se nisto: em Me conhecer e saber que Eu sou o Senhor e faço misericórdia, juízo e justiça na Terra; porque destas coisas Me agrado, diz o Senhor” (Jr 9:24).

O conhecimento a que se refere o Senhor não é conhecimento apenas intelectual. Quem conhece Deus apenas intelectualmente, não o conhece. Para conhecê-Lo verdadeiramente, precisa estar integrado a Ele, unido a Ele, ser um com Ele. Isso é mais do que ser *como* Ele. Ser semelhante ou parecido não é ser igual. Um ser que apenas imita não é suficiente. Precisa ser de verdade. Ser cristão; não apenas ser *como* cristão. Nem fazer o jogo de parecer cristão. Precisa ser cristão de verdade. Nesse ser cristão, estão incluídas as relações externas com a lei, as relações espirituais com ela e as relações de obediência total, autêntica, não fingida, não representada. Diferentemente do que fazem atores de cinema e televisão. A obediência a Deus não é fingida; não se orgulha. Vive-se. Para isso, é necessário

viver *com* o Senhor. Isso é espiritualmente mais profundo, autêntico, real e pleno do que simplesmente viver *como* Ele. Um pagão pode imitar a vida de Jesus. Muitos empresários imitam Seus princípios, porque lhes proporcionam melhores resultados financeiros. Mas não vivem com Ele.

“Você”, continuou Paulo, “está convencido de que é guia de cegos, luz para os que estão em trevas” (2:19).

De fato, quando ilumina a mente, as emoções e a vida, o brilho da lei é suficiente para guiar os passos de quem se relaciona com ela. E ainda sobra luz para ser compartilhada. Compartilhando-a, o obediente se transforma em guia dos que, por se encontrarem nas trevas morais, não veem; são cegos. Necessitados de guias, podem ser grandemente beneficiados pelos que possuem a luz. Porém, os judeus pensavam que possuíam a luz porque tinham a lei. Mas, a menos que seja acesa por Cristo na vida de uma pessoa que a cumpra, a lâmpada da lei não ilumina. Os judeus não a cumpriam. Sem luz, eram apenas cegos, guias de cegos.

A chama da lei se torna uma chama viva unicamente pela obediência. O mandamento não é vida, a menos que se encarne em uma vida. Se isso não ocorrer, é apenas mandamento. Os judeus possuíam o mandamento, mas a vida do mandamento não estava neles. Porém, pretendiam isso. Orgulhavam-se. É pecado. Isso era tudo.

A jactância incluía algo mais. “Você judeu”, acrescentou Paulo, “instrutor de insensatos, mestre de crianças, porque tem na lei a expressão do conhecimento e da verdade” (2:20).

Os judeus sabiam que todos os demais, além deles, eram ignorantes e crianças no conhecimento. Eles, seus instrutores e mestres. Adultos, como diz Paulo, quando contrasta as crianças com os que têm conhecimento.

“Quem se alimenta de leite ainda é criança, e não tem experiência no ensino da justiça. Mas o alimento sólido é para os adultos, os quais, pelo exercício constante, tornaram-se aptos para discernir tanto o bem quanto o mal” (Hb 5:13, 14, NVI).

O conhecimento da lei permite distinguir entre o bem e o mal, porque é a própria essência do conhecimento e da verdade. Mas,

somente a obediência a ela exercita a faculdade de percepção espiritual, pois a obediência verdadeira não se torna possível sem a fé. E somente a fé produz uma relação espiritual correta com Deus. Os judeus não a tinham. Possuíam somente conhecimento da lei. Por lhes faltar a experiência espiritual, a pretensão de ser instrutores e mestres era jactância, pecado.

Segundo argumento: O judeu não pratica o que ensina (2:21-24). Da jactância, Paulo passa à hipocrisia.

“Tu, pois, que ensinas a outrem, não te ensinas a ti mesmo? Tu, que pregas que não se deve furtar, furtas? Dizes que não se deve cometer adultério e o cometes? Abominas os ídolos e lhes roubas os templos? Tu, que te glorias na lei, desonras a Deus pela transgressão da lei?” (2:21-23).

Paulo denuncia a hipocrisia do judaísmo legalista em cinco importantes áreas de atividade: o ensino, a pregação, a moral, a religião e a doutrina. Todas elas exigem a mais estrita autenticidade e a maior fidelidade. Como pode ser verdadeira a vida de alguém que falsamente ensina, prega e vive a moral, a religião e a doutrina? É pecado. Isto é, os judeus, por viverem dessa forma, estavam em pecado. Somente eles? Não é um delito universal? Hoje, sim. Naquela época, também. A diferença entre o pecado dos judeus e o pecado dos gentios se encontrava apenas na referência: os judeus pecavam contra a lei; os gentios, contra sua consciência. Mas, ambos pecavam contra Deus, que havia expressado Sua vontade por meio da lei e da consciência.

O pecado de hipocrisia dos judeus teve muitas consequências. A maior parte delas produziu efeitos negativos contra eles mesmos. Por causa disso, Deus permitiu que Israel fosse levado ao cativeiro sob o poder de nações pagãs cuja capacidade para vencê-lo, se Israel tivesse vivido uma vida coerente de obediência a Deus, teria sido nula.

Uma das consequências, porém, atingiu Deus diretamente. Ele foi desonrado. Paulo descreve isso, citando um texto do Antigo Testamento: “Pois como está escrito, o nome de Deus é blasfemado entre os gentios por vossa causa” (2:24).

A hipocrisia é sempre um mau testemunho. Nesse caso, foi o motivo da blasfêmia entre os gentios. Menosprezaram a religião hipócrita e desprezaram o Doador da lei que os judeus desobedeceram.

Terceiro argumento: O judeu é transgressor da lei e de todo seu sistema religioso (2:25-27). Até aqui, Paulo descreveu o pecado dos judeus contra a lei moral, os dez mandamentos. Agora, utilizando a circuncisão como símbolo, inclui todo o sistema da religião judaica.

“Porque a circuncisão tem valor se praticares a lei; se és, porém, transgressor da lei, a tua circuncisão já se tornou incircuncisão” (2:25).

Incircunciso, por quê? Porque os gentios incircuncisos não guardam a lei. Como irão guardá-la, se não a conhecem? Realmente, os judeus conhecem a lei e se orgulham dela. Porém, não a cumprem. Que diferença real existe entre eles e os incircuncisos? Nenhuma. A não ser que os incircuncisos guardem a lei. Nesse caso, a vantagem é deles.

“Se aqueles que não são circuncidados obedecem aos preceitos da Lei, não serão eles considerados circuncidados?” (2:26, NVI). E acrescenta: “Aquele que não é circuncidado fisicamente, mas obedece à Lei, condenará você que, tendo a Lei escrita e a circuncisão, é transgressor da Lei” (2:27, NVI).

Mudaram-se os papéis. Progressivamente, Paulo vai colocando os judeus diante da realidade de seu pecado. Por causa da lei e pelas vantagens que eles têm em todo seu sistema religioso, ordenado por Deus a eles, consideram-se superiores aos gentios. Mas essa superioridade é desfeita, somente porque não obedecem a Deus. Se os gentios obedecessem, os judeus seriam inferiores a eles. Isso é o que pode acontecer.

Quarto argumento. O judeu não é o que diz ser (2:28, 29). Como o judeu não é o que diz ser, se faz necessária uma redefinição de judeu. E Paulo a apresenta: “Porque não é judeu quem o é apenas exteriormente, nem é circuncisão a que é somente na carne. Porém judeu é aquele que o é interiormente, e circuncisão, a que é do coração, no espírito, não segundo a letra, e cujo louvor não procede dos homens, mas de Deus” (2:28, 29).

Consequentemente, o judeu desobediente não é judeu, e o gentio obediente o é. Duas coisas: Primeira, Paulo quer demonstrar que todos os seres humanos são pecadores, incluindo judeus e gentios. Segunda, ao mesmo tempo em que prepara seu argumento para oferecer, a todos, a salvação por meio de Jesus Cristo, também abre a porta para que judeus e gentios que aceitem o evangelho constituam um só corpo espiritual em Cristo Jesus.

Quinto argumento: O judeu é injusto e pecador (3:1-8). Como Paulo quase colocou o judeu em desvantagem em relação ao gentio, inicia o passo seguinte com esse tema.

“Que vantagem há então em ser judeu”, pergunta, “ou que utilidade há na circuncisão?” (3:1, NVI). De acordo com o que acabou de falar, a resposta teria que ser: Nenhuma. Mas, não é assim. Paulo não quer eliminar a história dos judeus, nem pretende negar a afeição que Deus sempre teve para com Seu povo escolhido. Não, isso não é o que Paulo pretende fazer, nem pode. Há alguma importância na lei e na religião judaica?

“Muita”, diz Paulo, “em todos os sentidos! Principalmente porque aos judeus foram confiadas as palavras de Deus” (3:2, NVI). Nenhum povo no mundo inteiro viveu experiência superior à que Israel viveu com Deus. Deus lhe falou e entrou em uma relação muito especial com ele. Relação que não teve com nenhum outro povo ou nação, em toda a história da humanidade. Assim declarou Moisés, exortando os israelitas a uma vida de obediência à lei de Deus: “Pois que grande nação há que tenha deuses tão chegados a si como o Senhor, nosso Deus, todas as vezes que O invocamos? E que grande nação há que tenha estatutos e juízos tão justos como toda esta lei que eu hoje vos proponho?” (Dt 4:7, 8).

A lei, os preceitos, os oráculos, as promessas, toda a Palavra de Deus foi entregue aos judeus. Guardiões naturais, pela relação que tinham com Deus. Destinatários apropriados, pela própria missão que Deus lhes havia confiado. Grande vantagem dos judeus.

Mas o propósito de Paulo não é demonstrar a grandeza dos judeus sobre os gentios; senão que, sendo todos eles pecadores, estão na mesma situação perante Deus no juízo. Paulo fala da

incredulidade dos judeus. Muitos foram incrédulos, embora nem todos. Os judeus cristãos creram. Porém, o que aconteceu com Deus diante da incredulidade deles? Continuou fiel às Suas promessas.

Paulo, então, pergunta: “A sua infidelidade anulará a fidelidade de Deus?” (3:3, NVI). E responde: “De maneira nenhuma! Seja Deus verdadeiro, e todo homem mentiroso” (3:4).

Que efeito tem a favor dos judeus no juízo a sua vantagem sobre os gentios? “Porventura, será Deus injusto por aplicar a Sua ira?”, pergunta Paulo (3:5). “Claro que não!”, responde, “se fosse assim, como Deus iria julgar o mundo?” (3:6, NVI).

A situação dos judeus continua complicada perante o juízo. A questão judaica não se encerra com esses argumentos. Ainda tem mais. Sua falsidade depreciou Deus perante os gentios, mas, de acordo com Paulo, aumentou a veracidade de Deus porque Ele executará o juízo com justiça e todos os que desobedeceram à lei serão tratados da mesma forma.

“Alguém pode alegar ainda: ‘Se a minha mentira ressalta a veracidade de Deus, aumentando assim a Sua glória, por que sou condenado como pecador?’” (3:7, NVI). Paulo argumenta, citando um absurdo de cujo ensino seus inimigos o acusavam injustamente. “Por que não dizer: ‘Façamos o mal para que nos venha o bem?’” (3:8, NVI). Isso não é possível. Nenhum mal é considerado bem por Deus. Não há confusão em Seu juízo. Tudo será justo, e o desobediente será condenado como merece. Por isso, Paulo acrescenta: “A condenação dos tais é merecida” (3:8b).

Todos são culpados (3:9-18)

A culpabilidade de todos (3:9). A esta altura de sua argumentação, depois de haver acusado toda a humanidade – judeus e gentios – Paulo retorna à sua tese inicial: todos são culpados.

“Que concluiremos então?”, pergunta. “Estamos em posição de vantagem? Não! Já demonstramos que tanto judeus quanto gentios estão debaixo do pecado” (3:9, NVI).

Que tipo de pecado? Para identificá-lo Paulo usa a palavra *hamartia*. Seguindo o contexto e seu ensino sobre o pecado dos

gentios, contra a consciência, numa conduta que não combina com uma norma moral; e o pecado dos judeus, contra a lei; seria possível esperar que Paulo identificasse o pecado de todos como *anomia* ou ilegalidade. Mas, esse conceito seria demasiado legalista. Não que fosse incorreto. De modo nenhum! Apenas seria muito específico. De acordo com Paulo, o pecado da humanidade abrange mais. Muito mais que transgressão da lei. Atinge Deus, o Doador da lei.

Paulo já se referiu ao pecado como rejeição a Deus, cometida pelo ser humano autossuficiente e orgulhoso. “Porque, tendo conhecido a Deus, não O glorificaram como Deus, nem Lhe renderam graças” (1:21, NVI).

Nesse contexto, o pecado da humanidade é uma atitude egoísta, que se desvia para um caminho contrário a Deus. Um ato de rebeldia individual. Um estado de rebelião no qual toda a humanidade participa.

Um pouco mais adiante, na carta, Paulo diz: “Por um só homem entrou o pecado no mundo, e pelo pecado, a morte, assim também a morte passou a todos os homens, porque *todos pecaram*” (5:12).

O pecado é uma atitude de rebeldia contra Deus, que produz e leva a uma ação independente dEle. Um ato de maldade com todas as suas raízes e conseqüências. O pecado produz sentimento de culpa no pecador. A culpa não é pecado, mas é uma de suas conseqüências. Talvez a mais destruidora porque, se não for solucionada, arrasta o culpado à morte eterna.

A prova das Escrituras (3:10-18). Todos são pecadores. Paulo já o havia dito com provas naturais, da consciência e da lei. Agora acrescenta a prova das Escrituras. “Como está escrito”, diz (3:10a).

Logo dirige seus pensamentos a textos do Antigo Testamento, que descrevem a maldade humana, referindo-se a seus atos de desvio, palavras enganosas, à violência de sua conduta e à sua falta de respeito para com Deus.

Sobre o desvio do ser humano que se afasta de Deus, ele cita Davi: “Não há justo, nem um sequer, não há quem entenda, não há quem busque a Deus; todos se extraviaram, à uma se fizeram

inúteis; não há quem faça o bem, não há nem um sequer” (3:10-12; cf. Sl 14:1-3). Sobre as palavras enganosas, cita os Salmos:

“A garganta deles é sepulcro aberto; com a língua, urdem engano” (3:13a; Sl 5:9).

“Veneno de víbora está nos seus lábios” (3:13b; Sl 140:3).

“Suas bocas estão cheias de maldição e amargura” (3:14; Sl 10:7, NVI).

Sobre a violência, cita Isaías:

“Seus pés são ágeis para derramar sangue; ruína e desgraça marcam os seus caminhos, e não conhecem o caminho da paz” (3:15-17, NVI; cf. Is 59:7, 8).

Finalmente, retornando aos pensamentos de Davi, descreve a atitude básica no pecado da humanidade: rejeição a Deus e a resultante falta de respeito a Ele. “Não há temor de Deus diante de seus olhos” (3:18; Sl 36:1).

Uma lista de expressões bíblicas que provam o pensamento de Paulo: Todos pecaram. Todos pecam. A humanidade vive em completa contradição à vontade de Deus e, pelo que Paulo diz a seguir, em total desobediência.

A humanidade precisa ser justificada (3:19, 20)

O que a humanidade pode fazer para se salvar? Depois de tudo o que Paulo escreveu até aqui sobre o pecado, a resposta óbvia poderia ser: obedecer à lei. Mas não é. Se o ser humano tivesse obedecido desde o início, teria evitado o pecado e a culpa. A lei, então, seria útil para evitar o mal. Mas, uma vez que o mal e o pecado já estão presentes na vida humana, a função da lei é outra.

“Sabemos”, afirma Paulo, “que tudo o que a Lei diz, o diz àqueles que estão debaixo dela, para que toda a boca se cale e todo o mundo esteja sob o juízo de Deus” (3:19, NVI).

A lei indica o pecado. Identifica o pecador. Deixa-o sem defesa e o culpa. Em virtude da lei, o pecador não tem outra alternativa no juízo, a não ser se apresentar perante Deus como culpado. Obedecer a Deus com o propósito de eliminar a culpa não é o caminho. Isso não significa que seja errado obedecer à lei. Não é. “De fato”, diz

Paulo, “a Lei é santa, e o mandamento é santo, justo e bom” (7:12, NVI). Mas, para eliminar a culpa e ser justificado, a lei não ajuda.

“Portanto”, diz Paulo, “ninguém será declarado justo diante de Ele baseando-se na obediência à Lei, pois é mediante a Lei que nos tornamos plenamente conscientes do pecado” (3:20, NVI). Para ser justificado no juízo de Deus, o pecador tem que fazer outra coisa: buscar Cristo, porque a justificação é pela fé nEle.

Justificação por meio de Jesus Cristo (3:21-31)

Paulo começa a explicar a justificação do pecador referindo-se à lei dos dez mandamentos. A razão é muito simples. Quando Deus entregou a lei ao ser humano, apresentou-lhe, na forma escrita, em que consiste Sua justiça. Toda vez que obedecesse, o ser humano participaria da justiça divina, do caráter de Deus, em sua própria experiência. A obediência seria o modo justo de vida com Deus, o Justo. Quando o ser humano justo, reto, obediente e santo pecou, afastou toda possibilidade legal de viver a justiça de Deus. Deus não poderia, nunca mais, relacionar-se com ele no ambiente de justiça provido pela lei.

A justiça de Deus (3:21-26)

A justiça pela lei significa a perdição eterna do pecador. Mas a criatividade de Deus é ilimitada e encontrou outra forma de torná-lo justo. Uma maneira que se adaptava perfeitamente às novas circunstâncias do pecado.

Justiça pela fé (3:21, 22a). Paulo explica esta nova justiça, que não é menor que a justiça pela lei nem contrária a ela.

“Mas agora”, diz, “se manifestou uma justiça que provém de Deus, independente da Lei, da qual testemunham a Lei e os Profetas, justiça de Deus mediante a fé em Jesus Cristo” (3:21, 22a, NVI).

A entrada do pecado colocou o humano e o divino diante de uma nova situação. Um novo desafio que deveria ser enfrentando e solucionado de tal modo que a justiça de Deus continuasse presente, embora Ele já não pudesse manifestá-la por meio da lei, e ao mesmo

tempo sem que a lei fosse eliminada, sem que suas exigências fossem desconsideradas. Todo justo precisava continuar sendo justo. Até o pecador injusto teria que ser tratado com justiça. Em relação ao pecador, a solução era fácil. A única coisa necessária era submetê-lo a um julgamento justo, condená-lo pela culpa de seu pecado e castigá-lo. Morte, certamente. Mas Deus é amor. No amor, a justiça e a misericórdia de Deus se beijaram. Por isso, Deus criou outra solução, também justa.

A justiça pela fé tem os seguintes valores de justiça:

1. *Trata a todos com igualdade.* A igualdade era indispensável como critério de justiça e como expressão de misericórdia. Todos precisavam dela. “Porque”, diz Paulo, “não há distinção, pois todos pecaram e carecem da glória de Deus” (3:22b, 23).

A igualdade do trato divino é também uma resposta à igualdade dos seres humanos na desgraça. Uma desgraça dupla: todos pecaram e todos, com sua maneira de ser, afastaram-se do caráter divino. No princípio, Deus criou todos, tão integrados ao Seu próprio caráter, que, em tudo, refletiam Sua personalidade.

“Então disse Deus: ‘Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança’” (Gn 1:26, NVI). Moisés, reconhecendo esse resultado, afirmou: “Criou Deus o homem à Sua imagem, à imagem de Deus o criou” (Gn 1:27, NVI).

Mas quando o pecado entrou na existência humana, toda a humanidade foi perdendo sua semelhança divina. Precisava ser recuperada. Cada pessoa da família humana possuía essa mesma necessidade, e Deus ofereceu a todos a justiça pela fé, sem distinção de pessoas.

2. *Entregou Sua justiça gratuitamente.*

“Sendo justificados gratuitamente”, diz Paulo, “por Sua graça” (3:24a).

A graça é a capacidade de dar. Demonstra a boa vontade de quem oferece a dádiva e a alegria de quem a recebe. Expressa a misericórdia de Deus e Sua disposição de perdoar. A boa-nova da graça, revelada em Jesus Cristo, como diz Paulo, “é o poder de Deus para a salvação de todo aquele que crê” (1:16).

Ninguém vende um presente. Muito menos Deus. Sua natureza de amor O torna sempre generoso. Uma de Suas grandes

características é abençoar, repartir Suas abundâncias, com grandeza incomparável.

3. *Salva o pecador pela redenção.*

“Sendo justificados gratuitamente”, diz Paulo, “por Sua graça, mediante a redenção que há em Cristo Jesus” (3:24).

A redenção, literalmente, era o resgate de um escravo perdido ou a compra de um cativo que perdeu sua liberdade na guerra. Em ambos os casos, havia um preço a pagar. Nem o escravo nem o cativo faziam o pagamento. Mas o resgatador o fazia.

No Antigo Testamento, o resgatador chamava-se *goel*. Era o parente mais próximo de uma viúva. Ao redimi-la, comprava as terras herdadas por ela, pagava determinado preço para lhe outorgar a oportunidade de vida de que necessitava como também devia se casar com ela para lhe proporcionar uma família presente e futura, que garantisse a sua continuidade. O caso mais conhecido foi protagonizado por Rute, a moabita; e Boaz, o parente de Elimeleque. Quando Rute, por sua atitude naquela ocasião, manifestou a Boaz o seu desejo de submeter-se à lei do *goel*, Boaz lhe disse: “É verdade que sou resgatador, mas há um outro que é parente mais próximo do que eu. Passe a noite aqui. De manhã veremos: se ele quiser resgatá-la, muito bem, que resgate. Se não quiser, juro pelo nome do Senhor que eu a resgatarei” (Rt 3:12, 13, NVI).

Ele a resgatou. Tiveram um filho ao qual chamaram Obede. Obede foi avô de Davi. E da descendência de Davi nasceu o *Goel* da nação israelita, o redentor da humanidade. Ele pagou o preço da redenção.

4. *O próprio Deus ofereceu o preço da redenção: a morte de Jesus.*

“Deus O ofereceu como sacrifício para propiciação mediante a fé, pelo Seu sangue, demonstrando a Sua justiça. Em Sua tolerância, havia deixado impunes os pecados anteriormente cometidos; mas, no presente, demonstrou a Sua justiça” (3:25, 26a, NVI).

Há somente duas referências à expiação: esta, relacionada a Cristo, e outra que fala da tampa que cobre a arca. “Acima da arca”, diz Paulo, “estavam os querubins da Glória, que com sua sombra cobriam a tampa da arca” (Hb 9:5, NVI).

Todo o sistema de sacrifícios, no santuário, era um símbolo do sacrifício expiatório de Cristo. Constituía a promessa da expiação. O sangue de todos os sacrifícios pelo pecado, de todo o ano, era simbolicamente apresentado diante da Arca do Concerto, com o sangue do cabrito macho oferecido para Deus, uma vez por ano, no dia da expiação.

A morte de Cristo, sacrifício expiatório real, pagou a pena pelo pecado e tornou possível a salvação de todos os pecadores que nela creem. Não se trata de pagamento a um Deus enfurecido pela ofensa do pecado. O próprio Deus ofereceu a expiação.

“Porque Deus amou ao mundo de tal maneira que deu o Seu Filho unigênito, para que todo o que nEle crê não pereça, mas tenha a vida eterna” (Jo 3:16).

Não era necessário levá-Lo à compaixão. Ele é compassivo por natureza. “O Pai nos ama, não em virtude da grande propiciação; mas sim proveu a propiciação por isso que nos ama. Cristo foi o instrumento pelo qual Ele pôde entornar sobre um mundo caído o Seu infinito amor” (Ellen G. White, *Caminho a Cristo*, p. 13).

Na verdade, a propiciação foi feita pelo Pai juntamente com o Filho. “Deus estava em Cristo”, disse Paulo, “reconciliando consigo o mundo, não imputando aos homens as suas transgressões” (2Co 5:19).

5. *Deus justifica os que creem.*

“A fim de ser justo”, diz Paulo, “e justificador daquele que tem fé em Jesus” (3:26b, NVI).

Se Deus justificasse automaticamente todos os pecadores somente pelo fato de serem pecadores, mesmo que o sacrifício de Jesus tenha sido feito por todos eles, seria injusto diante deles mesmos. Por que justificar aquele que já se considera justo e não tem nenhum interesse na justificação de Cristo, a qual considera desnecessária?

Se o pecador crê no sacrifício expiatório de Jesus, Deus não deixa de ser justo quando o justifica. O que significa crer? Um retorno à intimidade com Deus. Nesse retorno, é necessária a integração do amor divino, que busca o pecador, ao afeto deste por Deus, que não o rejeita.

“Justificados, pois, mediante a fé”, diz Paulo, “temos paz com Deus por meio de nosso Senhor Jesus Cristo” (5:1). Nesta intimidade da fé, o pecador justificado tem uma nova oportunidade de obedecer a Deus. Obediência que já não é pelas obras da lei, mas pela intimidade com Deus produzida pela fé. Mediante a integração da vontade divina com a vontade do pecador, este tem o poder necessário para viver em harmonia com Deus e Lhe obedecer. Começou uma nova vida. Para ele, com Deus, tudo é possível.

Justificação pela fé (3:27-31)

Como o pecador se torna justo pela justificação que Deus lhe outorga, graças à expiação realizada por Jesus Cristo, não pelas obras que tenha feito em harmonia com a lei, já não é obstinado como os gentios nem se orgulha como os judeus. Tem suas razões.

“Onde, pois, a jactância? Foi de todo excluída. Por que lei? Das obras? Não; pelo contrário, pela lei da fé” (3:27).

Para o judeu, a observância da lei constituía um mérito próprio de obras que Deus deveria aceitar, porque eram boas. Isso parece uma verdade incontestável. Mas não é, por duas razões: Primeira, a sua obediência era externa, formal e apenas de palavras. De fato, não era verdade. Segunda, por mais que o injusto realize muitas obras de justiça, continua sendo injusto. Mais do que modificar suas ações externas, precisa modificar seu ser interior. Para praticar obras justas, precisa ser justo. E essa transformação de sua pessoa não está ao alcance de seus próprios poderes. Somente Deus poderá fazê-la. E a faz, se o pecador crê. Mas quando Deus torna justo o pecador, este não pode se orgulhar de nada, a não ser reconhecer o que Deus tem feito nele e continuar atuando em íntima associação com Ele, pela fé.

Paulo reafirma a posição de fé com as seguintes palavras: “Sustentamos que o homem é justificado pela fé, independente da obediência à Lei” (3:28, NVI). E esclarece o que quer dizer quando diz “todos”: “É, porventura, Deus somente dos judeus? Não é também dos gentios? Sim, também dos gentios, visto que Deus é um só” (3:29, 30a).

Inclui todos, judeus e gentios. A humanidade inteira. Deus não justifica os gentios pelas obras que se harmonizam com a consciência, nem os judeus, pelas obras da lei. Isso está totalmente fora de qualquer possibilidade. Nenhum dos dois grupos praticou tais obras. São todos pecadores e estão destituídos da glória de Deus. Não têm nenhuma possibilidade de ser justificados por si mesmos. Têm que ser justificados por Deus. Esta justificação pode ocorrer somente por meio da fé.

“Visto que Deus é um só, o qual justificará, por fé, o circunciso e, mediante a fé, o incircunciso” (3:30). Está claro, muito claro. Só existe uma maneira de ser justificado, e isto é para todos: pela fé. Mas não pode haver confusão. A lei não foi eliminada pelo crer. “Anulamos, pois, a lei pela fé?”, pergunta Paulo (3:31a). E responde tão enfaticamente como lhe é possível: “De nenhuma maneira! Ao contrário, confirmamos a Lei” (3:31b, NVI).

A seguir, passa a explicar o que essa frase quer dizer. Dá sua explicação pela história (o Antigo Testamento), pelos objetivos espirituais da justificação e pela dádiva da justiça. Além disso, utiliza esses elementos para explicar o significado e alcance da justificação pela fé.

A justificação no Antigo Testamento (4:1-25)

Paulo utiliza dois exemplos do Antigo Testamento para provar os dois ensinamentos que pretende comunicar: (1) a justificação é pela fé e (2) a lei não foi anulada. Esses exemplos são Abraão e Davi. Os dois personagens mais importantes na história de Israel. Abraão, pai da nação; Davi, rei exemplar de Israel. Não existe a menor dúvida de que a lei era vigente para os dois. O que pode parecer incerto é que eles também tenham sido justificados pela fé. Por isso, ao tratar dos dois casos, Paulo enfatiza a justificação pela fé.

Abraão creu (4:1-5)

Em harmonia com esta ênfase, expõe primeiramente a fé experimentada por Abraão. Sobre a circuncisão e a lei, falará mais adiante.

Depois de afirmar que pela fé confirmamos a lei, Paulo pergunta: “Que, pois, diremos ter alcançado Abraão, nosso pai?” (4:1). É o mesmo que dizer: nosso pai Abraão, obediente à lei como era, foi justificado pelas obras da lei, como parece ser o caso, ou pela fé? “Porque, se Abraão foi justificado por obras”, continua Paulo, “tem de que se gloriar, porém não diante de Deus” (4:2). Ele foi obediente, guardou os mandamentos de Deus, Seus estatutos e Suas leis. Mas essa não foi a base de sua justificação.

“Que diz a Escritura?”, pergunta Paulo. Nós podemos criar nossos próprios argumentos e manter nossos próprios pontos de vista, mas quando se trata de um assunto tão sério como a justificação do pecador, temos que consultar as Escrituras. Unicamente a Palavra de Deus tem a verdade sobre esse assunto.

“Abraão creu em Deus, e isso lhe foi imputado para justiça”, menciona Paulo (4:3). Palavras de Moisés registradas no relato de uma conversa que Deus teve com Abraão sobre Sua promessa a ele. “Não tenha medo, Abraão!”, disse-lhe, “Eu sou o seu escudo; grande será a sua recompensa!”

Abraão respondeu: “Senhor Deus, que me haverás de dar se continuo sem filhos e o herdeiro de minha casa é o damasceno Eliézer?” Disse também Abraão: “A mim não me concedeste descendência, e um servo nascido na minha casa será o meu herdeiro.”

Logo veio a ele a palavra do Senhor, dizendo: “Não será esse o teu herdeiro; mas aquele que será gerado de ti será o teu herdeiro.”

Então o levou para fora e lhe disse: “Olha para os céus e conta as estrelas, se é que o podes.” E acrescentou: “Assim será a tua descendência.”

Imediatamente, sob a inspiração divina, Moisés desvendou a atitude mais íntima de Abraão. A atitude humana que mais agrada a Deus. “Abraão creu no Senhor, e isso lhe foi creditado como justiça” (Gn 15:2-6, NVI).

A promessa de Deus era mais que uma simples atenção a um pai sem filhos que sonha em gerar um herdeiro para alegria de sua velhice. A iniciativa desse plano havia sido do próprio Deus e abrangia toda a humanidade. Depois da morte de seu pai em Harã, Deus lhe apareceu e disse:

“Sai da tua terra, da tua parentela e da casa de teu pai e vai para a terra que te mostrarei; de ti farei uma grande nação, e te abençoarei, e te engrandecerei o nome. Sê tu uma bênção! Abençoarei os que te abençoarem e amaldiçoarei os que te amaldiçoarem; em ti serão benditas todas as famílias da Terra” (Gn 12:1-3).

Abraão obedeceu à palavra do Senhor. “Partiu Abraão”, escreveu Moisés, “como lhe ordenara o Senhor” (Gn 12:4, NVI).

Algum tempo depois, tendo Abraão regressado do Egito, aonde havia ido por causa da fome em Canaã, e depois que Ló se separou dele, indo à planície do Jordão para habitar nas cidades ali existentes, apareceu-lhe novamente o Senhor e lhe disse: “Ergue os olhos e olha desde onde estás para o norte, para o sul, para o oriente e para o ocidente; porque toda essa terra que vês, eu ta darei, a ti e à tua descendência, para sempre” (Gn 13:14, 15). Foi uma repetição do que lhe havia falado em Siquém: “Darei à tua descendência esta terra” (Gn 12:7).

Essa descendência herdeira de Abraão, através da qual todas as nações da Terra seriam abençoadas, era Jesus, o Cristo. “Ora, as promessas foram feitas a Abraão”, diz Paulo, “e ao seu descendente. Não diz: E aos descendentes, como se falando de muitos, porém como de um só: e ao teu descendente, que é Cristo” (Gl 3:16).

Paulo também afirma: “Prevendo a Escritura que Deus justificaria os judeus pela fé, anunciou primeiro as boas-novas a Abraão: ‘Por meio de você todas as nações serão abençoadas’. Assim, os que são da fé são abençoados junto com Abraão, homem de fé” (Gl 3:8, 9, NVI).

Abraão recebeu o evangelho e creu em Cristo. Assim foi justificado. Caso tivesse sido justificado pelas obras, a justificação teria sido produto de seu próprio esforço, como o salário pelo qual trabalha o obreiro. Esse salário seria o pagamento de uma dívida do patrão para com ele, por causa do trabalho realizado e não um presente. Mas a justificação é um presente: tem que ser concedida pela fé.

“Ao que não trabalha”, diz Paulo, “porém crê nAquele que justifica o ímpio, a sua fé lhe é atribuída como justiça” (4:5). É o caso de Abraão e de todos os que, como ele, creiam.

Davi creu (4:6-8)

Os crentes são os únicos que recebem perdão. A bem-aventurança do perdão não existe para o incrédulo. Somente para o que crê. “E é assim também que Davi declara ser bem-aventurado o homem a quem Deus atribui justiça, independentemente de obras”, diz Paulo (4:6).

O apóstolo cita o famoso salmo de arrependimento (32). Davi o escreveu um ano após seu trágico pecado com Bate-Seba. Foi um ano de intensa luta espiritual. A culpa o atormentava. Sentia que seus sacrifícios não eram aceitos por Deus. Embora houvesse confessado seu pecado a Deus, não sentia nenhuma satisfação. A alegria da salvação havia fugido dele. Por uma única razão: seu pecado estava sempre diante dele. A culpa o atormentava (Salmo 51). Por alguma razão, a mente culpada não conseguia sair do círculo escuro que a tristeza da culpa construía em torno de si. Mas um ano depois, essa angústia havia passado.

“Como são felizes aqueles que têm suas transgressões perdoadas, cujos pecados são apagados! Como é feliz aquele a quem o Senhor não atribui culpa!” (4:7, 8; Sl 32:1, 2, NVI).

Na Bíblia, há sete salmos didáticos e de contrição (6, 32, 38, 51, 102, 130, 143). Cinco deles são atribuídos a Davi. Ele mostra a intensa alegria que um transgressor sente ao ser perdoado. No Salmo 32, revela seu alívio tão intensamente que dedica parte dele, versículos 6-11, para ensinar aos demais pecadores o que devem fazer se quiserem alcançar a misericórdia de Deus.

“Não sejas como o cavalo ou a mula, sem entendimento, os quais com freios e cabrestos são dominados” (Sl 32:9).

A resistência a Deus e a obstinação no pecado somente acarretam tristeza e culpa.

Por sua vez, acrescenta: “Mas o que confia no Senhor, a misericórdia o assistirá” (Sl 32:10).

Os que esperam no Senhor e agem entendendo a forma como Ele justifica o pecador são objeto de Sua misericórdia. Recebem a alegria da salvação.

A beleza espiritual de uma vida pela fé, a alegria de viver e de servir, a paz mental e as emoções, a segurança em Deus para salvar

abrem um novo caminho de vida para o pecador. Um caminho tão produtivo e tão amplo que nada o impede de servir a Deus com retidão de coração e com justiça. Por isso, Davi conclui seu salmo de contrição, usando palavras vitoriosas e muito claras.

“Alegrai-vos no Senhor e regozijai-vos, ó justos; vós todos que sois retos de coração” (Sl 32:11).

Vermos o pecador sendo tratado como justo pelo Senhor. O de coração ímpio, como homem de coração reto.

“A Tua misericórdia se eleva até aos Céus” (Sl 57:10).

“As Tuas obras são admiráveis, e minha alma o sabe muito bem” (Sl 139:14).

Como se produz a justificação (4:9-12)

Paulo resume o que disse anteriormente: a bem-aventurança de Davi para os que recebem o perdão outorgado somente pela misericórdia de Deus, e a fé que Abraão possuía, a qual o Senhor lhe imputou como justiça, estão disponíveis para os judeus da circuncisão e para os gentios da incircuncisão (4-9).

A seguir, pergunta: “Como, pois, lhe foi atribuída? Estando ele já circuncidado ou ainda incircunciso?”

Ele mesmo responde: “Não no regime da circuncisão, e sim quando incircunciso” (4:10).

O que significa isto?

1. *Primeiramente, a fé foi imputada a Abraão.* A palavra que Paulo utiliza significa creditar. Como creditar uma soma de dinheiro a alguém em sua conta bancária sem saldo. O beneficiado não tem dinheiro próprio; tem dinheiro creditado por alguém, uma dádiva. Deus imputou a justiça a Abraão, pela fé, não pelas obras. Uma dádiva.

2. *Deus outorga a justificação ao desobediente.* Significa que Paulo leva a mente dos cristãos de Roma, aos quais escreveu a carta, para a própria origem da nação israelita, em Abraão. Entendido isso em termos pessoais, à própria origem da experiência religiosa com Jesus Cristo. Recebemos a justificação pessoal quando éramos obedientes ou quando éramos desobedientes a Deus? Quando éramos

desobedientes. Disto se conclui que a justificação não está condicionada à obediência. Provém da misericórdia de Deus.

3. *Deus outorga um sinal ao justificado, que prova sua justificação:* A obediência. A circuncisão, símbolo da obediência, foi dada por Deus a Abraão, como um sinal, depois de haver crido.

“E recebeu o sinal da circuncisão como selo da justiça da fé que teve quando ainda incircunciso; para vir a ser o pai de todos os que creem, embora não circuncidados, a fim de que lhes fosse imputada a justiça, e pai da circuncisão, isto é, daqueles que não são apenas circuncisos, mas também andam nas pisadas da fé que teve Abraão, nosso pai, antes de ser circuncidado” (4:11, 12).

Abraão obteve primeiramente a justificação que Deus lhe atribuiu ou lhe imputou por justiça, como dádiva de Sua graça ou misericórdia. Depois, Deus estabeleceu um pacto que Abraão e seus descendentes deveriam guardar.

Disse Deus a Abraão: “Guardarás a Minha aliança, tu e a tua descendência no decurso das suas gerações” (Gn 17:9).

Em que consistia a aliança? “Esta é Minha aliança, que guardareis entre Mim e vós e a tua descendência: todo o macho entre vós será circuncidado. Circuncidareis a carne do vosso prepúcio; será isto por sinal de aliança entre Mim e vós” (Gn 17:10, 11).

Abraão foi obediente a Deus. Quando tinha noventa e nove anos e Ismael havia completado treze, ele o circuncidou juntamente com todos os seus servos, e também ele mesmo se circuncidou (Gn 17:24-27). Pouco depois, quando Deus lhe ordenou que sacrificasse Isaque, seu filho, e ele, pronto a sacrificá-lo, recebeu de Deus um cordeiro substituto para oferecer como holocausto, Deus lhe disse:

“Jurei, por Mim mesmo, diz o Senhor, porquanto fizeste isso e não Me negaste o teu único filho, que deveras te abençoarei e certamente multiplicarei a tua descendência como as estrelas dos céus e como a areia na praia do mar; a tua descendência possuirá a cidade dos seus inimigos, nela serão benditas todas as nações da Terra, porquanto obedeste à Minha voz” (Gn 22:16-18).

A frase “nela [a descendência de Abraão] serão benditas todas as nações da Terra” contém a promessa da justificação pela fé.

Assim diz Paulo: “Prevendo a Escritura que Deus justificaria os gentios pela fé, anunciou primeiro as boas-novas a Abraão: ‘Por meio de você todas as nações serão abençoadas’. Assim, os que são da fé são abençoados junto com Abraão, homem de fé” (Gl 3:8, 9, NVI).

Deus associou a obediência à justificação pela fé. “Porquanto obedeceste à Minha voz”, disse Deus a Abraão (Gn 22:18).

Deus associou a justificação pela fé e a obediência à promessa do Messias. Nessa ordem: Primeiramente justificação pela fé. Depois, obediência, também pela fé; porque a obediência aceitável a Deus é produzida quando o pecador já está em uma relação de fé com Deus, e como resultado dela.

A promessa: será herdeiro do mundo (4:13-25)

Ao dizer que a justificação é outorgada gratuitamente pela fé, somente pela misericórdia de Deus, mediante o sacrifício de Jesus Cristo, sendo outorgada ao pecador desobediente mesmo antes de obedecer, quando a obediência nem sequer é possível para ele, parece que Paulo tem dito tudo o que se necessita saber sobre a justificação pela fé. Mas, ainda há muito mais a aprender sobre ela. Paulo avança um pouco mais em sua exposição e entra no terreno da relação que existe entre a promessa e a fé.

“Não foi por intermédio da lei”, diz Paulo, “que a Abraão ou a sua descendência coube a promessa de ser herdeiro do mundo, e sim mediante a justiça da fé” (4:13).

Continua com o exemplo de Abraão. A esta altura da carta, não é necessário sair desse exemplo para se referir à fé, em relação com todos os seres humanos, porque já falou que Abraão é o pai de todos os crentes, tenham eles origem judia ou gentílica. Estão todos vinculados com a fé e a obediência de Abraão. O que ocorreu com ele, nessas experiências, deve ocorrer com todos os crentes.

Agora vincula todos os crentes com a promessa que Deus fez a Abraão. Prometeu-lhe, como herança, a posse do mundo inteiro. Em que sentido?

De acordo com os registros de Gênesis, a promessa a Abraão havia sido bastante específica e incluía três coisas:

1. Uma quantidade ilimitada de descendentes (Gn 12:2; 13:16; 15:5; 17:4-6, 16-20; 22:17).
2. A posse da terra (Gn 13:15-17; 15:12-21; 17:8).
3. E ele seria instrumento de Deus para abençoar a todas as nações da Terra (Gn 12:3; 18:18; 22:18).

O segundo item parece que não inclui o mundo todo. Já o terceiro ponto contém um bom resumo das três promessas, considerando que a promessa da bênção inclui todas as nações da Terra. Além disso, falando aos profetas sobre a aliança com a nação israelita, Deus vai além de Canaã, a terra mencionada na promessa feita a Abraão. Ele fala de povos e nações, incluindo nações desconhecidas para Israel.

“Deem-Me ouvidos e venham a Mim; ouçam-Me, para que sua alma viva. Farei uma aliança eterna com vocês, Minha fidelidade prometida a Davi. Vejam, Eu o fiz uma testemunha aos povos, um líder e governante dos povos. Com certeza você convocará nações que você não conhece, e nações que não o conhecem se apressarão até você, por causa do Senhor, o seu Deus, o Santo de Israel, pois Ele lhe concedeu esplendor” (Is 55:3-5, NVI).

As duas testemunhas de Deus, Davi e o Messias davídico, o descendente prometido que nunca faltaria no trono de Davi, dirigem e comandam o mundo. São testemunhas do poder e do caráter de Deus. Quando o Messias chama todas as nações, elas recorrem a Israel para conhecer os caminhos de Deus. Quando testifica do poder de Deus, demonstra Sua vontade para salvar todas as nações dos pecados delas. Por isso, o Messias, Servo do Senhor, merece que o mundo O ame e obedeça às Suas ordens. Através dEle, os descendentes espirituais de Abraão, judeus e gentios crentes, herdarão o mundo para a salvação e morada eterna, sem pecado.

Não recebem a herança do mundo por meio da lei, porque havendo desobedecido a Seus mandamentos, estão perdidos e sem herança. Recebem-na pela fé. Unicamente pela fé, pois somente assim fazem parte da família de Deus.

“Pois se os que vivem pela Lei são herdeiros, a fé não tem valor, e a promessa é inútil” (4:14, NVI). Mais grave ainda. “A Lei produz a ira. E onde não há Lei, não há transgressão” (4:15, NVI).

Juízo, condenação. Os que forem condenados no juízo não poderão receber a herança. Não podem conquistar o mundo para Cristo. Não podem herdar o mundo para nele viver eternamente. Melhor é não pretender a conquista do mundo pela lei. Não que Paulo, com isso, despreze a lei, e pretenda desse modo eliminar a existência do pecado. Isso não é possível. O pecado existe e sua própria existência prova que Deus não eliminou a lei. Porém o mundo não pode ser herdado pela lei.

“Portanto”, diz Paulo, “a promessa vem pela fé, para que seja de acordo com a graça e seja assim garantida a toda descendência de Abraão” (4:16, NVI). Essa descendência inclui judeus, que estão sob a lei; e gentios, que desconhecem a lei. Porque ele é o pai de todos eles, diante de Deus. “Ele é nosso pai aos olhos de Deus”, diz Paulo, “em quem creu, o Deus que dá vida aos mortos e chama à existência coisas que não existem, como se existissem” (4:17, NVI).

Com esse poder, transforma os pecadores em justos, caso creiam. Por isso, Paulo argumenta a partir do caso de Abraão, que se tornou pai de um filho quando, pelos meios naturais, não era mais possível. Seu corpo de quase cem anos estava debilitado, e Sara, sua mulher, pela idade já avançada, era estéril. Mas a promessa de Deus, que tem poder para chamar à existência o que não existe, havia-lhe garantido um filho, e Abraão creu na promessa. Teve esperança quando parecia que já não havia esperança para ele.

“Não duvidou, por incredulidade”, diz Paulo, “da promessa de Deus; mas, pela fé, se fortaleceu, dando glória a Deus, estando plenamente convicto de que Ele era poderoso para cumprir o que prometera” (4:20, 21).

Como a promessa é para os que creem, e não para os incrédulos, que sentido teria para eles? Abraão depositou fé na promessa de Deus. “Em consequência, ‘isso lhe foi creditado como justiça’” (4:20, NVI).

O filho que Abraão, fisicamente, não podia ter, obteve-o pela fé na promessa de Deus. Deus o deu. E a justiça que não podia alcançar pela lei, Deus a deu pela fé. Ambos, filho e justiça, foram dádivas de Deus para ele, pois isso é o que Paulo quer expressar, quando diz: “Foi-lhe imputada.”

A palavra que Paulo usa tem o sentido de creditar. Como se alguém, que tem uma conta bancária sem dinheiro, recebesse de outra pessoa um valor que fosse creditado a ela. O que não possuía nada, agora tem. Não por seus próprios esforços, mas pela generosidade daquele que creditou o que agora ele tem.

“E não somente por causa dele está escrito que lhe foi levado em conta”, diz Paulo, “mas também por nossa causa, posto que a nós igualmente nos será imputado, a saber, a nós que cremos naquele que ressuscitou dentre os mortos a Jesus, nosso Senhor” (4:23, 24).

Se não crêssemos, não haveria o crédito de justiça. Continuaríamos injustos e pecadores, pobres espiritualmente, sem possuir a riqueza que dá direito à vida eterna. Essa transferência de justiça somente é possível por nossa fé e porque Deus, havendo quitado o preço que a lei exige pelo pecado, pode oferecê-la sem cometer um ato de injustiça.

Declarar inocente um pecador culpado, que merece a morte, sem que morra, é injustiça. A menos que alguém morra em seu lugar. Por isso, com respeito a Cristo, Paulo diz: “O qual foi entregue por causa das nossas transgressões e ressuscitou por causa da nossa justificação” (4:25).

A morte de Cristo, totalmente inocente e sem pecado próprio, pode substituir a morte do pecador e ser aplicada em favor daquele que crê, porque crê. Mas isso abre espaço para outra possível injustiça que Deus também deve evitar para que Seu ato de justificação seja completamente justo. Não é, por acaso, injusto que Deus aplique a pena de morte a Jesus, sendo que Ele não cometeu nenhum pecado, e deixe sem culpa, vivo para a vida eterna, o ser humano que realmente pecou e merece a morte? Sendo assim, seria injusto que justos paguem pelos pecadores. No entanto, somente seria injusto no caso de que Deus tivesse imposto a morte sobre Cristo; se O tivesse obrigado a morrer pelos pecadores. Mas não O obrigou.

“Por isso, o Pai Me ama, porque Eu dou a Minha vida para a reassumir. Ninguém a tira de Mim; pelo contrário, Eu espontaneamente a dou. Tenho autoridade para a entregar e também para reavê-la” (Jo 10:17, 18).

A morte de Jesus na cruz foi um ato Seu, totalmente voluntário. Sem nenhuma pressão do Pai, porque a base de todo o evangelho está no amor. O amor do Pai e o amor do Filho. Os dois manifestaram Seu amor na morte de Cristo.

A respeito do amor do Pai, Paulo diz: “Deus prova o Seu próprio amor para conosco pelo fato de ter Cristo morrido por nós, sendo nós ainda pecadores” (5:8). E sobre o amor de Cristo declara: “Cristo nos amou e Se entregou a Si mesmo por nós, como oferta e sacrifício a Deus, em aroma suave” (Ef 5:2).

Quem pode acusar de injustiça qualquer ato de amor, por maior que seja o sacrifício, até mesmo a própria morte? Não é, por acaso, voluntária a morte por amor? Sendo voluntária e por amor, é justa. Por isso, o Deus que ama perdoa e outorga a justificação aos que creem num ato misericordioso e justo.



4

Efeitos da Justificação: Segurança da Salvação

Na declaração: “Justificados, pois, mediante a fé” (5:1), Paulo parece começar uma nova seção que se concentra na segurança da salvação (cap. 5-8). Segurança que se baseia no amor de Deus, na obra de Cristo e no ministério do Espírito Santo. A seção anterior (1:18-4:25) tratou sobre o pecado e a justificação. Na primeira parte desta nova seção, Paulo trata sobre os resultados espirituais da justificação e sobre a salvação do juízo, outorgada por Deus aos crentes.

Efeitos espirituais da justificação (5:1-11)

Paulo agora chega à parte mais íntima da justificação pela fé. A mais real, a mais importante. O que a justificação produz no pecador? Muito se tem discutido sobre essa questão. Uns dizem que nada produz. Sendo como é, uma declaração objetiva de Deus, feita de modo alheio ao pecador e baseada no que Cristo fez na cruz, bem longe do pecador, não produz coisa alguma no espírito, nem na conduta do pecador. Ele se torna justo somente porque Deus o declara justo. É possível negar que Deus o declarou justo? Não. De modo nenhum! Porém, a justificação produz resultados espirituais inegáveis. Primeiro, o pecador injusto já não é injusto nem pecador. Diante de Deus, é justo e sem pecado. Segundo, sua vida já não será

a vida de um pecador injusto e condenado, mas a vida de um justo. Com pecado igual à situação anterior? Certamente, não. É justo, justificado por Deus, por causa de sua fé no sacrifício de Cristo.

O que implica tudo isso? Muito. Talvez muito mais do que podemos entender. Mas, pelo menos, entendamos o que podemos entender. Deixemos o restante ao encargo do Espírito Santo, para que esclareça nossa mente à medida que nossa experiência de pessoas justificadas seja desenvolvida. A compreensão que tem valor não é aquela desenvolvida em nosso intelecto, mas a que ocorre na própria experiência da vida cristã.

É na experiência espiritual diária que ocorrem as bênçãos enumeradas por Paulo. Destacam-se três: paz, esperança e reconciliação. Mas, além disso, há outras: entrada na graça, alegria, perseverança, inteireza de caráter, recepção do amor divino, recepção do Espírito Santo e salvação. Essa descrição da espiritualidade cristã baseia-se na justificação pela fé, ou seja, tudo isso acontece na vida do crente como resultado do ato divino que o justifica. Sem a justificação de Deus, que ocorre por Sua graça e pela fé manifestada pelo pecador no sacrifício de Cristo, a vida espiritual plena e verdadeira não seria possível para ele. A natureza do pecado é tão escravizante que o pecador não pode se libertar dele, a menos que seja produzida uma intervenção direta de Deus. Essa intervenção é a justificação. Pela justificação de Deus, o pecador, perdoado de seus pecados, fica sem pecado. Pronto para viver uma vida nova.

“Justificados, pois, mediante a fé, temos paz com Deus por meio de nosso Senhor Jesus Cristo” (5:1).

Primeiro efeito da justificação: paz com Deus (5:1)

Esta é a paz do Messias que traz a boa vontade de Deus aos pecadores. Assim o disse a hoste de anjos quando Jesus nasceu: “Glória a Deus nas maiores alturas, e paz na Terra entre os homens, a quem Ele quer bem” (Lc 2:14).

Quem são os que gozam da boa vontade de Deus? Os justificados. Por que somente os justificados e não toda a humanidade? Porque, apesar de que a misericórdia seja para todos e a todos Deus

ofereça Seu perdão, nem todos O aceitam. Os que permanecem no pecado continuam separados de Deus.

“Mas as vossas iniquidades”, disse Isaías aos pecadores, “fazem separação entre vós e o vosso Deus; e os vossos pecados encobrem o Seu rosto de vós, para que vos não ouça” (Is 59:2).

Os que recebem a justificação pela fé em Cristo ficam livres da inimizade resultante do pecado. Já não há separação entre eles e Deus; retornam à boa vontade de Deus e estão em paz com Ele. A paz do perdão. A paz da consciência, tornada possível somente pelo sacrifício de Cristo, sem o qual a justificação do pecador seria impossível.

A paz de Cristo produz segurança e prosperidade espirituais: Felicidade. Cada fibra interior do crente, onde seu espírito abriga as diferentes variações de sua própria sensibilidade intransferível, sente a harmonia de todo seu ser com Deus. Desfruta intensamente a visita espiritual de Deus, que se repete nele, sem cessar, infinitamente. Paz. Paz de espírito. Paz de alma. A pessoa total em plena paz com Deus.

“Deixo-vos a paz”, disse Jesus, “a Minha paz vos dou; não vo-la dou como a dá o mundo. Não se turbe o vosso coração, nem se atemorize” (Jo 14:27).

Segundo efeito da justificação: entrada na graça (5:2a)

A boa vontade de Deus e a graça se referem à mesma coisa. Por isso, Paulo acrescenta: “Por intermédio de quem obtivemos igualmente acesso, pela fé, a esta graça na qual estamos firmes” (5:2a).

O pecador continua desfrutando a presença de Cristo na vida, enquanto permanece na graça. Graça na qual já se encontra pela fé. Graça que, como a Abraão, também lhe foi prometida por Deus (4:16). Graça que lhe outorga justificação, bem como a todos os que estão destituídos da glória de Deus (3:24).

A graça de Deus é também a graça de Cristo, através de quem Deus a opera, a fim de resolver o problema do pecado que entrou no mundo por intermédio de Adão, cuja consequência mortal passou a todos os seres humanos.

“Todavia, não é assim o dom gratuito como a ofensa; porque, se, pela ofensa de um só, morreram muitos, muito mais a graça de Deus e o dom pela graça de um só Homem, Jesus Cristo, foram abundantes sobre muitos” (5:15).

Terceiro efeito da justificação: gloriar-se (5:2b-4)

Há no ser humano justificado um sentimento muito especial, que se manifesta nas diferentes experiências da vida como crente.

Paulo descreve esse sentimento da seguinte forma: “Assim que (por estarmos justificados) nos gloriamos na esperança da glória de Deus. Também nos gloriamos nas tribulações, porque sabemos que a tribulação produz perseverança; a perseverança, um caráter aprovado; e o caráter aprovado, esperança” (5:2b-4, NVI).

Com o termo “gloriar-se”, Paulo se refere à alegria sentida pela pessoa justificada, pelo fato de Deus lhe haver atribuído a justiça de Cristo; embora, considerando a injustiça de sua vida, ela não a mereça. Também se refere à grande segurança que essa pessoa sente em Cristo, tão imensa que fala dela como algo que lhe pertence e no qual vive. Está segura de que será coparticipante da glória de Deus. Uma verdadeira esperança de glória.

Por causa dessa segurança em Cristo, sente alegria em meio às circunstâncias da vida, quando incrédulos lhes produzem angústia e sofrimento. O sofrimento não o desanima. Produz uma série de bens espirituais que incluem perseverança, caráter aprovado e esperança. Uma experiência espiritual rica em cada circunstância, aparentemente adversa, oferece maior riqueza.

Quarto efeito da justificação: esperança (5:5)

A esperança consiste na confiança que a pessoa justificada tem de participar com Deus em Sua glória. É uma participação presente e futura. No presente, é a glória do caráter divino, cuja realidade e virtude a pessoa espera que Deus integre ao próprio caráter dela, como adiantamento da prometida glória futura. No futuro, espera viver com Deus para sempre, desfrutando pela eternidade toda grandeza divina.

Paulo agora informa o fundamento sobre o qual a pessoa justificada baseia sua esperança. “Ora, a esperança não confunde”, diz Paulo, “porque o amor de Deus é derramado em nosso coração pelo Espírito Santo, que nos foi outorgado” (5:5).

Novamente, aqui está a segurança do crente justificado que se manifesta nos escritos de Paulo, e que ele atribui a todos os cristãos. “A esperança não nos confunde”, ele diz.

Cumpre-se agora e se cumprirá depois. Deus está transformando nosso caráter à Sua semelhança e continuará fazendo isso até entrarmos em Sua glória. Quando tivermos chegado ao reino, a vida de semelhança a Ele se tornará eterna, como Ele.

Esta segurança é inalterável porque não depende de nenhuma característica humana, quer seja de personalidade, realizações ou de presunção. Depende das Pessoas da Divindade que realizam Sua obra na personalidade e na experiência da pessoa justificada.

Primeiramente, está o Pai, que derrama Seu amor misericordioso no coração do ser humano, para que este creia.

Em segundo, o Espírito Santo, outorgado por Deus, por meio de quem derrama esse amor. Amor que é vivenciado pelas pessoas justificadas, como uma característica do caráter que o Espírito tem incorporado nelas.

Em terceiro, está o Filho, vinculado ao amor redentor do Pai, de maneira tão intensa, que o demonstra nas piores condições do ser humano.

“Deus prova o Seu próprio amor para conosco”, diz Paulo, “pelo fato de ter Cristo morrido por nós, sendo nós ainda pecadores” (5:8).

Quinto efeito da justificação: desfrutar o amor divino (5:6-8)

Antes que o pecador fosse justificado, começou a desfrutar o amor divino. Essa experiência continua depois da justificação: Primeiramente, como amor redentor; depois, como amor salvador.

1. Para falar do amor redentor, Paulo retrocede no tempo da experiência cristã, e situa-se no momento anterior à justificação.

“Porque Cristo, quando nós ainda éramos fracos, morreu a Seu tempo pelos ímpios. Dificilmente, alguém morreria por um justo;

pois poderá ser que por um bom alguém se anime a morrer. Mas Deus prova o Seu próprio amor para conosco pelo fato de ter Cristo morrido por nós, sendo nós ainda pecadores” (5:6-8).

A debilidade que Paulo descreve é semelhante à impotência física que deixa o enfermo em estado moribundo; incapaz de fazer qualquer coisa por si mesmo, a não ser deixar-se morrer. Como o enfermo que estava junto ao tanque de Betesda. “Inválido”, disse João, “estava ali um homem enfermo havia trinta e oito anos” (5:5).

Quando o Senhor lhe perguntou: “Queres ser curado?”, respondeu-Lhe o enfermo: “Senhor, não tenho ninguém que me ponha no tanque” (Jo 5:7). Incapaz, sem nenhuma energia para fazer alguma coisa por si mesmo e sem ninguém que o ajudasse. Uma situação extrema e insuperável! No entanto, sem que ele soubesse, havia alguém que podia ajudá-lo, e Jesus foi a ele tomando a iniciativa de um amor que o impotente não conhecia, nem tinha ideia de sua existência.

Mais que a saúde física de um enfermo, o pecador precisava de um amor que o redimisse, que pagasse o preço de sua redenção. Quem poderia fazer isso? Morrer por um pecador! Quem? Ninguém? De acordo com o amor humano, ninguém. Mas o amor redentor de Deus vai muito além do que o maior amor humano. E, em Cristo Jesus, percorreu todo o caminho da necessidade humana.

“Cristo morreu por nós”, diz Paulo, “sendo nós ainda pecadores.” E com Sua morte nos justificou. Éramos indignos de Sua morte. Dignos apenas de nossa própria morte. Mas, graças a Deus porque, morrendo Ele por nós, podemos viver por Ele.

2. Porém, Deus não Se limitou a manifestar apenas Seu amor redentor. Seu amor salvador também esteve e ainda está disponível para favorecer os pecadores por Ele justificados.

“Como agora fomos justificados por Seu sangue”, diz Paulo, “muito mais ainda, por meio dEle, seremos salvos da ira de Deus!” (5:9).

Sexto efeito da justificação: salvação e vida eterna (5:9)

Somos salvos de ser castigados no juízo de Deus. Isto é o que significa a salvação: Graças à morte de Cristo, os pecadores que,

pela fé em Seu sacrifício, tiverem sido justificados por Deus, serão salvos da condenação que o juízo divino imporá a todos os pecadores. Justificados e sem a condenação do juízo. Salvos! Pela salvação que significa vida eterna pela fé em Cristo Jesus.

Para o pecador justificado, nada pode ser mais grandioso, mais maravilhoso, nada é superior à salvação para a vida eterna. Existe algo superior a isso? Não. Por isso, Paulo precisa repeti-lo. E o faz, falando da reconciliação com Deus.

Sétimo efeito da justificação: reconciliação (5:10, 11)

Apresentando a reconciliação como sinônimo de justificação pela fé, diz ele: “Se quando éramos inimigos de Deus fomos reconciliados com Ele mediante a morte de Seu Filho, quanto mais agora, tendo sido reconciliados, seremos salvos por Sua vida!” (5:10, NVI).

É o mesmo que dizer: Se quando éramos pecadores fomos justificados pela fé mediante a morte de Seu Filho, com maior razão, estando já justificados, seremos salvos por Sua vida! Já não estamos alienados de Deus por nossos pecados que nos separavam dEle e nos tornavam Seus inimigos. Fomos perdoados, graças ao amor de Deus. Justificados por Seu amor redentor. Salvos por Seu amor salvador. Transportados ao reino de Seu amado Filho pela reconciliação que agora desfrutamos, porque Ele ressuscitou para nos dar vida. Vida eterna, cuja qualidade de plena satisfação começa aqui e agora.

A qualidade espiritual da pessoa crente se enriquece, graças à reconciliação, pelo regozijo que esta lhe produz. “Não apenas isso, mas também nos gloriamos em Deus, por meio de nosso Senhor Jesus Cristo, mediante quem recebemos agora a reconciliação” (5:11, NVI).

O regozijo espiritual é a glória de Deus experimentada agora nas experiências da vida diária, incluindo aquelas que causam tristeza e dor nas pessoas não justificadas. A justificação pela fé afeta a vida presente e a vida futura. Introduce o pecador no reino da graça e o torna cidadão celestial, que atua no mundo para a glória de Deus e para o progresso do evangelho de Cristo.

O dom da vida: a justiça e a lei (5:12-21)

Depois de afirmar a segurança da salvação outorgada por Deus em Jesus Cristo, Paulo, com base nisso, prossegue assegurando o dom da vida. Ele o faz, contrastando o pecado de Adão e a graça de Jesus Cristo. Não trata Adão nem Cristo como pessoas individuais. Apresenta-os dentro de uma perspectiva universal, corporativa: eles não representam toda a humanidade, mas o que fazem afeta todos os seres humanos. O pecado de Adão deu início ao pecado de toda a humanidade e introduziu a morte, porque todos pecaram. Por sua vez, a graça de Cristo trouxe vida eterna para todos os que nele creem. Este é o dom de Jesus Cristo, cujo poder é superior ao poder do pecado, porque o supera e o elimina.

O pecado entrou no mundo através de Adão (5:12-14)

“Portanto”, diz Paulo, “como o pecado entrou no mundo por um homem, e pelo pecado a morte, assim também a morte veio a todos os homens, porque todos pecaram” (5:12, NVI).

O que Paulo quer dizer com isso? Algo simples e direto, ou algo teologicamente complexo?

Pecado original? Não. Paulo não diz que o pecado de Adão foi praticado por toda pessoa, todo gênero humano, desde Adão até o último descendente, como tendo sido repassado de pais para filhos, por herança. Não diz que esse pecado original de Adão, que agora se encontraria em toda a humanidade, tenha sido a causa pela qual a morte passou a todos os seres humanos.

Paulo fala da entrada do pecado como um fato histórico. “Entrou no mundo”, diz. Paulo determina essa entrada com uma palavra composta que enfatiza onde o pecado entrou. Esse lugar é o cosmos, o mundo. Ainda não fala das pessoas. Então, de modo a relatar um fato histórico, diz como ocorreu: “Por um só homem.”

Imediatamente, expressa a última consequência produzida pelo pecado: “E pelo pecado a morte.” Está implícito que isso também ocorreu no mundo. O pecado e a morte entraram no mundo por um só homem. Mais adiante, diz que esse homem foi Adão.

Da morte individual que ocorre no mundo, passa a falar da morte generalizada, que acontece com todos os seres humanos, com sua correspondente causa.

“Assim a morte passou a todos os homens”, diz, “porque todos pecaram”. A frase-chave para dizer que a morte passou a todas as pessoas é: “Porque todos pecaram.” Paulo não diz que todos pecaram no pecado de Adão, nem que a culpa de Adão passou a todos. Diz que a mesma consequência que Adão sofreu por seu pecado, isto é, a morte, todos os seres humanos também sofrerão, não pelo pecado de Adão, mas pelo pecado que eles mesmos cometeram, porque todos pecaram. Não existe qualquer referência a um pecado original que transmita culpa a toda humanidade. Há, sim, uma semelhança, isto é, como o pecado de Adão lhe trouxe como consequência a morte, o pecado de todos os seres humanos também lhes trouxe como consequência a morte. A morte afeta a todos porque todos pecaram. Não há pecado original. Não há culpa original transmitida a todos, somente pelo fato ocorrido com Adão. A culpa está em todos, porque todos pecaram.

Relação do pecado com a lei (5:13, 14). Como Paulo está dizendo que o pecado começou com Adão, ele se depara com a necessidade de estabelecer a razão por que a desobediência de Adão foi pecado; pois, no sentido restrito, parecia não haver sido assim. Afinal, a lei foi dada na época de Moisés.

“Pois antes de ser dada a Lei, o pecado já não estava no mundo, mas o pecado não é levado em conta quando não existe lei” (5:13, NVI). Em vez de provar a existência do pecado pela lei, prova a existência da lei pela presença do pecado. Se existe pecado, existe lei. A isso que Paulo dá por implícito, acrescenta a prova inquestionável: a existência da morte.

“Entretanto, reinou a morte desde Adão até Moisés”, [tempo em que aparentemente não havia lei] “mesmo sobre aqueles que não pecaram à semelhança da transgressão de Adão” (5:14). De acordo com isso, a transgressão de Adão foi uma ação consciente, por meio da qual ele desprezou um mandamento de Deus, que ele conhecia muito bem. Em contraste com o pecado cometido com consciência

do mandamento, Paulo se refere ao pecado cometido, não à maneira de Adão, que consiste em não agir à altura do objetivo estabelecido por Deus. Assim, o que Paulo chama de transgressão e o que chama de pecado estão, diante de Deus, no mesmo nível, porque a consequência de qualquer um deles é a morte.

Então, significa que a existência da morte no transcurso do tempo que vai de Adão até Moisés prova a vigência, nesse tempo, da norma que mais tarde Deus codificou nas tábuas de pedra sobre o monte Sinai. Na realidade, o pecado de Adão foi pecado contra a lei de Deus. A existência do pecado e, conseqüentemente, da morte prova que a lei existia. E a existência da lei estabelece a culpa do pecado.

“Adão”, acrescenta Paulo, “o qual era um *tipo* dAquele que haveria de vir” (5:14 u.p., NVI). Em que sentido era Adão “um tipo”? Somente um, e bem específico. Com seu pecado, Adão deu início à presença e conseqüências do pecado em toda a humanidade. O que haveria de vir, referido muitas vezes no Antigo Testamento como o que vem, o Messias, Cristo, com Sua justiça, deu início aos efeitos da graça em todos os que creem.

O dom da justiça entrou com a graça de Jesus Cristo (5:15-17)

Agora, Paulo introduz o dom de Deus, abundante e muito superior à transgressão de Adão. “Entretanto”, diz, “não há comparação entre a dádiva e a transgressão. Pois se muitos morreram por causa da transgressão de um só, muito mais a graça de Deus, isto é, a dádiva pela graça de um só homem, Jesus Cristo, transbordou para muitos!” (5:15, NVI).

O dom é uma dádiva outorgada pela graça. Em que consiste? Paulo não deixa dúvida nem confusão, pois ele mesmo define o conteúdo desse dom, chamando-o: “O dom da justiça” (5:17). E, mais adiante, afirma: “O dom [dádiva, presente] gratuito de Deus é a vida eterna em Cristo Jesus, nosso Senhor” (6:23, NVI).

A dádiva que Deus dá aos crentes é a justiça de Cristo e a vida eterna. Provêm de Deus, por meio da obra de graça feita por Cristo, e Ele as concede por meio de um ato de justificação. Duas

características se destacam na dádiva de Deus. Primeiro, Seu poder. Segundo, Sua abundância.

A ação de Cristo, por Sua conexão com a graça divina, é muito mais poderosa que a ação de Adão, vinculada ao poder do anjo caído, já derrotado pelo próprio Filho de Deus. Outro elemento, também relacionado com o poder da graça, na dádiva, está na abundância do dom: superabundou, diz o texto. É suficiente para todos e ainda sobra.

A dádiva de Deus cobre todas as consequências do pecado de Adão, incluindo todos os males que ocorrem na vida diária dos pecadores. A mais grave consequência do pecado está relacionada com o juízo: é a condenação. Tal condenação é muito pior que os sofrimentos, a dor, a angústia e todos os males da vida diária que conduzem à morte, incluindo ela mesma. Mas todas essas consequências são anuladas pela dádiva de Deus.

“Entretanto, não há comparação entre a dádiva e a transgressão”, diz Paulo (5:15, NVI).

A dádiva é maior. Por quê? “Por um pecado veio o julgamento que trouxe condenação, mas a dádiva decorreu de muitas transgressões e trouxe justificação” (5:16, NVI).

Seguindo o contexto da comparação entre Adão e Cristo, ao falar de um só pecado, Paulo se refere somente a um pecador. A dádiva de Cristo é muito superior ao pecado de Adão. Abrange todos os pecados cometidos por todos os pecadores. Essa multidão de pecadores e pecados exigiu um dom superabundante para que todos fossem suficientemente atendidos. E Cristo atendeu a todos.

A pior consequência do pecado é a morte eterna. O dom de Deus também a supera. “Se, pela ofensa de um e por meio de um só”, diz Paulo, “reinou a morte, muito mais os que recebem a abundância da graça e o dom da justiça reinarão em vida por meio de um só, a saber, Jesus Cristo” (5:17).

Como fica esclarecido, o dom da justiça e a vida eterna superam o pecado, a condenação e a morte. Quando Adão desobedeceu ao claro mandamento de Deus, entrou em pecado. O juízo caiu imediatamente sobre ele, junto com Eva. O primeiro casal viveu uma experiência desconhecida para eles, chamada culpa.

Diz Moisés: “Abriram-se, então, os olhos de ambos; e, percebendo que estavam nus, coseram folhas de figueira e fizeram cintas para si” (Gn 3:7).

A essa mudança exterior, visível aos olhos, acrescentou-se outra mudança: interior. Perceptível somente para as próprias consciências deles, que atuaram imediatamente, alterando a conduta do casal quando Deus, conforme Seu costume, foi visitá-los ao cair da tarde.

“Quando ouviram a voz do Senhor Deus”, diz Moisés, “que andava no jardim pela viração do dia, esconderam-se da presença do Senhor Deus, o homem e sua mulher” (Gn 3:8). Como nunca havia acontecido antes, Deus precisou chamar Adão: “Onde estás?” (Gn 3:9). Ele respondeu: “Ouvi a Tua voz no jardim, [...] tive medo, e me escondi” (Gn 3:10).

Haviam pecado e a nova realidade para eles era aterrorizante. O juízo de sua própria consciência foi categórico. Para eles não havia dúvidas a respeito do que tinham feito. Imediatamente, veio o juízo divino. Não foi um juízo final. Somente uma determinação das consequências que o pecado lhes traria durante sua vida neste mundo. Mas era um juízo inequívoco.

Disse a Eva: “Multiplicarei sobremodo os sofrimentos da tua gravidez; em meio de dores darás à luz filhos; e o teu desejo será para o teu marido, e ele te governará” (Gn 3:16).

Disse a Adão: “Visto que atendeste a voz de tua mulher e comeste da árvore que Eu te ordenara que não comesses, maldita é a terra por tua causa; em fadigas obterás dela o sustento durante os dias da tua vida. Ela produzirá também cardos e abrolhos, e tu comerás a erva do campo. No suor do rosto comerás o teu pão, até que tornes à terra, pois dela foste formado; porque tu és pó e ao pó tornarás” (Gn 3:17-19).

A sentença de morte estava pronunciada. Porém, o dom de Deus superou a morte, por meio de Jesus Cristo, para os que recebem a abundância da graça e a dádiva da justiça.

Contraste entre Adão e Cristo (5:18-21)

Paulo chega ao final de sua comparação entre Adão e Cristo. Um resumo. Começou dizendo que o pecado e a morte entraram

no mundo por intermédio de Adão. Foi o início do pecado. Era o pecado de Adão, não o pecado nem a culpa de toda a humanidade. Porém, toda a humanidade se tornou culpada pelo pecado, mas por seu próprio pecado, porque todos pecaram (5:12). Com o pecado de todos, veio também a morte para todos. A seguir, Paulo mencionou o papel da lei na condição pecadora da humanidade. Adão transgrediu a lei, e todos os seres humanos que existiram depois dele também se tornaram transgressores. A existência do pecado prova que a lei existia, porque se a lei não existisse, tampouco existiria a culpa pelo pecado, e esta existiu desde Adão até Moisés. Depois de Moisés, ninguém duvida de que a lei tenha existido (5:13, 14). Mas, pela graça de Deus, a dádiva (dom) da justiça foi outorgada aos pecadores. A dádiva foi muito superior ao pecado de Adão. A obra da graça feita por Cristo foi mais poderosa que o pecado, e superou os males que este trouxe à vida diária, principalmente o terrível mal da condenação do juízo e sua consequência de morte eterna. Em lugar dela, Cristo dá vida eterna a todos os que creem nEle (5:15-17).

Agora, Paulo realiza três comparações fundamentais. De um lado, está Adão com a transgressão, a desobediência e o pecado. De outro, Cristo com a justiça, a obediência e a graça. Com essas comparações, Paulo quer confirmar a importância da obra realizada por Cristo para eliminar o pecado. Também deseja ressaltar o papel que a lei teve para definir a gravidade do pecado na vida humana.

Transgressão e justiça (5:18). O ponto de partida para a tragédia humana com a culpa está na transgressão, assim como na justiça de Cristo está o começo do retorno à vida eterna, pela justificação.

“Pois assim como, por uma só ofensa, veio o juízo sobre todos os homens para condenação, assim também, por um só ato de justiça, veio a graça sobre todos os homens, para a justificação que dá vida” (5:18).

O que Paulo quer dizer nessa declaração? Apresenta dois conceitos: O primeiro está relacionado com Adão e todos os seres humanos; o outro, relacionado com Cristo e todos os seres humanos. Adão praticou um ato que afetou toda a humanidade, e Cristo realizou um ato contrário ao de Adão, estando aqui o contraste, que

afetou a todos os seres humanos. O ato de Adão foi a transgressão, mas o ato de Cristo foi a justiça. A transgressão e a justiça tiveram o mesmo efeito, da mesma forma, sobre toda a humanidade.

Paulo especifica que o pecado de Adão foi um ato de transgressão. Uma ação que infringe a vontade de Deus e Sua lei. Embora Paulo não mencione a lei neste parágrafo, sua presença não pode ser ignorada. De outro modo, suas palavras serão incompreensíveis. Adão transgrediu a lei. Por intermédio de sua transgressão, incorporou à vida humana uma realidade desconhecida até esse momento. Paulo a chama de condenação. Essa é a condenação feita pela transgressão da lei. A transgressão de Adão introduziu a condenação a toda a humanidade.

De que modo a condenação do pecado cometido por Adão passou a toda a humanidade? De forma automática? Vejamos. Paulo compara a transgressão de Adão com a justiça de Cristo. Diz que a transgressão passou a todos os homens, e a justiça veio a todos os homens. Exatamente as mesmas palavras. Como ocorreu isto? “Pois assim como, por uma só ofensa, veio o juízo sobre todos os homens para condenação, assim também, por um só ato de justiça, veio a graça sobre todos os homens, para a justificação que dá vida”, diz Paulo (5:18).

Bem sabemos que a justiça de Cristo não passa automaticamente a todos os seres humanos pecadores. Há uma condição: eles precisam crer. Assim, diz Paulo: “Visto que Deus é um só, o qual justificará, por fé, o circunciso e, mediante a fé, o incircunciso” (3:30).

A aplicação da condenação que a lei demanda também não ocorre automaticamente. Há uma condição. Tem que haver transgressão da lei. É necessário haver pecado. Então, como foi transmitida a condenação de Adão a todos os seres humanos? Por intermédio do pecado. E passou a todos, como diz Paulo: “Pois todos pecaram e estão destituídos da glória de Deus” (3:23, NVI).

Adão não transmitiu a culpa por herança. Mas transmitiu a nova natureza que havia adquirido por transgredir a lei de Deus, uma inclinação natural para o pecado. Essa inclinação não era pecado. Era uma fraqueza que tornava mais fácil a transgressão da lei moral de Deus.

A transgressão de Adão introduziu a condenação, e a justiça de Cristo, por meio da justificação, produziu vida. Como a vida é superior à condenação, Cristo é superior a Adão; e Sua obra, supremamente superior à obra corruptora de Adão.

Desobediência e obediência (5:19). Da transgressão à lei, Paulo passa à desobediência de Adão. “Porque, como, pela desobediência de um só homem, muitos se tornaram pecadores, assim também, por meio da obediência de um só, muitos se tornarão justos” (5:19).

Adão desobedeceu. Não apenas atuou transgredindo a lei. Muito antes de praticar suas ações, já estava contra Deus. Não quis nem ouvir as ordens de Deus. Desinteressar-se da lei tem sido uma atitude muito própria dos seres humanos, desde Adão. A rejeição da lei os tem transformado em pecadores habituais, devotos do pecado, maus. Adão foi o primeiro, e a humanidade inteira o imitou. Esse é o sentido da palavra que Paulo usa para expressar a ideia de que constituiu pecadores a muitos, ou todos. Adão foi a causa do pecado humano. Antes que o pecado de todos os seres humanos chegasse a existir, a desobediência de Adão estava presente, como semente de todos os pecados cometidos pela humanidade. Uma semente que, certamente, produziu abundante colheita do mal, tornando-os maus.

Mas a obediência de Cristo é mais poderosa. Cristo esteve sempre disposto a executar as ordens de Deus. Obedeceu a Seus mandamentos e não pecou. “Embora sendo Filho, aprendeu a obediência pelas coisas que sofreu e, tendo sido aperfeiçoado, tornou-Se o Autor da salvação eterna para todos os que Lhe obedecem” (Hb 5:8, 9).

O que Jesus aprendeu através do sofrimento não era algo que Ele não conhecia; era uma experiência que não havia tido antes. Nunca havia ouvido a voz de Deus através de uma situação tão cheia de sofrimento como a cruz, quando carregou sobre Si os pecados de toda a humanidade. Nunca havia tido essa experiência, porque jamais havia pecado. Mas, na cruz, sem mesmo haver pecado, de forma vicária, carregou os pecados de todos, escutando a Deus para obedecer ao Seu mandamento. Manteve a atitude que sempre havia tido para com o Pai. Continuou ouvindo-O e Lhe obedecendo.

Pela obediência, consumou a perfeição no sentido de levar Sua obra ao seu total cumprimento, até o fim. Não deixou de executar nada. E por havê-la executado completamente, muitos serão constituídos justos, no sentido de serem virtuosos, corretos, guardadores dos mandamentos de Deus.

Lei, pecado e graça (5:20, 21). As referências à lei, através de todo o resumo sobre a superioridade que Cristo tem sobre Adão, têm sido frequentes, mas sem ser mencionadas. Paulo agora as menciona diretamente.

“A Lei”, diz, “foi introduzida para que a transgressão fosse ressaltada” (5:20a, NVI). A Lei não multiplicou as ações pecaminosas dos seres humanos. Foi colocada como uma lente de aumento sobre elas, para que as ações pecaminosas se tornassem claramente visíveis. E se tornaram visíveis como transgressões à vontade de Deus. Desse modo, naturalmente, os seres humanos se tornaram mais pecadores do que eles mesmos pensavam que eram. Mas não é necessário ficar angustiado por isso. A razão é muito poderosa.

“Mas onde abundou o pecado”, diz Paulo, “superabundou a graça, a fim de que, como o pecado reinou pela morte, assim também reinasse a graça pela justiça para a vida eterna, mediante Jesus Cristo, nosso Senhor” (5:20b, 21).

O que estava cheio de pecado, em meio a um ambiente pecaminoso de desobediência a Deus, sobre o reinado do pecado, pode sair desse reino e entrar no reino da graça que o rodeará de justiça, como um manto posto em toda a pessoa. Justiça que, sendo uma dádiva de Deus, que Ele lhe oferece por justificação, graças à fé que o pecador manifestou em Cristo, lhe permitirá seguir com Deus até entrar na vida eterna.



5 A Segurança do Evangelho: Santificação

O poder do pecado, que tem todos os descendentes de Adão sob seu controle tirano, tem sido destruído pelo poder superior da graça, e a pessoa que está em Cristo é libertada. Mas, como manter essa liberdade em Cristo? Através da santificação. A justificação livra o crente do castigo causado pelo pecado. A santificação o livra de seu poder. A justificação outorga ao pecador absolvição da culpa. A santificação o livra de continuar pecando. A justificação é recebida pela fé, como também a santificação.

Três temas relacionados com a segurança do evangelho ocupam a atenção de Paulo, enquanto ele expõe a doutrina da santificação (6:1-8:39). Como subjugar o poder do pecado (cap. 6)? Qual é a relação da lei com o pecado (cap. 7)? E em que consiste a obra do Espírito Santo na santificação?

Como subjugar o poder do pecado? (6:1-23)

O crente tem sido transferido do reino do pecado, para a morte; ao reino da graça, para a vida eterna. A transferência é produzida por meio da dádiva de Deus, a justificação, outorgada ao pecador crente em Cristo Jesus. A fé é indispensável nessa transição.

“Mediante a fé, recebemos a graça de Deus; mas a fé não é nosso Salvador. [...] É a mão que se apega a Cristo e se apodera de Seus

méritos, o remédio contra o pecado” (Ellen G. White, *O Desejado de Todas as Nações*, p. 175).

Assim, o pecador é justificado pela fé. Deus o absolve da culpa pelos méritos de Cristo. Embora no momento de sua justificação esteja completamente limpo de todo o pecado, sem qualquer culpa, ainda precisa viver sem pecar. Imediatamente surgem duas perguntas: É possível livrar-se de um modo de vida de contínua prática do pecado? Se for possível, de que forma? Paulo afirma que é possível, num processo de santificação, e ensina como alcançá-lo.

Vivendo uma vida nova: obra de Deus (6:1-14)

O crente vive em uma nova vida por obra do Pai, assim como, por Sua obra, Cristo ressuscitou dos mortos (6:4). A nova vida é um processo de santificação que ocorre graças à obra do Pai (6:1-23), à obra de Cristo (7:1-24) e à obra do Espírito Santo (8:1-39). Os três atuam na vida do crente para que este seja santificado para a vida eterna.

Paulo inicia, dizendo que até mesmo um único pensamento de continuar pecando está completamente fora de toda a realidade cristã. “Que diremos, pois? Permaneceremos no pecado, para que seja a graça mais abundante? De modo nenhum!” (6:1, 2a).

Já passamos do pecado à graça, e a graça é supremamente poderosa quando comparada ao poder do pecado. Certamente, o pecado mantém o pecador sob o despótico poder do mal. Não lhe permite qualquer liberdade. Domina-o como a um escravo. Mas a graça de Deus é mais poderosa, porque Deus tem todos os poderes espirituais necessários para vencer os poderes do mal. Ao outorgar pela fé a justiça de Cristo ao pecador, Deus eliminou completamente o pecado da vida deste. Nada resta de pecaminoso em sua vida.

Paulo descreve essa situação como morrer para o pecado. E afirma: “Nós, os que morremos para o pecado, como podemos continuar vivendo nele?” (6:2b, NVI).

A seguir, ele descreve a nova vida de quem morreu para o pecado.

1. *O crente foi batizado em Cristo (6:1-4)*. Paulo não diz que os que foram justificados precisam ser batizados. Não se ocupa

com a teoria ou a teologia. Vai direito ao próprio fato de haverem sido batizados.

“Ou vocês não sabem”, diz, “que todos nós, que fomos batizados em Cristo Jesus, fomos batizados em Sua morte?” (6:3, NVI).

A identificação do cristão justificado com a morte de Jesus Cristo tem um profundo sentido de intimidade espiritual com Ele, pois Cristo morreu na cruz, em seu lugar. Quem deveria morrer era o ser humano pecador, mas Cristo morreu por ele. Então Cristo Se identificou com o pecador na morte. Morreu a morte do pecador. O pecador livrou-se da morte porque Cristo ocupou o lugar dele. Não é o fato de que na morte de Cristo tenham morrido todos os pecadores. Todos os pecadores se livraram de morrer por causa da morte sofrida por Jesus, o qual Se tornou um com eles.

Cristo também espera que os pecadores justificados se tornem um com Ele e O confessem publicamente. De que forma? Através de um ato simbólico: o batismo. No batismo, o pecador declara que se identifica com Jesus, em Sua morte. E, morto espiritualmente para o pecado, vai com Cristo à sepultura da água do batismo.

“Portanto”, diz Paulo, “fomos sepultados com Ele na morte por meio do batismo, a fim de que, assim como Cristo foi ressuscitado dos mortos mediante a glória do Pai, também nós vivamos uma vida nova” (6:4, NVI).

A identificação com Cristo, ao serem sepultados com Ele, não ocorre no tempo nem no espaço. Não ocorreu na cruz, pois a cruz é um lugar físico, e a morte de Cristo, na cruz, ocorreu em um tempo específico. Além disso, a morte de Cristo na cruz e a morte do crente no batismo não são a mesma morte, nem têm o mesmo objetivo. A morte de Cristo na cruz foi pelo pecado dos pecadores. A morte do pecador no batismo é a morte deste *para o pecado*, a fim de viver uma nova vida. Por isso, antes de o pecador ser batizado, precisa se arrepender.

Pedro e seus companheiros, os outros discípulos, estavam unidos em uma comunhão espiritual perfeita, quando o Espírito Santo chegou a eles. Chegou acompanhado de um ruído muito particular. Parecia estar cavalgando sobre um forte vento e, tomando formas semelhantes a línguas de fogo, pousou sobre eles. Outorgou-lhes o

dom de línguas e interiorizou-lhes um poderoso impulso para pregar o evangelho. Pedro foi extremamente convincente. Muitos creram. Movidos por uma nova determinação, disseram: “Irmãos, que faremos?” (At 2:37, NVI).

Pedro, sempre impulsivo, mas nesse momento plenamente integrado ao poder do Espírito Santo, respondeu: “Arrependei-vos, e cada um de vós seja batizado em nome de Jesus Cristo para remissão dos vossos pecados, e recebereis o dom do Espírito Santo” (At 2:38).

Antes do batismo, é necessário haver arrependimento. Depois, perdão e poder. O maior poder espiritual que existe é proveniente do Espírito Santo. É tudo o que o pecador necessita para viver vida nova. Vida que continua depois de seu sepultamento no batismo.

O que Paulo teve em mente quando disse que somos sepultados com Cristo em Sua morte é um acontecimento espiritual cuja visibilidade é possível mediante o batismo. O conceito de estar com Cristo é completamente espiritual.

“Fui crucificado com Cristo”, diz Paulo em outro lugar. “Assim, já não sou eu quem vive, mas Cristo vive em mim. A vida que agora vivo no corpo, vivo-a pela fé no Filho de Deus, que me amou e Se entregou por mim” (Gl 2:20, NVI).

A ideia de haver estado literalmente com Cristo na cruz, com Cristo na sepultura, com Cristo na ressurreição, por meio do batismo, faz desse rito um sacramento. Atribui ao ato batismal um poder presente em si mesmo. Mas Paulo não expressa tal ideia de nenhuma forma. O que Paulo diz, o ponto que ele destaca, é a morte para o pecado que o pecador deve experimentar para entrar na nova vida. Uma renovação espiritual. Essa renovação liberta o pecador do pecado. Abre o caminho para a santificação. O batismo em si, a água e o ato de submergir não têm poder algum. Somente o valor simbólico de tornar externamente visível uma experiência espiritual interna e invisível.

“O batismo [...] simboliza arrependimento do pecado e começo de uma vida nova em Cristo Jesus” (Ellen G. White, *Testemunhos Para a Igreja*, v. 6, p. 93).

2. *O crente vive uma nova vida com Cristo (6:5-11)*. Depois do batismo, o crente está preparado para viver uma nova vida.

“Porque, se fomos unidos com Ele na semelhança da Sua morte”, diz Paulo, “certamente, o seremos também na semelhança da Sua ressurreição” (6:5).

Estar unidos com Cristo significa estar conectados a Ele de maneira vital, como o ramo à videira. Próximo à cruxifissão, Jesus e Seus discípulos saíram do cenáculo rumo ao jardim do Getsêmani. Na noite tranquila e serena, branqueada pela lua cheia, o Mestre mostrou-lhes uma vinha junto ao caminho. Jesus, como sempre, utilizou sua presença para ensinar uma preciosa lição sobre a vida dos crentes.

“Eu sou a videira verdadeira”, disse-lhes (Jo 15:1). A atenção dos discípulos concentrou-se nEle. Ouviam Suas palavras, uma a uma, e as absorviam com amorável interesse. Ouviram-nO falar sobre a obra que o Pai realiza na vinha, como Ele poda os ramos infrutíferos para que dê muito fruto, e como eles, já limpos, devem permanecer em Cristo. Então ouviram o que lhes dizia: “Eu sou a videira, vós os ramos. Quem permanece em Mim, e Eu, nele, esse dá muito fruto; porque sem Mim nada podeis fazer” (Jo 15:5).

Nada. Essa palavra obscurecia-lhes a mente como uma nuvem que se deslocava pelo céu, escondendo a luz da lua e impedindo-lhes de ver a vinha prateada. Ouviram o que Jesus continuou dizendo: “Se alguém não permanece em Mim, será como o ramo que é jogado fora e seca” (Jo 15:6, NVI).

Esse quadro não lhes pareceu atrativo. Como? Secos e sem poder fazer nada, como simples ramos para o fogo? Então, Cristo pronunciou as palavras que queriam ouvir: “Se vocês permanecerem em Mim, e as Minhas palavras permanecerem em vocês, pedirão o que quiserem e lhes será concedido” (Jo 15:7, NVI). Ou seja, terão uma vida frutífera, na qual podem fazer tudo o que quiserem pela força essencial de Cristo que os alimenta e mantém.

O que significa estar com Cristo em Sua ressurreição? Significa estar com Deus, sob a ação de Seu poder que não somente é capaz de modificar a vida do pecador, transformando-o em justo, como já havia feito, através da justificação, mas também pode mantê-lo na nova vida de forma frutífera e santa.

Paulo repete o pensamento já expresso anteriormente, e acrescenta o que deseja expressar como novo: “Pois sabemos”, diz, “que o nosso velho homem foi crucificado com Ele, para que o corpo do pecado seja destruído, e não mais sejamos escravos do pecado; pois quem morreu, foi justificado do pecado” (6:6, 7, NVI).

Até aqui, disse o que havia dito antes. Um pouco mais, e nos leva da morte de Cristo à Sua ressurreição, à Sua vida.

“Ora”, diz, “se morremos com Cristo, cremos que também com Ele viveremos. Pois sabemos que, tendo sido ressuscitado dos mortos, Cristo não pode morrer outra vez: a morte não tem mais domínio sobre Ele” (6:8, 9, NVI).

Neste ponto, Paulo aproveita o momento para enunciar uma verdade teológica que tem um efeito supremamente positivo na vida dos crentes em particular, e dos pecadores em geral. Outorga-lhes plena confiança, dando-lhes total segurança no sacrifício de Cristo na cruz.

“Pois, quanto a ter morrido”, diz, “de uma vez para sempre morreu para o pecado” (6:10a). Seu sacrifício foi todo suficiente para cobrir o pecado da humanidade inteira, de todos os tempos. Não é necessário outro sacrifício de Cristo, nem de quem quer que seja.

Paulo, em outro lugar, diz: “Assim também Cristo foi oferecido em sacrifício uma única vez, para tirar os pecados de muitos; e aparecerá segunda vez, não para tirar o pecado, mas para trazer salvação aos que O aguardam” (Hb 9:28, NVI).

A seguir, Paulo começa a definir o que significa estar com Cristo em Sua ressurreição. “Mas, quanto a viver”, diz, “vive para Deus” (6:10b). Com Cristo sempre foi assim. Todo o tempo em que esteve na Terra viveu para Deus. Mas, depois da ressurreição, Sua vida para Deus adquire uma nova dimensão, um novo elemento. A missão está cumprida. O sacrifício pelo pecador já foi oferecido. Já não é necessário Se encarnar novamente para salvar os perdidos. Tudo o que era necessário ser feito na Terra, pelos pecadores, foi cumprido. Sua vida para Deus terá para sempre a presença dos santos, antes pecadores, mas agora e para sempre redimidos. A ressurreição de Cristo é a base e a antecipação da ressurreição final dos justos.

“Mas, de fato”, diz Paulo, “Cristo ressuscitou dentre os mortos, sendo Ele as primícias dos que dormem” (1Co 15:20). Com essa nova realidade, na vida de Cristo para Deus, uma vida acompanhada dos redimidos, pode-se entender bem a nova vida do crente.

“Da mesma forma”, diz Paulo, “considerem-se mortos para o pecado, mas vivos para Deus em Cristo Jesus” (6:11, NVI). Para eles, tem início uma vida em companhia com o Pai, como os seres humanos jamais conheceram desde que o pecado entrou no mundo e os dominou. A ressurreição de Cristo lhes proveu poder para viver com Deus e com Cristo.

“Portanto, não permitam que o pecado continue dominando os seus corpos mortais, fazendo que vocês obedeçam aos seus desejos” (6:12, NVI). O pecado já não reina. Agora, vocês pertencem ao reino da graça, com todo o poder de Deus, ativo para ajudá-los a vencer o pecado.

“Não ofereçam os membros do corpo de vocês ao pecado, como instrumentos de injustiça; antes ofereçam-se a Deus como quem voltou da morte para a vida; e ofereçam os membros do corpo de vocês a Ele, como instrumentos de justiça” (6:13, NVI).

Ofereçam-se a Deus. Vivam na companhia dEle, porque Sua companhia lhes assegura a continuidade da vida. É verdade que vocês não podem, por si próprios, fazer as obras que Deus requer. Mas há algumas coisas que certamente podem fazer. Decidam fazê-las. De que forma? Oferecendo-se vocês mesmos a Deus, incluindo o corpo e todos os seus membros. Entreguem sua vontade a Ele.

“Não podeis mudar vosso coração, não podeis por vós mesmos consagrar a Deus as vossas afeições; mas podeis escolher servi-Lo. Podeis dar-Lhe a vossa vontade; Ele então operará em vós o querer e o efetuar, segundo a Sua vontade. Desse modo, toda a vossa natureza será levada sob o domínio do Espírito de Cristo; vossas afeições se centralizarão nEle; vossos pensamentos estarão em harmonia com Ele” (Ellen G. White, *Caminho a Cristo*, p. 47).

A entrega da vontade a Cristo coloca o pecador espiritualmente ressuscitado na companhia de Deus, e o efeito de Sua companhia fortalecerá a vontade para viver a nova vida em Cristo, em santidade progressiva e crescente.

“Mediante o conveniente exercício da vontade, pode operar-se em vossa vida uma mudança completa. Entregando a Cristo o vosso querer, aliai-vos com o poder que está acima de todos os principados e potestades. Tereis força do alto para estar firmes e, assim, pela constante entrega a Deus, sereis habilitados a viver a nova vida, a vida da fé” (ibid., p. 48).

“Porque o pecado”, diz Paulo, “não terá domínio sobre vós; pois não estais debaixo da lei, e sim da graça” (6:14). Com esta palavra final sobre a santificação como obra do Pai através da vontade do pecador justificado, Paulo introduz outro assunto: a lei.

“Não estais debaixo da lei”, diz, “e sim da graça”. Ato contínuo, começa a explicar o que deseja dizer com isso.

Obedecendo à lei (6:15-23)

Estar sob a lei significa estar sob a condenação da lei. Isso ocorre a todos os pecadores. A lei somente condena. A pessoa transgressora da lei está sob o poder do pecado e, a menos que deixe o reino do pecado, que conduz à morte, continuará desobedecendo à lei e sendo condenada por ela. Sua única saída está em Cristo e no poder de Sua graça. Quando entra no reino da graça, o poder de Deus lhe oferece justiça, a justiça de Cristo, e assim se liberta da condenação que a lei lhe impunha, porque já não existe pecado nela. O pecado perdoado por Deus deixa de existir na vida do pecador que recebe o perdão. Mas a lei não deixa de existir nem é anulada por Deus. Não pode ser ignorada pela pessoa justificada. Sua relação com a lei, de acordo com Paulo, é dupla: obediência e serviço.

1. *Obediência de coração* (6:15-18). Havendo falado que o crente não está sob a lei, Paulo imediatamente questiona: “E então?”. Em seguida, amplia e esclarece o conteúdo de sua pergunta. “Vamos pecar porque não estamos debaixo da Lei, mas debaixo da graça?” (6:15, NVI).

Ele não quer que ninguém o entenda mal. Para isso, o melhor é uma explicação clara que não deixe nenhuma dúvida. Ele responde: “De maneira nenhuma!”

Sua explicação anterior sobre a morte de Cristo para derrotar o poder do pecado sobre os pecadores, eliminando a culpa, por meio

da justificação; e eliminando sua presença, por santificação, tem como objetivo que os pecadores saiam completamente do domínio do pecado e não pequem mais. Permanecerá o pecado na vida dos que estão sob o reino da graça? Nem imaginem isso.

“Não sabeis que daquele a quem vos oferecis como servos para obediência, deste mesmo a quem obedecis sois servos, seja do pecado para a morte ou da obediência para a justiça?” (6:16). A escravidão que a obediência produz não é instantânea. Chega-se a ela de forma progressiva, lentamente.

O crente que foi libertado pela graça e poder de Deus pode vir a ser novamente escravo do pecado. A salvação não é uma experiência final. Não significa uma vez salvo, salvo para sempre. O crente pode revertê-la, dando ouvidos ao pecado, submetendo-se a ele. Nesse caso, o poder tirano do pecado torna a exercer seu domínio, e o que era crente se torna escravo outra vez.

É melhor ser escravo da obediência que conduz à justiça. O fato de que Paulo não compara o escravo da justiça com o escravo do pecado, que seriam os opostos normais, mas com o escravo da obediência, mostra que ele tem a intenção definida de falar sobre a obediência na vida cristã. A liberdade em Cristo não é liberdade para desobedecer. Ao contrário, é liberdade do pecado para obedecer à lei de Deus. E para obedecê-la de modo apropriado à nova vida que o cristão vive em Cristo, espiritualmente, de todo o coração.

“Graças a Deus”, diz Paulo, “porque, embora vocês tenham sido escravos do pecado, *passaram a obedecer de coração* à forma de ensino que lhes foi transmitida” (6:17, NVI).

O fato de que os cristãos de Roma, destinatários da carta, tenham obedecido de coração indica que eles submeteram a Cristo seus sentimentos, quando ouviram a respeito dEle, porque, na expressão, há uma referência a sentimentos que somente podem ser expressos a uma pessoa.

Além disso, logo a seguir, Paulo inclui outro elemento que se refere ao intelecto e à vontade: o ensino. Os romanos creram de coração no ensino ao qual foram incorporados, como diz o texto original, não apenas no ensino que lhes foi transmitido. Eles foram

transferidos do pecado ao ensinamento sobre a justiça que receberam juntamente com a pessoa de Jesus. A transferência do pecado à justiça, da desobediência à obediência, que Paulo tem desenvolvido insistentemente, torna a ser mencionada.

“A obediência do homem só pode ser aperfeiçoada pelo incenso da justiça de Cristo, o qual enche com a divina fragrância cada ato de obediência. A parte do cristão é perseverar em vencer cada falta. Constantemente deve orar para que o Salvador sare os distúrbios de sua alma enferma do pecado. Ele não tem sabedoria ou a força para vencer; isso pertence ao Senhor, e Ele os outorga a todos os que em humildade e contrição dEle buscam auxílio” (Ellen G. White, *Atos dos Apóstolos*, p. 532).

Com toda confiança e segurança, Paulo reconhece que o processo de santificação está vivo nos cristãos.

“Vocês foram libertados do pecado”, lhes diz, “e tornaram-se escravos da justiça” (6:18, NVI). Servos de Deus que obedecem de todo o coração, nos quais Deus estabelece a justiça através da justificação e da santificação, ambas pela fé.

2. *Servir livremente à justiça (6:19-23)*. Paradoxo, mas os servos da justiça precisam obedecer à justiça, livremente.

“Falo isso em termos humanos”, diz Paulo, “por causa das suas limitações humanas”.

A explicação da santidade com imagens como escravidão e servidão, ou com termos humanos e familiares, produz em Paulo um sentimento de limitação. Parece-lhe obrigatório que se deve obedecer à justiça, ao Deus da justiça, ao provedor da justiça, forçosamente. Sem corrigir-se, Paulo esclarece:

“Assim”, diz, “como oferecestes os vossos membros para a escravidão da impureza e da maldade para a maldade, assim ofereci, agora, os vossos membros para servirem à justiça para a santificação” (6:19).

Essa maldade aparece no texto grego como *anomia*, literalmente violação da lei. Antes, vocês ofereciam seu corpo para violar a lei. Agora devem dedicá-lo para servir à justiça. Coloquem seus membros numa relação de intimidade com a justiça, estabeleçam

amizade com ela, porque assim, somente obedecendo à lei dessa maneira, poderão entrar na santidade.

“Quando éreis escravos do pecado, estáveis isentos em relação à justiça” (6:20). A justiça não tinha domínio sobre vocês, mas o domínio era exercido pelo pecado. Vocês não eram livres. “Que resultados colhestes?”, pergunta-lhes Paulo. E ele mesmo responde: “Coisas de que, agora, vos envergonhais; porque o fim delas é morte.”

Essa liberdade da justiça que pareciam desfrutar não lhes trazia nenhum benefício. Ao contrário, a vergonha e a morte são consequências trágicas dessa liberdade que na verdade não é real, mas escravidão do pecado.

“Agora, porém, libertados do pecado, transformados em servos de Deus, tendes o vosso fruto para a santificação, e, por fim, a vida eterna” (6:22). E o contraste não termina aqui. É verdade que a vergonha e a morte, comparadas com a santidade e a vida eterna, demonstram ser totalmente depreciáveis e realmente o são. Mas há uma verdade ainda mais forte, o contraste entre o salário do pecado e o dom de Deus.

“Porque”, diz, “o salário do pecado é a morte, mas o dom gratuito de Deus é a vida eterna”. Salário e dádiva. O salário é o produto da própria ação. Praticaram o pecado, receberam o salário que lhes correspondia, a morte. E toda vez que praticarem as obras do pecado terão o mesmo resultado. Um resultado progressivo. Como se tem falado do corpo e dos membros do corpo, a deterioração para a morte, além de ser espiritual, traz vergonha; também é física. A escravidão do pecado resulta numa deterioração do corpo, progressiva, irreversível, com eterna destruição final. Inevitável. Todos os pecadores seguem esse caminho.

Mas há uma forma de reverter o irreversível, de evitar o inevitável. Essa forma que evita a morte é aceitar, pela fé, a dádiva de Deus, Seu dom de justiça que justifica e santifica para a vida eterna.

Qual é a relação da lei com o crente? (7:1-25)

Paulo já disse que os crentes não estão sob a lei, mas sob a graça (6:14). Como isso acontece? É necessário esclarecer com mais

detalhes porque, no processo da santificação, é indispensável que o crente compreenda bem sua relação com a lei. De outra forma, como compreenderia a obediência, e de que maneira viveria sem repetir a forma pecaminosa de viver que seguia antes da justificação?

Domínio da lei (7:1-6)

Paulo começa explicando o domínio da lei. Apresenta um princípio fundamental, absolutamente evidente, mas, como ponto de partida, é necessário mencioná-lo, mesmo com o risco de parecer demasiadamente simples.

“Irmãos”, diz, “falo a vocês como a pessoas que conhecem a lei. Acaso vocês não sabem que a lei tem autoridade sobre alguém apenas enquanto ele vive?” (7:1, NVI). Isso é óbvio. Na morte, nada que governe a vida está em vigência. Por quê? Pelo estado da pessoa na morte, ou seja, ela dorme inconsciente de tudo e sem conexão com nenhuma atividade da vida.

Dois dias após haver recebido a notícia sobre a enfermidade de Lázaro, Jesus disse a Seus discípulos: “Vamos outra vez para a Judeia.” Os discípulos Lhe responderam: “Mestre, há pouco os judeus tentaram apedrejar-Te, e assim mesmo vais voltar para lá?”

Outra vez, o perigo. Para que expor-se a ele? Nós, seres humanos, somos sempre relutantes com o perigo. Perigos da vida. Perigos da morte. Gostamos de permanecer em nossa pequena área de conforto como nós a entendemos, e isso nos priva de muitas experiências que poderiam ser de grande valor para a compreensão da vida diária e também para alcançar a vida eterna.

Jesus respondeu: “Não são doze as horas do dia? Se alguém andar de dia não tropeça, porque vê a luz deste mundo; mas, se andar de noite, tropeça, porque nele não há luz.”

Que luz possuíam eles a respeito do que Jesus sabia, e pela qual Ele estava disposto a correr os riscos que eles viam?

Então, disse algo repleto de um sentido simples, pelas palavras utilizadas, mas muito amplo, que abrangia a vida e a morte: “Nosso amigo Lázaro adormeceu, mas vou para despertá-lo.”

“Senhor”, disseram eles, “se dorme, vai melhorar”.

Não perceberam o conteúdo do que Jesus falou. Como podia estar falando do sono normal e esperar que Lázaro continuasse dormindo durante todo o tempo de duração da viagem de Jesus até Betânia, onde morava Seu amigo, para que o despertasse?

Então Jesus, com toda a paciência de um verdadeiro mestre, e sem recriminá-los pela lentidão de sua mente, lhes disse: “Lázaro morreu” (Jo 11:1-14).

O estado de um morto é semelhante ao estado de uma pessoa que dorme. Assim permanecerá até a ressurreição. “Muitos dos que dormem no pó da terra”, disse o profeta Daniel, “ressuscitarão” (Dn 12:2).

Quando Paulo escreveu aos tessalonicenses acerca da ressurreição, disse-lhes: “Irmãos, não queremos que vocês sejam ignorantes quanto aos que dormem para que não se entristeçam como os outros que não têm esperança. Se cremos que Jesus morreu e ressurgiu, cremos também que Deus trará, mediante Jesus e com Ele, aqueles que nEle dormiram” (1Ts 4:13, 14, NVI).

Sendo assim, a lei somente pode ter domínio sobre as pessoas enquanto elas vivem. Para esclarecer essa realidade, Paulo utiliza primeiro uma ilustração; depois, um argumento e, finalmente, chega a uma conclusão.

Ilustração: A mulher casada (7:2, 3). A ilustração utiliza a relação da mulher casada, com seu marido, para mostrar que o ser humano está sob a lei somente durante o tempo em que permanece com vida.

“Ora, a mulher casada está ligada pela lei ao marido enquanto ele vive; mas, se o mesmo morrer, desobrigada ficará da lei conjugal” (7:2). Paulo intensifica a situação legal da mulher casada pela relação que ela tem com seu marido e com a lei.

Para com seu marido, está casada. O termo que Paulo usa, traduzido como casada, literalmente significa: sob o esposo. Frequentemente, Paulo usa a preposição “sob” para se referir a pessoas que estão em uma relação de submissão. A mulher casada, pelo próprio fato de ser casada, está sujeita a um varão, seu esposo.

Também está sujeita à lei. Naturalmente, a lei do matrimônio, que lhe exigia fidelidade ao marido. Da mulher infiel, a lei dizia que se havia *desviado* de seu marido (Nm 5:20).

“Por isso”, diz Paulo, “se ela se casar com outro homem enquanto seu marido ainda estiver vivo, será considerada adúltera” (7:3a, NVI).

A obrigação da lei e a sujeição ao marido colocavam e ainda colocam a mulher sob obrigação. Sob controle. A situação do homem casado era a mesma, mas o exemplo de Paulo é a mulher casada. Ela não podia ter relações sexuais com ninguém, exceto com seu marido. Essa obrigação se extinguiu com a morte do esposo. “Mas, se o marido morrer”, diz Paulo, “ela estará livre daquela lei, e mesmo que venha a se casar com outro homem, não será adúltera” (7:3b, NVI).

Qual é, então, o assunto específico que Paulo deseja destacar com a ilustração da esposa? Que a lei deixou de existir para ela e nunca mais precisará cumpri-la? Certamente não. Apenas a deixou livre para se casar com outro marido. Porém, uma vez casada, terá que se submeter à mesma lei do matrimônio, como antes. A lei continua vigente para ela.

Argumento: Vocês morreram para a lei (7:4, 5). A seguir Paulo aplica a ilustração aos cristãos de Roma, dizendo-lhes: “Assim, meus irmãos, vocês também morreram para a Lei.”

A lei do matrimônio? Não, a lei que define o pecado, os Dez Mandamentos. Os crentes morreram para a lei de Deus. Acaso Deus eliminou a lei e, por isso, eles estão mortos para ela? Certamente não. Como, então, explicar isso? “Por meio do corpo de Cristo, para pertencerdes a outro, a saber, Aquele que ressuscitou dentre os mortos” (7:4a).

A lei não morreu, nem o crente. Cristo morreu. É Cristo o esposo que morre? Parece que sim. Mas, antes de ser justificado por meio da morte de Jesus, o crente não estava casado com Ele, mas com o pecado. Tinha natureza pecaminosa, era escravo do pecado, fazia somente as obras do mal, estava destinado à condenação da lei no juízo de Deus. A morte de Cristo o livrou da condenação da lei e, ao mesmo tempo, lhe proveu a mudança dessa vida desobediente para uma vida de obediência a Deus. Uma nova vida.

A nova vida do crente, como obra de Deus nele, tem um objetivo (6:17). Qual é este objetivo? “A fim de que frutifiquemos para Deus”, diz Paulo (7:4b).

Paulo já havia dito isso antes: “Agora, porém, libertados do pecado, transformados em servos de Deus, tendes o vosso fruto para santificação e, por fim, a vida eterna” (6:22).

Isso é o que Paulo deseja esclarecer. Que relação têm os crentes com a lei durante o processo de sua santificação, neles operada por Deus e que ocorre pela fé? Paulo retorna ao tempo da escravidão e insiste: “Quando vivíamos segundo a carne, as paixões pecaminosas postas em realce pela lei operavam em nossos membros a fim de frutificarem para a morte” (7:5).

O contraste entre os frutos para morte e os frutos para santificação é claro. Sob o domínio do pecado passional e condutor de energia maligna, o pecador somente produz frutos para a morte. Esses frutos são contrários aos frutos do Espírito. Paulo os chama de obras da carne.

“Ora, as obras da carne são conhecidas e são: prostituição, impureza, lascívia, idolatria, feitiçarias, inimizades, porfias, ciúmes, iras, discórdia, dissensões, facções, invejas, bebedices, glotonarias e coisas semelhantes a estas, a respeito das quais eu vos declaro, como já, outrora vos preveni, que não herdarão o reino de Deus os que tais coisas praticam” (Gl 5:19-21).

Paulo diz que, “pela lei”, as paixões do pecado impulsionavam os membros para os frutos da morte. O que significa “pela lei”? Ele não explica. Preserva a explicação para um pouco mais adiante.

Conclusão: Servir a Deus com o poder do Espírito (7:6). Por hora, Paulo deseja concluir seu argumento de que a lei se apossa do homem enquanto este vive. Foi dito que a mulher casada ilustra isso. Enquanto o marido viver, está sujeita a ele e à lei do matrimônio. Quando ele morre, fica livre para se casar com outro, mas a lei do matrimônio continua vigente. Em seguida, argumentou que o crente estava sob o controle do pecado e sob a lei, que lhe impunha o castigo de morte. Quando Cristo morreu e pagou a exigência da lei, o pecador se libertou do pecado para servir a Deus, e produzir frutos para Ele.

A isso, acrescenta o serviço a Deus com o poder do Espírito. “Agora, porém libertados da lei”, diz, “estamos mortos para aquilo a que estávamos sujeitos, de modo que servimos em novidade de Espírito e não na caducidade da letra” (7:6).

O que é que nos mantinha subjugados? A lei? Não. O pecado. A lei somente define o pecado, o torna visível e o condena. Se não existe pecado na pessoa, a lei não lhe oferece nenhuma condenação, apenas cumpre responsabilidade didática. Mas, quando a pessoa comete pecado, a lei está presente para torná-lo conhecido e dizer à pessoa que o pensamento e a ação pecaminosos não são aceitos por Deus. O crente era escravo do pecado. Deus o libertou dessa condição.

“Mas graças a Deus”, havia dito Paulo, “porque, outrora, *escravos do pecado*, contudo, viestes a obedecer de coração à forma de doutrina a que fostes entregues” (6:17). Paulo já havia dito também que os crentes não têm uma vida em que continuam pecando, porque morreram para o pecado. “Que diremos pois? Permaneceremos no pecado, para que seja a graça mais abundante? De modo nenhum! Como viveremos ainda no pecado, nós *os que para ele morremos?*” (6:1, 2).

Então, de que coisa relacionada com a lei ficamos livres quando morremos para o pecado, sob o qual estávamos subjugados? Do conteúdo moral que Deus colocou nela? Não. Da revelação sobre a vontade de Deus que ela apresenta? Não. De sua função didática, que claramente nos ensina o que é bom e o que é mau? Não. Do que, então, ficamos livres? Da condenação. Se não temos pecado, e o crente não o tem quando Deus o perdoa em Cristo, a lei não o condena.

Sem o jugo do pecado e sem a condenação da lei, o crente está livre. Para quê? “De modo que O servimos”, diz Paulo, “em novidade de espírito e não na caducidade da letra” (7:6b).

O serviço a Deus não termina quando o crente entra na nova vida. Não é mais escravo do pecado, mas sim um servo de Deus. Um servo que serve a Deus “em novidade de espírito”, o que corresponde à vida nova. O crente pode oferecer a Deus um serviço novo e espiritual. Não mais de forma legalista. Não mais confiando em suas próprias obras para se salvar. Não mais no estilo dos fariseus, que haviam esquecido a parte espiritual da lei, como Jesus lhes disse: “Ai de vós, escribas e fariseus, hipócritas, porque dais o dízimo da hortelã, do endro e do cominho e tendes negligenciado os preceitos mais importantes da Lei: a justiça, a misericórdia e a fé; devíeis, porém, fazer estas coisas, sem omitir aquelas!” (Mt 23:23).

Depois de morrer para o pecado, havendo ficado livre da condenação da lei, o crente ressuscita para uma nova vida. Nessa nova vida, a lei continua vigente, e o cristão tem que cumpri-la porque, morto para o pecado, já não pode continuar vivendo nele. As obrigações que, sob a lei, tinha com o pecado, para ele já não existem. Agora serve a outro, que é Deus. Por isso cumpre a lei como um serviço a Deus, sob o regime do Espírito, com Seu poder. Cumpre-a sob nova obediência, plena e espiritual, já não baseada na letra.

Função didática da lei (7:7, 8)

Paulo havia dito: “Porque, quando vivíamos segundo a carne, as paixões pecaminosas postas em realce pela lei operavam em nossos membros, a fim de frutificarem para a morte” (7:5).

Como vimos, Paulo não havia explicado o que quis dizer com a frase “pela lei”. Agora o explica: “Que diremos, pois?” (7:7). Uma vez que realça o pecado, “é a lei pecado?” Enfaticamente, ele responde à sua própria pergunta: “De modo nenhum! Mas eu não teria conhecido o pecado senão por intermédio da lei. Pois não teria eu conhecido a cobiça, se a lei não dissesse: ‘Não cobiçarás’” (7:7).

Paulo chama a atenção ao papel didático da lei, referindo-se a dois tipos de conhecimento por ela compartilhados: o conhecimento intelectual que a lei oferece com respeito ao pecado, e a orientação espiritual que outorga para não cometê-lo. O saber da mente (*ginōskō*) dá à pessoa que o possui uma espécie de iluminação de conjunto. Como alguém que entra num quarto escuro, onde não consegue ver nada, e uma luz é acesa. Tudo o que há no quarto se torna perfeitamente visível. Com a mente iluminada pela lei, pode viver a vida, vendo com clareza suas próprias ações e as dos outros, sabendo se são boas ou más. Certamente, esse conhecimento não determina sua vontade. Conhecendo tudo muito bem e com clareza, não é forçado pela lei para agir sempre bem. O agir bem ou mal é uma decisão pessoal, não uma decisão da lei.

Além do conhecimento intelectual, outro tipo de conhecimento que a lei outorga, a orientação espiritual (*oída*), também tem decisiva importância. Esse conhecimento ilumina a consciência. Uma

consciência iluminada pela lei pode, com facilidade, discernir entre o bem e o mal. Trata-se de um conhecimento particular, específico, que focaliza os detalhes. Faz a diferença entre uma pessoa moralmente confusa e uma pessoa moralmente alerta. Desse modo, a lei afeta as emoções de uma pessoa. Ela a faz sentir prazer espiritual quando realiza o bem ou a faz sentir-se castigada pela culpa, quando atua moralmente mal. Tal sensação de culpa pode ser normal, proporcional à ação má praticada, ou desproporcional em relação a ela. Nesse caso, pode ser de indiferença, se a consciência estiver cauterizada; ou extremamente grande, passionalmente culpável, se estiver enferma.

No caso da consciência cauterizada, insensível, o pecador tem incorporado o mal em sua própria vontade, dificultando-lhe a prática do bem, porque a lei já não lhe diz nada. Vive sem lei. “Mas o pecado, tomando ocasião pelo mandamento, despertou em mim toda sorte de concupiscência; porque, sem lei, está morto o pecado” (7:8).

Referindo-se à possível ausência legal do pecado, Paulo havia dito antes: “Onde não há lei, também não há transgressão” (4:15). Agora, refere-se à morte espiritual do pecado na consciência do pecador. Essa destruição da consciência pecaminosa exerce uma força impelente para o mal, quase irresistível, tão desastrosa que quase consegue destruir o próprio objetivo da lei.

Objetivo da lei (7:9-11)

O objetivo da lei é a vida. Como o pecado opera para destruir esse objetivo da lei, espiritualmente indispensável? Paulo esclarece: “Outrora, sem a lei, eu vivia” (7:9a).

O que aconteceu então com Paulo? Veio a ele o conhecimento espiritual da lei. “Mas quando o mandamento veio”, diz, “o pecado reviveu e eu morri” (7:9b, NVI).

Já não é o pecado que está morto na consciência, como lhe ocorria antes, referindo-se, sem dúvida, à sua experiência anterior ao encontro com Jesus quando ia para Damasco. Nesse momento, reviveu o pecado. Quem morreu foi Paulo. Teve consciência de seu pecado e percebeu que estava condenado à morte.

Quem o condenou? A lei. Como, se o objetivo da lei não é a morte, mas a vida? Deus não deu a lei para matar os seres humanos. Estabeleceu-a para que, conhecendo o mal que mata, eles pudessem viver.

“Descobri que o próprio mandamento, destinado a produzir vida”, diz Paulo, “na verdade produziu morte. Pois o pecado, aproveitando a oportunidade dada pelo mandamento, enganou-me e por meio do mandamento me matou” (7:10, 11, NVI).

O pecado é sempre um engano. Como o mandamento condenava o pecador à morte, o pecado, enganando o ser humano, o fez entrar nele e, valendo-se da condenação do mandamento, o matou. Mas, apesar desse engano, o objetivo do mandamento continua sendo a vida do ser humano, porque o mandamento é santo e bom.

Santidade da lei (7:12, 13)

“A lei é santa”, acrescenta Paulo, “e o mandamento, santo, e justo, e bom” (7:12). A seguir, começa a resolver uma aparente contradição. “Então”, diz, “o que é bom se tornou em morte para mim?”

Parece que a resposta, por coerência com a argumentação prévia, tem que ser “sim”. Mas Paulo acrescenta um elemento adicional à perversidade do pecado. Por isso, responde: “De maneira nenhuma! Mas, para que o pecado se mostrasse como pecado, ele produziu morte em mim por meio do que era bom, de modo que por meio do mandamento ele se mostrasse extremamente pecaminoso” (7:13, NVI).

Terrível! O pecado é tão perverso que usa até o bem, o próprio mandamento que o define, contra o ser humano para destruí-lo. Mas o fato de que o pecado seja tão mau não transforma a natureza da lei. Continua sendo santa, justa e boa. Além de espiritual.

Espiritualidade da lei (7:14-24)

“Porque”, diz Paulo, “sabemos que a lei é espiritual; eu, todavia, sou carnal, vendido à escravidão do pecado” (7:14a). O pecador se encontra em uma posição antagônica em relação à lei. Duas naturezas em conflito: a natureza carnal contra a natureza

espiritual. E esse conflito é travado no próprio ser humano. Qual é a verdadeira natureza do ser humano: espiritual ou carnal?

“Não entendo o que faço. Pois não faço o que desejo, mas o que odeio” (7:15, NVI). Para Paulo a questão não é ser ou não ser, mas: Por que não sou o que quero ser? Assim, estamos diante de um grande dilema da liberdade humana. O ser humano é livre? Pode fazer o que quer, ou não? Parece que desde os mais novos até os de mais idade, todos pensam que têm o direito de fazer o que querem. E exigem isto. “Deixem-me fazer o que quero!”, dizem.

De algum modo, está escrito na mente humana que o exercício básico da vontade é fazer o que a gente quer, sem perguntar se pode ou não. Acontece que todas as pessoas revelam uma natureza que tem como centro o eu. Cada indivíduo, seu próprio eu. É uma natureza basicamente egoísta; por isso mesmo, pecadora. A introdução do pecado na vida humana foi um terremoto espiritual de tal magnitude que deslocou os elementos de referência da personalidade, mudando sua natureza, fazendo-a centralizar-se em si mesma, em lugar de estar centralizada em Deus. Essa mudança tem sido tão radical que, para ser entendida em sua plenitude, o pecador precisa sair do pecado e se voltar para Deus. Se não fizer assim, sua mente continuará confusa, pensando que pode fazer o que quer, quando na realidade não pode.

Paulo é claro: “Não faço o que quero”, diz. Mas, apesar dessa limitação, uma coisa é clara em sua mente: a lei é boa. A prova está em sua própria falta de liberdade para fazer o bem.

“Se faço o que não quero”, diz, “consinto com a lei que é boa” (7:16). Como isso acontece? Não sou eu quem o faz, afirma Paulo, mas o pecado que está em mim, minha natureza carnal, essa que adquiri em razão do pecado. Eu sei que em mim, em minha natureza carnal, não habita o bem, porque sinto apenas desejo de fazer o bem, mas não consigo realizá-lo. Não o faço. Como o que eu faço é o mal, contrário à lei, ao desejar o bem, em harmonia com a lei, com meu próprio desejo comprovo que a lei é boa.

O conflito entre o bem e o mal se encontra no interior de cada pessoa. “Assim”, diz Paulo, “encontro esta lei que atua em mim: Quando quero fazer o bem, o mal está junto a mim. No íntimo do

meu ser tenho prazer na Lei de Deus; mas vejo outra lei atuando nos membros do meu corpo, guerreando contra a lei da minha mente, tornando-me prisioneiro da lei do pecado que atua nos meus membros” (7:21-23, NVI).

Pelo fato de se encontrar no cativeiro do mal, o pecador não é livre para fazer o que quer. É obrigado a fazer o mal que não quer. Sua própria vontade, impregnada do mal, não tem forças para fazer o bem que sua mente deseja. A própria lei da mente, desejosa de liberdade para que as ações concordem com a lei de Deus, está submetida à lei do pecado. Escrava, rende-se. Continua no mesmo conflito, sempre cumprindo a lei do pecado, sem nunca sair dessa escravidão de maldade.

Por isso Paulo exclama: “Miserável homem que eu sou! Quem me libertará do corpo sujeito a esta morte?” (7:24, NVI). Não há solução para este conflito, a menos que venha de fora. O pecado é carnal e se impõe. A lei é espiritual. Mas, não tem a função de transmitir poder espiritual ao ser humano, embora transmita iluminação, conhecimento, orientação, verdade. Cristo, sim, pode outorgar o poder de que o pecador necessita.

Cristo: o poder da vitória (7:25)

“Graças a Deus”, diz Paulo, “por Jesus Cristo, nosso Senhor” (7:25, NVI).

Em suas palavras de gratidão, está presente a ideia da vitória. É como se dissesse: “Não importa que eu tenha estado nesse conflito, nem que volte a ele. Mesmo que, com minha natureza pecaminosa, esteja sujeito à lei do pecado, e com a mente me submeta à lei de Deus, Cristo soluciona este conflito. Então, posso viver em harmonia com a lei, no processo da santificação que é produzido em mim, pela obra do Pai, pela obra de Cristo e pela obra do Espírito Santo.”

Qual é a obra do Espírito Santo na santificação? (8:1-39)

Todo pecador deveria estar perdido. Mas, ao seu lado tem o Pai, atuando generosamente para justificá-lo; Cristo, para lhe dar uma

nova vida; e o Espírito Santo, trabalhando em seu ser interior para que essa nova vida seja realidade. Os três seres divinos trabalham juntos pelo pecador em todo o processo da salvação. Somente se perde quem quer, tendo rejeitado a obra de toda a Divindade em seu favor.

Então, como seremos salvos? Jesus queria a salvação de Nicodemos, muito mais do que ele próprio a queria. Por isso, quando Nicodemos foi conversar com Jesus, Ele não seguiu o curso da conversação iniciado por Nicodemos. Falou-lhe do novo nascimento que conduz à salvação. Nicodemos não entendeu as palavras de Jesus. Foi necessário explicá-las novamente, ilustrando-as com o vento. Ao terminar, lhe disse: “Assim acontece com todos os nascidos do Espírito” (Jo 3:8, NVI).

“Perguntou Nicodemos: ‘Como pode ser isso?’” (Jo 3:9, NVI). “Da mesma forma como Moisés levantou a serpente no deserto, assim também é necessário que o Filho do homem seja levantado” (Jo 8:14, NVI). Todos os que tiverem sido picados pelo engano da antiga serpente que se chama diabo e Satanás podem olhar o Calvário e viver.

“A luz que irradia da cruz revela o amor de Deus. Seu amor atrai-nos a Ele mesmo. Se não resistirmos a essa atração, seremos levados ao pé da cruz em arrependimento pelos pecados que crucificaram o Salvador. Então o *Espírito de Deus, mediante a fé, produz uma nova vida na alma*. Os pensamentos e desejos são postos em obediência à vontade de Cristo. O coração e o espírito são novamente criados à imagem dAquele que opera em nós para sujeitar a Si mesmo todas as coisas. Então, a lei de Deus é escrita na mente e no coração, e podemos dizer com Cristo: ‘Deleito-Me em fazer a Tua vontade, ó Deus Meu’” (Ellen G. White, *O Desejado de Todas as Nações*, p. 176, itálicos acrescentados).

No capítulo 8 de sua carta aos cristãos de Roma, Paulo enfatiza a obra do Espírito Santo na salvação do pecador. Não se dedica a explicar a pessoa do Espírito, Seu lugar na Divindade, nem expõe uma teologia completa sobre Ele. Apenas realça a obra realizada em favor do pecador. Faz isso, considerando três aspectos fundamentais. Sua participação na dádiva da vida, na adoção dos crentes como

membros da família de Deus e na outorga das primícias. Então, Paulo coroa sua explanação sobre a obra do Espírito com expressões de celebração pela segurança na salvação.

O Espírito de vida: transmite poder para a vida espiritual (8:1-14)

1. *O Espírito outorga segurança* (8:1). Paulo transmite a segurança no Espírito, a partir do próprio começo da explanação sobre a ação dEle na vida do crente. “Portanto”, diz, “agora já não há condenação para os que estão em Cristo Jesus [...], nós, que não vivemos segundo a carne, mas segundo o Espírito” (8:1, 4b, NVI).

Como única solução para o conflito entre o bem e o mal que está dentro de todos os seres humanos, incluindo a si mesmo, Paulo havia dito: “Graças a Deus por Jesus Cristo, nosso Senhor!” (7:25, NVI). Daqui, tira a conclusão de que, para os que estão em Cristo, não há condenação alguma. De que condenação fala ele? Daquela que definiu quando expôs o paralelo entre o pecado de Adão e a obediência de Cristo, entre a transgressão da lei e o dom de Deus.

“O julgamento derivou de uma só ofensa, para condenação” (5:16). Também no mesmo contexto da carta, e falando do que ocorreu aos seres humanos que estão livres da condenação no juízo de Deus, pela justiça de Cristo, acrescentou: “Assim como uma só transgressão resultou na condenação de todos os homens, assim também um só ato de justiça resultou na justificação que traz vida a todos os homens” (5:18, NVI).

Não resta dúvida. O Espírito garante ao crente a realidade da justificação em Cristo que, por amor e graça de Deus tem-se produzido nele, dando-lhe nova vida.

2. *O Espírito Santo ajuda o crente a fazer o que não conseguia* (8:2, 3). A vida, outorgada pela justificação, tem que se tornar permanente. Essa permanência é produzida pelo Espírito naqueles que não vivem segundo a carne, mas de acordo com o Espírito.

A obra do Espírito na vida do crente reduz o conflito interior entre o desejo de fazer o bem, obedecer à lei, e a ação do mal imposta

pela natureza pecaminosa do ser humano. Afasta-o da área das paixões e o coloca sob ação da vontade que, unida ao Espírito Santo, decide em favor do bem.

“Porque”, diz Paulo, “por meio de Cristo Jesus, a lei do Espírito de vida me libertou da lei do pecado e da morte” (8:2, NVI).

Com o poder do Espírito de vida, o crente pode fazer o que o pecador não conseguia, “o que era impossível pela lei”, diz Paulo. Qual lei? A lei de Deus, cujo propósito não era outorgar poder contra o pecado, mas transmitir iluminação sobre a natureza maligna dele e exigir obediência para justiça.

“Porquanto o que fora impossível à lei, no que estava enferma pela carne”, continua dizendo, “isso fez Deus enviando o Seu próprio Filho em semelhança de carne pecaminosa e no tocante ao pecado; e, com efeito, condenou Deus, na carne, o pecado, a fim de que o preceito da lei se cumprisse em nós, que não andamos segundo a carne, mas segundo o Espírito” (8:3, 4).

3. *Como vivem os que são do Espírito?* (8:9-13). Em contraste com a maneira de viver *dos que são da carne*, Paulo explica a maneira de viver *dos que são do Espírito*.

(1) Pensam as coisas do Espírito. “Porque os que se inclinam para a carne”, diz Paulo, “cogitam das coisas da carne; mas os que se inclinam para o Espírito, das coisas do Espírito” (8:5).

O Espírito transmite Seu próprio ser ao pensamento dos que são Seus. Torna-os sábios. Capazes de compreender as mais complexas situações de sua própria vida e, providos de compreensão antecipada e simpática em relação às demais pessoas e suas situações de vida, pensam com sentimento e afeto. Nunca ofendem. As opiniões que têm de si mesmos são equilibradas e dotadas de saúde mental positiva, sem exageros na administração de suas próprias culpas nem na análise de suas ações corretas.

Os que são do Espírito sempre pensam com objetivos claros; nunca egoístas. Estão sempre centralizados na vontade de Deus. Sempre considerando os outros com a lente generosa do amor divino. Sempre pensam antes de agir e, quando agem, sabem o que devem fazer, e o fazem bem, para a glória de Deus.

(2) Ocupam-se das coisas do Espírito. “O pendor da carne dá para a morte, mas o do Espírito, para a vida e paz” (8:6).

O Espírito outorga ao crente uma capacidade de ação que abrange toda a sua pessoa. Nada faz sem antes formular um cuidadoso plano de ação. Sua mente, provida de inteligência espiritual, participa na ação antes que essa comece a ser executada. Quando não está fazendo qualquer uma das coisas que precisam ser realizadas na vida, o crente trabalha com esforço concentrado, harmonizando os conteúdos de sua mente espiritual com as ações eficientes de seu corpo, de tal forma que todas as suas ações resultem numa produção com a multiplicada abundância, o que sempre acontece quando a bênção do Espírito Santo está presente.

Graças à presença do Espírito Santo na vida, todas as ocupações do crente contribuem para a vida e a paz. Paulo não fala da vida e da morte no estado fetal, mas fala da vida em todas as experiências da pessoa. Não fala da paz e da guerra, mas fala da paz em todas as relações humanas.

Paulo também inclui a ação do Espírito Santo nas pessoas crentes para que sempre vivam em paz com Deus. A vida delas é exatamente o oposto do modo de pensar e de atuar dos que são da carne. “Por isso, o pendor da carne é inimidade contra Deus, pois não está sujeito à lei de Deus, nem mesmo pode estar. Portanto, os que estão na carne não podem agradar a Deus” (8:7, 8).

Com a ajuda do Espírito Santo, os crentes têm uma mentalidade amiga em relação a Deus; sujeitam-se à Sua lei, e fazem somente o que Lhe agrada. Podem fazê-lo. Não porque tenham adquirido força de vontade própria, superior aos demais seres humanos que permanecem presos às paixões e continuam sob o domínio do mal, mas porque a vontade deles está integrada à vontade de Cristo, pela obra do Espírito Santo, constituindo-se com Cristo uma única vontade. Assim, nada é impossível para eles. “Tudo posso naquele que me fortalece”, afirmou Paulo em outra oportunidade (Fp 4:13).

Por sua vez, a mentalidade carnal, sempre inimiga de Deus, não pode se sujeitar à lei divina. Sua atração não é a vontade de Deus, nem o bem que eventualmente possa desejar, mas o pecado. Todo

o pecado. Não que todos os incrédulos cometam sempre todos os pecados. Mas, não há repulsa neles pelo pecado. Ninguém pode salvar a si mesmo dessa condição. Para sair da inimizade contra Deus, o pecado, e para obedecer à lei, tem que deixar de *viver na carne para viver no Espírito*.

Os crentes que vivem realmente no Espírito têm uma mentalidade amiga em relação a Deus, obedecem à lei e atuam em tudo juntamente com o Espírito. Deus os aceita.

3. *O Espírito ajuda o crente para que pertença a Cristo (8:9-11)*. Agora, Paulo conclui os contrastes que fez entre os crentes e incrédulos, e estabelece um contraste entre os crentes que têm o Espírito e os que não O têm. Concluindo, diz: “Vós, porém, não estais na carne, mas no Espírito, se, de fato, o Espírito de Deus habita em vós” (8:9a).

Essa frase não teria sentido se todos os crentes tivessem o Espírito. Mas tudo indica que não é necessariamente assim. Paulo reconhece que pode haver, entre os crentes, pessoas que vivem apenas uma aparência de cristianismo, sem que, na realidade, sejam cristãs. Por isso, acrescenta: “E, se alguém não tem o Espírito de Cristo, esse tal não é dEle” (8:9b).

A realidade da dependência de Cristo e a consciência de pertencer a Ele são obras do Espírito Santo no crente. Por essa razão, é tão forte a identidade e tão grande a segurança que o crente sente em Cristo. As pessoas que vivem segundo a carne, incrédulas e estranhas à obra do Espírito, muitas vezes julgam mal o sentimento de identidade e segurança dos cristãos. Pensam que é petulância espiritual. Tal petulância pode existir, e existe, somente nas pessoas que dizem pertencer a Cristo, mas na verdade não são dEle. São hipócritas. Nada é genuíno nos hipócritas porque a hipocrisia é uma alquimia espiritual que transforma toda falsidade numa aparência de autenticidade.

Logo, Paulo une duas realidades espirituais do verdadeiro crente, Cristo em vós e o Espírito em vós, mostrando assim a unidade entre Cristo e o Espírito na obra da santificação. Inicia assim: “*Se, porém, Cristo está em vós, o corpo, na verdade, está morto por causa*

do pecado, mas o Espírito é vida, por causa da justiça” (8:10). E a seguir acrescenta: “E se o Espírito dAquele que ressuscitou Jesus dentre os mortos *habita em vocês*, Aquele que ressuscitou a Cristo dentre os mortos também dará vida a seus corpos mortais, mas se pelo Espírito fizerem morrer os atos do corpo, viverão”.

A obra conjunta de Cristo e do Espírito beneficia o crente; primeiramente, destruindo o pecado que dominava seu corpo e o mantinha morto à obediência da lei. Posteriormente, dando-lhe vida pela justificação. Essa vida é vivificação e vida eterna.

A vivificação pelo Espírito não é o mesmo que criar uma vida que não existe, mas requer o mesmo poder. De acordo com isso, as palavras de Paulo significam: Cristo e o Espírito Santo atuaram juntos em vocês da mesma forma como atuaram unidos na criação do mundo e de tudo o que nele há. Mas vocês não são pessoas inexistentes, possuem vida. Não plenamente, porque o pecado destruiu em vocês a vida espiritual, na qual o Espírito Santo fazia Sua obra de preservação para que sempre estivessem com Deus. Entretanto, agora que aceitaram a Cristo e Ele vive em vocês, devolveu-lhes a vida espiritual. O Espírito Santo pode atuar outra vez em vocês. O Pai também está presente e, assim como ressuscitou Cristo dos mortos, vivifica-os por meio do Espírito que agora habita em vocês.

4. *O crente, pela obra do Espírito, vence as obras da carne* (8:12, 13). Paulo retorna ao repetido assunto da obediência. Dessa vez, como obrigação moral.

Primeira questão que surge em relação a isso: está o crente sob obrigação moral? Sim ou não? A resposta de Paulo é clara e direta: “Assim, pois, irmãos, somos devedores”, diz (8:12a).

Um devedor pode dever dinheiro, favor, ou estar sob a obrigação de cumprir um dever. Ao tratar desse assunto, é necessário entender uma coisa: O conceito de devedor, que Paulo emprega para se referir ao crente, coloca a pessoa justificada em uma situação de obrigação absoluta, sem nenhuma possibilidade de disfarçar sua obrigação. Não é a dívida do pecado que já foi paga por Cristo com Sua morte na cruz. É a dívida contraída depois da justificação.

Com isso, entramos na segunda questão: A quem o crente é devedor? Paulo menciona dois possíveis credores: a carne e o Espírito Santo.

“Assim, pois, irmãos, somos devedores”, diz, “não à carne como se constringidos a viver segundo a carne. Porque, se viverdes segundo a carne, caminhais para morte; mas, se, pelo Espírito, mortificardes os feitos do corpo, certamente, vivereis” (8:12, 13).

O crente não deve nada à carne, nem ao pecado, nem às forças do mal. Não é obrigado a viver conforme a carne. Por quê? Porque a carne nada fez para que ele se encontre na nova condição de vida na qual está. Ao contrário, viver conforme a natureza pecaminosa, como antes, significaria entrar novamente em uma situação de morte. Morrer. Não é isso o que o crente deseja. Por isso, é melhor que reconheça sua obrigação para com o Espírito Santo, porque Ele realmente fez tudo o que era necessário para livrá-lo do pecado e da morte. Ele dá vida ao crente e este viverá.

Como se compatibiliza essa obrigação absoluta perante o Espírito com a liberdade da lei que, de acordo com o próprio Paulo, o crente adquire quando aceita Cristo?

O evangelho outorga ao crente liberdade da condenação que a lei lhe impunha por seu pecado. Não o liberta de suas obrigações perante a lei. Como o livra da condenação? Pelo sacrifício que Cristo fez por ele. Pagou sua dívida para com a lei e perdoou seu pecado. Essa dívida não mais existe. Por isso, Paulo disse: “Nenhuma condenação há para os que estão em Cristo Jesus” (8:1).

Livre da dívida pelo pecado, sem a condenação da lei, o crente pode se entregar a uma vida conduzida pelo Espírito Santo, e Sua condução o leva à vida eterna. Há nesse tipo de vida um vínculo espiritual tão íntimo, mais forte que uma obrigação moral. É uma obrigação espiritual que abrange todas as formas de se expressar e de viver, que o ser humano tem ao seu alcance, na qual não existe nenhum sentimento de coerção, nenhuma pressão forçada, porque o Espírito Santo atua sempre por persuasão e simpatia. É o exercício pleno da liberdade para obedecer a Deus em uma integração espiritual com o Espírito Santo.

Nada concede maior liberdade em Cristo, nada produz melhor obediência a Deus, nada alcança melhor qualidade de vida, e nada transmite maior poder à vontade humana, que a plena integração espiritual com o Espírito Santo. Com o Espírito Santo na vida do crente, este recebe todas as bênçãos de Deus, todo Seu poder e todos os Seus dons para que viva de vitória em vitória, até a vitória final em Cristo Jesus e a entrada no reino como filho de Deus.

O Espírito de adoção: transmite segurança (8:14-17)

“Pois todos os que são guiados pelo Espírito de Deus são filhos de Deus”, diz Paulo (8:14). O conceito de que os crentes são filhos de Deus está relacionado com Israel e com Cristo.

1. *Israel como filho*. Israel foi chamado por Deus para que fosse Seu povo. Quando incumbiu a Moisés a missão de ir livrar Israel do Egito, disse-lhe:

“Certamente, vi a aflição do Meu povo, que está no Egito, e ouvi o seu clamor por causa dos seus exatores. Conheço-lhe o sofrimento, por isso desci para livrá-lo da mão dos egípcios e para fazê-lo subir daquela terra” (Êx 3:7, 8).

Os israelitas estavam para nascer na história humana, como uma nação. Nesse momento, Deus os quis, livres, como Seu próprio povo.

Moisés estava a caminho para o Egito, a fim de libertá-los, quando Deus Se apresentou a ele novamente para confirmar a missão que lhe havia confiado. Dessa vez, concentrou toda a missão em um ponto especial. “Dirás a Faraó: Assim diz o Senhor: Israel é Meu filho, Meu primogênito. Digo-te, pois: Deixa ir o Meu filho para que Me sirva; mas, se recusares deixá-lo ir, eis que Eu matarei teu filho, teu primogênito” (Êx 4:22, 23).

Com isso, Deus completou Sua intenção de adotar a nação, todos os israelitas; dar-lhes a liberdade e transformá-los em Seus filhos para que O servissem. Era uma filiação adotiva, e o conceito-chave em relação aos israelitas como filhos de Deus era este: Filhos de Deus, livres para servir a seu Pai celestial. Nada era mais forte na religiosidade de cada israelita que a consciência de ser filho de

Deus. O profeta Isaías a vinculou com a redenção. “Tu, ó Senhor”, escreveu, “és nosso Pai; nosso Redentor é o Teu nome desde a antiguidade” (Is 63:16b).

2. *Cristo*. O tema da libertação para servir a Deus torna a ser mencionado quando Paulo explica a adoção dos crentes em relação com Cristo. “Porque não recebestes o espírito de escravidão, para viverdes outra vez, atemorizados, mas recebestes o espírito de adoção, baseados no qual clamamos: Aba, Pai” (8:15).

A expressão “Aba, Pai”, propriamente dita, pertence unicamente a Cristo, o único e verdadeiro Filho de Deus. Um título vinculado ao Seu triunfo na missão redentora. “Com respeito a Seu Filho, o qual, segundo a carne, veio da descendência de Davi e foi designado Filho de Deus com poder, segundo o Espírito de santidade pela ressurreição dos mortos, a saber, Jesus Cristo, nosso Senhor” (1:3, 4).

Os crentes foram adotados por Deus, como Seus filhos, para que fossem transformados pelo Espírito Santo e levassem na personalidade a imagem de Seu Filho. “Porquanto aos que de antemão conheceu”, diz Paulo, “também os predestinou para serem conformes à imagem de Seu Filho, a fim de que Ele seja o primogênito entre muitos irmãos” (8:29).

A adoção dos crentes é uma obra que o Pai realiza por intermédio do Filho. E uma vez adotados, Deus envia a confirmação através do Espírito Santo, pois ninguém pode declarar-se filho de Deus por si mesmo. É o Espírito Santo quem o anuncia em cada coração.

“Vindo, porém, a plenitude do tempo, Deus enviou Seu Filho, nascido de mulher, nascido sob a lei, para resgatar os que estavam sob a lei, a fim de que recebêssemos a adoção de filhos. E, porque vós sois filhos, Deus enviou ao nosso coração o Espírito de Seu Filho, que clama: Aba, Pai! De sorte que já não és escravo, porém filho” (Gl 4:4-7a).

Israel foi adotado por Deus como Seu filho para que vivesse em liberdade e em obediência à Sua vontade. Para que, servindo-O, fosse um exemplo visível perante as demais nações, e elas ao perceber a bondade de Deus, o Redentor, se sentissem atraídas para Ele. Os crentes são chamados à mesma condição de filhos, e Deus os

adota no Espírito Santo, que transforma a vida deles à semelhança de Cristo. Uma vida obediente ao Pai, dedicada à missão de Cristo e ao serviço missionário que compartilha a salvação com os que não são filhos de Deus.

3. *Segurança: testemunho e herança.* O Espírito Santo aprova o estilo de vida dos filhos adotivos de Deus se eles vivem com Ele. Utiliza duas formas de aprovação: o testemunho interior que lhes é dado, e a participação na herança de Deus. Ambos têm por objetivo transmitir-lhe segurança em Deus.

Acerca do testemunho interior, Paulo diz: “O próprio Espírito testifica com o nosso espírito, que somos filhos de Deus” (8:16). E sobre a herança, na seguinte frase, afirma: “Ora, se somos filhos, somos também herdeiros, herdeiros de Deus e co-herdeiros com Cristo; se com Ele sofremos, também com Ele seremos glorificados” (8:17).

Por si só, a presença do Espírito em nossa vida interior, dando vida às nossas capacidades espirituais, já é um motivo de segurança espiritual em Deus. Mas Ele ainda faz algo mais: dá testemunho a nosso espírito de que somos filhos de Deus. Esta forma de testemunhar a nosso espírito é um trabalho de integração espiritual. O Espírito não trabalha dentro de nós, separado do que nós somos. Trabalha conosco, formando uma integração tão íntima que Seu próprio testemunho se torna um testemunho conjunto, tanto do Espírito Santo quanto do nosso espírito. Por isso, Sua obra em nós é também nossa própria obra, e Seu testemunho se transforma em nossa convicção. Uma convicção forte, segura, sem vacilações nem dúvidas. Isso se chama fé. Pelo fato de crer, o crente perde toda a insegurança da escravidão e se livra de todas as incertezas da morte. Vive. E porque agora vive espiritualmente no Espírito Santo e com Ele, viverá com Deus na eternidade, sem nenhum problema, plenamente adaptado a Ele, sentindo o gozo espiritual de Sua presença eterna.

A participação atual na herança do Pai, na propriedade eterna de Deus, também outorga segurança ao crente. Uma segurança tão grande em Deus, que os sofrimentos próprios dessa vida não o afetam, porque os enfrenta em união com Cristo, e não lhe produzem os efeitos negativos que os incrédulos sofrem.

Como diz Paulo: “Co-herdeiros com Cristo, se é que padecemos juntamente com Ele”. Co-sofredores hoje, co-herdeiros amanhã. E conclui a frase: “Para que também participemos da Sua glória” (8:17, NVI).

O crente plenamente seguro em Deus vive sua vida interior totalmente integrada com o Espírito Santo; e sua vida externa, em integração total com Cristo. Nada é incerto em seu espírito e tudo é seguro em suas ações. Nem o sofrimento altera esse equilíbrio e segurança, e Deus é seu Deus; não importa quão adversas sejam as circunstâncias.

O Espírito de ajuda: transmite primícias e intercede (8:18-27)

A adversidade do crente é iluminada pela glória que virá. Ele sente o sofrimento como uma perda que considera passageira, ou como a separação de alguém cujo retorno está assegurado. Não há para ele perdas irreparáveis, nem separações definitivas. Nem mesmo a separação causada pela morte é para sempre.

“Considero que os nossos sofrimentos atuais não podem ser comparados com a glória que em nós será revelada” (8:18, NVI). Mas isso não acontece com todos. Ao contrário, tudo o que tem vida no mundo, sofre. Está sempre em suspense, em expectativa. Como que esperando algo especial que nunca chega, mas continua esperando por causa da angústia que sempre sente e sofre. Toda a criação sofre, e até os crentes sentem aflição.

1. *Sufrimento da criação. Foi sujeita à vaidade (8:19-22)*. De acordo com Paulo, existe uma espécie de solidariedade entre a criação e os crentes. “A ardente expectativa da criação aguarda a revelação dos filhos de Deus” (8:19).

A criação, mesmo que não tenha desejos, tem um anelo, ansioso e persistente. Embora não tenha esperança, tem uma espera assídua e paciente. Espera a revelação dos filhos de Deus. Utilizando um recurso literário, Paulo personifica a natureza para expressar a falta de sentido em que se encontra. No começo, quando o pecado não existia, e tudo na criação tinha o objetivo

de servir, a natureza possuía um claro sentido. Mas, depois que o pecado entrou no mundo, e à medida que seu domínio o destrói totalmente, em lugar do serviço, impera uma tendência funesta e destruidora na criação. Decadência, destruição e morte atuam na fúria dos elementos e nos instintos agressivos das feras. Os seres humanos tampouco se afastam dessa tendência e, na sofisticação que tem sido desenvolvida, muito frequentemente, aperfeiçoam sua eficiência maligna. Junto com a destruição que existe em tudo o que foi criado, há também uma necessidade não expressa de que todo esse mal chegue a seu fim.

Paulo diz que o retorno de tudo o que foi criado, ao seu verdadeiro objetivo, somente pode acontecer quando os filhos de Deus se manifestarem. “Se revelem”, diz. Uma revelação apocalíptica e final. Quando tudo for feito novamente, e o que existe de novo for o mesmo que agora existe, mas restaurado à harmonia, à beleza, à perfeição e ao serviço, que existia antes do mal.

A seguir, Paulo, recorrendo a outro recurso literário, une toda a criação aos caprichos da vontade humana pecaminosa e a descreve com a mesma vaidade que os homens vivem. “A criação”, diz, “está sujeita à vaidade” (8:20). Uma existência vazia, depravada, perversa, frágil, sem força, sem vigor. Como um fantasma feito de troncos e rochas. Vestido de areia e deserto. Deformado pelo fogo e cinza. Deteriorado pela ação incontrolada de seus próprios elementos. Um triste gigante vagabundo, bradando seus trovões e tormentas, acionando seus tornados e furacões, destruindo montanhas, cidades e pessoas com mares agitados, com tsunamis violentos, com neve e terremotos. Fútil, frustrada, sem propósito. Sujeita à vaidade.

Quem a submeteu à mesma forma de agir que os seres humanos pecadores têm? “Foi submetida à inutilidade”, diz Paulo, “não pela sua própria escolha, mas por causa da vontade dAquele que a sujeitou, na esperança” (8:20, NVI). Uma alusão direta ao momento em que o pecado entrou no mundo e Deus pronunciou a sentença contra os seres humanos pecadores, cujas consequências deviam afetar também o restante da criação.

“Maldita é a terra por tua causa”, disse Deus a Adão. “Em fadigas obterás dela o sustento durante os dias de tua vida. Ela produzirá também cardos e abrolhos, e tu comerás a erva do campo” (Gn 3:17, 18).

Do mesmo modo pelo qual a sentença sobre os seres humanos afetou a criação, colocando em grande medida os seres animados e inanimados sob a mesma sorte, também no momento da esperança da libertação, toda a criação participou dessa esperança. Não que a sentisse, como não sentiu o pecado nem o cometeu, mas como se recebesse os seus resultados. E assim como foi afetada pela esperança, também a libertação do pecado a afetará.

“A própria criação será redimida do cativeiro da corrupção, para a liberdade da glória dos filhos de Deus” (8:21). Tendo sido criada para servir aos seres humanos, toda a criação encontra neles seu significado. Assim o estabeleceu Deus, no princípio, quando criou o mundo e tudo o que nele há.

Abençoou Deus a Adão e Eva, e lhes disse: “Sede fecundos, multiplicai-vos, enchei a Terra e sujeitai-a; dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus e sobre todo animal que rasteja pela terra” (1:28).

Ao poder de governar a criação, acrescentou Deus a Adão o poder de lhe dar significado, pois percebendo as características que os próprios seres criados tinham, lhes deu um nome. Assim contou Moisés: “Havendo, pois, o Senhor Deus formado da terra todos os animais do campo e todas as aves dos céus, trouxe-os ao homem, para ver como este lhes chamaria; e o nome que o homem desse a todos os seres viventes, esse seria o nome deles. Deu nome o homem a todos os animais domésticos, às aves dos céus e a todos os animais selváticos” (Gn 2:19, 20).

Na carta aos cristãos de Roma, Paulo retorna ao gemido da criação para desligar sua sorte dos injustos e ligá-la à sorte dos crentes. “Sabemos”, diz, “que toda criação, a um só tempo, geme e suporta angústias até agora” (8:22).

São os gemidos de uma mulher no parto, que ao mesmo tempo sofre e olha para além de seus sofrimentos, com esperança e alegria.

Sente dor, mas não morre; espera, porque no dia da esperança vem a alegria da libertação.

2. *Aflição dos crentes: Ainda estamos esperando* (8:23-25). Em seguida, Paulo estabelece o vínculo da criação com os crentes, entre os quais ele mesmo se inclui: “E não somente ela, mas também nós, que temos as primícias do Espírito, igualmente gememos em nosso íntimo, aguardando a adoção de filhos, a redenção do nosso corpo. Porque, na esperança, fomos salvos. Ora, esperança que se vê não é esperança; pois o que alguém vê, como o espera? Mas, se esperamos o que não vemos, com paciência o aguardamos” (8:23-25).

Vivemos na expectativa da espera. Mas não na insegurança. Seguros. Por quê? Porque todos nós temos o que precisamos ter para crer.

(1) Temos as primícias do Espírito Santo. Os primeiros frutos de uma grande colheita. Os frutos da alegria e do regozijo. Estando Moisés ainda no deserto, instruiu Israel com respeito às festas solenes que deveriam ser celebradas quando entrassem na terra prometida. Sobre os primeiros frutos, por ordem de Deus, lhes disse:

“Quando entrardes na terra, que vos dou, e segardes a sua messe, então, trareis um molho das primícias da vossa messe ao sacerdote; este moverá o molho perante o Senhor, para que sejais aceitos” (Lv 23:10, 11).

Não é tempo para aflições nem dúvidas. Já temos as primícias do Espírito. A chuva temporã que havia começado no Pentecostes, cuja realidade todos desfrutavam. Se não fosse assim, como, então, o evangelho teria chegado a eles? Como teriam crido em Cristo Jesus? Como desfrutariam de Seu poder redentor? Como todos teriam a segurança que sentem em Deus? Realmente, não há dúvida. O Espírito estava neles e eles estavam integrados com Ele na obra transformadora do caráter e na majestosa tarefa de evangelizar um mundo que resistia a crer.

(2) Temos a adoção. Todos nós somos filhos adotivos de Deus, e o sabemos. Como? Pelo testemunho que o Espírito dá ao nosso espírito. Pela obra completa que realiza em toda a nossa pessoa. Não existe um pensamento em nós, não temos um sentimento, nem um

desejo, nem uma aspiração, não realizamos uma ação, nem a de menor importância entre todas, sem a participação do Espírito, porque tudo fazemos conjuntamente com Ele. Sim, somos filhos de Deus, e o Espírito confirma a nossa consciência em tudo o que fazemos.

(3) Temos a redenção. Estávamos todos condenados. Todos pecadores comuns, desobedientes a Deus, transgressores de Seus mandamentos e inimigos de Deus. Devedores, sem nenhuma possibilidade de pagar a dívida, porque era uma dívida que nenhum ser humano, por si mesmo, tem o poder espiritual para pagar. Como um injusto poderia produzir a justiça que a lei requer? Impossível. Estávamos condenados pela lei, esperando somente o juízo divino para receber a sentença final e o castigo. Então Deus, em Cristo, pagou a dívida. O justo pagou a dívida de justiça, porque Suas obras eram justas. Pagou o preço do resgate e nos redimiu. Como sabemos disso? Pelo evangelho e pelo testemunho do Espírito Santo que garante a bondade de Deus em nosso coração. Vivemos. Em grande parte por antecipação, porque o Espírito já coloca em nós uma antecipação da intimidade que desfrutaremos com Deus, pelos séculos da eternidade.

(4) Temos esperança. Sim, é verdade; as aflições existem no mundo e ninguém escapa da dor. Sofremos. Não da maneira angustiante dos que não têm esperança, mas sofremos. Sofremos com o permanente consolo da esperança. Esperamos no poder do Espírito Santo para que reproduza a vida de Cristo em nós. Temos a gloriosa esperança que nos assegura o retorno de Cristo ao mundo, pela segunda vez, para transformar em realidade todas as promessas que nos fez. Vivemos seguros na esperança porque o Espírito Santo nos garante que todo o conteúdo de nossa esperança é verdadeiro.

3. *A ajuda do Espírito* (8:26, 27). Por que temos as primícias? Por que temos a adoção? Por que temos a redenção? Por que temos a esperança?

Porque o Espírito Santo nos ajuda em tudo, intercedendo também por nós perante o Pai quando oramos. “Da mesma forma o Espírito nos ajuda em nossa fraqueza, pois não sabemos como orar, mas o próprio Espírito intercede por nós com gemidos inexprimíveis.

E Aquele que sonda os corações conhece a intenção do Espírito, porque o Espírito intercede pelos santos de acordo com a vontade de Deus” (8:26, 27, NVI).

A ajuda do Espírito não é um trabalho unicamente dEle para nosso benefício. Ele o faz juntamente conosco, como o trabalho de dois bois unidos ao mesmo jugo para juntos puxar a mesma carreta. Uma soma de forças. Só que no caso do Espírito, quando Ele ajuda, não soma Sua força à nossa; integra-a com ela. As duas forças se tornam uma só, invencível. Suprema. Capaz de executar eficientemente tudo o que for necessário fazer em todos os campos da vida espiritual, e outros, especialmente nos aspectos relacionados com a santificação.

Poderia haver maior segurança que aquela transmitida pelo Espírito, que tudo pode e tudo faz juntamente conosco?

A segurança de quem Deus chamou (8:28–38)

Entramos nos últimos argumentos que Paulo utiliza para garantir aos crentes que seu processo de santificação não pode fracassar enquanto permanecer nas mãos de Deus o Pai, de Deus o Filho e particularmente sob a orientação do Espírito Santo. Nesta seção final sobre a santificação do crente e a segurança que ele deve possuir nela, Paulo descreve dois aspectos da obra que Deus realiza nele: Seu chamado e Sua constante ação em favor do crente. Conclui com a certeza da vitória.

1. *Segurança pelo chamado de Deus* (8:28, 29). Paulo informa a respeito de uma segurança muito particular que os crentes devem possuir e está baseada em dois fatos que lhe são próprios, não vinculados aos incrédulos.

Paulo diz: “Sabemos que todas as coisas cooperam para o bem daqueles que amam a Deus, daqueles que são chamados segundo o Seu propósito” (8:28).

Além de saber que o Espírito Santo nos transmite a vida espiritual em Cristo, que confirma a adoção do Pai, testificando-O diretamente ao nosso espírito, e além de saber que o Espírito nos ajuda em tudo, também sabemos algo mais que Deus faz por nós.

E nosso saber abrange muito mais que o saber aprendido pelo intelecto. Inclui a própria ação e os propósitos que Deus tem ao executá-la. Nós compreendemos e apreciamos essa realidade porque chegamos a Deus através da experiência da intimidade que temos tido com Ele.

O que Deus faz por nós é utilizar tudo o que nos acontece, seja positivo ou negativo, como instrumento para o nosso bem. Não prometeu que eliminaria todas as experiências negativas, que não passaríamos por nenhum sofrimento. Neste mundo de pecado, a vida sem sofrimento é irreal. Não existe. O que Deus fará em favor de cada crente é administrar tudo o que lhe aconteça, para que se lhe torne um benefício. Deus está intensamente interessado no bem-estar dos crentes. Isso não significa que Ele transformará cada má experiência em uma boa experiência, mas promete que utilizará as más experiências para fortalecer nossa fé, nossa vontade, nossa esperança, para nos fazer progredir na santificação.

A quem Deus garante que Ele administrará tudo para o seu bem? Não é a qualquer um. Paulo menciona duas características que devem possuir os que recebem essa segurança e essa obra divina.

(1) Precisam amar a Deus. Quem são os que amam a Deus? Todos os que dizem que O amam? O amor é muito mais que palavras. Dizer “eu o amo” certamente é parte do amor, porque o amor não é mudo; mas o amor é mais que isso. Inclui afetos que são sentidos, pensamentos que valorizam, vontade que escolhe, ação que demonstra, e a constância da vida na qual o amor cresce se for fiel.

Aquele que ama a Deus assemelha-se a Ele, porque, como diz João: “Deus é amor” (1Jo 4:16). Além disso, quando o crente ama a Deus, seu amor é uma resposta a Deus. “Porque Ele nos amou primeiro”, acrescenta João (1Jo 4:19). E aquele que, com amor responde ao Deus de amor, permanece nEle e se aperfeiçoa, confia no dia do juízo, vive sem medo, ama seu irmão e obedece a Deus (1Jo 4:16-21).

A obediência aos mandamentos de Deus faz parte da maneira como vive o crente que Deus adota por amor. Assim disse Moisés: “Agora, pois, ó Israel, que é que o Senhor requer de ti? Não é que

temas o Senhor, teu Deus, e andes em todos os Seus caminhos, e O ames, e sirvas ao Senhor, teu Deus, de todo o teu coração e de toda a tua alma, para guardares os mandamentos do Senhor” (Dt 10:12, 13).

E João o expressa com palavras ainda mais claras: “Porque nisto consiste o amor de Deus: em obedecer aos Seus mandamentos. E os Seus mandamentos não são pesados” (1Jo 5:3, NVI).

Além de amar a Deus, os crentes que Ele protege, dirigindo para o bem tudo o que lhes acontece, devem possuir outra característica.

(2) Precisam ser chamados por Deus. “Daqueles que foram chamados segundo o Seu propósito”, diz Paulo (8:28b). Que propósito? O propósito eterno de Deus, ou seja, salvar, através de Cristo, a todos os pecadores que crerem nEle.

“Embora eu seja o menor dos menores de todos os santos, foi-me concedida esta graça de anunciar aos gentios as insondáveis riquezas de Cristo e esclarecer a todos a administração deste mistério que, durante as épocas passadas, foi mantido oculto em Deus, que criou todas as coisas. A intenção dessa graça era que agora, mediante a igreja, a multiforme sabedoria de Deus se tornasse conhecida dos poderes e autoridades nas regiões celestiais, de acordo com o Seu eterno plano que Ele realizou em Cristo Jesus, nosso Senhor, por intermédio de quem temos livre acesso a Deus em confiança, pela fé nEle” (Ef 3:8-12, NVI).

Os chamados de Deus, da forma como então se entendia, eram os cristãos que haviam aceitado o chamado de Deus. Assim o indica Paulo, ao mencionar seu apostolado aos cristãos de Roma, no começo da carta. “Por meio dEle e por causa do Seu nome, recebemos graça e apostolado para chamar dentre todas as nações um povo para a obediência que vem pela fé. E vocês também estão entre os chamados para pertencerem a Jesus Cristo” (1:5, 6, NVI).

Profetizando a respeito do triunfo de Cristo na batalha escatológica contra os dez reis sujeitos à besta, o apóstolo João fala sobre os que estão com Cristo na vitória, ajudando-nos a entender quem são os eleitos. Ele diz: “Pelejarão eles contra o Cordeiro, e o Cordeiro os vencerá, pois é o Senhor dos senhores e o Rei dos reis; vencerão também os chamados, eleitos e fiéis que se acham com Ele” (Ap 17:14).

Os cristãos que aceitaram o convite do evangelho e estão decididos a seguir uma vida com Cristo, pela fé, *são os chamados*. Sinônimo dos escolhidos.

Em seguida, Paulo situa o lugar dos chamados no mapa da experiência espiritual pela qual passam todos os salvos. Deus os consolou, predestinou, chamou, justificou e os glorificou.

“Porquanto aos que de antemão conheceu, também os predestinou para serem conforme à imagem de Seu Filho, a fim de que Ele seja o primogênito entre muitos irmãos. E aos que predestinou, a esses também chamou; e aos que chamou, a esses também justificou; e aos que justificou, a esses também glorificou” (8:29, 30).

Deus está disposto a cumprir todos esses passos com cada ser humano pecador, se ele estiver disposto a acompanhá-Lo sem nunca O rejeitar.

A diferença deve ser produzida nos seres humanos, não em Deus. Ele conhece cada um, predestinou todos para a salvação, chamou todos através do evangelho, e está pronto para justificar e glorificar todos. Mas, nem todos aceitam o evangelho, nem todos são justificados, e nem todos são glorificados. Unicamente os que creem. Deus não impõe a salvação a ninguém. Respeita a vontade de cada um e a cada um entrega somente aquilo que estiver disposto a aceitar.

Frequentemente, duas etapas do processo que conduz à salvação produzem certa perplexidade e confusão: o pré-conhecimento de Deus e a predestinação.

Ele conheceu de antemão aos cristãos de Roma, como previamente conhece todos os seres humanos, porque é onisciente e conhecedor de tudo desde a eternidade. “Nada, em toda a criação, está oculto aos olhos de Deus. Tudo está descoberto e exposto diante dos olhos dAquele a quem havemos de prestar contas” (Hb 4:13, NVI).

Deus *predestina* em harmonia com Seu prévio conhecimento. Como conhece, assim predestina. Não ordena de antemão o que tem que ocorrer; anuncia previamente o que ocorrerá porque, de antemão, conhece e sabe como ocorrerá. E quanto à salvação, não é que Ele ordena a salvação de alguns e a perdição de outros; Ele predestina a todos para a salvação, isto é, quer que todos se salvem. “O qual

deseja que todos os homens sejam salvos”, diz Paulo a Timóteo, “e cheguem ao pleno conhecimento da verdade” (1Tm 2:4). E Pedro diz o mesmo de outro modo: “Não querendo que ninguém pereça, mas que todos cheguem ao arrependimento” (2Pe 3:9, NVI).

Parece que tudo está claro. Deus afirma aos que amam a Jesus e aceitaram o chamado do evangelho que estará com eles, administrando o que lhes acontecer, para que tudo opere para o bem deles. Em algumas circunstâncias poderão sofrer, mas até o sofrimento contribuirá para o desenvolvimento, refinamento e fortalecimento de sua fé e de sua esperança. A etapa do chamado está na fronteira onde os desejos de Deus correspondem a Seus atributos (conhecimento prévio, predestinação) e começam as etapas nas quais os desejos dos seres humanos e sua vontade começam a intervir. O chamado de Deus exige aceitação, a justificação que Deus oferece depende da fé, e a glorificação somente será possível aos que viverem a obediência pela fé. Se os pecadores aceitarem o chamado, crendo em Cristo para ser justificados e obedecerem a Deus pela fé em Cristo, o Espírito Santo os conduzirá em uma vida de santificação que terminará na glória da vida eterna. Nada pode ser mais seguro do que a segurança outorgada pela obra de Deus na vida do crente.

2. *Segurança pela atuação constante de Deus em favor dos crentes, Seus escolhidos* (8:31-37). Paulo menciona uma série de ações divinas confirmatórias da segurança que o crente deve ter em Deus.

(1) Deus está a favor do crente. “Que diremos, pois, a vista destas coisas?”, pergunta Paulo. Qual é o significado para “estas coisas”? A segurança que Deus dá aos crentes no propósito que tem de salvá-los e Sua atuação com eles através de todos os passos que conduzem à salvação. “Se Deus é por nós”, acrescenta Paulo, “quem será contra nós?” (8:31). A resposta é tácita: Ninguém. E se alguém estivesse contra nós, não teria poder para enfrentar o poder de Deus que está a nosso favor.

(2) Deus dá Seu Filho aos crentes, e com Ele todas as coisas. “Aquele que não poupou Seu próprio Filho, mas O entregou por todos nós, como não nos dará juntamente com Ele, e de graça, todas as coisas?” (8:32, NVI). O que inclui todas as coisas? Inclui tudo o

que falta ao crente e, na realidade, falta-lhe tudo. “E o meu Deus, segundo a Sua riqueza em glória, há de suprir, em Cristo Jesus, cada uma de vossas necessidades” (Fp 4:19). Inclui o próprio Deus que Se deu a Si mesmo quando deu a Cristo Jesus, na cruz. “Deus estava em Cristo reconciliando consigo o mundo” (2Co 5:19).

Com isso, Deus nos garante que todos os Seus recursos e Sua pessoa estarão a nosso serviço, de acordo com Sua vontade soberana, para que nossa vitória sobre o mal esteja assegurada, se não opusermos resistência à Sua vontade

(3) Deus justifica o crente. “Quem tentará acusação contra os eleitos de Deus? É Deus quem os justifica” (8:33). Não há condenação para os que estão em Cristo Jesus, e os que vivem sob Sua proteção não podem ser acusados de nada. Por quê? Por estarem sem pecado, não porque não tenham pecado, mas porque Deus, baseado no sacrifício de Cristo, os justificou pela fé.

A seguir, Paulo enumera algumas coisas que Cristo fez para assegurar a vitória dos crentes, sobre todo pecado.

(1) Morreu, ressuscitou, está à destra de Deus e intercede pelos crentes. “Quem os condenará? É Cristo Jesus quem morreu ou, antes, quem ressuscitou, O qual está à direita de Deus e também intercede por nós” (8:34). “Nenhuma condenação há para os que estão em Cristo Jesus, os que não andam segundo a carne, mas segundo o Espírito” (8:1).

(2) Amou os pecadores até a morte. “Quem nos separará do amor de Cristo? Será a tribulação, ou angústia, ou perseguição, ou fome, ou nudez, ou perigo, ou espada?” (8:35). A resposta é ninguém. Nada. Separar-nos de Cristo, no que tange ao Seu amor por nós, é impossível. Poderia ser que enfraquecesse nosso amor por Ele e, por isso, nos separássemos dEle para servir a outro deus, ou a nós próprios como se fôssemos deuses. Nesse caso, cometeríamos adultério espiritual como o antigo Israel, e Deus teria que nos desprezar. Mas no que diz respeito ao amor de Cristo por nós, podemos estar seguros de que jamais haverá divórcio entre nós e Ele.

Desde os dias de Adão e Eva, quando o pecado entrou no mundo, o ódio dos maus perseguiu, trouxe sofrimento e matou os crentes.

Muitos Cains têm habitado no mundo, procurando destruir a relação dos crentes com Cristo. Fazendo referência a esta situação, Paulo, citando um salmo, diz: “Por amor de Ti, somos entregues à morte o dia todo, fomos considerados como ovelhas para o matadouro” (8:36; cf. Sl 44:22). Apesar das perseguições, a vitória está assegurada em Cristo Jesus, e na obra que Deus faz constantemente a favor dos crentes. “Mas, em todas estas coisas somos mais que vencedores, por meio dAquele que nos amou” (8:37, NVI).

3. *A segurança da vitória* (8:38-39). Paulo conclui identificando-se ele mesmo com a segurança que tem procurado transmitir aos cristãos de Roma. “Pois estou convencido de que nem morte nem vida, nem anjos nem demônios, nem o presente nem o futuro, nem quaisquer poderes, nem altura nem profundidade, nem qualquer outra coisa na criação será capaz de nos separar do amor de Deus que está em Cristo Jesus, nosso Senhor” (8:38, 39, NVI).

Esta total segurança em Deus, em Cristo, e na obra do Espírito Santo, que Paulo queria para os crentes de Roma, Deus quer para os crentes de todo o mundo, em todos os tempos.



6

O Evangelho e o Povo de Deus

O evangelho afetou Israel como povo de Deus? Em que sentido? Há agora um novo povo de Deus? Exclui Israel? Essas são algumas perguntas que Paulo responde na seção seguinte de sua carta aos Romanos (9:1-11:36). Trata o assunto de modo bastante pessoal, primeiramente, porque ele também é israelita, e o declara; segundo, porque sendo um enviado de Cristo para pregar o evangelho precisa conhecer bem a condição de Israel com respeito ao evangelho, e a condição de todos os demais seres humanos.

Paulo reflete profundo interesse na salvação de Israel. Para ele, é um paradoxo que Cristo não tenha preparado a estratégia da pregação em torno de Israel. Mas, entende bem as razões e as analisa. Sua análise permite ver com clareza o plano de Deus e suas implicações para a salvação de Israel e dos gentios.

Percebe-se nesta seção a existência de assuntos específicos que são analisados e esclarecidos por Paulo. Ele inicia identificando o problema: Israel será salvo ou não? A seguir, desenvolve cinco assuntos que ajudam a encontrar a solução: A Palavra de Deus falhou? Não. Por que Israel não alcançou a justiça? Porque não a buscou pela fé. Deus desprezou o Seu povo? De maneira nenhuma! Ao tropeçar, os israelitas caíram definitivamente? De maneira nenhuma! A sabedoria de Deus resolve tudo.

O problema: Israel será salvo, ou não? (9:1-5)

A salvação de Israel era uma tremenda preocupação para Paulo e era um assunto muito relevante para os membros da igreja cristã quando ele escreveu a epístola aos romanos. Era início do ano 58 d.C. Paulo estava em Corinto, pronto para empreender sua última viagem a Jerusalém. Havia passado três meses nessa cidade. Final de sua terceira viagem missionária (53-58 d.C.). Na igreja de Corinto, haviam surgido problemas muito sérios, dos quais Paulo tratou nas duas cartas dirigidas por ele àquela igreja. Alguns problemas estavam relacionados com a vida moral dos membros, como um caso de incesto. Também havia problemas de relacionamento entre eles: partidarismo e divisão. Havia irregularidade na prática da Santa Ceia e outros dilemas doutrinários, como a ressurreição. Quase todos já superados.

Porém, o que mais preocupava Paulo, durante os três meses em que esteve em Corinto, eram as inquietantes notícias que recebia das igrejas da Galácia. Havia surgido uma apostasia judaizante igual à que ele enfrentou em Antioquia, cujo desenlace aconteceu no concílio de Jerusalém, no ano 49 d.C. Os judaizantes argumentavam que os crentes cristãos estavam obrigados a observar todas as leis mosaicas, incluindo as leis cerimoniais e a circuncisão. Seu mais difícil ensinamento estava relacionado com o evangelho e a salvação. Criam que, observando a lei, os pecadores poderiam se salvar por si mesmos.

A controvérsia judaizante se expandia, e o perigo de que chegasse a Roma parecia evidente. Na verdade, os cristãos de Roma ainda não tinham sido afetados por esse desvio, mas as ideias dos judaizantes e a presença de judeus e gentios, entre seus membros, os faziam perguntar sobre a situação do povo israelita com respeito à salvação.

Paulo não podia ignorar a pergunta. Ao apresentar a questão, preferiu fazê-lo de modo estritamente pessoal, não como denúncia. Não como desvio doutrinário. Não como questão teológica, embora depois utilize uma argumentação bíblica e doutrinária muito sólida.

Tristeza e dor de Paulo (9:1, 2)

A salvação dos israelitas permanece implícita nas primeiras palavras de Paulo sobre o tema. Ele a dá por entendida. Para que falar do que é óbvio?

“Digo a verdade em Cristo, não minto; minha consciência o confirma no Espírito Santo” (9:1, NVI).

Transparência de Paulo. Estaria Paulo pensando que seus leitores não criariam nele? Possivelmente. Mas, o oposto à verdade que utiliza na segunda frase do paralelismo parece dizer algo mais: “Não minto.” Considerando o sentido literal dessa expressão, na realidade, Paulo diz: “Não sou falso.”

Ele está seguro disso por sua consciência. Paulo já argumentou anteriormente que a consciência é um dos meios que Deus utiliza para revelar Sua vontade aos seres humanos. A todos, sem exceção de ninguém. Também disse que quando o Espírito Santo dá Seu testemunho no interior da pessoa, utilizando a consciência, esse testemunho é seguro e transmite segurança. Bem, esse é o caso agora. Ao dizer o que dirá, será transparente. Pode-se confiar em suas palavras.

Então, a transparência da comunicação é produzida quando o crente, sem nenhuma falsidade, sem expressões de duplo significado, nem intenções enganosas, diz o que deve dizer como falando perante o Espírito Santo, que sabe tudo e jamais pode ser enganado por alguém. É espiritualmente muito edificante quando um crente, em todas as suas formas de comunicação, dirige-se a seus interlocutores ou a outros crentes, como se estivesse em um diálogo de sua consciência com o Espírito Santo, com quem não pode haver nenhuma falsidade.

Emoções com empatia. Da comunicação transparente, Paulo passa às emoções. Não falará sobre uma doutrina sem emoções. Não falará sobre assuntos puramente intelectuais, frios, como lápides ideológicas que dizem muito pouco ou nada às pessoas, quando estão em problemas, ou quando se sentem confusas. Nesses casos, a empatia é indispensável. Mas não uma empatia estudada e formal, como se fosse cumprimento de regras de cortesia das emoções. Trata-se de emoções verdadeiras que compartilham afetivamente a realidade emocional dos outros.

“Tenho grande tristeza”, diz Paulo, “e incessante dor no coração” (9:2). A tristeza de Paulo o afetava física, mental e espiritualmente. Não é isso o que fazem as emoções? Sua dor era aflição de espírito.

Quando o espírito do crente percebe a punição do pecador, mesmo que este não a perceba nem sinta, seu sentimento é uma forma de identificação com ele, semelhante à maneira como Cristo Se identificou com os pecadores e atuou com todo o Seu poder para salvá-los. Da empatia espiritual que o crente sente para com seu próximo, surgem nele duas identificações: A identificação com Cristo, o Salvador; e a identificação com o próximo, necessitado de salvação. O crente é uma conexão entre os dois, graças à sua fé em Cristo, para que a salvação siga o fluxo da bênção. Através de Cristo e por meio do Espírito Santo, o evangelho de Deus chega ao pecador que crê, e dele continua fluindo a muitos outros. Assim, o evangelho continua se expandindo para salvação de muitos.

Os desejos de Paulo (9:3, 4a)

Como Paulo desejou a salvação dos judeus! Um desejo intenso, disposto a perder tudo por seu próximo. Desejo que transpõe as fronteiras humanas para adentrar aos domínios espirituais de Deus; um desejo que ora. “Pois eu até desejaria”, diz Paulo, “ser amaldiçoado e separado de Cristo por amor de meus irmãos, os de minha raça, o povo de Israel” (9:3, 4a, NVI).

Paulo está disposto a perder muita coisa pela conversão de seus compatriotas, o povo de Deus. Até sua própria salvação, a vida eterna. Essa disposição de perder a vida pela salvação de outros foi obtida imitando a Cristo, o qual não somente esteve disposto a dar Sua vida pelos pecadores. Deu-a. E Paulo também a daria; mas não pode nem é necessário que o faça.

Não pode, porque o pecador está incapacitado para pagar a dívida adquirida pelo pecado de outro pecador. Unicamente um justo pode morrer por um pecador e justificá-lo. Um justo sem um traço de injustiça, sem nenhuma propensão para a injustiça, sem injustiça em Seu espírito, nem em Seus pensamentos, nem em Suas ações, sem nenhuma injustiça. Nesse caso, somente Cristo. E não é necessário que Paulo dê sua vida por seus irmãos, porque a morte de Cristo é suficiente; não é necessário nenhum agregado. Além disso, abrange a todos os seres humanos. Ninguém fica fora.

O que se destaca em Paulo não é a possibilidade de morrer por seus irmãos, o que é impossível, mas a disposição de fazê-lo. Está disposto a tudo para salvá-los. Da parte dos crentes, essa é a atitude que agrada a Deus; pois, estando dispostos a tudo, não irão escassear esforços, nem bens, para conseguir que outros se salvem. A pregação do evangelho será sua prioridade máxima, e o máximo interesse de suas ações.

Privilégios de Israel (9:4b, 5)

Paulo descreve sua nação, conservando os critérios veterotestamentários vinculados ao pacto, como uma nação privilegiada. Acaso, está ele motivado por sentimentos nacionalistas, ao falar dos privilégios e do que mais torna destacada sua nação? Certamente, não. Todos nós demonstramos um certo nacionalismo, em alguns casos extremamente exagerado, quando falamos de nosso próprio país. Paulo não exagera em nada. Israel foi o que Paulo disse, e mais ainda. Ele divide os privilégios de Israel em duas classes. Primeiramente, fala do que tem; depois, do que produz. Dois fatores que melhor descrevem uma nação.

1. *O que os israelitas têm (9:4b, 5a)*. A lista do que lhes pertence destaca a natureza espiritual da nacionalidade israelita. Não se tratava de uma nação secular cuja importância fosse medida por seus recursos naturais, pela riqueza produzida, pela força militar, ou pelo poder e a influência política exercidos. Nada disso foi mencionado por Paulo. Tudo o que ele considerou foram os valores do espírito.

“São israelitas. Pertence-lhes a adoção e também a glória, as alianças, a legislação, o culto e as promessas; deles são os patriarcas” (9:4a-5b).

O próprio nome que Paulo usa para identificá-los tem um sentido espiritual: Israel. Esse é o nome do povo escolhido e herdeiro das promessas que Deus fez aos patriarcas da nação: Abraão, Isaque e Jacó. A este último, por razões estritamente espirituais, mudou-lhe o nome e, a partir desse momento, Jacó passou a se chamar Israel. Ao mencionar esse nome, Paulo estabelece a conexão do antigo povo de Deus ao novo povo de Deus. Na carta que escreveu aos

gálatas, talvez poucas semanas antes, ele se refere aos cristãos como “o Israel de Deus” (Gl 6:16).

O antigo Israel se encontrava numa situação de grande privilégio espiritual sobre as demais nações.

Adoção. A adoção deu a Israel o privilégio de uma relação especial com Deus. Uma intimidade espiritual que se traduziu em toda espécie de bênçãos. Os israelitas estavam ainda em Moabe, do outro lado do Jordão. Moisés reuniu o povo no local onde o Jordão desemboca no Mar Morto. Eram os últimos momentos de sua condução do povo. Estava pronto para passar a liderança às mãos de Josué. Moisés sentia o peso das circunstâncias e a tristeza de não poder entrar com o povo na terra prometida. Nessa ocasião, pronunciou seu discurso de despedida, registrado no livro de Deuteronômio. Entre muitas leis que os fez lembrar como uma espécie de repetição do pacto, disse ao povo: “Filhos sois do Senhor, vosso Deus; não vos dareis golpes, nem sobre a testa fareis calva por causa de algum morto. Porque sois povo santo ao Senhor, vosso Deus, e o Senhor vos escolheu de todos os povos que há sobre a face da Terra, para Lhe serdes Seu povo próprio” (Dt 14:1, 2).

Israel era um povo consagrado a Deus por adoção, escolhido entre todas as nações e possessão exclusiva de Deus. Uma posição espiritual única.

Glória. Entre todas as nações, somente Israel teve a presença visível e gloriosa de Deus entre o povo. Tornou-Se visível por meio de um fogo que ardia sobre o Monte Sinai. No deserto, manifestou-Se na coluna de nuvem que os acompanhava de dia e na coluna de fogo que os iluminava à noite. Esteve presente no *shekinah*, sobre a arca, no santuário e depois no templo de Jerusalém. Sabiam que seu Deus era um Deus de glória e magnificência. Tanto quando era visível como quando era invisível, estava presente com eles. Sempre.

Pacto. Com que outra nação fez Deus o pacto feito com Israel? Com nenhuma. “Vocês eram gentios [...]”, diz Paulo, “estavam [...] separados da comunidade de Israel, sendo estrangeiros quanto às alianças da promessa” (Ef 2:11, 12, NVI).

Deus fez o pacto com Abraão. Repetiu-o a Isaque e a Jacó. Um pacto cheio de promessas e cuidados que Deus prometeu a Abraão e à sua descendência, se cumprissem as condições. Permanecer junto a Ele e servi-Lo, cumprindo todos os Seus mandamentos. Por isso, quando o povo de Israel, escravizado no Egito, clamou a Deus, Ele lhes respondeu. Moisés o registrou da seguinte forma:

“Decorridos muitos dias, morreu o rei do Egito; os filhos de Israel gemiam sob a servidão e por causa dela clamaram, e o seu clamor subiu a Deus. Ouvindo Deus o seu gemido, *lembrou-Se da Sua aliança* com Abraão, com Isaque e com Jacó. E viu Deus os filhos de Israel e atentou para a sua condição” (Êx 2:23-25).

Depois disso, Moisés conta a extraordinária história de um povo que saiu da escravidão para a liberdade, seguro na mão de Deus, que o amou. Mais tarde, Deus lhes disse: “Com amor eterno Eu te amei; por isso, com benignidade te atraí” (Jr 31:3).

A *lei*. Ao mencionar a entrega da lei, Paulo traz à memória de seus leitores a extraordinária experiência que toda a nação viveu no Monte Sinai. A glória de Deus, o estrondo, os relâmpagos, o monte que fumegava, o tremor da montanha, toda a demonstração de temor e reverência, tudo falava de um Deus de poder infinito. A associação com o Deus da lei fez com que a nação inteira sentisse a Sua grandeza, tão imensa que eles mesmos se sentissem grandes com Ele.

“Que grande nação”, disse-lhes Moisés quando repetiu as leis em seus discursos de despedida, “tem decretos e preceitos tão justos como esta lei que estou apresentando a vocês hoje? Apenas tenham cuidado! Tenham muito cuidado para que vocês nunca se esqueçam das coisas que seus olhos viram; conservem-nas por toda a sua vida na memória. Contem-nas a seus filhos e a seus netos” (Dt 4:8, 9, NVI).

A lei era grandiosa, e sua herança era uma bênção para Israel somente pelo fato de tê-la. Mas Deus esperava algo mais para que a bênção fosse completa: que ela fosse obedecida.

Moisés continuou, dizendo: “Ele lhes anunciou a Sua aliança, os Dez Mandamentos. Escreveu-os sobre duas tábuas de pedra e

ordenou que os cumprissem. Naquela ocasião, o Senhor mandou-me ensinar-lhes decretos e leis para que vocês os cumprissem na terra da qual vão tomar posse” (Dt 4:13, 14, NVI).

A posse da lei se tornava real na obediência. Não era a lei em si o que tornaria grande a nação, maior que todas as nações da Terra. Era a obediência à lei que assegurava a intimidade do povo com Deus e a presença divina em todas as atividades dos indivíduos e junto a todo o povo como nação.

Culto. Os serviços do santuário. Sistema cerimonial repleto de um sentido redentor, por simbolizar o sacrifício de Cristo, em todas as atividades nele executadas. A expressão da fé no Redentor vindouro. O trabalho de Deus no santuário e no templo. Todo o culto era um santo privilégio de justificação pela fé. Israel havia sentido a alegria da santidade. Santificação e piedade haviam feito parte de sua vida, e o povo sabia que Deus estava com eles.

As promessas. Eram tantas! Os israelitas tiveram as promessas que Deus fizera a Abraão e aos outros patriarcas acerca de seus descendentes, sobre a terra que iriam possuir, sobre a grandeza nacional, sobre a influência entre as nações. Acima de tudo, tiveram a promessa do Messias. Redentor e Salvador, a própria presença de Deus habitando entre eles, um assombro para as nações.

“Assim como houve muitos que ficaram pasmados diante dEle”, havia dito Isaías, “Sua aparência estava tão desfigurada, que Ele Se tornou irreconhecível como homem; não parecia um ser humano; de igual modo Ele aspergirá muitas nações, e reis calarão a boca por causa dEle. Pois aquilo que não lhes foi dito verão, e o que não ouvirem compreenderão” (Is 52:14, 15, NVI).

Que nação podia competir com Israel quanto às promessas e as bênçãos que Deus lhe outorgou?

Os patriarcas. Todas as nações têm pais fundadores, heróis nacionais que, com seus feitos heroicos, deram forma e sustento à nacionalidade. Cada povo relembra os seus, prestando-lhes honras e atribuindo-lhes todo tipo de grandezas, todo tipo de façanhas e obras extraordinárias. São engrandecidos como se tivessem sido perfeitos, imitáveis em todos os seus feitos e em todas

as suas características. Heróis cuja grandeza supera em muito aquilo que possam alcançar ou tenham alcançado os cidadãos comuns da nação.

Os patriarcas de Israel não eram heróis perfeitos e grandiosos. Eram homens cheios de defeitos, como o restante dos mortais, com uma característica que todos os demais podem ter de igual maneira. Eram amigos de Deus. Com Ele, enfrentaram seus erros, cresceram em virtudes e alcançaram alturas espirituais que sozinhos jamais teriam atingido. Homens comuns que se tornaram santos unicamente pela companhia de Deus, com Seu amor, com Sua misericórdia, com Seu poder.

Em que outra nação existiram heróis com a grandeza espiritual dos patriarcas que formaram a nação israelita? O poder que eles tinham veio de Deus, cuja grandeza é insuperável.

2. *O que os israelitas produziram: proveio deles (9:5b)*. Mas todos esses privilégios nada seriam se os israelitas não tivessem Aquele que veio deles, como um renovo frutífero.

Assim diz Isaías: “Um ramo surgirá do tronco de Jessé, e das suas raízes brotará um renovo. O Espírito do Senhor repousará sobre Ele, o Espírito que dá sabedoria e entendimento, o Espírito que traz conselho e poder, o Espírito que dá conhecimento e temor do Senhor” (Is 11:1, 2, NVI).

Paulo expressa o cumprimento de todas as profecias antigas sobre o Messias. Suas palavras, cheias de afeto por Israel, exprimem a culminância de todos os grandes privilégios que essa nação recebeu de Deus.

“Deles são os patriarcas”, diz, “e a partir deles se traça a linhagem humana de Cristo, que é Deus acima de todos, bendito para sempre! Amém” (9:5, NVI).

Que maior privilégio poderia ter tido Israel? O Messias, descendente dos patriarcas, nasceu em Israel. Um israelita. Era Cristo. “Que é Deus acima de todos”, diz Paulo.

Mas o que aconteceu com a nação que teve todos esses privilégios? Continuou sendo o povo de Deus? Um novo povo de Deus nasceu com o Messias. Por quê?

A Palavra de Deus falhou? (9:6-29)

Paulo ainda não mencionou o fracasso de Israel, mas o insinua. Aí está. É percebido. É até possível dizer que o sugeriu, mas as palavras da denúncia não estão expressas. Usa Paulo o recurso da dor para silenciar o óbvio? Pode ser que, ao começar seu tratamento do doloroso tema sobre o fracasso de Israel como povo de Deus, Paulo atue como todas as pessoas diante de um enfermo grave que está para morrer. Todos o sabem. Ninguém o diz. E se alguém o dissesse, todos considerariam suas palavras impróprias. Por que esse silêncio da dor diante da morte? Porque a esperança não morre, até que morra o enfermo.

A esperança de Paulo a respeito da salvação de Israel não se baseia em sua dor, por mais intensa que seja. Baseia-se na Palavra de Deus.

O que diz a Palavra? (9:6-13)

Paulo inicia com uma declaração geral sobre a Palavra de Deus, que é válida, verdadeira, contundente: “Não pensemos que a Palavra de Deus falhou” (9:6a, NVI). Nunca falha! A Palavra de Deus não é como as pétalas brancas da macieira que caem sobre o solo e nada são. Não é um barco à deriva, sem rumo certo e sem destino, que se choca contra as rochas e naufraga. Não é um ministro de governo que caiu em descrédito e se afasta do palácio, entristecido. A Palavra de Deus não cai. Jamais falha. O que acontece, então? Ocorre o seguinte:

1. *Nem todos são Israel* (9:6b). É fácil confundir-se, pensando que a promessa de Deus é para todos os descendentes de Israel. Mas não é assim. “Pois nem todos os descendentes de Israel”, acrescenta Paulo, “são Israel” (9:6b, NVI).

Os verdadeiros descendentes de Israel não são definidos geneticamente. Definem-se pela fé. Os verdadeiros herdeiros das promessas feitas a Israel não são seus descendentes carnis. São os que cumprem as condições e creem. Não é a primeira vez que isso é dito. No próprio início da carta, Paulo disse: “Não é judeu quem o é apenas exteriormente[...]. Judeu é aquele que o é interiormente” (2:28, 29).

2. *Nem todos os descendentes de Abraão são seus filhos (9:7)*. E isso é assim de Abraão em diante, passando por todos os seus descendentes. “Nem por serem descendentes de Abraão”, diz Paulo, “são todos seus filhos” (9:7).

Antes de escrever aos romanos, Paulo já havia definido, na carta aos gálatas, quem são os descendentes de Abraão: “Estejam certos, portanto”, lhes disse, “de que os que são da fé, estes é que são filhos de Abraão” (Gl 3:7, NVI).

Como, então, aplicaremos as promessas indiscriminadamente a todos os que nasceram de Abraão, segundo a carne? Não podemos.

3. *A Escritura: as promessas são para Isaque (9:7b-9)*. No princípio, Abraão teve dois descendentes: Ismael e Isaque. As promessas foram dadas aos dois da mesma forma? Não.

Citando Gênesis, Paulo diz: “Em Isaque será chamada a tua descendência” (9:7b; Gn 21:12). A seguir, completa seu argumento sobre os descendentes de Abraão, demonstrando com isso que desde o início ficou entendido que havia dois tipos de descendentes: uns da carne, outros da promessa. Diz ele: “Noutras palavras, não são os filhos naturais que são filhos de Deus, mas os filhos da promessa é que são considerados descendência de Abraão” (9:8).

De qual promessa? Para que não existisse confusão, Paulo mencionou a promessa específica sobre seu descendente e citou outro texto da Escritura: “Porque a palavra da promessa é esta: Por esse tempo, virei, e Sara terá um filho” (9:9; Gn 18:10, 14).

4. *A Escritura: a escolha é para Jacó (9:10-13)*. Paulo avança um pouco mais na história da descendência de Abraão e passa aos descendentes de seu filho Isaque (Jacó e Esaú), para chegar ao momento em que a nação de Israel era formada.

“Não somente isto”, diz Paulo. A que ele se refere? Há um assunto que pode não ser muito claro. Ismael era filho de uma serva, enquanto Isaque era filho de Sara. Pode parecer óbvio que a escolha tivesse recaído sobre Isaque e não sobre o filho da serva Hagar, talvez por razões mais humanas que divinas, embora a Escritura seja clara em dizer que a escolha foi feita por Deus, e foi Deus quem fez as promessas. Contudo, Paulo espera que seu argumento seja

muito claro. Com esse objetivo, recorre ao caso de Jacó e Esaú e o centraliza em Rebeca para dizer que não pode haver confusão entre uma serva e uma esposa.

“Também os filhos de Rebeca tiveram o mesmo Pai, nosso pai Isaaque. Todavia, antes que os gêmeos nascessem ou fizessem qualquer coisa boa ou má – a fim de que o propósito de Deus conforme a eleição permanecesse, não por obras, mas por Aquele que chama – foi dito a ela: ‘O mais velho servirá ao mais novo’” (9:10-12; Gn 25:23, NVI).

Mais uma citação bíblica, e novamente a Palavra de Deus como prova do argumento. A esta altura muito forte. Contudo, Paulo acrescenta um novo elemento: a soberania de Deus. E volta a citar a Escritura. “Foi dito a ela: ‘O mais velho servirá ao mais novo’. Como está escrito: ‘Amei Jacó, mas rejeitei Esaú’” (9:12b, 13, NVI).

Até aqui, Paulo construiu um argumento forte, baseado na Escritura, sobre a existência de dois tipos de descendentes da nação israelita: os da carne, descendentes através da genética; e os da fé ou da promessa, descendentes por via espiritual. Estes últimos são os verdadeiros descendentes, aos quais se referiu a infalível Palavra de Deus. Além do mais, é necessário considerar a soberania de Deus. Deus é quem decide qual é Seu povo.

A justiça de Deus (9:14-23)

A seguir, Paulo amplia a ideia sobre a soberania de Deus e o grau de justiça que existe em Suas decisões. “Que diremos, pois? Há injustiça da parte de Deus?” (9:14a). E responde primeiramente de forma geral: “De maneira nenhuma!” (9:14b, NVI).

Então, apresenta a explicação em detalhe. Demonstra que a soberania de Deus é justa, com três características de Sua pessoa divina: misericórdia, poder criador e paciência.

1. *A misericórdia de Deus: depende dEle (9:15-18)*. Paulo começa citando Moisés. Não palavras de Moisés, mas palavras de Deus, que Moisés registrou. São elas: “Terei misericórdia de quem Eu quiser ter misericórdia e terei compaixão de quem Eu quiser ter compaixão” (9:15, NVI; cf. Êx 33:19b). O texto citado pode bem

ser traduzido assim: “Terei clemência de quem Eu quiser ter, e serei compassivo com quem Eu quiser ser.”

Na realidade, essa é a natureza da misericórdia. Depende de quem a tem, não de quem necessita dela. Ser misericordioso não é questão de justiça ou injustiça, como se fosse um ato obrigatório de quem a outorga, ou um direito legal de quem dela precisa. Deus é misericordioso porque tem o poder para ser assim, e porque quer. A escolha de Israel como Seu próprio povo foi um ato Seu, do mesmo modo como é Seu qualquer ato de misericórdia. Ninguém pode impor isso a Deus, nem requerer dEle, como se estivesse exigindo.

Assim, diz Paulo, a eleição não depende do desejo ou do esforço humano, mas da misericórdia de Deus (9:16). Porém, há algo mais. Não apenas a escolha de quem Ele quer como Seu povo depende da vontade de Deus, mas também a rejeição de uma nação para que não seja Seu povo depende de Sua vontade. De fato, quando escolheu Israel, rejeitou a todas as demais nações para esse *status*. Também não havia injustiça nisso, porque razões para rejeição, embora não claramente expressas, sempre existem. O caso de Faraó do Egito o demonstra.

“Porque a Escritura diz a Faraó: Para isto mesmo te levantei, para mostrar em ti o Meu poder e para que o Meu nome seja anunciado por toda a Terra” (9:17; cf. Êx 9:16).

Já haviam ocorrido seis pragas: sangue, rãs, piolhos, moscas, morte do gado e úlceras. Mesmo assim, Faraó não deixava Israel sair. Naquela manhã, bem cedo, Moisés se apresentou diante de Faraó com a mensagem de Deus: “Deixa ir o Meu povo, para que Me sirva” (Êx 9:13).

Mas Deus sabia que Faraó, como havia acontecido até esse momento, resistiria à Sua vontade. No entanto, Deus incluiu em Sua mensagem a ele uma confiança. Não pense que você está no trono por seu próprio poder ou pela grandeza que você construiu, ou seus antepassados.

“Para isto te hei mantido, a fim de mostrar-te o Meu poder” (Êx 9:16). Poder para colocá-lo no trono e para castigá-lo, se não der ouvido à Minha palavra. Porque tenho poder para exaltá-lo e também tenho poder para rejeitá-lo. Meu poder não atua da forma como você

atua, pois Eu não sou arbitrário nem soberbo. Sou misericordioso e poderia manifestar-lhe Minha misericórdia, mas você não o permite.

“Contudo você ainda insiste em colocar-se contra o Meu povo”, disse-lhe, “e não o deixa ir” (Êx 9:17, NVI). Essa soberba deu a Deus a liberdade para executar Seus juízos, e a praga veio sobre o Egito. Granizo por todo o país, exceto na terra de Gósen, onde Israel, o povo de Deus, vivia.

Deus protegeu a quem quis, e castigou a quem quis. Mas o castigo é sempre justo. Seu povo escolhido foi poupado da chuva de granizo. O povo egípcio, governado por um Faraó soberbo, recebeu o castigo. Deus foi misericordioso com Israel, e justo com o Egito. Seu castigo sobre eles era um ato justo, de um juízo executado com justiça.

2. *O poder criador de Deus: não depende da criatura (9:19-21)*. A seguir, Paulo usa outro aspecto dos poderes divinos para mostrar que Sua soberania não tira a justiça de Suas ações. Esse outro aspecto é Seu poder criador.

“Tu, porém, me dirás” (9:19a), Paulo fala a um interlocutor imaginário para personalizar o argumento que se segue e, desse modo, torná-lo mais forte e mais claro.

“Por que Deus ainda nos culpa? Pois, quem resiste à Sua vontade?” (9:19b, NVI). É como se o interlocutor dissesse: “Pois bem, se Deus endurece a quem Ele quer, como esse alguém pode ser considerado digno de culpa? Quem é capaz de resistir à Sua vontade, quando Ele quiser endurecer alguém?” (9:19).

Paulo responde com uma pergunta e uma ilustração. Primeiro, a pergunta: “Mas quem é você, ó homem, para questionar Deus?” (9:20a). O contraste entre o homem e Deus, Seu criador, tem por objetivo mostrar o absurdo que é questionar a soberania de Deus. Isso não faz sentido.

Quando Deus disse: “Façamos o homem” (Gn 1:26), podia conversar com o homem para lhe perguntar como queria que o fizesse? Podia o ser humano argumentar acerca de sua própria criação? Obviamente não, pois o homem não existia. Não era a vontade de Deus superior ao ser humano, superior à sua existência, superior a

seu próprio ser? Ou acaso poderia o homem haver existido se a vontade de Deus não o tivesse concebido do modo como o concebeu? Deus é superior ao ser humano. Seu poder criador o demonstra, e Sua vontade é soberana. Se não fosse assim, o ser humano teria ficado no silêncio da inexistência para sempre.

Paulo então usa uma ilustração para que tudo fique tão claro como o dia, tão transparente como a verdade: “Porventura, pode o objeto perguntar a quem o fez: Por que me fizeste assim?” (9:20b).

Ele emprega essa ilustração do profeta Isaías, o qual a usa duas vezes. Ambas relacionadas com o mesmo tema que Paulo desenvolve: a formação de Israel por Deus, como Seu próprio povo, e a soberania de Deus para fazê-lo.

A primeira vez é para mostrar como Israel é falso quando questiona a capacidade de Deus para conhecê-lo: “Que perversidade a vossa! Como se o oleiro fosse igual ao barro, e a obra dissesse do seu artífice: Ele não me fez; e a coisa feita dissesse do seu oleiro: Ele nada sabe” (Is 29:16).

E a segunda vez é para fazer oposição à contenda de Israel contra Deus: “Ai daquele que contende com o seu Criador! E não passa de um caco de barro entre outros cacos. Acaso, dirá o barro ao que lhe dá forma: Que fazes? Ou: A tua obra não tem alça” (Is 45:9).

Pode um ser humano melhorar a obra de Deus? Pode alguém dizer a Deus: Não era justo que você fizesse com Israel o que você fez? Primeiro o escolheu e depois o rejeitou. Onde está Sua sabedoria? E Sua justiça, onde está? Não é possível tanta confusão do ser humano. O néscio ensina ao Seu Criador? Somente o homem que não tem conhecimento pode dizer a Deus: “Sou mais sábio que você.”

Cada palavra do néscio é uma negação da sabedoria e, quando nega os poderes do Todo-poderoso, apenas se torna mais néscio e menos sábio. Paulo completa sua ilustração do oleiro, dizendo: “Ou não tem o oleiro direito sobre a massa, para do mesmo barro fazer um vaso para honra e outro, para desonra?” (9:21).

A autoridade de Deus é suprema. Está acima de qualquer outra autoridade. A autoridade de Deus é necessária. A vida humana, sem a soberania de Deus, torna-se caótica. É necessária para as decisões

morais. Indispensável para a determinação do bem e do mal. Como saberíamos, todos de igual modo, o que é o bem e o que é o mal, se não fosse definido por Deus? A definição de cada ser humano seria diferente, como a experiência diária o demonstra. Até a verdade definida pelo ser humano se torna verdade unicamente para cada indivíduo que a define, porque o outro ser humano tem uma definição diferente. Essa diferença torna a verdade algo relativo, e o relativo jamais pode ser verdadeiro. No máximo, pode ser uma verdade relativa, muito humana. A verdade divina é sempre absoluta, sempre completa, sempre estável, sempre final. E a autoridade de Deus para escolher um povo, ou rejeitá-lo, é absoluta. O que há de estranho na rejeição de Deus, se as condições da escolha e do pacto com Israel não foram cumpridas pelo próprio Israel?

3. *A paciência de Deus: não reduz Seu poder de juízo (9:22, 23)*. Chegamos ao terceiro argumento de Paulo a favor da justiça de Deus. O argumento de Sua paciência para julgar, para submeter os seres humanos ao julgamento. Esse argumento é semelhante ao de Sua misericórdia. Misericórdia e paciência dependem unicamente de Deus. Ninguém pode impô-las.

“E se Deus”, diz Paulo, “querendo mostrar a Sua ira e tornar conhecido o Seu poder, suportou com grande paciência os vasos de Sua ira, preparados para a destruição?” (9:22, NVI).

Deus demorou muito tempo para castigar Israel pelos pecados de toda a nação. Poderia havê-lo feito muito antes, e teria sido justo. Deixaram a santidade nacional e desobedeceram a Seus mandamentos, abandonaram o sentido espiritual dos sacrifícios, substituindo o Criador por ídolos e deuses pagãos, adorando-os. Secularizaram a nação e deixaram de ser o povo de Deus, por seu modo de vida pouco espiritual, legalista e formal.

Deus teve paciência com eles e continua tendo, argumenta Paulo, porque, merecendo a destruição de um juízo justo, Deus não os destruiu. Tem uma porta aberta para eles, e não pensa em fechá-la.

“Que dizer, se Ele fez isto para tornar conhecidas as riquezas de Sua glória aos vasos de Sua misericórdia, que preparou de antemão para a glória?” (9:23, NVI).

A paciência de Deus se sobrepôs ao juízo final, o dia da ira de Deus para todos. Ela inclui os israelitas, aos quais Deus já havia manifestado Sua misericórdia, e os demais, também destinados a ser objetos de Sua misericórdia. Porque Deus manifesta Sua misericórdia a todos os pecadores. “Primeiramente aos judeus e também aos gregos”, diz Paulo.

O novo povo de Deus (9:24-29)

Com isso, Paulo universaliza a aplicação da misericórdia de Deus e destrói todo possível argumento de injustiça divina no trato com Israel, quer fosse por havê-lo chamado como Seu povo escolhido, quer por havê-lo rejeitado por sua desobediência. Não o havia rejeitado. Não havia rejeitado outros povos, aparentemente rejeitados por Ele.

Aos que antes foram designados como *israelitas*, e aos que chamou de *outros*, agora os une sob o nome de *nós*. “Os quais somos nós”, diz, “a quem também chamou, não só dentre os judeus, mas também dentre os gentios” (9:24).

Aqui está o novo povo de Deus, o Israel de Deus, o Israel espiritual, integrado por todos os que creem, como Abraão creu, e unidos a todos os que pela fé aceitaram as condições de pacto e as promessas, como os patriarcas as aceitaram.

Não se trata de uma determinação tardia de Deus. Não se trata de que Deus tenha mudado de planos porque Israel fracassou. Nem o fracasso de Israel é total, nem os planos de Deus são novos. Ele já os tinha desde muito tempo no passado. Na realidade, a escolha de Deus foi sempre universal, e os planos divinos sempre abrangeram toda a humanidade.

Para prová-lo, como o fez anteriormente, Paulo utiliza as Escrituras. Recorre especialmente aos profetas Oseias e Isaías.

1. *Profecias de Oseias: os gentios* (9:25, 26). Oseias cumpriu seu ministério num tempo de comoção nacional muito intensa, entre os anos 753-729 a.C. O reino do norte, Israel, caiu nas mãos da Assíria e, num processo de dois momentos históricos tragicamente inescapáveis, foi derrotado e levado em cativeiro. A primeira derrota ocorreu no ano 733 a.C. A segunda, quando Samaria foi capturada, e

os israelitas levados em cativeiro para a Assíria, em 722-721. Pouco depois desse angustiante momento, Oseias escreveu seu livro. Não era ocasião para sentir simpatia pelos estrangeiros. Mas o profeta não fala da angústia de seu próprio coração. Suas palavras refletem a revelação que Deus coloca em sua mente.

A primeira citação de Oseias utilizada por Paulo para mostrar aos cristãos de Roma que Deus tinha planos antigos para incorporar o mundo inteiro entre Seu povo, diz: “Chamarei povo Meu ao que não era Meu povo; e amada, à que não era amada” (9:25; cf. Os 2:23).

As nações que não compunham o povo escolhido também constituiriam, no futuro, o povo de Deus. A segunda citação confirma esse fato: “E no lugar em que se lhes disse: Vós não sois Meu povo, ali mesmo serão chamados filhos do Deus vivo” (9:26; cf. Os 1:10).

Os dois nomes que caracterizam a eleição divina haviam sido aplicados aos gentios: Povo de Deus e filhos de Deus. Israel não havia assimilado o universalismo dos planos divinos. Por Sua vez, Deus sabia muito bem o que estava fazendo. Sempre soube e desde sempre o havia planejado, de modo que todos os povos pudessem constituir um único povo de Deus para glória de Seu nome.

2. *Profecias de Isaías: um remanescente (9:27-29)*. Em seguida, Paulo cita outro profeta notável em outro momento especial na história do reino do sul, Judá. Isaías cumpriu seu ministério entre os anos 739-686 a.C., quando o poder da Assíria se encontrava em seu ponto culminante. Reis sanguinários arrasavam os países do Oriente Médio, e Judá sofreu o saque, humilhação e a opressão deles. Diante deles, erguia-se um grave perigo de cativeiro e destruição. A possibilidade de que ocorresse com Judá o que havia acontecido com Israel era previsível. Se ocorresse, todo o povo de Deus poderia desaparecer. O cativeiro de Judá ocorreu muito tempo depois; após um século, com a dominação babilônica. Mas eles não o sabiam. Somente viam o real perigo que os Assírios representavam para eles naquele momento.

De qualquer forma, Isaías comunicou uma mensagem definida. A nação inteira não escaparia do castigo divino. Somente um remanescente se salvaria. Paulo utilizou dois textos sobre o remanescente.

O primeiro diz: “Embora o número dos israelitas seja como a areia do mar, apenas o remanescente será salvo. Pois o Senhor executará na Terra a Sua sentença, rápida e definitivamente” (9:27, 28, NVI; cf. Is 10:22, 23).

Não é o juízo final. A expressão “Sua sentença”, no original, é “palavra”. Deus cumprirá Sua palavra. O Antigo Testamento muitas vezes fala que Deus cumpre Sua palavra. Às vezes, indicando que executará os juízos ou castigos anunciados por Seus profetas. A palavra de juízo aqui referida é a redução do povo a um remanescente, como povo de Deus.

O segundo texto confirma a determinação divina de conservar um remanescente de Israel, integrando a formação do novo povo de Deus. Essa é a interpretação de Paulo ao citá-lo.

“Se o Senhor dos Exércitos não nos tivesse deixado descendentes, já estaríamos como Sodoma, e semelhantes a Gomorra” (9:29, NVI; cf. Is 1:9). Israel não desaparecerá como Sodoma e Gomorra. Dessas cidades, somente permanece a lembrança. Nunca foram o povo escolhido de Deus. Israel, Seu povo escolhido, não desaparecerá. Um remanescente será salvo.

É evidente. A palavra de Deus nunca falhou. Ao contrário, tem se cumprido em todos os seus detalhes. Deus fez as promessas ao verdadeiro filho da promessa, Isaque; não a Ismael. Escolheu Jacó, não Esaú, embora os dois fossem irmãos, filhos da mesma mãe e do mesmo pai. Por que Deus fez assim? Porque assim Ele o quis. A escolha e as promessas dependem somente do que Deus deseja, da mesma forma como de Seu desejo dependem a graça e a paciência divinas. Ninguém pode impô-las a Deus. Ninguém tem esse direito. E ninguém, de forma justa, pode reclamar de nada. Sua queixa seria como a possível reclamação de uma lâmpada de barro dirigida ao oleiro que a produziu. É direito do criador criar sua criatura como ele o deseja. Além disso, com a escolha de Israel, Deus não planejava um tratamento exclusivista a ponto de rejeitar as nações restantes. Planejou a incorporação dos gentios ao Seu povo e o declarou a Israel, por intermédio dos profetas. Como Israel não concordou com esse plano, Deus decidiu formar para Si um novo

povo, integrado por um remanescente judeu que cresse, incluindo os gentios que, pela fé, se tornaram descendentes espirituais de Abraão. O novo povo de Deus integrado por crentes de todas as etnias, os cristãos de toda a humanidade.

Por que Israel não alcançou a justiça? (9:30-10:21)

A entrada dos gentios à família da fé exige outra pergunta que Paulo responde, não para justificar Deus, mas para explicar por que os judeus não alcançaram a justiça. A união da justiça com a fé, em forma de justificação pela fé, é inevitável. Além do mais, a justificação pela fé é o centro do evangelho, e o evangelho é o tema que Paulo desenvolve nesta carta dirigida aos cristãos residentes em Roma.

Não buscou a justiça por fé (9:30-33)

A pergunta surge com naturalidade na mente de Paulo. E com essa mesma naturalidade espiritual, sente que deve dar a resposta pertinente.

“Que diremos, pois?” (9:30a). Em relação a quê? Aos gentios. Com a mais estranha disposição para a mentalidade judaica de sua época, Paulo os coloca, com sua prévia explanação, em pé de igualdade com os judeus. Eles também fazem parte do novo povo de Deus.

1. *Gentios: Pela fé* (9:30b). Paulo define a condição dos gentios de forma ainda mais clara, e ao ponto. “Os gentios, que não buscavam justiça, a obtiveram, uma justiça que vem da fé” (9:30b, NVI).

A religiosidade dos gentios, todos pagãos, era de natureza diferente da religiosidade conhecida e praticada pelos israelitas. Tinham seus deuses. Todos eles de criação humana; por isso, não havia neles características divinas, salvo as que os seres humanos lhes atribuíram. Possuíam toda sorte de poderes estranhos, espantosos e terríveis, horrendos e misteriosos, desrespeitosos e despóticos. Os gentios podiam crer neles, certamente. Porém, mais do que crer neles, eles os temiam. Era o pânico das perturbações. Viviam perturbados por seus deuses. Sempre buscando um modo

de apaziguá-los e de conquistar sua boa vontade para que não lhes enviassem os castigos que suas inumeráveis más ações mereciam. Os gentios nunca se interessavam na justiça como alguma coisa com que os seus deuses pudessem lhes beneficiar, para ser aplicada à vida pecaminosa deles, como uma justificação, visando a salvá-los da condenação. Tudo isso era desconhecido para eles. E por ser desconhecido, não o buscavam.

Como era possível que os gentios encontrassem algo que não buscavam? Mas o encontraram. A explicação é divina, em todos os sentidos do termo. Eles não buscaram a justiça divina, mas Deus, em Cristo, os buscou para que lhes fosse outorgada Sua justiça. E ela lhes foi dada. Por isso a encontraram. Por isso a encontram todos os seres humanos que, sem buscá-la, a encontram. Pura obra da graça divina. Como recebê-la? Um presente material se recebe com a mão. Fácil. Quem recebe o presente estende a mão, segura-o e é seu. Mas a dádiva da justiça não é material. Não se pode receber como são recebidas as coisas materiais. A justiça tem que ser recebida espiritualmente, e não há outra forma espiritual de recebê-la a não ser pela fé. Essa foi a forma como os gentios receberam a justificação divina.

E quanto aos israelitas? O que aconteceu com eles? Sim, eles buscaram a justiça de Deus e a desejaram mais que qualquer coisa. Queriam tanto ser justos, a ponto de, muitas vezes, aventurar-se na hipocrisia para dar impressão de que eram justos.

2. *Israel: pelas obras* (9:31, 32). Novamente o “mas”. O que faziam os israelitas quando os gentios, sem buscar, encontraram a justiça? “Mas Israel, que buscava uma lei que trouxesse justiça, não a alcançou” (9:31, NVI).

Má sorte? Não. A sorte, boa ou má, nada tem que ver com as experiências espirituais. Não existe. Não há encadeamento de fatos espirituais fortuitos. Nada acontece por casualidade nas experiências espirituais. Nem automaticamente, seja em situação positiva ou negativa. Às vezes, os fatos controlam a vontade da pessoa, mas a vontade de Deus é controlada por Ele mesmo. Ninguém mais. A dádiva da justiça é uma ação divina, dada somente aos pecadores

conforme a vontade de Deus. No caso da justiça divina, somente pode ser obtida pela fé. Os israelitas não a encontraram.

Por que não? Paulo pergunta e em seguida responde: “Porque não decorreu da fé, e sim como que das obras. Tropeçaram na pedra de tropeço” (9:32). Não, a justiça de Deus não é obtida pelas obras. De qualquer forma, que obras? As obras humanas estão todas a serviço do mal. Até as boas obras que fazem são obras de injustiça! Todas elas procedem de uma pessoa injusta e pecadora, com propensões para o mal, com intenções cativas no cárcere maligno. Como pode o injusto justificar-se a si mesmo? Não pode. Tropeçam, escandalizam-se e se ofendem quando alguém lhes diz que o mal está neles, e nada do que fazem pode justificá-los. “Mas sou bom, dizem. Não faço mal a ninguém. Trabalho e providencio à minha família tudo o que ela precisa.”

Os judeus incrédulos tropeçaram na Pedra de tropeço porque não creram. A mesma Pedra que se tornou preciosa aos crentes. Como Pedro escreveu: “Pois assim é dito na Escritura: ‘Eis que ponho em Sião uma pedra angular, escolhida e preciosa, e aquele que nela confia jamais será envergonhado.’ Portanto, para vocês, os que creem, esta pedra é preciosa; mas para os que não creem, ‘a pedra que os construtores rejeitaram tornou-se a pedra angular’” (1Pd 2:6, 7, NVI; cf. Is 28:10; Sl 118:22; Is 8:14).

3. *Cristo: para crer nEle* (9:33). Paulo se refere à mesma Rocha, como uma Rocha que alicerça a crença. “Eis que ponho em Sião uma Pedra de tropeço e uma Rocha que faz cair; e aquele que nela confia jamais será envergonhado” (9:33, NVI). Cristo crucificado é a Rocha na qual é necessário crer para não ser envergonhado.

Escrevendo aos crentes de Corinto, Paulo oferece a seguinte explicação: “Os judeus pedem sinais miraculosos, e os gregos procuram sabedoria; nós, porém, pregamos a Cristo crucificado, O qual, de fato, é escândalo para os judeus e loucura para os gentios, mas para os que foram chamados, tanto judeus como gregos, Cristo é o poder de Deus e a sabedoria de Deus” (1Co 1:22-24, NVI).

Aqui está o novo povo escolhido, os que Deus tem chamado, judeus e gentios. Para eles, Cristo crucificado é quem lhes provê

a justiça que necessitam para cobrir seus pecados, receber perdão e justificação pela fé. Mas Israel não quis aceitar a justiça de Cristo porque isso lhe pareceu ofensivo, vergonhoso: um escândalo. Continuou buscando a justiça em suas próprias obras de obediência, sem fé.

Não se submeteu à justiça de Deus (10:1-7)

Por sua própria escolha, Israel não quis submeter-se à justiça de Deus. Não foi por erro nem por falta de zelo. Apenas por obstinação. A obstinação, pecado de toda a humanidade, também existiu em Israel. Manifestou-se de maneira muito mais intensa e pecaminosa do que entre os gentios, por uma razão muito básica.

“Portanto, aquele que sabe que deve fazer o bem e não o faz nisso está pecando” (Tg 4:17). Os israelitas sabiam que obstinar-se na rebeldia contra Deus era pecado. Quantas vezes os profetas os chamaram para deixar sua rebelião e humilhar-se perante Deus! Não responderam. Obstinadamente, continuaram agindo da mesma forma. Sabendo de tudo isso, Paulo expôs a falta de submissão à justiça de Deus, de maneira cuidadosa e cheia de afeto. Pouco a pouco, nunca de forma rude.

1. *Ora por sua salvação (10:1)*. Antes de indicar a falta de seus irmãos carnis, Paulo intercedeu por eles diante de Deus. Atitude notável, própria de um dirigente espiritual, e que nunca deveria estar ausente em qualquer cristão.

“Irmãos, o desejo do meu coração e a minha oração a Deus pelos israelitas é que eles sejam salvos” (10:1, NVI), disse ele à igreja cristã de Roma, na qual havia cristãos e gentios. Essas palavras faziam bem aos judeus, pela simpatia expressa por eles, e demonstrava ao gentios um exemplo de verdadeiro cristianismo prático: digno de ser imitado e vivido.

2. *Reconhece seu zelo por Deus (10:2a)*. Em sua explicação, ao se aproximar da parte objetável da religiosidade israelita, Paulo reconhece neles uma virtude muito valiosa na relação com Deus.

“Posso testemunhar que eles têm zelo por Deus” (10:2a, NVI). O zelo tem um lado altamente positivo. Paulo se refere a ele em primeira

instância. As emoções dos israelitas para com Deus eram de entusiasmo ativo, de afeto ardente, de intenso interesse; tão intenso, que poderia se tornar exclusivista. Aí começava a parte negativa do zelo israelita, mas não era seu pior lado. Pior era o zelo cego.

3. *Faz advertência contra o zelo sem conhecimento (10:2b)*. A paixão por Deus, sem conhecê-Lo, pode se tornar paixão pelas próprias ideias; em último caso, paixão por si mesmo. Perigoso. Nocivo. Mau. Nessa ordem de evolução para o pior. Esse era o problema do zelo que Israel sentia por Deus.

Em suas palavras, Paulo o descreveu como um zelo que “não se baseia no verdadeiro conhecimento” (10:2b, NVI).

O verdadeiro conhecimento de Deus é exato, detalhado, intenso, consciente, compreensivo e amigável. Seu conteúdo é ético e divino, e está intimamente associado com o amor de Jesus Cristo. Paulo o descreveu, aos filipenses, desta maneira: “Deus é minha testemunha de como tenho saudade de todos vocês, com a profunda afeição de Cristo Jesus. Esta é minha oração: Que o amor de vocês aumente cada vez mais em *conhecimento e em toda a percepção*, para *discernirem o que é melhor* a fim de serem puros e irrepreensíveis até o dia de Cristo” (Fp 1:8-10, NVI).

Escrevendo aos colossenses, Paulo explica que o novo homem em Cristo Jesus tem que possuir o pleno conhecimento. “Não mintam uns aos outros”, diz, “visto que vocês já se despiram do velho homem com suas práticas e se revestiram do novo, o qual está sendo renovado em conhecimento, à imagem do seu Criador” (Cl 3:9, 10, NVI).

Somente por meio de Cristo Jesus é possível obter o pleno conhecimento de Deus. De nenhuma outra forma. Jesus foi claro a esse respeito: “Ninguém conhece o Filho, senão o Pai; e ninguém conhece o Pai, senão o Filho e aquele a quem o Filho O quiser revelar” (Mt 11:27b).

Cristo revela o conhecimento de Deus com o que diz a Seu respeito e por meio de Sua própria pessoa. O que Cristo diz a respeito de Deus está em perfeita harmonia com a Escritura, e a Escritura em harmonia com o que Ele diz, porque Sua palavra e a palavra do Pai são a revelação da Escritura. E ainda mais, a vida de Cristo, por

ser Deus, e a vida do Pai não contêm nenhuma contradição. O Pai e o Filho são um. Dessa intimidade divina, procede o conhecimento completo de Deus. E para obtê-lo, é necessário manter intimidade com a pessoa de Cristo. Infelizmente, os israelitas não O aceitaram. Assim, como poderiam ter o verdadeiro conhecimento de Deus?

Por não tê-lo, a paixão que sentiam em relação a Deus era um zelo cego. Zelo por Deus, sem Deus. Uma flecha lançada ao ar por um braço potente, sem conhecer o alvo a ser buscado. Isso é perigoso. Pelo fato de não possuir um alvo certo, alcançará um alvo inexistente. Isso é nocivo. Por não possuir um alvo verdadeiro, atinge um alvo falso. Isso é mau!

4. *Faz advertência contra a ignorância quanto à justiça divina (10:3)*. A falta do conhecimento verdadeiro de Deus contribui para a ignorância em relação à Sua justiça. Essa foi a experiência de Israel. Por isso, sofreu as consequências inevitáveis.

“Ignorando a justiça que vem de Deus”, diz Paulo, “e procurando estabelecer a sua própria, não se submeteram à justiça de Deus” (10:3, NVI). Por ignorar a justiça divina, Israel entrou no mesmo desvio que produziu seu zelo por Deus, sem o conhecimento completo sobre Ele. Mudou de alvo e se voltou para si mesmo. Procurou sua justiça própria. A justiça pelas obras é autojustificação. Uma intenção de se desculpar pelo próprio pecado. Quando Israel se escusou de seus pecados, realizando as obras da lei para se justificar, a única coisa que conseguiu foi reconhecer seu estado pecaminoso. Não eliminou seu pecado. Fez apenas o que a lei faz com o pecado. Denuncia-o e condena-o. Por isso, o pecado permaneceu nele, ainda mais condenável que antes. Passou de um pecado por ignorância a um pecado consciente. Os dois precisam do perdão divino. Mas o pecado consciente somente pode ser perdoado mediante prévia confissão do pecador.

No serviço do santuário, o pecador fazia essa confissão diariamente, apresentando um sacrifício que simbolizava a morte de Cristo em seu lugar, base do perdão que recebia. Por sua vez, o pecado por ignorância pode ser perdoado por Deus, sem a confissão do crente que o cometeu. No santuário, o sumo sacerdote, que

representava Cristo, oferecia, pelo pecado da ignorância, um único sacrifício anualmente, no dia da expiação.

Depois de falar sobre a primeira parte do santuário, o lugar santo; e a segunda, o lugar santíssimo, segue a explicação de Paulo: “Estando tudo assim preparado, os sacerdotes entravam regularmente no Lugar Santo do tabernáculo, para exercer o seu ministério. No entanto, somente o sumo sacerdote entrava no Santo dos Santos, apenas uma vez por ano, e nunca sem apresentar o sangue do sacrifício, que ele oferecia por si mesmo e pelos pecados que o povo havia cometido por ignorância” (Hb 9:6, 7, NVI).

Depois de dizer que Israel buscou a justificação por suas próprias obras, Paulo chega a um ponto crucial na experiência religiosa de seu próprio povo. Uma questão que marca a tragédia de um sistema legalista, no qual a lei ocupa o lugar do doador da lei, ou seja, a norma em lugar de Deus.

“Não se submeteram”, diz Paulo, “à justiça de Deus. Porque o fim da Lei é Cristo, para a justificação de todo o que crê” (10:3c, 4, NVI). As opções diante da justiça de Deus são: (1) submeter-se a ela ou (2) recusá-la.

A ideia de submeter-se à justiça divina é muito semelhante ao conceito de obedecer à lei. As duas exigem que o pecador aceite a Deus. Se não O aceita, se O recusa, em relação com a justiça, buscando o pecador sua própria justiça, não obtém a justificação. Permanece em seus pecados. Se não aceita a Deus, em relação com a lei, o pecador não obedece a Deus, mesmo que cumpra a lei. Permanece na desobediência. Permanecer no pecado e permanecer na desobediência são a mesma coisa. As duas situações conduzem o pecador à condenação da lei.

Como o pecador se livra da condenação? Submetendo-se à justiça de Deus, que se torna disponível a ele pelo sacrifício de Cristo, mediante a fé. Esta é a submissão pela fé, contrária à rejeição pelas obras, que ocorre quando o pecador recusa a justiça de Deus.

Na verdade, o problema da justificação do pecador é uma questão de relacionamento com Deus. O pecado rompe a integração do ser humano com Deus e o separa dEle. A justificação o

reconcilia com Deus e o faz retornar a uma relação de intimidade com Ele, pela fé.

5. *Justificação pela lei ou pela fé (10:4-10)*. O ponto culminante da questão aqui é este: Como, na verdade, é produzida a justificação? Pela lei ou pela fé?

Paulo, primeiramente, esclarece um assunto que poucos entendem. A relação da lei com Cristo e com a justiça pela fé. Vejamos:

(1) A lei e Cristo. “Porque o fim da lei é Cristo” (10:4a). Fim em que sentido? Como término da lei, eliminação, cancelamento, jubilação, ou seja, a função da lei já não existe mais? Como finalidade, no sentido de que a lei alcançou seus objetivos em Cristo? Como término da lei, no sentido de que um modo de justificação, pela lei, termina, e começa outro, por meio de Cristo? Como cumprimento, no sentido de que tudo o que é exigido pela lei é cumprido através de Cristo?

Não pode ser eliminação da lei porque a moral cristã continua vinculada à letra e ao espírito da lei: Cristo foi muito claro nesse sentido. Basta um exemplo: “Ouvistes que foi dito aos antigos: Não matarás; e: Quem matar estará sujeito a julgamento. Eu, porém, vos digo que todo aquele que [sem motivo] se irar contra seu irmão estará sujeito a julgamento; e quem proferir um insulto a seu irmão estará sujeito a julgamento do tribunal; e quem lhe chamar: Tolo, estará sujeito ao inferno de fogo” (Mt 5:21.22).

Paulo também não pode fazer referência ao fato de que a lei tenha alcançado seus objetivos em Cristo, porque, embora Ele tenha quitado a dívida do pecado, e tenha cumprido em lugar do pecador o castigo que a lei exigia, esse não era o objetivo da lei. Deus não a deu para que o Filho tivesse que morrer. Deus a deu para que os seres humanos soubessem a diferença entre o bem e o mal.

Paulo já havia dito: “Eu não saberia o que é pecado, a não ser por meio da Lei. Pois, na realidade, eu não saberia o que é cobiça, se a Lei não dissesse: ‘Não cobiçarás’” (7:7, NVI).

Também não é aceitável pensar que Paulo fala do fim da lei como fim do sistema de justificação pela lei e início da justificação pela fé, como se Deus tivesse tido dois sistemas de justificação para o pecador. Um pelas obras, no Antigo Testamento, e outro, pela

fé, no Novo Testamento. Deus sempre teve uma única maneira de justificar, e esta foi pela fé. Até mesmo Abraão, a quem Deus deu a circuncisão, e que também guardou os mandamentos, os estatutos e as leis de Deus, como disse Paulo, foi justificado pela fé (4:11).

Quando Paulo diz que o fim da lei é Cristo, pode estar realmente se referindo ao fim como cumprimento, outro dos significados que esta palavra possui. Cristo cumpriu todos os requisitos exigidos pela lei. Não cometeu nenhum pecado. Obedeceu em tudo durante todo o período de Sua encarnação. Ele mesmo disse: “Não pensem que vim abolir a Lei ou os Profetas; não vim abolir, mas cumprir” (Mt 5:17, NVI). É verdade que Jesus usa uma palavra diferente, mas as duas, a de Paulo e a de Jesus, em um aspecto, têm o mesmo sentido: alcançar um fim. E como os dois falam da lei, podem estar se referindo ao fim da lei como cumprimento.

O total cumprimento da lei, realizado por Cristo, juntamente com a morte injusta sofrida por Ele, O qualificaram para justificar os pecadores que haviam quebrantado a lei e, por isso, são pecadores.

(2) Relação da lei com a justiça da fé (10:4b). Neste ponto, tudo o que Paulo deseja dizer é: “Porque o fim da lei é Cristo, para justiça de todo aquele que crê” (10:4). O fim da lei é Cristo, para justiça. A lei não justificou ninguém. Quem justifica o pecador é Cristo. Ele o faz porque cumpriu todos os mandamentos, como os pecadores deveriam ter cumprido, mas não o fizeram. A justiça de Cristo, disponível pela graça a todos, é outorgada aos que creem. Esta é a primeira relação da lei com a fé. A lei exigia justiça, mas graças à justiça de Cristo, não se opõe à fé. Não condena aquele que crê. A segunda relação com Ele vem a seguir, no novo modo de vida que o crente vive. O crente obedece à lei, pela fé em Cristo e com a ajuda do Espírito Santo. Outra vez a fé. Como a lei não condena aquele que crê, o crente cumpre a lei pela fé em Cristo. E o que era impossível para ele torna-se possível através de Cristo Jesus, O qual morreu por ele para justificá-lo e ressuscitou para salvá-lo.

Depois de haver esclarecido a relação da lei com Cristo, e a relação da lei com a justiça, que é pela fé, Paulo define a justiça que é pela lei e a justiça que é pela fé.

(1) A justiça pela lei. Paulo utiliza uma citação de Moisés para defini-la: “Moisés escreveu que o homem que praticar a justiça decorrente da lei viverá por ela” (10:5; cf. Lv 18:5).

Existe essa justiça pela lei? De fato, Cristo cumpriu plenamente a justiça que é pela lei. Não cometeu nenhum pecado. Mas isso não existe entre os pecadores. Ninguém pode viver por uma justiça que não possui. Se não obedecer à lei, é pecador. Morre. A solução para o pecado encontra-se em outro tipo de justiça.

(2) A justiça pela fé. A seguir, outra vez, Paulo mostra o caminho verdadeiro para a obtenção da justiça. Personifica a justiça que é pela fé para levá-la a dizer palavras que Moisés escreveu. Começa desta forma: “Mas a justiça decorrente da fé assim diz: Não perguntes em teu coração: Quem subirá ao Céu?, isto é, para trazer do alto a Cristo; ou: Quem descerá ao abismo?, isto é, para levantar Cristo dentre os mortos” (10:6, 7).

Para se referir a Cristo, Paulo utiliza palavras com as quais Moisés falou sobre a lei. “Porque este mandamento que, hoje, te ordeno não é demasiado difícil, nem está longe de ti. Não está nos céus, para dizeres: Quem subirá por nós aos céus, que no-lo traga e no-lo faça ouvir, para que o cumpramos? Nem está além do mar, para dizeres: Quem passará por nós além do mar que no-lo traga e no-lo faça ouvir, para que o cumpramos?” (Dt 30:11-13).

O que Paulo faz com esse texto é interessante. Equipara a lei com Cristo. O que Moisés diz sobre a lei é semelhante ao que Paulo diz sobre Cristo, porque está falando da justiça que é pela lei e da justiça que é pela fé. No primeiro caso, o pecador não tem nenhuma oportunidade de salvação; no segundo, sua salvação está assegurada.

É como se Paulo dissesse: “Não pense que você precisa subir ao Céu para buscar a Cristo e trazê-Lo aqui onde você está. Não creia que é preciso descer à tumba onde Ele foi sepultado para ser encontrado. Todo esse esforço é desnecessário. Já foi feito em seu lugar. Você precisa apenas receber o benefício de sua aproximação.” De que forma? Pela palavra do evangelho.

Não seguiu a palavra de fé (10:8-13)

“Porém que se diz?”, pergunta Paulo, referindo-se a Moisés, cujas palavras o próprio apóstolo cita em sua resposta: “A palavra está perto de ti, na tua boca e no teu coração” (10:8; cf. Dt 30:14).

A solução para cumprir a lei estava na Palavra de Deus, em Deus. E a aceitação da justiça de Cristo também é produzida com a orientação da Palavra. Palavra próxima. Deus, através dos profetas, já a havia colocado nos lábios e no coração dos seres humanos. De acordo com ela, Deus já havia feito provisão para perdoar o pecado dos pecadores e torná-los justos. Mas os israelitas preferiram seu próprio modo, sua própria justiça, em lugar da provisão oferecida por Deus em Sua Palavra, a qual Paulo chama *palavra de fé*.

“Isto é, a palavra da fé que pregamos” (10:8b). É o evangelho. Paulo não pregava outra solução para o pecado, a não ser o evangelho. A mesma solução que Moisés havia anunciado. A palavra próxima, de Moisés; e a palavra de fé, pregada por Paulo, são o mesmo evangelho da salvação em Cristo, anunciado pela Escritura. No Antigo Testamento, anunciado pelo sistema de sacrifícios, que requeria fé na futura morte de Cristo pelos pecadores. No Novo Testamento, pela pregação, que requeria fé no sacrifício de Cristo, já realizado.

1. *Como o evangelho é aceito?* (10:8-10). Confessando-o e crendo nele. “Se, com a tua boca, confessares Jesus como Senhor e, em teu coração, creres que Deus O ressuscitou dentre os mortos, serás salvo. Porque com o coração se crê para justiça e com a boca se confessa a respeito da salvação” (10:9, 10).

Com a boca, declaro que aceito o evangelho; com o coração, eu creio. Nessa confissão e no ato de crer, demonstro que aceito a Cristo, e Ele me outorga a justificação pela fé. A ordem da experiência que termina em justificação pela fé começa com a confissão, expressão verbal da aceitação.

A seguir, vem a experiência da salvação. Há a intervenção dos mesmos elementos, confessar e crer, mas, aparentemente, na ordem inversa. Primeiro crer, depois confessar. “Com o coração se crê para justiça”, diz Paulo, “e com a boca se confessa a respeito da salvação” (10:10).

Por que a inversão do processo? Não, não há inversão. É um progresso. Uma vez que o pecador crê e é justificado pela fé, precisa confessar essa fé aos outros. Dizer-lhes que creu, e que eles também creiam e sejam salvos. E a cadeia de testemunho para a salvação continua ininterruptamente, enquanto existir um pecador que não tenha ouvido a pregação do evangelho.

2. *Os que invocam o Senhor serão salvos (10:11-15)*. Há mais um elemento que os crentes devem incorporar em sua prática da nova fé em Cristo, crença que acabam de aceitar, na qual creem para justificação e a qual proclamam para a salvação dos outros. Devem invocar a Cristo.

“Porquanto a Escritura diz: Todo aquele que nEle crê não será confundido. Pois não há distinção entre judeu e grego, uma vez que o mesmo é o Senhor de todos, rico para com todos os que O invocam. Porque: Todo aquele que invocar o nome do Senhor será salvo” (10:11-13).

Jesus compartilha Suas riquezas com os que O invocam. Que riquezas? Materiais? Possivelmente, também; mas a ênfase está nas riquezas da salvação.

O que significa invocar Jesus? Literalmente, chamá-Lo por Seu nome. Expressão que, em linguagem secular, era usada para pedir ajuda a alguém. Não no sentido de pedir “socorro!”, em um grito impessoal, não dirigido a ninguém em particular. O sentido de invocar, como pedido de ajuda, era dirigido especificamente a alguém, a quem aquele que solicitava ajuda reconhecia ter a pessoa solicitada capacidade para ajudar. Uma pessoa rica.

Na linguagem espiritual, significava pedir, no sentido de orar a alguém a quem o suplicante reconhecia como seu Deus. Então, implicava adoração. Culto. Paulo convidava todos, judeus e gregos, a prestar culto a Cristo como Deus, porque Ele é Deus, e confiar em Suas riquezas espirituais, pois são abundantes. Ele as quer compartilhar com todos os que O adoram e Lhe prestam culto.

Além de ser individual, o culto a Cristo precisa ser corporativo. Paulo diz: “E o Senhor de todos” (10:12). Em outro momento, Paulo mesmo coloca a invocação a Cristo em um contexto corporativo de igreja. Dirige sua carta aos coríntios, a dois grupos: à igreja de Corinto e às igrejas de outros lugares.

“À igreja de Deus que está em Corinto, aos santificados em Cristo Jesus, chamados para ser santos, com todos os que em todo lugar *invocam* o nome de nosso Senhor Jesus Cristo, Senhor deles e nosso” (1Co 1:2).

A bênção de todas as bênçãos é a salvação. Por isso, Paulo diz que todos devem prestar culto a Cristo. “Porque: Todo aquele que invocar o nome do Senhor será salvo” (10:13).

Mas muitos israelitas não aceitaram a Jesus como o Messias. Como iriam reconhecer Sua divindade? Sem reconhecê-la, prestar-Lhe culto era impossível. E, sem Cristo, a salvação não existia para eles.

Não creu no Senhor (10:14, 15)

O culto é a culminância da experiência que os crentes, judeus e gentios, têm com o evangelho. Os incrédulos jamais poderão chegar a esse nível de entrega e aceitação.

“Como, porém, invocarão Aquele em quem não creram? E como crerão nAquele de quem nada ouviram? E como ouvirão, se não há quem pregue? E como pregarão, se não forem enviados? Como está escrito: Quão formosos são os pés dos que anunciam coisas boas!” (10:14, 15).

Os israelitas que não creram não podiam pregar o evangelho, mas os que creram, sim. Estes, como todos os crentes, foram os enviados por Deus, para pregar o evangelho. A experiência de culto a Jesus Cristo começa com o envio dos crentes para que preguem o evangelho. Aqueles que ouvem a pregação creem e adoram a Cristo no culto. A sucessão de perguntas indica que Paulo faz, desta forma, um chamado a todos os cristãos para que participem na pregação do evangelho porque, se ninguém pregasse, chegaria o momento em que, pela falta de crentes, o conhecimento da obra redentora de Cristo se perderia, e os pecadores ficariam sem salvação.

Paulo, assim, inclui as seguintes razões para a pregação do evangelho: Primeira, é útil para que os pecadores creiam e se salvem. Segunda, é a base do culto e adoração a Cristo. Terceira, é o modo de difundir o reconhecimento de que Cristo é Deus, e a obra que Ele realizou é uma obra divina. Quarta, é uma fonte de alegria para

os cristãos que participam na pregação, e para os pecadores que a recebem e nela creem.

Paulo descreve essa alegria, citando um texto do profeta Isaías: “Quão formosos são os pés dos que anunciam coisas boas!” (10:15b; cf. Is 52:7). O contexto no qual Isaías escreveu essas palavras descreve uma situação de guerra. A Assíria estava oprimindo o povo de Deus, e o Senhor lhes disse: “Por nada fostes vendidos; e sem dinheiro sereis resgatados” (Is 52:3).

Assegura-lhes que Ele Se fará presente para salvá-los. Os soldados da guarda permanecem sobre os muros de Jerusalém, esperando a grande notícia da libertação. Quando seu portador aparece descendo dos montes, proclamam as boas-novas a toda a cidade.

“Que formosos são sobre os montes os pés do que anuncia as boas-novas, que faz ouvir a paz, que anuncia coisas boas, que faz ouvir a salvação, que diz a Sião: O teu Deus reina!” (Is 52:7).

A seguir, levantando a voz, o profeta, como que animando a Jerusalém, como que despertando o povo, lhes diz: “Escutem! Suas sentinelas erguem a voz; juntas gritam de alegria. Quando o Senhor voltar a Sião, elas O verão com os seus próprios olhos. Juntas cantem de alegria, vocês, ruínas de Jerusalém, pois o Senhor consolou o Seu povo; Ele resgatou Jerusalém” (Is 52:8, 9, NVI).

Nada pode produzir maior felicidade aos crentes reunidos em culto de adoração a Cristo do que contar o modo como o Senhor está junto deles. De fato, está com eles, levando o evangelho às pessoas que antes não O conheciam e agora se unem aos crentes para adorá-Lo. Que pena para os que, como muitos israelitas, não creram! Jamais conhecerão a alegria que a pregação do evangelho produz.

Não obedeceu ao evangelho (10:16-20)

Paulo passa a outro aspecto que a maioria dos israelitas deveria estar mais bem capacitada que os gentios para entender, mas não entenderam. O conceito de obediência ao evangelho. Por que não o entenderam, quando a obediência à lei constituía o centro de sua piedade religiosa? Porque não entenderam a obediência à lei. Eles obedeciam à letra da lei, não a seu espírito. O evangelho não

tinha uma letra normativa como a lei, que dizia: Não matarás, não cometerás adultério, não cobiçarás. Sua estrutura não era formal, e sim espiritual. A obediência espiritual estava fora de sua área de compreensão. Somente aqueles que podiam entender esse tipo de obediência é que obedeceram.

“Nem todos obedeceram ao evangelho”, diz Paulo (10:16a). Então, cita uma frase de Isaías, que se refere ao servo sofredor, o Messias: “Senhor, quem acreditou na nossa pregação?” (10:16b; Is 53:1).

Ao falar da obediência ao evangelho, começa pela fé. Esta é a base da obediência espiritual: tem que ser pela fé. “E tudo o que não provém de fé é pecado”, diz Paulo.

Agora, acrescenta outro elemento da obediência espiritual: ouvir a Palavra. “Consequentemente, a fé vem por se ouvir a mensagem, e a mensagem é ouvida mediante a Palavra de Cristo” (10:17, NVI).

Crer na palavra do profeta a respeito do Messias e ouvir a Palavra de Deus são equivalentes. Paulo opõe o ouvir com fé, às obras da lei. Ele pergunta aos Gálatas: “Foi pela prática da Lei que vocês receberam o Espírito, ou pela fé naquilo que ouviram?” (Gl 3:2, NVI).

Certamente, ouvir com fé é crer. Os gálatas vivenciaram uma obediência espiritual ao evangelho que haviam aceitado pela fé. Além de a pessoa ouvir a Palavra de Deus, apresentada pelos seus pregadores, deve aceitá-la como Palavra de Deus com autoridade definitiva.

Assim diz Paulo aos tessalonicenses: “Mas nós devemos sempre dar graças a Deus por vocês, irmãos amados pelo Senhor, porque desde o princípio Deus os escolheu para serem salvos mediante a obra santificadora do Espírito e a fé na verdade” (2Ts 2:13, NVI).

Estabelecida a base da obediência espiritual pela fé, com submissão à autoridade da Escritura, Paulo começa a analisar o que ocorreu com muitos israelitas. Por que não obedeceram ao evangelho?

1. *Israel ouviu* (10:18). Apresenta o primeiro assunto com uma pergunta: “Porventura, não ouviram?” (10:18). Como é possível que não tenham ouvido? Tinham toda oportunidade imaginável para ouvir a Palavra de Deus, que estava sempre próxima deles.

E, valendo-se da Escritura, afirma: “Sim, por certo: Por toda a Terra se fez ouvir a Sua voz, e as Suas palavras até aos confins do mundo” (10:18b; Sl 19:4).

Os israelitas que não creram estão impossibilitados de dizer que não ouviram a Palavra de Deus. Podem não haver crido nela mas, certamente, a ouviram.

2. *Israel conheceu* (10:19,20). Para deixá-los sem qualquer desculpa, o apóstolo aborda outro assunto: As profecias sobre os gentios. Podiam havê-las entendido? Sim ou não?

“Novamente pergunto: Será que Israel não entendeu?” (10:19a, NVI). Não teve Israel uma compreensão erudita da Escritura? Não lhes era familiar? Não perceberam seu conteúdo? Duas coisas: “Em primeiro lugar, Moisés disse: ‘Farei que tenham ciúmes de quem não é Meu povo; Eu os provocarei à ira por meio de um povo sem entendimento’” (10:19b, NVI; cf. Dt 32:21).

O texto refere-se a um povo sem inteligência, moralmente néscio. Que profecia! Chocante. Como não se precaveram de algo tão ofensivo? Israel, uma nação esclarecida, com a mente iluminada pela revelação, seguro de seu senso de pertencer a Deus, com inveja de um povo que não era o povo de Deus. Acaso os israelitas incrédulos não percebiam que a única coisa que lhes provocaria inveja para com outra nação era a possibilidade de que essa nação se tornasse povo de Deus em lugar deles? Claro que percebiam. Paulo não pôde admitir outra possibilidade. Se não o tivessem compreendido, seria seu próprio erro, não de Deus, pois Deus lhes havia dito com toda clareza. E mais ainda, os livros da lei dados por Deus anunciavam o evangelho.

Esse anúncio não estava apenas na lei. Os profetas também o anunciavam. E então Paulo cita Isaías: “E Isaías a mais se atreve e diz: Fui achado pelos que não me procuravam, revelei-me aos que não perguntavam por mim” (10:20; Is 65:1).

O contexto no qual Isaías fala a respeito dos gentios que buscam a Deus refere-se à busca de Deus por Israel. Há uma substituição de Israel pelos gentios. Pode haver sido uma associação de povos: os que não buscavam a Deus, gentios, agregando-se aos que O buscavam,

israelitas, e todas as nações se juntaram a Deus para formar um único povo. Mas, os israelitas incrédulos não concordaram com isso, quando a presença do Messias entre o Seu povo trouxe essa realidade. Não a aceitaram. Que lástima! Para os gentios convertidos, seria tão agradável compartilhar as bênçãos do Messias com toda a nação israelita. Pregar o evangelho juntos. Esperar a segunda vinda com eles e, ao lado deles, entrar no reino dos Céus, como um único e grande povo de Deus, sob Sua bênção e vida eterna.

Israel foi desobediente e rebelde (10:21)

Por sua vez, a respeito de Israel, Paulo cita Isaías, dizendo: “O tempo todo estendi as mãos a um povo desobediente e rebelde” (10:21; Is 65:22, NVI).

Depois de haver mostrado a graça de Deus, mais visível em seu trato para com os gentios que encontraram o que não buscavam, pois, quando perceberam sua existência imediatamente a aceitaram pela fé, Paulo considera a resposta dos israelitas à mesma graça: desobediência e rebelião. Desobediência espiritual à lei e ao evangelho. Rebelião para com a própria pessoa de Deus. Que curso de ação resta a Deus em tal caso? Continuar demonstrando misericórdia. A mesma misericórdia, no mesmo grau manifestado aos gentios. Porque a porta de salvação para cada judeu nunca se fechou. Apesar da desobediência e rebeldia da nação, permanece um remanescente que será salvo.

Rejeitou Deus o Seu povo? (11:1-10)

Toda linha de raciocínio que Paulo seguiu até este ponto parecia antecipar uma conclusão, quase insinuada, de que Deus havia rejeitado Seu povo. Mas, na realidade, o que fica claramente demonstrado é que a nação, em seu conjunto, havia desprezado Deus. Paulo não havia dito nada do que se passava individualmente com os israelitas. A situação corporativa de Israel e a situação pessoal de cada indivíduo que compõe a nação podem ser diferentes. Por que não? É verdade que o conceito corporativo em Israel e no Antigo Testamento é muito forte, ao ponto de, às vezes, parecer que os

indivíduos como tais desaparecessem absorvidos pela nação inteira, o povo de Deus. Mas, também no Antigo Testamento, junto ao conceito corporativo de povo de Deus, está presente o conceito de filhos individuais de Deus. O tratamento divino para com Seu povo Israel, como nação, nunca eliminou Seu relacionamento pessoal com os indivíduos, especialmente quando as pessoas individualmente manifestavam lealdade e fé para com Ele. Paulo incorpora esse conceito em seus argumentos sobre a situação de Israel, diante de Deus, depois de a nação haver rejeitado Cristo como o Messias prometido.

O apóstolo começa com uma pergunta-chave sobre a rejeição total de Israel. Na sequência, analisa casos pessoais: Sua própria condição pessoal, os sete mil que na época de Elias não dobraram seus joelhos a Baal, e chega ao ponto culminante de seu argumento com o remanescente de Israel. Conclui com a razão fundamental que Deus tem para não rejeitar as pessoas individualmente: a graça.

A pergunta-chave (11:1a)

Depois de tudo o que foi dito a respeito de Israel sobre sua desobediência a Deus e sobre o modo rebelde de atuar diante dEle, Paulo apresenta uma conclusão, incluindo-se nela.

“Pergunto pois: terá Deus, porventura, rejeitado o Seu povo?” A resposta insinuada por Paulo, na pergunta, é: não. Espera que seus leitores não tenham chegado a uma conclusão errada a respeito do que ele falou sobre Israel. Mas o próprio fato de haver a pergunta, que não é um mero recurso literário, implica que alguém possa chegar à conclusão de que Deus rejeitou o povo de Israel para sempre, e a nação de Israel já não é o povo de Deus. Depois de haver rejeitado Cristo, o único mediador da justiça divina, como poderia ser diferente? Mas essa não é a conclusão correta.

À insinuação negativa da pergunta, acrescenta uma declaração incontestável. “De maneira nenhuma”, diz. Correto. Deus não rejeitou Seu povo; nunca foi Seu plano fazê-lo. Mas, desde os tempos antigos, estabeleceu uma diferença entre os ímpios e os retos. Seu povo eram os retos.

Assim diz o salmista: “Como é feliz o homem a quem disciplinas, Senhor, aquele a quem ensinas a Tua Lei; tranquilo, enfrentará os dias maus, enquanto que, para os ímpios, uma cova se abrirá. O Senhor não desampará o Seu povo; jamais abandonará a Sua herança. Voltará a haver justiça nos julgamentos e todos os retos de coração a seguirão” (Sl 94:12-15, NVI).

Aqui está muito claro que o ímpio de Israel não faz parte do povo de Deus, Sua herança, composta somente pelos retos de coração, que seguem ao Senhor. Esse povo de Deus jamais é rejeitado por Ele.

O caso de Paulo (11:1b-2a)

Havendo esclarecido que Deus não rejeita Seu povo, Paulo começa a explicar quem dentre o povo está sob Sua proteção segura. Começa com seu caso pessoal.

“Eu mesmo sou israelita”, acrescenta, “descendente de Abraão, da tribo de Benjamim” (11:1b, NVI). Nessa declaração, Paulo apresenta três conceitos que contribuem para confirmar sua declaração de que Deus não abandona Seu povo, isto é, os fiéis entre Seu povo. No que diz a seguir, acrescenta outro conceito.

1. *Eu mesmo sou israelita: sou fiel a Deus (11:1b)*. O nome de Israel, para a nação, identifica-a como uma nação espiritual, fiel a Deus. Mas Paulo não diz que ele é fiel porque a nação é fiel. Este seria um conceito bem judeu e bem aceito entre eles. Na verdade, ele se refere à sua fidelidade a Deus como uma pessoa crente.

Seu principal argumento aqui é: Deus não me rejeitou. Por isso, sou seguidor de Cristo, um apóstolo que Ele enviou para pregar o evangelho aos gentios. O fato de ter enviado um israelita para pregar aos gentios, acaso, não é um reconhecimento divino de Seu povo Israel? Se tivesse rejeitado todos os judeus, o mais provável é que teria enviado um gentio para pregar aos gentios.

A designação de Israel começou quando Deus mudou o nome de Jacó para Israel. As circunstâncias foram de uma significação espiritual tão grande que afetou o restante da vida de Jacó e toda a vida de seus descendentes como povo.

Depois de haver enganado seu pai e seu irmão, Esaú, Jacó teve que fugir de seu lar, indo à casa de seus parentes que viviam em Harã, ao norte da Mesopotâmia. Retornava Jacó de Harã, na Mesopotâmia, onde havia servido a seu sogro, Labão, durante vinte anos. Labão o enganou primeiramente em relação às suas filhas, pelas quais Jacó o serviu durante catorze anos. Depois o enganou durante os seis anos em que Jacó o serviu, pelo salário recebido. Mudou-lhe o salário por dez vezes. Sempre querendo tirar vantagem sobre ele. Uma terrível colheita de engano sobre o enganador de seu irmão. Depois de fazer as pazes com Labão, que o havia perseguido para matá-lo, teve que se preparar para enfrentar seu irmão, Esaú. O encontro com ele era o seu maior perigo.

Todo esse mundo de dificuldades, o mundo material comum, tinha, entretanto, suas raízes na vida espiritual de Jacó. Sua maior luta era contra Deus, embora em raras ocasiões houvesse percebido isso. No dia anterior ao encontro com seu irmão, preparou tudo para não precisar enfrentar dificuldades com ele, incluindo uma série de presentes, com os quais tinha o propósito de aplacar a ira de Esaú e eliminar sua inimizade.

Nessa noite, sozinho, procurando dormir em um lugar seguro, aproximou-se dele um Varão que ele não conhecia. Imaginou que pertencia ao grupo de seu irmão. Começou a lutar com Ele, pensando que assim estaria evitando receber algum mal que Ele lhe pudesse fazer. A luta durou até a madrugada. Raiava o dia, quando o Varão lhe disse: “Deixa-Me ir” Percebendo-se de quem se tratava, Jacó Lhe respondeu: “Não Te deixarei ir se me não abençoares.” Disse-lhe o Varão: “Como te chamas?” “Ele respondeu: Jacó.” Disse-lhe o Varão: “Já não te chamarás Jacó, e sim Israel, pois como príncipe lutaste com Deus e com os homens e prevaleceste” (Gn 32:26-28).

O novo nome fez de Jacó um novo homem, um homem de Deus. Seus descendentes se tornaram um povo escolhido por Ele, para comunicar a mensagem de salvação a todo o mundo. Desse momento em diante, a característica mais própria da nação israelita seria sua relação com o Deus vivente, seu serviço espiritual ao Deus Uno, criador do Céu e da Terra, com tudo o que neles existe. A esse povo Paulo pertencia.

Mas há mais coisas para ser entendidas no fato de que Paulo faça referência à sua condição de israelita fiel. Nem sempre foi fiel, e nem todos os israelitas foram sempre fiéis. Como, então, Deus o considera entre os fiéis? Pela sua conversão.

Saulo, por formação intelectual e pela prática religiosa, havia incorporado em seu espírito a atitude intransigente que os líderes da nação e muitos membros do povo comum possuíam. Sentia a ofensa nacional que imaginava ver na pregação de Jesus e na atitude proselitista de Seus seguidores. Aceitou a ideia de uma solução drástica, propiciada pelos dirigentes. Teria que destruir todos os cristãos. Matá-los. Só assim desapareceria o mal que eles representavam para o judaísmo. E se empenhou nessa campanha. “Saulo, porém, assolava a igreja, entrando pelas casas; e, arrastando homens e mulheres, encerrava-os no cárcere” (At 8:3).

Certo dia, quando a paixão perseguidora de Saulo estava em sua culminância, ao ponto de respirar ameaças e morte contra os discípulos, foi ao sumo sacerdote para lhe pedir cartas de recomendação para as sinagogas de Damasco, com o objetivo de que o ajudassem a encontrar os seguidores de Jesus, e ele pudesse levá-los presos a Jerusalém. O sumo sacerdote lhe deu as cartas. Saulo, com elas, cheio de ódio perseguidor, saiu de Jerusalém em direção a Damasco.

No caminho teve a maior surpresa de sua vida. O próprio Jesus, precedido por uma extraordinária luz, apareceu a ele.

Disse-lhe: “Saulo, Saulo, por que Me persegues?”

“Quem és Tu, Senhor?”, perguntou Saulo.

“Eu sou Jesus, a quem tu persegues”, respondeu-lhe.

Saulo compreendeu tudo imediatamente. O que fazia como um serviço para Deus não era real. Nem sua vida tinha as motivações divinas que a verdadeira espiritualidade israelita pudesse aprovar. Muito menos Deus. Ele, sem perceber, estava apenas servindo à nação, de modo nacionalista, sem nenhum vínculo espiritual com Deus. Havia estado somente a serviço do mal.

“Senhor”, disse-Lhe, “que queres que eu faça?”

Jesus lhe respondeu: “Levanta-te e entra na cidade, onde te dirão o que te convém fazer” (At 9:1-8).

Ananias lhe deu todas as instruções que o Senhor lhe enviou, pois lhe havia ordenado: “Vai, porque este é para Mim um instrumento escolhido para levar o Meu nome perante os gentios e reis, bem como perante os filhos de Israel” (At 9:15).

“Imediatamente, lhe caíram dos olhos como que umas escamas”, diz Lucas, “e tornou a ver. A seguir, levantou-se e foi batizado” (At. 9:18).

Com a conversão de Saulo, nasceu um novo apóstolo, um novo pregador do evangelho. “E logo pregava”, diz Lucas, “nas sinagogas, a Jesus, afirmando que este é o Filho de Deus” (At 9:20). Já não era mais um judeu a serviço da nação. Era um israelita fiel a serviço de Deus.

2. *Descendente de Abraão: sou crente (11:1b)*. Pareceria suficiente dizer que ele fazia parte do Israel de Deus, fiel a Ele; portanto, Deus não Se havia esquecido de Israel, nem o havia rejeitado. Acrescentou algo mais, também de notável importância para demonstrar que Deus não havia abandonado Israel.

“Sou descendente de Abraão”, disse. Sua descendência de Abraão, segundo a carne, isto é, geneticamente, podia ser provada sem nenhuma dificuldade. Nessa época, havia muitos judeus que preservavam a genealogia para demonstrar certeza de sua descendência abraâmica. Mas esse não era o ponto relacionado com Abraão que mais interessava a Paulo. Já havia tratado do assunto nesta carta, demonstrando que a descendência genética de Abraão não era importante. O que realmente importava era a descendência espiritual do Pai da fé (4:3-12). Também na carta aos Gálatas, escreveu:

“Abraão creu em Deus, e isso lhe foi imputado para justiça. Sabei, pois, que os da fé é que são filhos de Abraão” (Gl 3:6, 7). Com esse conceito, Paulo, ao identificar-se como descendente de Abraão, deve haver pensado em si próprio como descendente na fé; porque, mesmo que ele fosse seu descendente carnal, isso não era suficiente. Por outro lado, somente ao se considerar descendente pela fé, além da descendência genética, podia se considerar de fato um verdadeiro membro de Israel, fiel integrante do verdadeiro povo de Deus, ao qual Ele nunca abandonaria.

3. *Sou da tribo de Benjamim: não me separei de Deus (11:1b)*. Para que se incluiu na descendência de Benjamim? Não era suficiente

dizer que era israelita fiel, verdadeiro filho espiritual de Abraão, portanto crente verdadeiro? Visto que ele era realmente descendente de Benjamim, incluiu-o na descrição de si mesmo.

“Sou [...] da tribo de Benjamim”, disse. (11:1b). Ele já havia apelado ao verdadeiro ser nacional, israelita, fiel a Deus, bem como à verdadeira descendência de Abraão, espiritual, crente em Deus. Agora apela à história para acrescentar que desde sua conversão no caminho de Damasco, nunca mais se separou de Deus. Ele o faz com um recurso histórico.

Todos os judeus conheciam muito bem a história de sua nação. Quando Salomão morreu, subiu ao trono seu filho Roboão. Imaturo, sem discernimento, sem a sabedoria proverbial de seu pai, deixou-se influenciar pela geração jovem, incapaz de perceber o sofrimento real do povo. Prometeu aumentar os impostos e castigos, em maiores quantidades em relação às que lhes haviam sido impostas por seu pai. Jeroboão comandou uma rebelião contra ele, e dez tribos formaram um novo reino, no norte do território nacional, com a capital em Samaria. Não apenas se separaram da nação, mas também se afastaram de Deus, estabelecendo um novo centro de adoração, que não era o templo de Jerusalém.

“Quanto aos filhos de Israel, porém, que habitavam nas cidades de Judá, sobre eles reinou Roboão” (1Rs 12:17). Somente duas tribos continuaram servindo a Deus em Jerusalém e constituíram o próprio coração do povo de Deus. Essas tribos eram Judá e Benjamim. Novamente, quando o povo foi levado cativo para Babilônia, Judá e Benjamim mantiveram o conceito de povo teocrático e o restabeleceram ao retornarem do cativeiro.

Quando seus inimigos quiseram se juntar a eles para desviá-los de seu objetivo, Zorobabel e os outros líderes não vacilaram em lhes fazer resistência, porque desejavam que o verdadeiro povo de Deus continuasse com Ele, sem se afastar por nenhum motivo.

“Quando os inimigos de Judá e de Benjamim”, diz Esdras, “souberam que os exilados estavam reconstruindo o templo do Senhor, o Deus de Israel, foram falar com Zorobabel e com os chefes das famílias: ‘Vamos ajudá-los nessa obra porque, como

vocês, nós buscamos o Deus de vocês e temos sacrificado a Ele desde a época de Esar-Hadom, rei da Assíria, que nos trouxe para cá.’ Contudo, Zorobabel, Jesua e os demais chefes das famílias de Israel responderam: ‘Não compete a vocês a reconstrução do templo de nosso Deus. Somente nós o construiremos para o Senhor, o Deus de Israel, conforme Ciro, o rei da Pérsia nos ordenou” (Ed 4:1-3, NVI).

Aí estava a decisão de não se separar de Deus, sob nenhuma circunstância. Por essa razão, Paulo, hebreu de hebreus (Fp 3:5), destacou sua descendência de Benjamim. Seus leitores cristãos judeus de Roma entendiam muito bem o que isso significava. Nós também, ao lermos a epístola, devemos entender qual é o Israel que Deus não abandona.

Até agora, é evidente que se trata do Israel fiel, que crê e que não se separa de Deus. A prova disso é o próprio Paulo. E acrescenta ainda outra característica do povo, possivelmente a mais importante, pois está vinculada ao Messias.

4. *Pertenço ao povo que Deus conheceu anteriormente. Não rejeitei o Messias (11:2a).* Já não fala no sentido pessoal. Fala diretamente do povo. “Deus não rejeitou o Seu povo”, diz. Que povo? “A quem de antemão conheceu” (11:2a).

Paulo já havia mencionado este pré-conhecimento que Deus teve de Seu povo. Falando da salvação pessoal dos que integram o povo de Deus, disse: “Pois aqueles que de antemão conheceu, também os predestinou para serem conformes à imagem de Seu Filho” (8:29, NVI).

O conhecimento prévio ou pré-conhecimento de Deus não determina o modo de ser que as pessoas terão, mas reconhece como será sua existência. Não estabelece que exista a diferença que há entre o crente e o incrédulo, mas vê de antemão a diferença que haverá entre eles. Pelo fato de que Deus conheceu realmente os que iriam crer, os escolheu para a salvação.

Esse povo que Deus escolheu para a salvação, porque em Sua presciência o conheceu como crente, é o povo que Ele não abandona. Parece difícil entender isso, porque pode ser confundido com

o conceito antibíblico da predestinação, que afirma uma predeterminação divina, estabelecendo quem será salvo e quem não. Em nenhum momento, Paulo expõe tal ideia. Não é bíblica. Não pertence à revelação. É um tema da teologia imposto ao texto bíblico. A predestinação que Paulo menciona é o total desejo de Deus de que todos os seres humanos sejam salvos. Mas como a salvação não é automática, e sim outorgada, como uma dádiva divina aos que em fidelidade tenham respondido a Deus com fé e com consciência limpa, nem todos se salvarão.

O povo que Deus conheceu de antemão é um povo fiel. Crê em Cristo e não rejeita o Messias. Paulo diz que Deus levou em conta a fé que Abraão teve. Pela fé, foi justificado. Em seguida, acrescenta: “E não somente por causa dele está escrito que lhe foi levado em conta, mas também por nossa causa, posto que a nós igualmente nos será imputado, a saber, a nós que cremos nAquele que ressuscitou dentre os mortos a Jesus, nosso Senhor, O qual foi entregue por causa das nossas transgressões e ressuscitou por causa da nossa justificação” (4:23-25).

A ideia de que o povo que Deus conheceu previamente é toda a nação israelita parece alheia ao contexto que estamos considerando. Os argumentos prévios claramente apontam uma referência individualizada. Além do mais, concordam com o uso que Paulo fez do pré-conhecimento que Deus tem de Israel, e concordam também com a argumentação de Paulo logo a seguir. Tanto os sete mil que não dobraram seus joelhos diante de Baal, como o remanescente se referem unicamente a uma parte do povo. Em nenhum caso, à sua totalidade.

O caso dos sete mil no tempo de Elias (11:2b-4)

Ao citar o caso de Elias, Paulo dá como certo que os cristãos judeus e, sem dúvida, a esta altura dos fatos e da experiência espiritual, os cristãos gentios também conhecem bem a história de Elias.

“Ou não sabeis o que a Escritura refere a respeito de Elias” (11:2b). A época de Elias foi particularmente importante quanto às decisões do povo a favor ou contra Deus. No governo do rei Acabe

e de sua esposa pagã, Jezabel, foram introduzidos deuses falsos. Em Samaria, foi edificado um templo a Baal, o mais importante dos deuses cananeus, senhor dos deuses, responsável pela proteção da fertilidade da terra. Construiu também um altar a Asera, deusa da vegetação, equivalente ao feminino de Baal.

Acabe foi um rei muito mau, cujas ações contra Deus foram terríveis. “Cometeu mais abominações para irritar ao Senhor, Deus de Israel, do que todos os reis de Israel que foram antes dele” (1Rs 16:33).

Elias apareceu para lhe chamar a atenção quanto aos seus desvios e para lhe anunciar uma seca que seria enviada como castigo por seus pecados. A seca veio. Elias estava longe, em Sarepta de Sidom, quando Deus lhe mandou voltar a Samaria. Tinha que falar com Acabe. Ao encontrá-lo, Acabe o saudou de modo estranho e acusador.

“És tu, ó perturbador de Israel?” Elias respondeu: “Eu não tenho perturbado a Israel, mas tu e a casa de teu pai, porque deixastes os mandamentos do Senhor e seguistes os baalins.”

Então, lhe ordenou que convocasse Israel no Monte Carmelo. Acabe o fez. Todos os filhos de Israel estavam presentes com os profetas de Baal; quatrocentos e cinquenta. “Até quando coxeareis entre dois pensamentos?”, perguntou Elias ao povo. “Se o Senhor é Deus, segui-O; se é Baal, segui-o” (1Rs 18:21).

O povo ficou em silêncio. Desorientado. Confuso. Realmente, ninguém sabia o que fazer. A apostasia de Acabe e Jezabel havia penetrado profundamente no povo, ao ponto de Elias chegar a dizer: “Só eu fiquei” (1Rs 18:22).

O poder de Deus acompanhou Elias no monte, e o povo viu as Suas obras. Mas, vendo que Jezabel, profundamente ofendida pela morte dos sacerdotes de Baal, havia jurado matá-lo, Elias fugiu para o monte Horebe. Quarenta dias e quarenta noites caminhando. Ali Deus lhe apareceu.

“Que fazes aqui, Elias?”, perguntou-lhe (1Rs 19:13). “Tenho sido muito zeloso pelo Senhor, o Deus dos Exércitos”, o profeta respondeu. “Os israelitas rejeitaram a Tua aliança, quebraram os Teus altares,

e mataram os Teus profetas à espada. Sou o único que sobrou, e agora também estão procurando matar-me” (1Rs 19:14, NVI).

Para Elias, pareceu que toda a nação havia apostatado, seguindo a Baal. Mas não era assim. Um grupo de fiéis permanecia. Deus lhe disse que os infiéis seriam destruídos, mas o grupo de fiéis não. “Conservei em Israel sete mil, todos os joelhos que não se dobraram a Baal, e toda boca que não o beijou” (1Rs19:18).

Quem constituía o povo de Deus? Os fiéis ou os infiéis? Os que foram destruídos ou os que Deus protegeu da morte? O remanescente fiel. Paulo confirma isso com as seguintes palavras:

Sobrevive um remanescente (11:5)

“Assim, pois, também agora no tempo de hoje, sobrevive um remanescente segundo a eleição da graça” (11:5). Do mesmo modo como na apostasia nacional de Acabe permaneceu um grupo de fiéis, no momento em que Paulo escreve a carta aos Romanos há também um remanescente de Israel. A pergunta é: Ao dizer que Deus não desprezou Seu povo, refere-se Paulo ao corpo total da nação israelita ou ao grupo dos fiéis? Parece ter uma resposta muito clara. Somente um remanescente da nação. Esse é o povo escolhido de Deus.

Permaneceu um remanescente escolhido. O remanescente é um conceito que, no Antigo Testamento, se refere a um grupo da nação, encontrado em três tipos de situações: depois uma catástrofe, depois de uma apostasia e no tempo do fim. O primeiro caso trata de um remanescente histórico. O segundo, um remanescente fiel. E o terceiro, do remanescente escatológico ou último remanescente. O remanescente histórico é corporativo e descreve todos os israelitas que restaram da catástrofe nacional. Por exemplo, o grupo que se salvou da deportação para Babilônia, ocorrida no ano 586 d.C. (Jr 40-44).

Os oficiais, os dirigentes e o povo disseram a Jeremias: “Apresentamos-te a nossa humilde súplica, a fim de que rogues ao Senhor, teu Deus, por nós e por este resto; porque, de muitos que éramos, só restamos uns poucos, como vês com os teus próprios olhos” (Jr 42:2).

O conceito de remanescente fiel não se referia à nação como entidade étnica ou política. Somente àqueles que adoravam a Deus em harmonia com a aliança estabelecida por Ele com Seu povo.

“Eis que os olhos do Senhor Deus estão contra este reino pecador, e Eu o destruirei de sobre a face da Terra; mas não destruirei de todo a casa de Jacó, diz o Senhor. Porque eis que darei ordens e sacudirei a casa de Israel entre todas as nações, assim como se sacode trigo no crivo, sem que caia na terra um só grão. Todos os pecadores do Meu povo morrerão à espada, os quais dizem: O mal não nos alcançará, nem nos encontrará. Naquele dia, levantarei o tabernáculo caído de Davi, repararei as suas brechas; e, levantando-o das suas ruínas, restaurá-lo-ei como fora nos dias da antiguidade; para que possuam o restante de Edom e todas as nações que são chamadas pelo Meu nome, diz o Senhor, que faz estas coisas” (Am 9:8-12).

O texto se localiza na época da conquista assíria. O castigo dos assírios veio a Israel como juízo divino devido aos seus pecados; porque, segundo Amós, Israel é um *reino pecador*. É composto por um grupo que, segundo o que Deus diz a Amós, são os *pecadores de Meu povo*; e outro grupo que descreve como *aqueles sobre os quais é invocado o Meu nome*. Este último é o remanescente fiel, que se reunirá com outro remanescente que procede de Edom e de todas as nações. Os fiéis de Israel e os crentes de todas as nações, juntos, para adorar a Deus no culto que o próprio Deus restaura.

O remanescente escatológico será formado somente por uma parte de Israel. Não será a nação toda, como corpo politicamente organizado. “Um remanescente voltará, sim, o remanescente de Jacó voltará para o Deus Poderoso. Embora o Seu povo, ó Israel, seja como a areia do mar, apenas um remanescente voltará” (Is 10:21, 22, NVI).

Falando a respeito do Messias, quando o próprio Senhor estará presente, de acordo com Sofonias, ocorrerá o seguinte:

1. Os habitantes de Jerusalém continuarão fazendo o mal. “Eles se levantaram de madrugada e corromperam todos os seus atos” (Sf 3:7c).

2. Deus preparará as nações, para que sirvam ao Senhor. “Então purificarei os lábios dos povos”, diz Deus, “para que todos eles invoquem o nome do Senhor e O sirvam de comum acordo” (Sf 3:9, NVI).

3. Permanecerá um remanescente do povo. “Mas deixarei no meio da cidade”, diz Deus, “os mansos e humildes, que se refugiarão no nome do Senhor. O remanescente de Israel não cometerá injustiças; eles não mentirão, nem se achará engano em suas bocas” (Sf 3:12, 13, NVI).

4. O Messias estará presente. “O Senhor, teu Deus, está no meio de ti, poderoso para salvar-te” (Sf 3:17).

Não era toda a nação israelita que permaneceria fiel a Deus no tempo do Messias. Somente um remanescente, o remanescente escatológico, fiel a Deus, ainda que o restante da nação O rejeite e viva sem Ele. Esse remanescente é o povo escolhido por Deus.

“Assim, hoje também há um remanescente escolhido pela graça”, diz Paulo (11:5, NVI). Nem todo o Israel foi escolhido por Deus quando o Messias chegou, mas Deus também não o rejeitou em sua totalidade. Da nação, escolheu um remanescente. E, como faz com todo o mundo, ofereceu-lhe a salvação pela graça. Graça que os membros remanescentes aceitaram pela fé, para a salvação.

O remanescente será salvo pela graça (11:6)

“E, se é pela graça”, acrescenta Paulo, “já não é pelas obras; do contrário, a graça já não é graça” (11:6). Os israelitas que buscavam a justiça pelas obras não alcançaram justiça nem a salvação. Mas, os que aceitaram a graça foram eles mesmos aceitos por Deus, justificados em Cristo Jesus e salvos para a vida eterna.

A relação das obras do ser humano com a graça divina define como ocorre a escolha do povo de Deus. Nada do que é humano intervém em Sua decisão de escolher Seu povo ou de salvar pecadores. Quando os seres humanos procuram interferir, quer seja com boas ou más obras, procuram, consciente ou inconscientemente, limitar a ação do poder divino na salvação. Limitar Deus, dessa ou de qualquer outra forma, é colocar o ser humano acima de Deus. Uma ação rebelde contra Ele. Inaceitável. A escolha do remanescente, assim como a salvação dos pecadores, somente é possível pela graça, pela livre e espontânea bondade de Deus. O endeusamento do ser humano por ele mesmo é a maior demonstração imaginável de separação

de Deus. É o maior pecado, depois do pecado contra o Espírito Santo. Na realidade, é muito semelhante a ele. Por sua vez, a aceitação da graça divina, pela fé, é a maior aproximação a Deus que o pecador, nas condições atuais de pecado, pode alcançar. Nessa intimidade da graça, Deus é Deus; e o ser humano, um pecador arrependido que Deus aceita, justifica e salva. O remanescente de Israel, que aceitou a graça de Deus, era Seu verdadeiro povo escolhido.

Por que Deus não rejeitou Israel definitivamente? (11:7-10)

“Que diremos, pois?”, pergunta Paulo (11:7a). O que concluímos de tudo o que foi dito? “O que Israel busca, isso não conseguiu; mas a eleição o alcançou; e os mais foram endurecidos” (11:7b).

Fica alguma dúvida do que Paulo entendia ser o povo escolhido de Deus? Certamente não era a nação, considerada corporativamente. Eram os que creram em Cristo. E esse conceito não surgiu como uma ideia posterior aos fatos, para adaptar a nova realidade da nação com respeito ao povo escolhido, ou para esclarecer a aparente contradição devido à rejeição de Deus por não aceitar Cristo. Tampouco o endurecimento e obstinação de Israel ocorreram como uma surpresa para Deus. Ele mesmo havia anunciado através de Moisés e de Davi.

Moisés havia dito: “Deus lhes deu espírito de entorpecimento, olhos para não ver e ouvidos para não ouvir, até ao dia de hoje” (11:8; Dt 29:4). Sobre o espírito insensível, de torpor, como incapacidade para pensar, não mencionado por Moisés nas palavras citadas por Paulo, Isaías escreveu: “Porque o Senhor derramou sobre vós o espírito de profundo sono” (Is 29:10).

Davi anunciou o endurecimento de Israel como ofuscamento dos olhos, uma cegueira para não ver as realidades espirituais colocadas por Deus diante deles: “Que a mesa deles se transforme em laço e armadilha, pedra de tropeço e retribuição para eles. Escureçam-se os seus olhos, para que não consigam ver, e suas costas fiquem encurvadas para sempre” (11:9-10, NVI).

Deus sabia que a maior parte do povo não aceitaria Cristo. Por que diz que Ele o endureceu? Porque Ele não estava disposto a

aceitar os que rejeitaram o Messias. E não estava disposto, porque a própria rejeição deles os tornava rejeitáveis. Separaram-se por si próprios e, quando o ser humano, criado livre, decide algo, Deus nada pode fazer contra a vontade dele. Deixa-o em sua separação. Isso aconteceu com a maioria do povo israelita. Deus não teria rejeitado ninguém se todos tivessem crido. Mas não podia aceitar os incrédulos.

Felizmente, nem todos rejeitaram o Messias. Por isso, Paulo perguntou: “Acaso Deus rejeitou o Seu povo?” (11:1, NVI). Ele mesmo respondeu: “De maneira nenhuma! Eu mesmo sou israelita, e Deus não me rejeitou.”

Deus não rejeitou todo o povo de Israel porque nem todo o Israel havia rejeitado o Messias, Cristo, o Senhor.

Caíram os israelitas definitivamente ao tropeçar? (11:11-32)

Está claro que nem todos os israelitas foram rejeitados por Deus. Agora, Paulo desenvolve outro assunto intimamente relacionado com o anterior. A época da ocorrência relacionada com a sua queda. Essa queda era o fim de tudo para Israel?

Definitivamente não (11:11a-b)

A pergunta de Paulo é direta: “Porventura, tropeçaram para que caíssem?” (11:11a). Será que não há nenhuma oportunidade adicional para a incredulidade de Israel, no futuro? O juízo final para eles já aconteceu?

A resposta de Paulo é tão clara e direta como sua pergunta: “De maneira nenhuma!”, enfatiza (11:11b). O juízo final não chegou ainda para ninguém. Por que Deus fecharia toda oportunidade de salvação aos que, embora houvessem rejeitado o Messias, haviam pertencido a Seu próprio povo? A própria ideia de que Deus pudesse fazer algo assim é repulsiva à Sua personalidade. Ele não quer que ninguém se perca, mas que todos venham ao arrependimento. Toda vez que Israel pecou, o que Ele mais quis sempre foi seu arrependimento. E continua agindo da mesma forma.

Propósito da queda de Israel: a salvação dos gentios (11:11c-15)

O que Deus faz sempre nos maravilha. Até a transgressão de Israel pode ser usada por Ele para benefício da humanidade e do próprio povo israelita. O que fez em benefício da humanidade foi tornar disponível a salvação para todos.

“Por causa da transgressão deles”, diz Paulo, “veio salvação para os gentios” (11:11c, NVI). Por certo, Israel não esperava isso. É verdade que os judeus, no tempo de Cristo, percorriam o mundo em busca de prosélitos e nunca deixaram de se interessar por eles. Mas, quando Paulo escreveu a epístola aos romanos, os judeus procuravam estabelecer uma clara separação entre eles e os cristãos. Cada vez com maior insistência. Esse interesse era maior que qualquer desejo por fazer prosélitos. Os conquistadores de prosélitos do judaísmo eram os cristãos. A identificação do cristianismo com o judaísmo, feita habitualmente pelas autoridades romanas e mesmo pelo próprio povo do Império, começou a produzir vergonha entre os judeus, causada pela má fama dos cristãos. Dessa forma, os judeus não sentiam o menor afeto por qualquer conversão ao cristianismo. Como eles procuravam se separar doutrinariamente dos cristãos, e frequentemente os perseguiram, acabaram favorecendo a conversão dos gentios, dos quais os cristãos se aproximaram.

Também, com a queda dos judeus, Deus fez algo a favor deles mesmos: “Para provocar ciúme em Israel”, diz Paulo (11:11c, NVI). Com respeito ao povo de Israel, Deus havia dito a Moisés: “Farei que tenham ciúmes de quem não é Meu povo; Eu os provocarei à ira por meio de uma nação insensata” (Dt 32:21, NVI).

Foi despertado um sentimento de inquietude, ao verem que os gentios recebiam as bênçãos que Deus lhes havia prometido. Esse sentimento podia conduzi-los à restauração e reaproximação com Cristo.

De qualquer forma, a transgressão dos judeus tornou possível, para os gentios, duas realidades completamente novas para eles: (1) seu enriquecimento espiritual e (2) sua reconciliação.

1. *O enriquecimento espiritual do mundo (11:12-14).*

Da forma como Paulo se expressa a seguir, alcança gentios e judeus, de modo distinto, mas com igual efeito. “Mas se a transgressão deles significa riqueza para o mundo, e o seu fracasso, riqueza para os gentios, quanto mais significará a sua plenitude!” (11:12, NVI).

Na época em que Paulo escreveu a carta (58 d.C.), já era visível que o mundo se havia enriquecido espiritualmente com a pregação dos cristãos acerca de Jesus. Os judeus nunca haviam conseguido produzir um impacto religioso tão grande. Por outro lado, em relação aos judeus, Paulo mostra a esperança de sua restauração.

Ao fazê-lo, diz aos gentios que continua sendo o apóstolo dos gentios, mas fala da possibilidade de que os judeus sejam restaurados, com um propósito: “Na esperança de que de alguma forma possa provocar ciúme em meu próprio povo e salvar alguns deles” (11:14, NVI).

É evidente que não se conseguirá que todos os judeus aceitem Cristo. Porém, se ao menos alguns mais entre eles conseguirem crer para ser salvos em Cristo, seria justificável essa atitude de aceitação, bem de acordo com a atitude divina para com eles.

2. *A reconciliação do mundo (11:15)*. Dito isso, retorna ao ponto anterior, afirmando a mesma coisa, com palavras diferentes: “Pois se a rejeição deles é a reconciliação do mundo, o que será a sua aceitação, senão vida dentre os mortos?” (11:15, NVI).

Anteriormente, falou das riquezas espirituais de Deus para o mundo; agora, fala da reconciliação com Deus. Riquezas e reconciliação concentram-se na justificação pela fé. Ambas disponíveis para todos, em Cristo, incluindo judeus, pois sua admissão como membros do novo povo de Deus será como a ressurreição de um morto que retorna à vida.

“Não te ensoberbeças, mas teme” (11:16-21)

Paulo deseja que os cristãos gentios o entendam bem. Eles receberam a justificação pela fé em Cristo; com ela, as riquezas espirituais de Deus, que incluem Sua justiça e a reconciliação que lhes dá paz com Ele, por meio de nosso Senhor Jesus Cristo. Cabe então um conselho para o cristão gentio.

“Não te glories”, diz Paulo (11:18). Para que seu conselho seja bem entendido, faz a comparação do enxerto no tronco da oliveira: “Se, porém, alguns dos ramos foram quebrados, e tu, sendo oliveira brava, foste enxertado em meio deles e te tornaste participante da raiz e da seiva da oliveira, não te glories contra os ramos; porém, se te gloriare, sabe que não és tu que sustentas a raiz, mas a raiz, a ti” (11:17, 18).

“Dirás, pois: alguns ramos foram quebrados, para que eu fosse enxertado”, acrescenta Paulo (11:19). Por isso, o enxertado é mais importante que os ramos originais? Se desejar pensar assim, está bem. Mas, lembre: “Pela sua incredulidade, foram quebrados; tu, porém, mediante a fé, estás firme” (11:20a).

Não se trata de quem é mais importante: os gentios ou os israelitas. O que importa é a fé; quem é incrédulo e quem crê. Aqui está o ponto exato que estabelece a diferença entre os que se salvam e os que não se salvam, entre os que pertencem a Cristo e os que não são dEle.

“Não te ensoberbeças, mas teme” (11:20b). Jactância é orgulho, arrogância, o mesmo sentimento originador do pecado no próprio Céu. Deus teve que condenar Lúcifer por seu pecado.

“Como caíste do Céu, ó estrela da manhã, filho da alva! Como foste lançado por Terra, tu que debilitavas as nações! Tu dizias no teu coração: Eu subirei ao Céu; acima das estrelas de Deus exaltarei o meu trono e no monte da congregação me assentarei, nas extremidades do norte; subirei acima das mais altas nuvens e serei semelhante ao Altíssimo. Contudo, serás precipitado para o reino dos mortos, no mais profundo do abismo” (Is 14:12-15).

De acordo com Paulo, a jactância é solucionada com o temor a Deus. Uma reverência respeitosa e obediente diante da majestade e do poder de Deus.

“Porque, se Deus não poupou os ramos naturais”, continuou Paulo seu conselho ao crente gentio, “também não te poupará” (11:21). Deus aceitará unicamente um espírito humilde e contrito. Ele rejeita o arrogante, não importando se ele pertence ao antigo ou ao novo povo de Deus. E o rejeita porque a arrogância o coloca fora de Seu povo.

A bondade e a severidade de Deus (11:22-24)

Paulo continua falando ao cristão gentio. Preocupa-lhe que, por arrogância e orgulho, ele possa vir a perder a graça que recebeu de Deus, pela fé em Cristo. Para que isso seja evitado, precisa compreender bem o seguinte:

1. *A existência da bondade e a severidade de Deus (11:22a)*. Deus lhe tem manifestado toda a Sua bondade; e aos judeus, severidade.

“Considerai, pois, a bondade e a severidade de Deus: para com os que caíram, severidade; mas, para contigo, a bondade” (11:22a).

Significa isso que, uma vez manifestada Sua severidade para com os judeus, Deus sempre será severo com eles? Manifestará bondade somente para com os gentios? Certamente, não. De outro modo, Paulo não revelaria preocupação com o crente gentio, a quem está instruindo para que não cometa o erro de pensar que as coisas sejam assim.

O que é a severidade de Deus? Sua capacidade para dar por encerrado, definitivamente, um relacionamento. Como o terreno que termina à beira do precipício. Sua continuidade fica cortada por ele. Pode Deus agir dessa maneira? Claro que pode. Nisso consiste Seu poder para realizar o julgamento das pessoas no juízo final, o dia de Sua ira, quando as ações de todos os incrédulos serão castigadas com justiça, quando ocorrerá a definitiva interrupção da relação com eles. Deixarão de existir e nunca mais voltarão à vida. Mas isso será no dia do juízo final. Antes disso, Sua severidade castiga, mas todos os Seus castigos são corretivos, com a intenção de despertar os pecadores para que se conscientizem de sua real condição, pensem no risco e se arrependam. Nessa situação, encontravam-se os judeus por causa de sua rejeição ao Messias, o Cristo de Deus.

O que é a bondade de Deus? É Sua capacidade para estender a graça de forma generosa e abundante, a quem, por má conduta, merecia o contrário. Mas Deus a oferece somente por boa vontade. Manifestou Deus Sua bondade somente aos gentios, e não aos judeus? Também aos judeus, e muito antes de fazê-lo aos gentios, quando os chamou para que fossem Seu próprio povo. Mas, eles se apartaram de Sua misericórdia, fugiram de Sua graça por suas próprias ações de

desobediência e rebeldia. Não quiseram cumprir a missão que lhes foi concedida e deixaram as nações do mundo sem o conhecimento do plano que Deus tinha para salvar a humanidade, no Messias, Cristo Jesus. Por isso, eles próprios se excluíram da bondade divina.

Deus não manifestou Sua severidade a todos os judeus. Ficou um remanescente, como disse Paulo, crentes a quem Deus não rejeitou: “Para com os que caíram, severidade” (11:22b). Quem foram os que caíram? Há os que caem acidentalmente, sem querer, sem planejar. Percebem a queda somente quando já estão no chão. Até os judeus podem cair dessa forma, mas Paulo não se refere a eles: “Pois ainda que o justo caia sete vezes”, diz Salomão, “tornará a erguer-se” (Pv 24:16, NVI).

Paulo se refere aos que caíram intencionalmente e, por isso, definitivamente (11:11). Há judeus que caíram dessa forma, mas nem todos. Novamente Paulo faz uma distinção entre os judeus. Deus não rejeitou a nação inteira. Certamente, não abandonou os judeus crentes; somente os que escolheram separar-se dEle por causa da rebeldia.

Paulo não queria que os cristãos gentios agissem da mesma forma; que, por arrogância e obstinação, gloriando-se de ser superiores aos judeus, viessem a cometer os mesmos pecados de Israel e fossem objeto da severidade divina.

2. *Paulo pede ao cristão gentio que permaneça na bondade de Deus (11:22b)*. Deus continuará manifestando Sua bondade para com ele. “Para contigo, a bondade de Deus”, diz o apóstolo, “se nela permaneceres; doutra sorte, também tu serás cortado” (11:22b).

Aqui, Paulo apresenta um contraste entre duas experiências opostas: permanecer e ser eliminado. O cristão que permanece é como a árvore enraizada em um lugar: cresce, dá frutos, suporta ventos, tormentas e outras adversidades da natureza. Quando sofre a força da violência, dá fruto outra vez e, cada ano, sucessivamente. Sempre no mesmo lugar. Inamovível. Paulo queria que o cristão gentio permanecesse na bondade de Deus, inamovível e frutífero. Árvore não cortada. Nunca eliminada. Sempre na bondade de Deus com extensão de vida até a vida eterna.

3. *Sempre sob o poder de Deus (11:23)*. Paulo chama a atenção do cristão gentio que, agora, sob a bondade de Deus, está protegido pelo Seu poder que o enxertou no tronco verdadeiro, mesmo que não faça parte dele. Um poder que faz tudo. Poderia inclusive enxertar novamente os judeus. “Eles também, se não permanecerem na incredulidade, serão enxertados; pois Deus é poderoso para os enxertar de novo” (11:23).

Deus é o *Dunatós*, o Todo-poderoso. Capaz de fazer todas as coisas, possíveis e impossíveis. Possuidor da máxima importância, da mais alta dignidade, da excelência superior. Ele não possui nenhuma fraqueza e não há debilidades. Quando Ele quer fazer algo, nada resiste à Sua Palavra. Ele chama e tudo lhe responde, e até o que não tem existência vem à existência para Lhe responder.

Como é melhor viver sob o Poder Supremo do que dar-se importância própria, gloriando-se por vaidade, arrogância, obstinação ou aparência enganosa!

4. *Não se esqueça de sua desvantagem com respeito aos judeus (11:24)*. Pode o cristão gentio, que está sob a vontade de Deus, ter alguma desvantagem em relação ao judeu que está sob Sua severidade? Tem uma, e é óbvia: foi enxertado contra a natureza.

“Afim de contas, se você foi cortado de uma oliveira brava por natureza”, diz Paulo, “e, de maneira antinatural foi enxertado numa oliveira cultivada, quanto mais serão enxertados os ramos naturais em sua própria oliveira?” (11:24, NVI).

Ao dizer: “quanto mais serão enxertados os ramos naturais”, quer dizer que o judeu tem uma vantagem sobre o gentio. Traz-lo de volta ao seu tronco natural é mais fácil que incorporar o gentio ao povo de Deus, quando este não era membro de Seu povo. Lembre-se de que a única diferença entre o gentio e o judeu é que o gentio crê em Cristo; o judeu, não. Mas, se ele deixasse a incredulidade e cresse, seria igual ao gentio, com a vantagem espiritual do povo histórico de Deus, ao qual os judeus pertenceram; e os gentios, não. Deve-se ter respeito ao antigo povo de Deus? Admiração pelos judeus? Por que não?

O mistério da restauração de Israel (11:25-32)

O mistério da desobediência de Israel (11:15). Há algum segredo que, como as divindades pagãs, Deus guarda oculto de Seus filhos humanos para revelá-lo somente à casta especial de Seus iniciados? Não. Deus não guarda segredos para Si. Revela-os a Seus filhos para que eles conheçam Seus pensamentos e Sua personalidade. Deus não é o Ser secreto e escondido que os seres humanos não podem conhecer. É o Deus da revelação e da amizade. O Deus próximo, sempre na companhia espiritual dos crentes.

“Irmãos”, diz Paulo, dirigindo-se a todos os cristãos gentios de Roma, “não quero que ignorem este mistério, para que não se tornem presunçosos: Israel experimentou um endurecimento, em parte, até que chegue a plenitude dos gentios” (11:25, NVI).

Como se vê, Paulo novamente confirma que o endurecimento de Israel não foi de toda a nação. Apenas de uma parte. Houve um grupo que não se endureceu na incredulidade, não se obstinou nela, isto é, creu. Mas os que não creram podem voltar a crer. É como se Paulo quisesse avisar aos gentios: “Vocês precisam saber a respeito disso; do contrário, vocês correm o risco de se considerar muito sábios e não terão mais que uma sabedoria originada em vocês mesmos. Não tentem transformar a fé com que têm crido em obra meritória de vocês mesmos. Assim, vocês estariam na mesma situação deles, ou seja, eles atribuíam mérito pessoal de salvação à obediência. Vocês fariam o mesmo com a fé. Ambos no mesmo pecado, querendo alcançar a salvação por méritos próprios.”

Mas Deus arranhou tudo para o bem de todos. Quer que todos se arrependam e se salvem. Por isso, esse grupo de incrédulos continuará assim até que tenha chegado a plenitude dos gentios. O que é a plenitude dos gentios? Cada gentio está incluído nela? Sim, mas nem todo gentio que tenha existido na história humana. Se Paulo dissesse aqui que todos os gentios de todos os tempos entrariam no reino dos Céus, estaria ensinando a salvação universal dos gentios. Paulo não crê nisso.

Ele afirma: “Contudo, por causa da sua teimosia e do seu coração obstinado, você está acumulando ira contra si mesmo, para o dia da ira de Deus, quando se revelará o Seu justo julgamento. Deus

retribuirá a cada um conforme o seu procedimento. Ele dará vida eterna aos que, persistindo em fazer o bem, buscam glória, honra e imortalidade. Mas haverá ira e indignação para os que são egoístas, que rejeitam a verdade e seguem a injustiça” (2:5-8, NVI).

No dia do juízo, alguns serão salvos; outros, condenados. A plenitude dos gentios que Paulo menciona, como que entrando no reino, são todos os gentios que através dos tempos creram em Cristo. Todos eles entrarão no reino dos Céus.

Todo Israel será salvo (11:26, 27). Então, Paulo se refere a todos os judeus, dizendo: “E, assim, todo o Israel será salvo, como está escrito: Virá de Sião o Libertador e Ele apartará de Jacó as impiedades. Esta é a Minha aliança com eles, quando Eu tirar os seus pecados” (11:26, 27).

Serão salvos todos os judeus, incluindo cada um deles? Se fosse assim, estaríamos diante da salvação universal dos judeus. Isso também é um equívoco, pelas seguintes razões:

1. Paulo não crê na salvação universal dos judeus. Quando ele descreveu o dia do juízo, mencionou a sorte dos gentios e dos judeus, já referida acima. Em nenhum dos casos, serão todos salvos. Completando o que disse, acrescenta:

“Tribulação e angústia virão sobre a alma de qualquer homem que faz o mal, ao judeu primeiro e também ao grego; glória, porém, e honra, e paz a todo aquele que pratica o bem, ao judeu primeiro e também ao grego. Porque para com Deus não há acepção de pessoas” (2:9-11).

2. Se Paulo, nesse texto, ensinasse a salvação universal dos judeus, por que somente dos que vivessem no tempo do fim? A esse tempo se referem as duas profecias que são citadas: Uma de Isaías (59:20) e outra de Jeremias (31:33, 34). Isso se refere à época do Messias que, em termos cristãos, vai desde a primeira vinda de Cristo até a segunda vinda; a era cristã.

Paulo já falou acerca do remanescente (11:5). Agora inclui todos os que creiam durante a era cristã. Esses seriam todos os judeus que serão salvos.

A inimizade de Israel (11:28, 29). Os judeus viviam um paradoxo: por um lado, eram inimigos; por outro, amados. Poderiam as mesmas pessoas ser inimigas e amadas?

“Quanto ao evangelho, são eles inimigos por vossa causa; quanto, porém, à eleição, amados por causa dos patriarcas; porque os dons e a vocação de Deus são irrevogáveis” (11:28, 29).

É evidente que as duas expressões que Paulo atribui a Israel, inimigos e amados, referem-se ao elemento ao qual estão associadas. No primeiro caso, o evangelho; no segundo, a eleição.

São inimigos de Deus quanto ao evangelho, por causa dos gentios, e para o benefício deles. Os judeus rejeitaram Deus devido ao evangelho, pois não queriam a incorporação dos gentios nos benefícios da aliança. Essa atitude de ódio a Deus provocou, nos judeus, a rejeição dEle; e Deus os deixou seguir o curso de suas próprias inclinações, endurecendo-se mais e mais em sua separação de Deus.

Por outro lado, os israelitas eram amados por Deus, quanto à eleição, por causa dos patriarcas, para benefício dos que receberam dons irrevogáveis e o chamado de Deus que não pode falhar. O benefício que Israel recebe por causa dos patriarcas não se deve a nenhuma obra executada por eles, que houvesse agradado a Deus de modo especial. Está baseado na obra redentora que Deus lhes havia prometido e está realizando por eles. O maior dom, dádiva de Deus para eles, é o Messias, Cristo. Assim como os patriarcas, os israelitas desfrutaram o amor de Deus por causa da graça, da mesma forma como, pelo evangelho, ele é manifestado também aos gentios.

Qual é então o sentido da inimizade dos judeus? Com respeito à salvação, a abertura do evangelho aos gentios e a continuidade da salvação não impedida aos crentes judeus. Com respeito ao juízo, a condenação dos incrédulos, judeus ou gentios, porque Deus não faz acepção de pessoas.

E a condição de amados, o que acrescenta à salvação dos judeus? Tudo. Porque o Filho que Deus concedeu ao mundo todo, deu-O também por eles e para eles. Todos os israelitas são amados? Sim, embora nem todos sejam salvos; porque o fato de serem salvos, além de depender do amor de Deus, está condicionado à fé manifestada pelos pecadores. “Porque Deus [...] deu o Seu Filho unigênito, para que todo o que nEle crê não pereça, mas tenha a vida eterna” (Jo 3:16).

Todos em desobediência (11:30-32). Paulo chega ao ponto que esclarece bem a questão relacionada com a salvação de todos os judeus, dizendo aos cristãos gentios: “Pois Deus colocou todos sob a desobediência, para exercer misericórdia para com todos” (11:32, NVI).

Esse sujeitar de Deus não é uma ação caprichosa nem autoritária; é de consequência. Uma vez que todos são desobedientes, colocou-os todos nessa condição, assim como um pescador coloca todos os pescados em uma canastra. Não é que os peixes se tenham tornado pescados porque ele os tenha colocado na canastra, mas, porque já tinham sido pescados, foram ali colocados. Todos eram desobedientes, e Deus os tratou como eram. Não para destruí-los, mas sim para salvá-los. Todas as ações de Deus relacionadas com os pecadores são realizadas com um propósito salvífico.

Como Deus atua com os pecadores? Como eles são e onde eles estão. Realismo absoluto. Paulo diz aos cristãos gentios: “Outrora, fostes desobedientes a Deus, mas, agora, alcançastes misericórdia, à vista da desobediência deles” (11:30).

Dependia Deus da desobediência dos israelitas incrédulos para manifestar misericórdia aos gentios? Não. A misericórdia procede somente da graça divina. A graça, para ser graça, não tem que ser provocada em Deus pela colaboração de ninguém, muito menos se os pretensos ajudantes são desobedientes e rebeldes. O que aconteceu foi de outra natureza. Quando os judeus desobedeceram, juntaram-se aos desobedientes gentios, igualando-se com eles, e Deus tratou a todos como desobedientes para ter misericórdia de todos. Da mesma forma, todos os judeus, crentes e incrédulos, podem ser objeto da misericórdia de Deus, porque não há diferença; a possibilidade de salvação pertence a todos.

A sabedoria de Deus soluciona tudo (11:33-36)

Voltemos ao ponto de partida: “Acaso tropeçaram para que ficassem caídos?” (11:11, NVI), pergunta Paulo. A resposta foi: “Não.”

Nem todos os israelitas caíram, pois permanece um remanescente fiel. Nem os que caíram, caíram para sempre, no sentido de não ter outra oportunidade para se salvar. Até a segunda vinda de Cristo, continua havendo oportunidade para todos, sem a exclusão

dos judeus nem de ninguém. A sabedoria divina sempre encontra uma solução apropriada e justa para tudo.

Riquezas da sabedoria divina (11:33a)

Por isso, Paulo, com sincero agradecimento a Deus, exclama: “Ó profundidade da riqueza, tanto da sabedoria como do conhecimento de Deus!” (11:33a). Recursos infinitos, sem medida. Inesgotáveis. A sabedoria de Deus é a inteligência espiritual suprema que existe no Universo. Ninguém é como Ele em sabedoria e em conhecimento. Ele conhece tudo porque Ele cria tudo, e cada coisa é como Ele quer que seja.

Compartilha Deus Sua sabedoria com os seres humanos? Constantemente. Deus é generoso com tudo o que possui e compartilha seus benefícios com todos os seres humanos porque Ele os ama. Como faz isso? Por meio de Cristo e por meio do Espírito Santo.

Por meio de Cristo, quando Ele habita no crente. Assim o expressou Paulo aos crentes de Éfeso: “E, assim, habite Cristo no vosso coração, pela fé, estando vós arraigados e alicerçados em amor, a fim de poderdes compreender, com todos os santos, qual é a largura, e o comprimento, e a altura, e a profundidade e conhecer o amor de Cristo, que excede todo entendimento, para que sejais tomados de toda a plenitude de Deus” (Ef 3:17-19).

Por meio do Espírito Santo, quando Ele revela a profundidade de Deus aos crentes. Paulo explicou isso aos coríntios, da seguinte maneira: “Mas, como está escrito: Nem olhos viram, nem ouvidos ouviram, nem jamais penetrou em coração humano o que Deus tem preparado para aqueles que O amam. Mas Deus no-lo revelou pelo Espírito; porque o *Espírito* a todas as coisas *perscruta*, até mesmo as profundezas de Deus. Porque qual dos homens sabe as coisas do homem, senão o seu próprio espírito, que nele está? Assim, também as coisas de Deus, ninguém as conhece, senão o Espírito de Deus. Ora, nós não temos recebido o espírito do mundo, e sim o Espírito que vem de Deus, para que conheçamos o que por Deus nos foi dado gratuitamente” (1Co 2:9-12).

Deus, com Sua sabedoria inesgotável e plena, resolveu o problema da desobediência cometida por Seu povo Israel. Revelou a

solução aos crentes para que eles pudessem ser salvos e para que também os judeus tivessem oportunidade de ser salvos do mesmo modo que os gentios, em Cristo Jesus.

Os insondáveis juízos de Deus (11:33b)

A decisão de dar aos judeus as mesmas oportunidades que foram dadas aos gentios, com respeito à salvação, apesar de que à desobediência agregaram sua rejeição a Cristo, implica em um juízo realizado por Deus. Não era o juízo legal do fim. Era um juízo histórico, que produziu o fim do antigo povo de Deus e o começo de Seu novo povo. Assim como a sabedoria de Deus, colocada em prática nesta solução, o juízo divino desperta a admiração de Paulo.

“Quão insondáveis são os Seus juízos, e quão inescrutáveis, os Seus caminhos!” (11:33b). Juízo de Deus e caminhos de Deus expressam a mesma ideia e se referem à maneira como Deus tratou os judeus. São insondáveis e inescrutáveis.

Insondáveis para um ser humano, porque se tratava de um juízo divino. Os valores que Deus levou em conta para decidir a questão judaica da rejeição a Cristo eram normais e habituais para Deus. Porém, completamente anormais para a maneira humana de tomar decisões. O normal para um ser humano, quando rejeitado por outro, é rejeitá-lo também, e talvez com maior resistência, porque em sua rejeição envolve certa vingança e pagamento negativo em retribuição. Mas Deus não Se vingou dos judeus. Ao contrário, deixou abertas as oportunidades para que eles retornassem de seu desvio e terminassem aceitando Cristo, se quisessem. Isso parece incompreensível para a mente humana. Mas compreensível ou não, Deus o fez e o sabemos.

Tratando do mesmo assunto, os juízos de Deus, Bildade, o suíta, disse a seu amigo Jó: “Perverteria Deus o direito ou perverteria o Todo-poderoso a justiça?” (Jó 8:3). A resposta exigida é “não”. Deus não perverte o direito. O Todo-poderoso não perverte a justiça. Jó, que teve uma aguçada compreensão de Deus, compreendeu isso e percebeu algo mais: A soberania de Deus, presente em todos os Seus juízos. Por isso, respondeu-lhe: “Quem faz grandes coisas, que

se não podem esquadrinhar, e maravilhas tais que se não podem contar. Eis que Ele passa por mim, e não O vejo; segue perante mim e não O percebo. Eis que arrebatada a presa! Quem O pode impedir? Quem Lhe dirá: Que fazes?” (Jó 9:10-12).

A resposta à pergunta de Jó é: ninguém. Deus é soberano. Não precisa prestar contas de Seus juízos perante ninguém. Não por autoritarismo, porque Seus juízos são sempre justos e Suas decisões sempre beneficiam o ser humano, por maior pecador que seja. Ele somente abandona o rebelde que não tem nenhuma disposição para aceitá-Lo e positivamente decide rejeitá-Lo.

Como funciona a mente de Deus (11:34-36)

Depois de aceitar que a sabedoria e o conhecimento de Deus, sendo superiores e supremos, são mais que suficientes para decidir os assuntos humanos, e depois de afirmar que todo juízo que assim decidir, mesmo sendo insondável e incompreensível, será sempre justo, para benefício do ser humano pecador, incluindo os judeus, Paulo menciona a mente de Deus. Oferece uma pequena luz para entendê-la, embora em sua totalidade, seja sempre incompreensível.

“Quem conheceu a mente do Senhor? Ou quem foi Seu conselheiro?” (11:34, NVI). Certamente ninguém. Uma exceção, não expressa, mas certamente admitida por Paulo: Cristo. Assim o disse aos crentes da cidade de Corinto: “Quem conheceu a mente do Senhor para que possa instruí-Lo? Nós, porém, temos a mente de Cristo” (1Co 2:16, NVI).

A entrada para a mente de Deus é Cristo e o Espírito Santo, como já vimos. A única maneira de conhecer Sua forma de operar é através dEles. O crente, por meio do Espírito, adquire a mente de Cristo. Assim consegue entender, em parte, a mente de Deus.

1. A mente de Deus não se concentra em si mesma. “Quem primeiro Lhe deu para que Ele o recompense?”, pergunta Paulo (11:35, NVI). A mente de Deus não é movida por interesses próprios. Não espera que a subornemos com dons que pudéssemos oferecer-Lhe. Não é movida por bens, favores, préstimos, mesmo a entrega de nós mesmos a Ele. Por isso, não podemos esperar

recompensas dEle. A mente de Deus não funciona como a mente humana; você me dá alguma coisa e eu o recompenso. Por uma razão muito simples: Essa atitude é totalmente egoísta. Em Deus, não existe egoísmo. Deus é amor. Sua mente atua sempre sob a dinâmica do amor. Concentra seus esforços na outra pessoa e elabora Seus pensamentos, Seus planos e projetos para benefício dos outros. A mente de Deus pensa: “Se você não Me dá nada, isso não importa. De qualquer modo, estou pronto a oferecer-lhe tudo porque Eu o amo.” Assim agiu com os judeus. Prometeu-lhes o Messias. Porém, eles esperaram um Messias de sua própria fabricação, salvador político da nação. Quando veio, não O receberam. Então Deus ofereceu-lhes outra oportunidade para que O aceitassem. Essa oportunidade foi a pregação do evangelho, franqueada a todos, a qual Cristo confiou à igreja cristã.

3. A mente de Deus não necessita de nada. “Porque dEle, e por meio dEle, e para Ele são todas as coisas” (11:36a). Deus é a fonte de onde procedem todas as coisas; é o mantenedor por meio de quem tudo subsiste, e é a Ele a quem toda criação presta serviços. Tem tudo, não Lhe falta nada. Deus é único e soberano, por isso Sua mente pode ser generosa e amável. E assim é. Não tendo necessidade de nada, além de soberana e amável, a mente de Deus é livre. Possui a única liberdade que não tem nenhuma tendência para o desvio. A única liberdade capaz de se tornar aberta ao pecador, escravo do pecado, para aceitá-lo como ele é, sem incorporar dentro de si a escravidão que o domina. Livre para criar, livre para sustentar, livre para dar sentido a tudo, livre para salvar. Nada detém a mente de Deus. Ele cumpre todos os Seus propósitos, incluindo aqueles que, pela entrada do pecado, pareçam impossíveis.

Diante de toda essa grandeza de Deus, grandeza infinita de Sua sabedoria e conhecimento ilimitados, grandeza insondável de Seus juízos, grandeza inescrutável de Seus caminhos, grandeza livre de todos os Seus poderes, resta para nós uma única atitude. A mesma atitude que levou Paulo a afirmar: “A Ele, pois, a glória eternamente. Amém!” (11:36b).



7

Aplicação Prática: Poder Transformador do Evangelho

Paulo já explicou a boa-nova do evangelho quanto a tudo o que Deus fez e faz pelo pecador judeu ou gentio. Justifica-o e o santifica pela fé. Da explicação doutrinária do evangelho passa ao poder transformador do evangelho, e muda de estilo. Esta nova seção (12:1-15:13) está cheia de imperativos, ordens espirituais que o pecador deve executar.

Paulo havia introduzido o poder do evangelho e a obra transformadora de Deus, mas não desenvolveu a ideia com os detalhes que agora são apresentados. Havia se limitado a dois pontos principais:

1. O pecador recebe a libertação da culpa e também do castigo, que têm origem no pecado. Mas, junto com a culpa, está em ação o poder do pecado. O evangelho precisa libertá-lo igualmente desse poder. E de fato o liberta para viver uma vida nova.

“Ou, porventura, ignorais que todos nós que fomos batizados em Cristo Jesus fomos batizados na Sua morte? Fomos, pois, sepultados com Ele na morte pelo batismo; para que, como Cristo foi ressuscitado dentre os mortos pela glória do Pai, assim também andemos nós em novidade de vida” (6:3, 4).

2. Ao manifestar fé em Cristo, o pecador também expressa o compromisso de Lhe obedecer. “Por intermédio de quem viemos a receber graça e apostolado por amor do Seu nome”, diz Paulo, “para a obediência por fé, entre todos os gentios” (1:5).

No fim da epístola, Paulo volta ao mesmo tema, dizendo que prega o evangelho a todas as nações, com um objetivo: “Para a obediência por fé” (16:26). Em outro lugar, diz que ministra o evangelho “para conduzir os gentios à obediência” (15:18).

Na presente seção, Paulo expõe o poder do evangelho que sustentará o crente para viver como pessoa livre em Cristo, sob Seu poder, não sob o poder do pecado. Uma nova vida que já não se acomoda mais à maneira de viver que o mundo oferece.

Primeiramente, Paulo expõe a conduta que o cristão deve observar e, então, alguns problemas específicos que os cristãos deveriam enfrentar e resolver.

A verdadeira conduta dos cristãos (12:1-13:14)

A principal ordem que Paulo dá sobre a verdadeira conduta cristã é esta: “Não vos conformeis com este mundo.” Ele aconselha os crentes romanos a que não usem o mundo como um modelo através do qual esvaziam sua vida moral para se assemelhar a ele.

Pedro também descreveu o estilo de conduta que os cristãos deviam observar, ao dizer: “Como filhos obedientes, não se deixem amoldar pelos maus desejos de outrora, quando viviam na ignorância. Mas, assim como é santo Aquele que os chamou, sejam santos vocês também em tudo o que fizerem, pois está escrito: ‘Sejam santos, porque Eu sou santo’” (1Pe 1:14-16, NVI).

Oferecer-se a Deus em culto verdadeiro (12:1)

Melhor que ninguém, Paulo compreende que a conduta não é uma simples formalidade externa das ações. Sabe que o modo de viver abrange muito mais que a forma de um modelo, seja esse o modelo do mundo ou o estilo divino de viver. O modelo do mundo e a moralidade de Deus exigem total entrega da pessoa. Mas existe uma diferença entre o mundo e Deus. O mundo escraviza. Deus apenas pede, atrai, conquista e persuade.

Por isso, Paulo começa com a entrega da vida a Deus através de um culto autêntico. “Portanto, irmãos, rogo-lhes pelas misericórdias de Deus que se ofereçam em sacrifício vivo, santo e agradável a Deus; que é o culto racional de vocês” (12:1, NVI).

Deus quer uma dedicação completa a Ele, como um ato de adoração permanente. Um culto que provenha da natureza completa do ser humano, que inclui sua razão e seu espírito.

Este início da conduta cristã não pode ser forçado. Paulo apenas roga. Em seu rogo não há coerção alguma. A única coisa que usa para lhe dar força é repeti-lo, insistir nele; é a misericórdia de Deus. “Rogo-lhes pelas misericórdias de Deus.”

Às vezes, as pessoas, especialmente os mendigos, quando pedem algo que fervorosamente desejam, acrescentam a expressão: “por misericórdia”. Com essa frase, confirmam que não têm direito ao que pedem, que não podem obrigar a pessoa a nada, que a decisão de ajudá-lo ou não depende exclusivamente dela. No entanto, suplicam. Insistem para que os atenda.

A expressão de Paulo apela a uma misericórdia maior. Não é a misericórdia dos próprios crentes. “Façam-no”, diz, “pelas misericórdias de Deus”. É o mesmo que se dissesse: “Concedam-me o que lhes peço como Deus me concederia, porque é algo digno de Sua misericórdia. Não lhes peço nada que vocês não possam fazer. Nada que seja contra a vontade de vocês. Na realidade, é para que vocês mesmos se beneficiem com isso.”

Qual é o pedido de Paulo? Que apresentem seu corpo em sacrifício a Deus, como os cordeiros apresentados, antigamente, no culto do templo. Aquele culto se degenerou em formalidades e aparências. O novo culto tem que ser espiritual e autêntico. A dedicação do corpo, em sacrifício, não é um sacrifício no qual o corpo deva ser imolado. Como oferta a Deus, inclui a fé e o serviço.

Transformação da mente (12:2)

A oferta do corpo também inclui a mente. “Não se conformem com o mundo atual. Sejam transformados mediante a renovação da mente para que comprovem que a vontade de Deus é boa, agradável e perfeita.”

A entrega da mente como sacrifício agradável a Deus requer uma renovação. Tem que se tornar espiritualmente nova. Já não pode ser carnal nem mundana. Já não deve pensar o mal nem idealizá-lo.

Tem que ser capaz de entender os valores espirituais de Deus e estar disposta a vivê-los. Quando o pecador entende Deus, em sua mente adentra uma nova luz, antes ausente, que ilumina os pensamentos com clareza quase indescritível. Supera a capacidade humana de explicação porque, sendo de procedência divina, como tudo o que procede de Deus, supera o recipiente da mente humana, e sempre sobra algo mais que não dá para ser contido.

A mente renovada pelo Espírito de Deus já não pode se adaptar ao mundo. Está fora de sintonia com ele. Como é o Espírito Santo que faz a transformação com Sua própria presença, enche-a de um elemento espiritual de influência divina constante, por todo tempo em que durar sua aceitação do Espírito. O gosto pelo que é mundano deixa de existir. O crente nascido para uma nova vida serve somente a Deus. Não há rebeldias em sua mente. Possui mente amiga, a mente de Cristo.

“E a vós outros também que, outrora”, diz Paulo, “éreis estranhos e inimigos no entendimento pelas vossas obras malignas, agora, porém, vos reconciliou no corpo da Sua carne, mediante a Sua morte, para apresentar-vos perante Ele santos, inculpáveis e irrepreensíveis, se é que permaneceis na fé, alicerçados e firmes, não vos deixando afastar da esperança do evangelho que ouvistes e que foi pregado a toda criatura debaixo do céu, e do qual eu, Paulo, me tornei ministro” (Cl 1:21-23).

A própria presença desta mente amiga de Deus no crente demonstra que Deus sempre teve boa vontade para com ele. Boa vontade que agora pode comprovar em si mesmo. Por isso lhe é agradável e perfeita. A comprovação é perfeita porque o próprio Espírito dá testemunho a seu espírito e, pela presença do Espírito nele, o próprio crente se aperfeiçoa em Cristo Jesus.

O crente deve pensar em si mesmo com prudência (12:3-8)

Para não seguir a conduta do mundo, o crente deve ter uma atitude mental sã, reta e prudente, porque a mente do mundo é insana, desvirtuada e enferma. Paulo apresenta a atitude mental que o crente deve ter acerca de si mesmo; refere-se à unidade e enumera os dons, para descrever a mente do cristão.

1. *Atitudes sobre si mesmo* (12:3, 4). O crente deve ter um conceito equilibrado sobre si mesmo. “Pela graça que me foi dada”, afirma Paulo, “digo a todos vocês: Ninguém tenha de si mesmo um conceito mais elevado do que deve ter” (12:3a, NVI).

O crente não deve pensar que é o mais importante, nem o mais reto, nem o mais sábio, nem o melhor. Sempre há um que é menos, e outro que é mais. Pensar *que é mais* em tudo é um erro de sentido comum e egoísmo. O melhor é não se comparar com ninguém e simplesmente ter sobre si mesmo um conceito que se enquadre com o que é em realidade. Sem complexos de superioridade. Esses complexos sempre produzem uma pessoa antipática e falsa. Sem complexos de inferioridade, que sempre produzem uma pessoa infeliz, triste e amargurada.

O cristão deve especialmente pensar em si como ele é, nem mais nem menos. “Antes”, diz Paulo, “pense com moderação, segundo a medida da fé que Deus repartiu a cada um” (12:3b).

O equilíbrio para se autoavaliar corretamente é uma questão de fé. Parece que se a fé não interviesse, o equilíbrio na autoavaliação não seria possível. Se a correta autoavaliação depende da medida de fé que o crente tiver, e ele reconhecer que essa fé é dom de Deus, ele irá se autoavaliar pela relação que tiver com Deus.

Pensará de si mesmo: “Eu sou o que Deus fez de mim. Por que vou me preocupar em ser melhor que os outros? Ou, não preciso ser uma pessoa diferente da que Deus quer que eu seja. Se Deus me quer assim, assim eu me quero. Feliz em ser o que Deus quer, não preciso de nenhum exagero de mim mesmo. Necessito apenas me submeter a Deus e deixar que Ele faça comigo o que quiser. Por meio de Seu Espírito, me dirá exatamente o que eu sou, e viverei completamente satisfeito com isso.”

2. *O senso de pertencer a um corpo* (12:4, 5). Sentir-se um com os outros, membro de um só e único corpo, outorga um grau de segurança mais forte que a força mental produzida pela autoconfiança. Não é a autoestima criada por alguém que produz segurança. Ela está no valor que Deus outorga a cada membro do corpo. O corpo reconhece este valor ao utilizar cada um de seus membros em uma ação conjunta que não diminui nenhum deles.

Por isso, Paulo disse: “Porque assim como num só corpo temos muitos membros, mas nem todos os membros têm a mesma função, assim também nós, conquanto muitos, somos um só corpo em Cristo e membros uns dos outros.”

Um só corpo, muitos membros e muitas funções. Todos os membros também são necessários em suas funções. Precisamos nos sentir integrados e assim viver nosso valor pessoal no serviço que voluntariamente prestamos ao corpo. Os que assim viverem jamais sentirão qualquer necessidade de se autoavaliar de maneira superior ou inferior aos demais. Terão um simples pensamento: “Sou um membro do corpo e, comigo, o corpo funciona bem, como igualmente acontece com cada um dos outros membros.”

3. *A utilidade dos dons (12:6-8)*. Deus outorga os dons à comunidade por intermédio de pessoas. Primeiro, concede dons às pessoas. Depois, através das pessoas, dá esses dons à comunidade. Muitas pessoas, muitos dons. E todos, pessoas e dons, indispensáveis à comunidade.

“Tendo, porém, diferentes dons segundo a graça que nos foi dada: se profecia, seja segundo a proporção da fé; se ministério, dediquemo-nos ao ministério; ou o que ensina esmere-se no fazê-lo; ou o que exorta faça-o com dedicação; o que contribui, com liberalidade; o que preside, com diligência; quem exerce misericórdia, com alegria” (12:6-8).

Como devem se sentir as pessoas que possuem dons, considerando que todas os possuem? Alegres, solícitas, generosas. Sentindo-se assim, ninguém teria problemas de egoísmo, nem de se considerar superior aos outros, nem de insanidade psicológica. Todas saudáveis, prudentes e humildes. Felizes no serviço a Deus e à comunidade.

Conduta baseada no amor sincero (12:9-21)

Paulo continua falando do estilo de vida que o crente deve viver. Agora que sua mente foi renovada pelo Espírito Santo e está em condições de pensar no que é bom, fala-lhe do amor e sua influência nos diferentes aspectos da ética e da moral cristã.

Em primeiro lugar, o amor deve ser sincero (12:9a). De que vale o amor fingido, se nem sequer é amor? Serve somente para enganar a outros e enganar-se a si mesmo. Se eu digo que o amo e na realidade não o amo, de que amor estou falando? Apenas uma ficção de amor. Um amor que existe somente nas palavras, as quais, depois de pronunciadas, são como o vento. Um amor transformado em vento não tem valor para a vida.

“O amor”, diz Paulo, “deve ser sincero” (12:9a). Paulo o chama *anupócritos*. Significa sem hipocrisia, genuíno. Algo contrário ao que os artistas de teatro fazem nos palcos. Eles somente representam os fatos. Nenhum é autêntico. Fingem a realidade. Hoje diríamos que produzem somente uma realidade virtual, que se desfaz em um segundo. Dela nada resta. Que espécie de amor é o amor falado, que se evapora junto com as palavras que o declaram? Não é amor. Porque, de acordo com Paulo, “o amor nunca perece” (1Co 13:8, NVI).

Em segundo lugar, o amor tem uma relação bem definida com o que é bom e com o que é mau (12:9b). Paulo diz aos crentes: “Odeiem o que é mau; apeguem-se ao que é bom” (12:9b, NVI).

O importante no aborrecimento do mal é o desejo de evitá-lo, atitude que essa intensa emoção de desprezo traz consigo. O amor evita o mal de forma sistemática e constante. Alguém que ame uma pessoa jamais procurará lhe fazer mal. Na verdade, não apenas evita lhe fazer mal, mas também se esforça para que ninguém lhe faça mal nenhum. Interessa-se unicamente em seu bem.

No crente, o interesse de fazer bem às pessoas a quem ama é constante. O amor apega-se ao bem. Integra-se a ele, como o colírio que se coloca no olho; mais intimamente ainda, como um objeto que se cola a outro e dele não se pode separar; mais ainda, como o hidrogênio que se integra ao oxigênio e ficam inseparavelmente unidos, formando a água.

Em terceiro lugar, o amor respeita e honra os outros (12:10). A base do respeito e a disposição de honrar os outros está na admiração que uma pessoa sente pelas outras pessoas. A verdadeira admiração procede do amor fraternal. “Amai-vos cordialmente uns aos outros com amor fraternal, preferindo-vos em honra uns aos outros” (12:10).

O amor fraternal, como raiz do respeito e da honra, somente produz honra e respeito quando é mútuo. Sendo mútuo o amor, respeito e honra também são mútuos. Não que essa situação condicione o amor fraternal de tal modo que uma pessoa somente ame fraternalmente a outra se for amada por essa. Tampouco se trata de respeito e honra condicionados. Se você me respeita eu o respeito; ou se você me honra eu também o honro. Isso não é amor. O amor fraternal honra e respeita, simplesmente porque ama. E o amor, quando é genuíno, verdadeiro, sincero, autêntico, sempre gera amor. De fato, todo amor que possamos ter para com o próximo e para com Deus tem origem no amor que manifesta aos seres humanos. Deus ama e continua nos amando sempre com um amor que gera amor. Mas, se o pecador não responde com amor a Deus, Ele não deixa de amá-lo; simplesmente o pecador não recebe o amor. E quem rejeita o amor de Deus fica sem amor. Jamais pode amar alguém. Finge. Salva as aparências. Mas, se diz amar, sem amor, não ama. Permanece só. A única coisa que pode libertá-lo da solidão é o amor fraternal que produz honra e respeito aos outros.

Em quarto lugar, sejam diligentes (12:11). Na vida, é necessário trabalhar para viver. Sem trabalhar, a vida já não é vida. É uma triste marcha de queda em queda, de necessidade em necessidade, de insatisfação em insatisfação, até a morte. Não existe trabalho indigno, mas para que seja digno de verdade, é preciso que seja executado com diligência.

“Nunca lhes falte o zelo”, diz Paulo, “sejam fervorosos no Espírito, sirvam ao Senhor” (12:11, NVI). A verdadeira forma de trabalhar com diligência ocorre quando alguém faz um trabalho que oferece aos outros como um serviço ao Senhor. E todo serviço que prestamos a Deus requer fervor, dedicação, emoções favoráveis e a paixão criadora que o Espírito Santo concede. Feito dessa maneira, o trabalho é sempre digno, edificante, bom. Traz benefício à vida que vivemos nesta Terra, e nos habilita para a vida eterna. Porque, na Nova Terra, o trabalho também estará presente, e a diligência continuará sendo a melhor maneira de realizá-lo.

Em quinto lugar, a alegria de viver (12:12-15). Quem se cansa de viver? A quem a vida entristece, destrói e desanima? Aos que não

têm alegria, nem paciência, nem perseverança. Aos que, esquecendo o seu próximo, prestam atenção somente ao mal que lhes ocorre, para sofrer com ele.

“Alegram-se na esperança”, diz Paulo, “sejam pacientes na tribulação, perseverem na oração” (12:12, NVI). Nada melhor que a esperança cristã para espantar a tristeza e superar as amarguras. Amarguras e tristezas sempre sobrevêm. Nesses momentos, é necessário manter a esperança de que Deus, em meio a elas, formará em nós um caráter tão confiante nEle, tão seguro no Espírito, como era o caráter do próprio Jesus Cristo. E a bem-aventurada esperança nos aproxima da segunda vinda de Cristo para abrimos as portas da vida eterna, quando já não haverá tristeza nem dor alguma, porque céu e Terra serão novos.

“O próprio Deus estará com eles e será o seu Deus”, diz João (Ap 21:3, NVI). A dor, desmancha-prazeres da vida, jamais convidada, sempre intrusa, com seu abraço de espinhos secos e sua dureza de rochas mortas, somente cede à paciência. Simples como uma pétala, persistente como a água, quieta e silenciosa como um sono sem inquietude, forte como a resistência metálica, a paciência nunca perde. Controla a dor, acalma a angústia. Vence.

E o crente que persevera na oração, sem jamais interromper o diálogo informal com o Deus onipotente, alcança uma integração com Ele, uma intimidade espiritual tão poderosa, que jamais perde este contato. São essas as pessoas que vivem sempre em cordial relacionamento com os seres humanos a quem ajudam e abençoam.

“Compartilhem o que vocês têm com os santos em suas necessidades”, diz Paulo. “Pratiquem a hospitalidade” (12:13, NVI). E dos necessitados passa para os maus: “Abençoai os que vos perseguem, abençoai e não amaldiçoeis” (12:14).

Paulo retorna à alegria. Uma alegria genuína, verdadeira, realista e sem desconhecer que a vida não pode ser sempre alegria, mas pode ser empatia, harmonia e solidariedade.

“Alegrai-vos com os que se alegram e chorai com os que choram. Tende o mesmo sentimento uns para com os outros; em lugar de

serdes orgulhosos, condescendei com o que é humilde; não sejais sábios aos vossos próprios olhos” (12:15, 16).

Em sexto lugar, estar em paz com todos, incluindo os inimigos (12:17-20). Como é difícil estar em paz com todos! Mas Paulo dá algumas instruções que ajudam a ter paz:

(1) Privar-se da retribuição maligna. “Não retribuam a ninguém mal por mal” (12:17a, NVI). A retribuição do mal pelo mal sempre gera maior mal, e este processo continua aumentando o mal como a velocidade aumenta em um tobogã. Quando se chega ao ponto da vingança, é muito difícil fazer o processo retroceder. O melhor é não começar. Nunca pagar o mal por mal a ninguém, e fazer o bem.

(2) Esforçar-se por fazer o bem. “Esforçai-vos por fazer o bem perante todos” (12:17b). Quem sempre faz o bem desenvolve uma espécie de simpatia originada no bem. Simpatia contagiante. Se um crente é simpático para com os outros, o mais provável é que eles também sejam simpáticos para com ele. Além do mais, fazer o bem, como tudo o que o ser humano realiza, tem em si um elemento que atrai a imitação dos outros. Quem imita o bem constantemente se permite ser guiado pelo Espírito Santo, pode se tornar bom e, graças a isso, deixa de fazer o bem por simples imitação, para realizá-lo pela forma de ser e pelo estilo cristão de vida.

(3) Fazer o que depender de cada um, embora os outros não façam sua parte. “Se possível”, diz Paulo, “quanto depender de vós, tende paz com todos” (12:18). Não esperem que os outros façam a paz com vocês. Construam-na vocês com os outros. E se eles não corresponderem, vivam vocês em paz com eles, porque havendo tratamento de paz, embora seja unilateral, com bom entendimento já estamos na metade do caminho para a paz. Se, pelo contrário, ninguém se relaciona pacificamente com os outros, estão todos no caminho para o conflito e o desentendimento. A parte que depender de você, na obtenção de boas relações com os outros, faça-a sempre com todas as pessoas.

(4) Não se vinguem de ninguém. “Amados, nunca procurem vingar-se”, diz Paulo, “mas deixem com Deus a ira, pois está escrito: ‘Minha é a vingança; Eu retribuirei’, diz o Senhor” (12:19, NVI).

Aquele que por si mesmo se vinga usurpa o lugar de Deus. Atua por si mesmo em algo que corresponde à ação divina. Endeusa a si próprio. Quem se considera um pequeno deus atua de maneira rebelde contra o grande Deus onipotente, que governa sobre todo o Universo. Deus sabe, melhor do que ninguém, dar a cada um o castigo justo que suas ações merecem. Por outro lado, o pequeno deus, pelo próprio ato de usurpação, prova ser injusto e não está em condições de castigar com justiça a ninguém.

O que você deve fazer é isto, diz Paulo: “Se o teu inimigo tiver fome, dá-lhe de comer; se tiver sede, dá-lhe de beber; porque, fazendo isto, amontoarás brasas vivas sobre a sua cabeça” (12:20).

Não é com vingança que se constrói a paz. É com boas ações, com obras de amor. Porque o amor sem fingimento, autêntico, produz paz, harmonia, saúde mental e uma conduta cristã que não aceita a conduta que o mundo aprova.

Em sétimo lugar, a fórmula da vitória (12:21). Paulo completa esta seção sobre a influência do amor na conduta cristã com uma fórmula realmente eficaz: “Não te deixes vencer do mal, mas vence o mal com o bem” (12:21).

A conduta cristã depende muito da compreensão espiritual que o crente tem da luta que existe entre o bem e o mal. Ele precisa saber que esse conflito está em todo o lugar e se desenvolve o tempo todo. Cada decisão, pequena ou grande, está vinculada ao bem ou ao mal. Que influências o cristão aceita no processo de tomar essas decisões? A influência do mal, com todos os seus associados, e com a participação do meio mundano, exerce suas pressões constantes, persistentes e autoritárias. Procura controlar a vida do crente sem lhe deixar nenhuma opção, salvo a má ação.

Mas o crente que se entrega ao bem, aceito por Deus, e com o poder do Espírito Santo, realiza somente o bem. Consegue superar e vencer o mal. Tem uma conduta que corresponde à vida nova em Cristo Jesus.

Conduta em relação às autoridades (13:1-7)

Paulo agora comenta sobre a relação do crente com as autoridades civis. Por que esse tema se torna tão relevante para o crente que vive

num mundo transitório, cujos modelos de conduta em relação ao poder não são apropriados a ele? Porque o cristão não tem uma mente desordenada nem uma conduta caótica. Com a ideia já expressa por Paulo, de que os crentes não devem moldar sua mente conforme os modelos do mundo, estes poderiam chegar à conclusão de que devem rejeitar tudo o que se relaciona com a sociedade, inclusive o governo. Mas essa é a conduta extrema. Sob a inspiração divina, Paulo a rejeita.

Os crentes não vivem em reclusão. Embora não sejam do mundo, nem necessitem seguir seus modelos de conduta, estão nele e não devem estabelecer com ele uma separação conflitante quanto a muitos aspectos da vida. Por exemplo, o controle dos que fazem o mal. Deus Se reserva o direito de castigar os maus no dia do juízo final. Os crentes não devem se vingar dos que lhes fazem mal. Por causa desses dois fatos, o juízo final e a omissão da vingança, acaso ficam os praticantes do mal livres, sem controle e sem castigo? Não. Deus constituiu as autoridades civis sobre eles, às quais têm que se submeter.

Paulo apresenta os seguintes conceitos sobre as autoridades civis:

1. *Todas as autoridades provêm de Deus (13:1, 2)*. Parece que neste mundo ninguém tem autoridade própria. Em última instância, toda autoridade é procedente da autoridade divina.

“Todos devem sujeitar-se às autoridades governamentais, pois não há autoridade que não venha de Deus; as autoridades que existem foram por Ele estabelecidas” (13:1, NVI).

A submissão tem caráter compulsório. Não é optativo. Todos os membros da sociedade têm que se submeter às autoridades civis, do mesmo modo como se submetem à autoridade de Deus, porque Ele as estabeleceu.

Significa isso que a submissão não tem qualquer restrição? Devem todos fazer o que lhes for ordenado, não importando o conteúdo das ordens? Existe, sim, uma restrição ou condição para a obediência. O fato de que Deus tenha estabelecido as autoridades indica que elas estão obrigadas a prestar contas a Ele. Então, suas decisões não podem contradizer em nada a vontade de Deus. Se o fizessem, ficariam sem a autoridade divina naquilo que decidam fazer contrariamente à Sua vontade.

Aqui, é apresentado um problema muito complexo. Que governantes têm sido estabelecidos por Deus? Todos? Inclusive governantes que tenham tomado o poder por meio de violentas e até sangrentas revoluções? Inclusive governantes que estão a frente de sistemas políticos ateus e autoritários? A resposta mais simples seria: todos. Com a reserva da autoridade superior, pois mais importa obedecer a Deus do que aos homens. Quando esses governantes impõem leis contrárias à vontade revelada de Deus, o crente é obrigado a obedecer a Deus e desobedecer à autoridade civil. Sofrendo as consequências que seu autoritarismo lhes imponha? Sofrendo-as. Como resistir? Por meio da violência? Não. Resistência silenciosa seria o caminho. Como os cristãos resistiram ao Império Romano e o venceram. Pagaram caro. O sangue de muitos cristãos ficou misturado com a areia do circo, mas não se renderam. O Império Romano, soberbo e poderoso, tirano e pagão, parecia todo poderoso e invencível. Desapareceu. A história o levou com ela, como todos os impérios e governos que, desobedecendo a Deus, se opuseram à Sua vontade.

A autoridade de Deus é suprema. Ele transfere parte de Sua autoridade aos governos civis e, com base nisso, ninguém deve se opor a ela.

“Portanto”, diz Paulo, “aquele que se rebela contra a autoridade está se colocando contra o que Deus instituiu, e aqueles que assim procedem trazem condenação sobre si mesmos” (13:2, NVI).

Que espécie de castigo? Paulo o chama *krima*. É um castigo legal, aplicado mediante um julgamento. Não é um castigo autoritário. É justo. Precisa ser um castigo justo, sujeito a leis e aplicado sob um sistema legal estabelecido; sem vícios, sem parcialidades, sem decisões condenatórias previamente estabelecidas e sem bases ideológicas que impeçam o exercício da plena liberdade de pensamento, sempre que o pensamento não atente contra a moral, nem contra os princípios divinos.

2. *A autoridade dos magistrados* (13:3, 4). O magistrado pode ser uma pessoa que exerça o governo ou a autoridade judiciária. Nos dois casos, sua autoridade é final. Também há dois tipos de pessoas

que estão sob a autoridade dos magistrados: os que fazem o bem e os que fazem o mal.

Os que fazem o bem, de acordo com Paulo, não devem se preocupar com o modo de agir dos magistrados. “Porque os magistrados não são para temor, quando se faz o bem, e sim quando se faz o mal” (13:3a).

Os bons são sempre pessoas livres. Não devem sentir nenhuma restrição. As autoridades devem tratá-los bem. Os maus, sim, deveriam sentir que a autoridade está presente para restringir suas más ações e para castigá-los, se as cometerem.

“Queres tu não temer a autoridade?”, pergunta Paulo. E responde: “Faze o bem e terás louvor dela” (13:3b). “Por quê?”, pode perguntar a pessoa que faz o bem. “Visto”, diz Paulo, “que a autoridade é ministro de Deus para teu bem” (13:4a). É um servo de Deus para o bem. Deus tem dois servos na Terra: a igreja, encarregada de administrar a pregação do evangelho com a participação organizada de todos os crentes individualmente; e o Estado, cujos governantes são responsáveis por (1) administrar a natureza como fonte de recursos para toda a sociedade, criando leis e sistemas que assegurem sua justa distribuição para que ninguém sofra escassez de nada, e (2) manter a ordem social, para que ninguém seja importunado, e todos sejam protegidos no livre exercício de suas múltiplas atividades, participando na construção do progresso individual e comunitário.

O Estado também é um servo de Deus que administra a justiça e castiga os que fazem o mal. “Entretanto, se fizeres o mal, teme; porque não é sem motivo que ela traz a espada; pois é ministro de Deus, vingador, para castigar o que pratica o mal” (13:4b).

3. *Razões para sujeição às autoridades (13:5-7)*. Há três razões para sujeitar-se às autoridades:

(1) Para evitar o castigo. “É necessário”, diz Paulo, “que lhe estejais sujeitos, por causa do temor da punição” (13:5a). Desta vez, Paulo fala da parte emocional que envolve o castigo imposto pela lei em um julgamento. Há, no castigo, uma manifestação da ira social que, embora não seja expressada por todos os membros da sociedade em um ato comunitário de repúdio, existe e já está normatizado

formalmente no código penal. A sociedade rejeita a má ação e faz sentir sua ira através de um castigo.

É necessário evitar o castigo. A melhor maneira de fazê-lo é por meio da submissão às autoridades: não cometer nenhuma ação que mereça o repúdio social. Sempre sob o princípio da autoridade superior. Como disseram Pedro e João no Supremo Tribunal judeu, “antes, importa obedecer a Deus do que aos homens” (At 5:29).

(2) Por causa da consciência. “É necessário que sejamos submissos às autoridades”, diz Paulo, “por questão de consciência” (13:5, NVI). O crente não pode omitir seu conhecimento de Deus, nem as disposições de Sua vontade com respeito à ordem natural das coisas, entre as quais está a função das autoridades civis. Sabe que não é suficiente obedecer às autoridades por razões exclusivamente práticas, como é o caso de evitar o castigo. Toda verdadeira obediência tem que surgir de seu íntimo, da própria consciência. Ali Deus colocou um guia de conduta para todos os seres humanos, especialmente para o crente. Nele, a consciência tem sido despertada de modo mais sensível pela recente obra de transformação que o Espírito Santo realiza em sua mente.

(3) Porque estão a serviço de Deus. “É por isso também”, acrescenta Paulo, “que vocês pagam imposto, pois as autoridades estão a serviço de Deus, sempre dedicadas a esse trabalho” (13:6, NVI).

O apóstolo já havia dito que as autoridades são servos de Deus. Agora o confirma. São servos de Deus, dedicados a governar o Estado. O critério de governo como serviço a Deus é certamente um critério moral. Servem a Deus e, com seu serviço, beneficiam o povo. Nesse critério, não cabem o esquecimento de Deus nem o abandono do povo. Servir aos interesses de um partido político em lugar de servir a Deus, e apoderar-se dos benefícios que pertencem ao governo, deixando o povo desprovido e à sua própria sorte, é uma imoralidade. Não apenas imoralidade social, mas também imoralidade espiritual. Por imoralidade espiritual, refiro-me ao mais elementar do espírito humano, a imoralidade contra a própria consciência. A partir daí, encontra-se todo o edifício espiritual do ser humano, que vai desde seu próprio espírito até o Espírito Santo de

Deus. Os governantes devem manter sempre em mente que governam para servir; e os governados têm o dever de obedecer.

“Pagai a todos o que lhes é devido: A quem tributo, tributo; a quem imposto, imposto; a quem respeito, respeito; a quem honra, honra”, diz Paulo (13:7). O que mais Paulo poderia dizer sobre as autoridades civis, se com tão poucas palavras já falou tudo?

É importante notar que o ensino de Paulo sobre a submissão às autoridades civis é muito semelhante ao ensino que Pedro transmitiu sobre o mesmo assunto: “Por causa do Senhor, sujeitem-se a toda autoridade constituída entre os homens; seja ao rei, como autoridade suprema, seja aos governantes, como por Ele enviados para punir os que praticam o mal e honrar os que praticam o bem. Pois é da vontade de Deus que, praticando o bem, vocês silenciem a ignorância dos insensatos. Vivam como pessoas livres, mas não usem a liberdade como desculpa para fazer o mal; vivam como servos de Deus. Tratem a todos com o devido respeito: amem os irmãos, temam a Deus e honrem o rei” (1Pe 2:13-17, NVI).

A conduta do crente para com o próximo: ética do amor (13:8-10)

Outra área da conduta que o crente deve observar é constituída por suas relações com o próximo. Das obrigações ou ações que os crentes devem realizar para com as autoridades civis, Paulo passa às obrigações do amor ao próximo que a lei moral de Deus lhes impõe.

“A ninguém fiquéis devendo coisa alguma”, diz Paulo, “exceto o amor com que vos ameis uns aos outros; pois quem ama o próximo tem cumprido a lei” (13:8). O amor é mencionado aqui como o fundamento da lei. E não pode ser de outra forma, pois o próprio autor da lei é amor.

“Deus é amor”, diz João, “e aquele que permanece no amor permanece em Deus, e Deus, nele” (1Jo 4:16). Logo a seguir, acrescenta: “Nisto conhecemos que amamos os filhos de Deus: quando amamos a Deus e praticamos os Seus mandamentos. Porque este é o amor de Deus: que guardemos os Seus mandamentos; ora, os Seus mandamentos não são penosos” (1Jo 5:2, 3).

Que lei é essa? Quais são esses mandamentos? Paulo explica: “Pois estes mandamentos: ‘Não adulterarás’, ‘Não matarás’, ‘Não furtarás’, ‘Não cobiçarás’, e qualquer outro mandamento, todos se resumem neste preceito: ‘Ame o seu próximo como a si mesmo’. O amor não pratica o mal contra o próximo. Portanto, o amor é o cumprimento da Lei” (13:9, 10, NVI).

A conduta do crente cristão que nasceu de novo é regida pela lei dos Dez Mandamentos, ou Lei Moral de Deus. Mas não para serem cumpridos de maneira puramente formal, como fizeram os judeus nos tempos antigos, mas da forma original, que agora é a forma cristã, baseada no amor. O que ama cumpre os mandamentos, e quem não os cumpre não ama.

Uma conduta à luz do dia: obras do amor (13:11-14)

As obras do amor cristão são feitas à luz do dia, porque o crente não vive na noite. Ele vive em plena luz, conhecendo os tempos e o que deve fazer.

“Façam isso”, diz Paulo, “compreendendo o tempo em que vivemos. Chegou a hora de vocês despertarem do sono, porque agora a nossa salvação está mais próxima do que quando cremos” (13:11, NVI). As obras do amor estão relacionadas com a salvação. Não são obras que garantem a salvação. São obras que provêm da experiência redentora que nos tornou novas pessoas, salvas em Cristo Jesus. O que vem primeiro: as obras do amor ou a salvação? A ordem correta é esta: Primeiramente, Deus nos perdoa e nos justifica para nos dar a salvação em Cristo. Depois, o cristão pratica as obras do amor e segue a luz de uma vida reta.

“A noite está quase acabando; o dia logo vem. Portanto, deixemos de lado as obras das trevas e revistamo-nos da armadura da luz” (13:12, NVI). Em que consiste a armadura da luz? A proteção da verdadeira luz que veio ao mundo se encontra nos filhos da luz. Nenhum crente deve se submeter à ética das trevas, que rege o mundo, cujo estilo de vida foi desprezado. Agora segue os princípios da lei de Deus, verdadeiro escudo de luz que protege das trevas e do erro.

“Comportemo-nos com decência”, afirma Paulo, esclarecendo por contraste a vida da luz: “Não em orgias e bebedeiras, não em imoralidade sexual e depravação, não em desavença e inveja. Ao contrário, revistam-se do Senhor Jesus Cristo, e não fiquem premeditando como satisfazer os desejos da carne” (13:13, 14, NVI).

As obras da luz são as obras do amor, o cumprimento da lei, a nova vida do crente que vive em pleno dia em Cristo, porque, revestido do Senhor, pode alcançar a plenitude da vida espiritual já sem o peso da vida carnal que a natureza pecadora lhe havia imposto. É livre para viver. Livre para amar. Livre para servir a Cristo e completamente livre para servir ao seu próximo por amor. Que vida mais decente que esta pode o crente viver?

Orientações para a vida em comunidade (14:1-15:13)

O cristianismo não é uma religião individualista. A comunidade, igreja, é fundamental. Possivelmente, a própria definição de igreja, dada por Paulo aos efésios, estabeleça a comunidade cristã em segundo lugar de importância para o crente, depois de Cristo, em razão da proximidade entre Cristo e a igreja.

“Deus colocou todas as coisas debaixo de Seus pés e O designou cabeça de todas as coisas para a igreja, que é o Seu corpo” (Ef 1:22, 23, NVI). A igreja é o corpo de Cristo. Paulo não poderia ter usado metáfora mais próxima ao Senhor. Nem poderia haver descrito melhor sua importância para o cristianismo. É verdade que a salvação é um assunto individual. Ninguém pode ser salvo em virtude da comunidade. Mas a comunidade é indispensável para a pregação do evangelho. Ajuda cada membro em sua tarefa e, ao fazer parte do corpo, a grande tarefa de levar o evangelho a todo mundo se torna possível. Espalhados por toda a Terra, unidos pela igreja, apoiados por todo o corpo, podem avançar sem os problemas que deveriam enfrentar se cada um atuasse como uma ilha amarrada em seu próprio recanto no imenso mar da humanidade.

Mas essa ação geral da comunidade começa de forma mais modesta: mediante a aceitação mútua de dois crentes e a reciprocidade

da pequena ou grande congregação local. Esse é o foco de atenção ao qual Paulo dirige esta seção da epístola (14:1-15:13).

Repete o conceito de reciprocidade cinco vezes nesta curta discussão. Começa dizendo: “Acolhei ao que é débil na fé” (14:1). Em seguida, repete a ideia de aceitação de uns pelos outros para edificar uma reciprocidade integradora e construtora da igreja.

“Não nos julguemos mais uns aos outros” (14:13).

“Assim, pois, seguimos as coisas da paz e também os da edificação de uns para com os outros” (14:19).

“O Deus que concede perseverança e ânimo dê-lhes um espírito de unidade, segundo Cristo Jesus, para que com um só coração e uma só voz vocês glorifiquem ao Deus e Pai de nosso Senhor Jesus Cristo” (15:5, 6, NVI).

“Portanto, aceitem-se uns aos outros, da mesma forma que Cristo os aceitou, a fim de que vocês glorifiquem a Deus” (15:7, NVI).

Paulo desenvolve o tema da aceitação mútua em quatro partes: o que fazer com as contendas, não julgar as pessoas, não ferir os mais débeis, aceitar os outros para glória de Deus.

O que fazer com as contendas? (14:1-13a)

A aceitação mútua se torna difícil quando há contendas de qualquer natureza, e mais inacessível ainda se os membros da igreja não sabem administrá-las espiritualmente. A situação que Paulo enfrenta é, de forma específica, uma disputa entre os débeis e os fortes na fé. Essa era uma situação existente na igreja de Roma, ou algo imaginado por Paulo para orientar as pessoas quanto a um problema que bem poderia ser real em muitos lugares? Não está claro. Mesmo que fosse real em Roma, ou idealizado na mente de Paulo, ou ainda as duas coisas ao mesmo tempo, como poderia ser o caso, serve muito bem ao propósito de Paulo e sua instrução torna-se clara para a igreja cristã de todos os tempos.

“Aceitem o que é fraco na fé”, diz Paulo, “sem discutir assuntos controversos” (14:1, NVI). Quem é o fraco na fé? Não era fraco porque cresse pouco, nem porque tivesse pequena fé. A fé dos cristãos era a resposta que haviam dado ao convite do evangelho.

Foram chamados a aceitar a Cristo e O aceitaram. Essa era a resposta da fé. Todos os crentes responderam do mesmo modo. Como alguns poderiam ser fracos e outros fortes na fé? Unicamente por causa da contenda.

Os fortes olhavam aos seus contrários com um tom depreciativo e os consideravam fracos. Não que fossem realmente fracos, mas porque tinham opiniões diferentes. E a contenda se originava nessa diferença de opiniões. Não era, entretanto, como uma conversação de duas pessoas ou de um grupo de pessoas no qual todas eram consideradas iguais e suas opiniões tratadas igualmente com deferência e respeito. Não, o que ocorria no debate era um julgamento. Os que se consideravam fortes condenavam as opiniões dos que eles consideravam fracos.

Os fortes eram judeus e gentios, em sua maioria gentios, que haviam aceitado a pregação de Paulo sobre a libertação das práticas tipicamente judaicas e de sua maneira formal de viver a religião. E os fracos pretendiam conservar algumas observâncias judaicas, especialmente relacionadas com a comida e os dias cerimoniais do culto judeu.

Paulo exigia urgência dos fortes em abandonar as disputas e receber os fracos como membros da igreja, sem recriminações nem rejeição. Ele apresenta alguns dos temas em debate, como comida e observância de dias especiais, que permitem distinguir os dois grupos. Em seguida, lhes dá dois conselhos: não viva cada um para si, nem julgue a seu irmão.

Temas em debate (14:2-6). Pode parecer que os temas em debate não eram tão relevantes para criar uma divisão interna do cristianismo. Mas se levarmos em conta todos os temas que têm causado divisões na igreja cristã, através dos tempos, sua insignificância nos causaria assombro. Quase sempre são assuntos simples, não transcendentais, sem consequências eternas relacionadas com a salvação. Opiniões pessoais. Especulações que os defensores ou os difamadores enchem de significados conflitantes. Isso não é cristianismo. O cristianismo não é disputa, nem suas fileiras servem para atrair pessoas de espírito contencioso. O cristianismo é uma

religião que imita a Cristo e se preocupa com a salvação de todas as pessoas. Integração. Unidade. Harmonia. Divisões, para quê? Nada têm que ver com o cristianismo.

1. Comidas (14:2-4). Alguns crentes discutiam a respeito de comidas. Tema muito válido para encontrar os melhores caminhos para a boa saúde, mas não para menosprezar alguém. “Um”, diz Paulo, “crê que de tudo pode comer, mas o débil come legumes” (14:2). O que inclui o tudo? Pelo que Paulo diz, um pouco mais adiante, parece que incluía carne e vinho.

“É melhor não comer carne nem beber vinho” (14:21, NVI). Na igreja de Corinto, surgiu um problema semelhante. A discussão era sobre as carnes oferecidas aos ídolos. Podiam os cristãos comê-las sem prestar homenagem ao ídolo que havia sido objeto da dedicação? “Sabemos”, diz Paulo, “que o ídolo não significa nada no mundo e que só existe um Deus” (1Co 8:4, NVI).

Com esse conhecimento, não se devia criar nenhum problema com o que lhes é oferecido como oferta. “Contudo, nem todos têm esse conhecimento”, acrescenta. “Alguns, ainda habituados com os ídolos, comem esse alimento como se fosse um sacrifício idólatra; e como a consciência deles é fraca, fica contaminada” (1Co 8:7, NVI).

A comida sacrificada aos ídolos não deixa a pessoa impura diante de Deus. Não torna mais aceitável a Deus a pessoa que não come; nem a que come, menos aceitável. O ídolo é nada. Mas há uma coisa que tem grande importância. Ao agir com liberdade, mediante o conhecimento dessas coisas, o crente pode causar escândalo a uma pessoa débil. É preciso cuidar para que a liberdade de alguém não se transforme em tropeço para outro, porque existe algo a que Paulo chama de pecado contra os irmãos.

“E deste modo”, diz, “pecando contra os irmãos, golpeando-lhes a consciência fraca, é contra Cristo que pecais. E, por isso, se a comida serve de escândalo a meu irmão, nunca mais comerei carne, para que não venha a escandalizá-lo” (1Co 8:12, 13).

Aqui está o princípio cristão que rege a conduta para com os irmãos. Não ofender a consciência do outro. Não rejeitá-lo. Aceitá-lo como irmão fiel, embora sua consciência seja débil.

E aos cristãos de Roma, Paulo, com plena autoridade, diz: “Aquele que come de tudo não deve desprezar o que não come, e aquele que não come de tudo não deve condenar aquele que come, pois Deus o aceitou” (14:3, NVI).

O ponto está na aceitação mútua. Sabendo que o ato de comer carne sacrificada aos ídolos não torna uma pessoa idólatra, o importante é não menosprezar essa pessoa, nem julgá-la, e vice-versa.

“Quem és tu que julgas o servo alheio?”, pergunta Paulo (14:4a). Paulo recorre a uma ilustração da vida diária. Havia escravos que trabalhavam na casa de seus senhores, mais próximos à família que os demais. Paulo compara com eles os crentes que os fortes consideravam débeis.

De forma indireta, diz: “Não são seus servos. Pertencem a Deus e estão em Sua família. Você não tem o direito de julgá-los, como em realidade nenhum cristão deve julgar nenhum dos servos de Deus que pertencem, pela fé, à Sua família.”

“Para o seu próprio senhor está em pé ou cai; mas estará em pé, porque o Senhor é poderoso para o suster” (14:4b). Como é importante não julgar os servos do Senhor! Na verdade, não são somente servos que servem em Sua casa. Mais que servos, são filhos adotivos. Membros da família de Deus como todos os outros. Débeis e fortes podem ter suas opiniões sobre os assuntos da vida, mas nenhum dos dois deveria desprezar os demais, nem se sentir superior. Nunca. Todos dependem da mesma força divina para se manter em pé diante de Deus ou para permanecer dentro de Sua casa, onde Ele os recebeu como filhos.

2. Observância de dias especiais (14:5, 6). Alguns crentes também discutiam sobre a observância de dias especiais do sistema ritual judaico.

“Há quem considere um dia mais sagrado que outro; há quem considere iguais todos os dias. Cada um deve estar plenamente convicto em sua própria mente” (14:5, NVI). Temos aqui dois assuntos: um relacionado com o que o crente considera e o outro com o conhecimento da consciência.

O que o crente considera: “Há quem considere um dia mais sagrado que outro; há quem considere iguais todos os dias” (14:5a, NVI).

Quando um crente expressa o que considera pessoalmente aceitável em um determinado assunto, o faz a partir do fundamento de suas preferências individuais. Emite um julgamento que lhe exigiu separar uma opinião de outra, ou uma opção entre outras, para adotar a que escolheu como própria. Sob essas circunstâncias, não pode emitir um julgamento final, decidindo que sua opinião é a única opinião certa e verdadeira.

Na verdade, todo crente pode ter uma opinião própria sobre qualquer assunto da vida, mas nunca pretender que sua opinião própria seja a medida para determinar a verdade existente nas opiniões dos demais. Isso não contribui para a integração de todos, nem estabelece a reciprocidade espiritual que deve existir no grupo. A revelação divina é a medida que julga as opiniões de todos. Ela define a validade do que alguém considera válido ou falso. Toda a verdade procede de Deus.

A questão relacionada com a observância dos dias especiais do culto judaico, por parte dos cristãos, de acordo com Paulo, era mais um assunto de opinião de cada um deles. Uns consideravam essa observância obrigatória, outros não. Opiniões. Como se deveria tratar essas ideias divergentes de modo que a comunidade continuasse em paz?

Sobre o mesmo assunto, Paulo aconselhou os cristãos da cidade de Colossos, dizendo: “Ninguém, pois, vos julgue por causa de comida e bebida, ou dia de festa, ou lua nova, ou sábados, porque tudo isso tem sido sombra das coisas que haviam de vir; porém o corpo é de Cristo” (Cl 2:16, 17).

Paulo pede que ninguém emita juízo sobre seu próximo, a respeito do sistema cerimonial. A questão incluía sacrifícios, comidas, bebidas, dias de festa como a Páscoa, o Pentecostes e outras, como luas novas e sábados cerimoniais, relacionados às principais festas. Tudo isso era um símbolo, uma sombra que representava o sacrifício de Cristo na cruz, mas o próprio sacrifício era Seu corpo. Então, quando Cristo foi crucificado, toda prática simbólica se tornou desnecessária. Mas, se alguns cristãos tinham dificuldades para compreender isso, era melhor simpatizar com eles do que condená-los; pois, embora demorassem um pouco, um dia entenderiam como os demais.

O conhecimento da consciência: “Cada um deve estar plenamente convicto em sua própria mente”, acrescentou Paulo (14:5b, NVI). Isso é uma questão mais séria. O conhecimento da consciência depende da luz que cada um tenha recebido. Nesse caso, ninguém deve ser consciência dos outros. Não se pode julgar com base nisso. Antes de atribuir uma opinião à consciência, ou transformar a luz da consciência em uma simples opinião, é necessário que o crente esteja bem convencido e seguro de seu conteúdo.

Novamente, o importante é o respeito mútuo que sempre deve existir entre os cristãos. Não fazer prejudgamento, nem condenar a partir de uma posição autossuficiente e superior. Quanto a tudo o que fazem para o Senhor, todos deveriam realizar o melhor.

“Quem distingue entre dia e dia”, diz Paulo, “para o Senhor o faz; e quem come para o Senhor come, porque dá graças a Deus; e quem não come para o Senhor não come e dá graças a Deus” (14:6). A distinção de um dia de outro não se refere à dedicação de um dia ou outro, sábado ou domingo, ao culto e ao repouso semanal para Deus. Porque esse não é um assunto pertencente aos símbolos do templo, ou às representações rituais que prenunciavam o sacrifício de Cristo na cruz. O dia de repouso é uma ordem divina incluída nos Dez Mandamentos. Não está presente na discussão de Paulo sobre as opiniões defendidas pelos cristãos fortes na fé contra seus irmãos débeis na fé.

Conselhos específicos (14:7-12). Para evitar as contendas sobre opiniões pessoais, Paulo apresenta dois conselhos que todo cristão deve considerar.

1. Não viva cada um para si (14:7-9). O crente em Cristo tem uma motivação muito clara para a vida. Não está em si mesmo. “Porque nenhum de nós vive para si mesmo, nem morre para si” (14:7).

A vida para uma pessoa centrada em si mesma é muito conflitante. Não se adapta às necessidades, nem aos interesses dos outros. É prejudicial para a reciprocidade que Paulo insistentemente destaca nesta parte de sua carta.

Em lugar de viver cada um para si, todos os crentes devem viver para Cristo. “Se vivemos, para o Senhor vivemos; se morremos, para

o Senhor morremos” (14:8a). Viver ou morrer, embora aparentemente seja o mais importante para o ser humano, e é o que mais valorizamos, na realidade é mera circunstância. O importante está em nossa relação com o Senhor e em nosso senso de pertencer a Ele.

“Quer, pois, vivamos ou morramos, somos do Senhor” (14:8b). A integração mútua dos crentes somente é produzida quando todos tomam consciência de seu verdadeiro senso de pertencer. Não se pertencem a si mesmos. Por isso, não devem lutar por suas próprias ideias a ponto de se desentender com seus irmãos, com os quais devem viver em mútua harmonia. A maior razão está no próprio Cristo, em Sua morte.

“Por esta razão Cristo morreu”, acrescenta Paulo, “e voltou a viver, para ser Senhor de vivos e de mortos” (14:9, NVI). O conselho, então, é válido: “Não vivam para vocês mesmos; vivam para Cristo, pertençam a Ele porque Ele morreu e ressuscitou para que isso fosse possível e para possibilitar a vida de vocês, centralizada em seu próximo, crente como vocês, e em Cristo como Senhor de vocês.”

2. Não julgue seu irmão (14:10-12). Viver julgando os outros parece uma atitude supérflua e até ridícula. Qual é o sentido disso? O julgamento de um ser humano sobre outro ser humano, especialmente se os dois são crentes em Cristo, está completamente fora de lugar. Primeiro, porque não é justo; segundo, porque é sinal de desprezo e, terceiro, porque o juízo não pertence aos seres humanos.

“Tu, porém, por que julgas teu irmão? E tu, por que desprezas o teu? Pois todos compareceremos perante o tribunal de Deus” (14:10). Parece forte e o é. Paulo menciona a atitude de desprezo e menosprezo que revela o esquecimento do verdadeiro julgamento ao qual todos os seres humanos teremos que comparecer. Em seguida, afirma: “Está escrito: Por minha vida, diz o Senhor, diante de Mim se dobrará todo joelho, e toda língua dará louvores a Deus” (14:11; Is 45:23).

Então, repete sua advertência, como afirmando e confirmando o que acaba de dizer, porque é uma verdade tão relevante para os crentes contenciosos como o é para todos os demais. Simplesmente porque a contenda pode atrair qualquer um e muitas vezes o faz,

desfraldando as razões mais nobremente cristãs e mais teologicamente retas. Na aparência, logicamente. Pois o espírito contencioso nunca é reto nem nobre. Quase sempre conflitante, desagregador e produz inimizades. É separatista.

Não é necessário esquecer a realidade. “Assim”, diz Paulo, “cada um de nós prestará contas de si mesmo a Deus. Portanto, deixemos de julgar uns aos outros” (14:12, 13a, NVI). Esse conselho também é válido. Deixemos de julgar uns aos outros, porque o Deus que julgará todas as coisas de todos, nos julgará também, incluindo os julgamentos que fazemos dos outros. Melhor é que nos dediquemos a aceitar uns aos outros e a construir juntos a verdadeira unidade da igreja, que contribui para a salvação de todos.

Não ser obstáculo aos outros (14:13b-23)

Tudo está muito claro. O objetivo da convivência espiritual é tão nobre, tão justo, tão valiosamente prático e tão extremamente saudável que oferece apenas uma alternativa: não criar obstáculos para ninguém. “Façamos o propósito de não colocar pedra de tropeço ou obstáculo no caminho do irmão” (14:13b, NVI).

Dito isso, Paulo retorna aos problemas de comidas e bebidas rituais. Acrescenta agora um elemento muito importante, que permite uma identificação incontestável do tipo de comidas às quais se refere. A questão da impureza ritual.

“Eu sei e estou persuadido”, diz Paulo, “no Senhor Jesus, de que nenhuma coisa é de si mesma impura, salvo para aquele que assim a considera; para esse é impura” (14:14). Muito claro. Não há nenhuma referência aos animais limpos e não limpos, puros ou impuros, contagiosos ou não, que fazem mal à saúde, desse modo identificados por Deus desde os dias de Noé: “De todo animal limpo levarás contigo sete pares: o macho e sua fêmea; mas dos animais imundos, um par: o macho e sua fêmea” (Gn 7:2).

Por que sete pares dos limpos e apenas um par dos imundos? Porque dos limpos poderiam comer sem que a espécie fosse extinta. Por sua vez, dos imundos não podiam comer nenhum, sob pena de extinguir a espécie. Está claro, não é verdade?

A discussão entre os fortes e os fracos na fé não se referia aos animais limpos e aos imundos, se uns poderiam ser comidos e outros não, ou se todos podiam ser comidos indistintamente. O assunto tinha que ver com a pureza cerimonial que, de acordo com a tradição judaica, era contaminada com certas práticas e com outras não. Por exemplo, comer animais sacrificados aos ídolos, como já foi referido anteriormente, comer com as mãos sem praticar a cerimônia da purificação e muitos outros.

Marcos relata um incidente relacionado com isso, ocorrido na vida de Jesus: “Os fariseus e alguns dos mestres da lei, vindos de Jerusalém, reuniram-se a Jesus e viram alguns dos Seus discípulos comerem com as mãos ‘impuras’, isto é, por lavar. Os fariseus e todos os judeus não comem sem lavar as mãos cerimonialmente, apegando-se, assim, à tradição dos líderes religiosos” (Mc 7:1-3, NVI).

A purificação cerimonial, baseada em conceitos da tradição judaica, tinha pouco sentido para Paulo, pois ele não via nenhuma impureza nos alimentos como tais. Se não eram impuros em si mesmos, de que impureza eram liberados nesses ritos? Tal impureza somente pode existir na mente de quem assim os considera.

O que deve, sim, ser levado em conta, em assuntos como esses, em que não há um fundamento na vontade de Deus, é como afetam as ações que alguém realize em relação a eles. Paulo explica isso da seguinte forma: “Se o seu irmão se entristece devido ao que você come, você já não está agindo por amor. Por causa da sua comida, não destrua seu irmão, por quem Cristo morreu” (14:15, NVI).

O amor é a base da convivência espiritual recíproca. Sem amor, não há mutualidade. Quando um cristão ama o outro e vice-versa, existe verdadeira reciprocidade entre eles. Um serve de apoio ao outro e todos desfrutam do apoio de todos. É uma verdadeira comunidade, espiritualmente integrada e unida pela fidelidade da fé que os une ao Senhor com vínculos espirituais superiores.

Há outro fato que deve ser levado em consideração em assuntos como a comida e as boas práticas que mantêm a saúde dos cristãos.

Se os cristãos se tornam hostis por causa de seus pontos de vista, produzem má impressão nas pessoas que os observam.

Paulo recomenda: “Aquilo que é bom para vocês não se torne objeto de maledicência” (14:16, NVI). Há um bem superior ao bem da saúde. É o bem da salvação. Não se deve descuidar da saúde, mas a salvação é indispensável. O que ganharíamos em desfrutar de excelente saúde, se por nossas contendas, sem a devida razão, perdermos a possibilidade de entrar no reino de Deus? Mais importante é o reino. E que reino é este?

“Pois o reino de Deus não é comida nem bebida, mas justiça, paz e alegria no Espírito Santo; aquele que assim serve a Cristo é agradável a Deus e aprovado pelos homens” (14:17, 18, NVI).

Assim age quem entra no reino de Deus. Se todos virem que os cristãos vivem em justiça, paz e alegria, serão atraídos a esse estilo de vida e, aprovando-o, irão se unir a eles, para juntos entrar no reino. Vantagem espiritual para todos.

O que dizer quanto à edificação recíproca? Merece nosso esforço constante. “Por isso, esforcemo-nos em promover tudo quanto conduz à paz e à edificação mútua” (14:19, NVI). Esse esforço é semelhante ao que um atleta que corre no estádio realiza. Concentra-se. Avança em direção a um ponto fixo sem nunca se desviar. Coloca toda sua energia no esforço para alcançar o objetivo. Crê que pode alcançar e avança para ele com a determinação de um vencedor. Triunfa. Tudo no crente está a serviço da edificação mútua porque essa é a obra que Deus está construindo nele: é Sua obra de amor.

“Não destrua a obra de Deus”, diz Paulo, “por causa da comida. Todo alimento é puro, mas é errado comer qualquer coisa que faça os outros tropeçarem” (14:20, NVI). Já havia passado o tempo para essas discussões sobre purezas e impurezas cerimoniais. Essas preocupações pertenciam a outro grupo, a outro estilo de vida, a outro tipo de valores espirituais: mais formais, menos espirituais, sempre conflitantes. As tradições judaicas haviam, inclusive, entrado em conflito com as próprias leis de saúde e com as leis morais de Deus por causa de seu espírito constantemente acusador e duvidoso.

Esqueceram-se do amor, da justiça, da paz, da alegria. Para que lhes serviam essas tradições áridas, frias, duras? Paulo não queria que entrassem na igreja, primeiro porque não pertenciam a ela, e segundo porque eram contrárias ao espírito de simpatia mútua em Cristo Jesus.

“É melhor não comer carne nem beber vinho, nem fazer qualquer outra coisa que leve seu irmão a cair” (14:21, NVI). Paulo prossegue a mensagem: não leve seu irmão a tropeçar, sustentando opiniões e práticas baseadas em tradições não cristãs que somente produzem dissabores e causam a queda dos mais fracos na fé.

Porém, se as questões de pureza e impureza cerimonial perturbam sua consciência, há alguma coisa que você pode fazer, e é saudável para edificação do corpo de Cristo. “Assim”, diz Paulo, “seja qual for o seu modo de crer a respeito destas coisas, que isso permaneça entre você e Deus” (14:22a, NVI). E isso por causa da consciência, pois não se deve fazer nada que a viole. Uma consciência tranquila, segura no Senhor, é um bem espiritual que o próprio Deus colocou em cada ser humano.

“Feliz é o homem que não se condena naquilo que aprova” (14:22b, NVI). Mas apenas a consciência não é suficiente; tem que ser iluminada pela fé na revelação. A fé e o Espírito Santo que a coloca no crente lhe dão a segurança necessária para estar em paz com Deus e saber que suas ações são corretas.

“Mas aquele que tem dúvidas é condenado se comer”, acrescenta Paulo, “porque o que faz não provém de fé; e tudo o que não provém de fé é pecado” (14:23). Os que não tendo, na própria consciência, convicção de fé, impõem práticas provenientes da tradição judaica, somente colocam tropeços diante de seus irmãos. E aqueles que, considerando-se totalmente livres dessas práticas, as cumprem, provocando a consciência dos que têm convicções profundas a esse respeito, também estabelecem pedras de tropeço.

A única conduta aceitável nesses casos que realmente não dispõem da revelação divina consiste em edificar-se mutuamente na fé, para que tudo se torne claro à consciência de todos e em reciprocidade espiritual aceitável. Todos são edificados no amor.

Não ferir os mais fracos (15:1-6)

Paulo desenvolve agora um assunto delicado e sutil, ao tratar das emoções que intervêm nas relações mútuas entre cristãos. São três questões: como agradecer uns aos outros, como desenvolver a esperança e como ter o mesmo sentimento.

Como agradecer uns aos outros? (15:1-3). Agradar uns aos outros pode ser um assunto de simples cortesia. Uma formalidade social. Um modo de se mostrar externamente simpático. Mas nem cortesia, nem formalidade social nem o que se faz apenas para o consumo externo das relações revelam as verdadeiras emoções das pessoas. O cristianismo tem que ver com a expressão de emoções autênticas. A maneira de agradecer o outro, de acordo com Paulo, deve ser autêntica e espiritual. As ações que agradam têm que estar sustentadas por um sentimento totalmente livre de egoísmo.

“Nós, que somos fortes”, diz Paulo, “devemos suportar as fraquezas dos fracos, e não agradecer a nós mesmos” (15:1, NVI). Aqui se trata de apoiar ao outro. Como? Imaginemos um homem carregando um fardo sobre os ombros. Ao vê-lo, um transeunte sente simpatia por ele e diz:

– Deve estar muito pesado. Sinto muita pena de você. Quem dera que não fosse necessário levar esse fardo. Mas como precisa fazer isso, conte com minha simpatia.

– Muito obrigado – responde-lhe educadamente o homem.

Os dois seguem seu respectivo caminho e o fardo se torna cada vez mais pesado. Tanto que o corpo do homem com o fardo se encurva e sua marcha se torna mais lenta.

Pouco depois se encontra com outro transeunte que o olha compreensivamente. Pede-lhe que pare por um momento. Ajuda-o a baixar a carga dos ombros, enquanto lhe diz:

– Descanse um pouco. Não se preocupe. Se o seu caminho é longo, isso não é problema. Eu sou mais jovem que você e posso carregar seu fardo.

Depois de conversar sobre assuntos pessoais que lhes permitem se conhecer um pouco, o estranho toma o fardo, coloca-o sobre os próprios ombros e segue o carregador cansado. Com corpo e mente aliviados, esse carregador sente ter recebido verdadeiro apoio.

É necessário perguntar qual dos dois realmente apoiou o homem mais fraco? Qual é o melhor apoio: palavras de simpatia ou atos reais?

Quando os crentes se apoiam reciprocamente, eles o fazem com palavras e atos. Os dois são veículos muito apropriados para despertar o agrado do outro, sem se importar com a satisfação própria.

Os que se preocupam em agradar a si mesmos não contribuem com nada para a reciprocidade cristã, porque seu egoísmo os oculta dentro de si mesmos e, nessas circunstâncias, o eu se torna um quarto muito escuro e solitário.

Paulo apresenta a chave para deixar o egoísmo: “Portanto, cada um de nós agrade ao próximo no que é bom para edificação” (15:2). E dá a razão mais importante que pode existir para um cristão: “Porque”, diz Paulo, “também Cristo não Se agradou a Si mesmo; antes, como está escrito: As injúrias dos que te ultrajavam caíram sobre Mim” (15:3).

Cristo levou sobre Si o peso do pecado cometido por Seus inimigos. Agradou somente aos outros, a todos. Podemos nós, os cristãos, pensar em seguir conduta diferente? Não, certamente. Agradar aos outros tem que ser nossa forma espiritual de proceder. Em tudo, fazendo o que é bom e agradável para os outros, contribuindo assim para a edificação de toda a igreja.

Como desenvolver a mesma esperança? (15:4). A pessoa que faz o que agrada aos outros é alguém que olha para o futuro com esperança. Uma esperança que comove e dirige todas as suas emoções. Concede-lhe uma paixão pura, cristalina, transparente, forte. Desperta uma força espiritual alegre e simpática. Tão espiritualmente simpática que pode contribuir para a aceitação do semelhante, sem nenhuma restrição.

Mas como desenvolver esse tipo de esperança? Através das Escrituras. “Pois tudo quanto, outrora, foi escrito para o nosso ensino foi escrito, a fim de que, pela paciência e pela consolação das Escrituras, tenhamos esperança” (15:4).

Aqui está a fórmula que produz as emoções necessárias para a integração e a reciprocidade cristãs: Paciência, consolação, esperança.

Quando brotam do coração, as ações externas serão todas simpáticas e favoráveis ao próximo.

Como ter um mesmo sentimento (15:5, 6). Com esse tipo de sentimentos, estamos muito próximos do sentimento que Cristo teve. O que falta? Apenas uma dádiva de Deus. Porque é Ele quem oferece este sentimento.

“Ora, o Deus da paciência e da consolação vos conceda o mesmo sentir de uns para com os outros, segundo Cristo Jesus, para que concordemente e a uma voz glorifiquéis ao Deus e Pai de nosso Senhor Jesus Cristo” (15:5, 6).

A maneira como podemos ter o sentimento de Cristo é colocando-nos em sintonia com a paciência e consolação de Deus. Quando nos pediu Deus que O consolássemos? Quando pediu que Lhe déssemos paciência para suportar nossos desvios, egoísmos, nossas rebeliões, nossa obstinação para pecar e continuar no pecado, apesar de tudo o que Ele faz para nos libertar de nossas iniquidades? Nunca.

Deus nunca Se coloca em uma situação de autocompaixão ou comiseração de Si mesmo pelo que os outros Lhe façam. Ele está sempre pronto a manifestar Sua paciência e consolação aos outros. A todos nós pecadores. É assim que nós, cristãos, temos que agir em relação aos outros; e o sentimento de Cristo estará em nós como dádiva de Deus para Sua glória e para nossa unidade espiritual.

Aceitação mútua para glória de Deus (15:7-12)

A aceitação mútua tem um objetivo e uma forma de ser. O objetivo é a glória de Deus; e deve ser como Cristo nos recebeu como cristãos. “Portanto, aceitem-se uns aos outros, da mesma forma que Cristo os aceitou, a fim de que vocês glorifiquem a Deus” (15:7, NVI).

Paulo está terminando suas considerações sobre a reciprocidade dos cristãos e repete o mesmo conceito com o qual começou. No início, disse: “Acolhei ao que é débil na fé, não, porém, para discutir opiniões” (14:1).

A medida de Cristo, para a aceitação, é um padrão alto e muito próprio do cristianismo. Cristo é a medida de todas as coisas.

Portanto, Sua maneira de aceitar os crentes deve ser o parâmetro para a forma como os crentes se aceitam entre si.

Como Cristo recebeu os crentes? Recebeu-os quando ainda não eram crentes. Então, não os recebeu como crentes. Ele mesmo disse: “Não vim chamar justos, e sim pecadores, ao arrependimento” (Lc 5:32).

Recebeu-os como pecadores. Essa é a forma como os crentes devem se aceitar uns aos outros, com todas as suas fraquezas, como estejam e como sejam. Sendo assim, ninguém jamais devia se queixar pelas faltas que os outros cometeram e muito menos criticá-los, como se esperassem que fossem pessoas sem fraquezas, perfeitas. Não são. Ninguém é perfeito. Então, não seria estranha em sua conduta a revelação de alguma fraqueza, ou falta cometida. Cristo não se incomoda com nossas faltas, cada vez que arrependidos recorremos a Ele para que nos perdoe. Ele nos perdoa e nos trata como se não existisse em nós nenhuma falta, como se nunca tivéssemos cometido nenhum erro. Isso produz em nós uma íntima satisfação espiritual. Uma segurança em Cristo derivada de Sua boa vontade que, ao mesmo tempo, aumenta nossa confiança nEle. Dessa mesma forma, os crentes devem se tratar. Cada um convertido, tendo a vida colocada nas mãos poderosas do Senhor, para aceitar o outro com espírito compreensivo, perdoador, redentor.

Para a glória de Deus. Esse tipo de aceitação mútua entre os cristãos geraria um hino vivo de constante louvor a Deus, que seria glorificado por incrédulos e crentes. Assim ocorreu com a forma como Cristo aceitou os pecadores. Deus foi glorificado porque Seu maior interesse é a salvação dos pecadores. Quer atraí-los a Si. Quer que vivam com Ele. Quer levá-los consigo à vida eterna. E Cristo, com Seu tratamento redentor, torna possível o cumprimento de tudo isso. Ao agir como Cristo, recebendo-se mutuamente, sem recriminações nem desprezos, com afeto e compreensão, os crentes expandem a obra de Cristo, no tempo e na vida de pessoas que se entregam a Ele com fé. A glorificação de Deus continua e tem que continuar até o último dia.

Cristo veio ao mundo como servo (15:8a). Antes de expor os objetivos que trouxeram Cristo ao mundo, Paulo diz aos cristãos de

Roma que Ele veio como servo: “Cristo Se tornou servo dos que são da circuncisão” (15:8a, NVI).

Como servo da circuncisão, submetido a ela e à nação que dessa forma estabelecia a identidade de seus integrantes, Cristo mostrou toda boa vontade de Deus para com Israel e para com toda a humanidade. Cristo é um servo que serve, e da mesma forma devem agir os crentes. Afinal, para que serve um servo que não serve?

Quando Paulo escreveu aos filipenses sobre esse assunto, disse-lhes: “Tende em vós o mesmo sentimento que houve também em Cristo Jesus, pois Ele, subsistindo em forma de Deus, não julgou como usurpação o ser igual a Deus; antes, a Si mesmo Se esvaziou, assumindo a forma de servo, tornando-Se em semelhança de homens; e, reconhecido em figura humana, a Si mesmo Se humilhou, tornando-Se obediente até à morte e morte de cruz” (Fp 2:5-8).

O Cristo servo mostrou com Sua própria vida como deve ser a vida dos crentes. Deus não exige que eles morram como Cristo morreu, mas lhes pede que vivam como Cristo viveu.

Dois objetivos que Cristo teve quando veio ao mundo (15:8b-12). Agora, sim, os objetivos. Paulo introduz duas frases, cada uma precedida pela preposição “para”, indicativa de objetivo.

1. Veio para mostrar a verdade de Deus (15:8b). “Cristo Se tornou servo dos judeus, *para* demonstrar a verdade de Deus, para confirmar as promessas feitas aos patriarcas.”

A verdade de Deus está relacionada às promessas que fez aos patriarcas. Essas promessas eram verdadeiras ou falsas? A própria existência de Israel tinha como fundamento as promessas de Deus. Primeiramente, as fez a Abraão. Depois, as repetiu a Isaque, a Jacó e aos doze filhos de Jacó.

O primeiro registro da promessa diz o seguinte: “Disse o Senhor a Abraão: Sai da tua terra, da tua parentela e da casa de teu pai e vai para a terra que te mostrarei; de ti farei uma grande nação, e te abençoarei, e te engrandecerei o nome. Sê tu uma bênção! Abençoarei os que te abençoarem e amaldiçoarei os que te amaldiçoarem; em ti serão benditas todas as famílias da Terra” (Gn 12:1-3).

Há nas promessas alguns conteúdos claros: (1) “Farei de ti uma grande nação.” Essa é a promessa sobre a existência da nação israelita e para ela. (2) “E te abençoarei e serás uma bênção.” É a promessa de progresso material para Israel que também se estenderia a outras nações. (3) “Em ti serão benditas todas as famílias da Terra.” É a promessa do Messias para Israel e para o mundo todo. Nas promessas de Deus a Israel, há elementos nacionais e elementos universais. As bênçãos são universais, materiais e espirituais – especialmente, a promessa do Messias. A bênção maior era a universal.

A questão apresentada por causa da crise que os judeus criaram entre eles e Deus, ao rejeitar Jesus como o Messias, era: cumpriu Deus as promessas que fez aos patriarcas? A resposta de Paulo é: “Sim. Cristo veio como servo dos judeus e viveu sob seu sistema religioso, como cidadão israelita, para demonstrar que Deus havia sido fiel e verdadeiro às promessas.”

Como garantia, Cristo foi o cumprimento das promessas. Era o Messias. E como era o Messias prometido ao mundo inteiro, não poderia ser reduzido ao projeto político dos judeus, declarar-Se rei de Israel, conquistar o Império romano e submeter o mundo todo ao domínio israelita. Isso teria sido somente a libertação de Israel. Como a promessa continha uma missão universal para o Messias, Ele deveria libertar o mundo inteiro.

Na sinagoga de Nazaré, o próprio Jesus definiu Sua missão, citando a parte universal das palavras escritas pelo profeta Isaías, acerca do Messias: “O Espírito do Senhor está sobre Mim, pelo que Me ungiu para evangelizar os pobres; enviou-Me para proclamar libertação aos cativos e restauração da vista aos cegos, para pôr em liberdade os oprimidos, e apregoar o ano aceitável do Senhor” (Lc 4:18, 19; Is 61:1, 2).

O ano aceitável do Senhor é a referência direta ao Messias, prometido para beneficiar todo o mundo. De fato, Cristo havia aberto a porta da salvação para que o mundo inteiro entrasse por ela. Deus havia sido fiel e verdadeiro com respeito às promessas que fez aos patriarcas.

2. Veio para que os gentios glorificassem a Deus por Sua misericórdia (15:9-12). Com isso, acrescenta o segundo elemento das promessas.

O primeiro coloca Israel como o centro das promessas. Da nação judaica, a bênção deve ser estendida a todo o mundo. Isso se cumpriu porque Cristo, o Filho de Deus, encarnando-Se, veio como judeu. Primeiramente, para resgatar as ovelhas perdidas da casa de Israel. E a partir daí, estender a bênção da vida eterna a todo o mundo.

O segundo elemento das promessas coloca os gentios no centro delas. Os não judeus também faziam parte integral das promessas, as quais não se cumpririam em sua plenitude se eles fossem esquecidos.

Paulo diz: Cristo veio “*para* que os gentios glorifiquem a Deus por causa da Sua misericórdia” (15:9a). Poderia haver encerrado aí. Era o suficiente. Mas, Paulo sentiu a necessidade de provar que os gentios também haviam sido objeto das promessas. E citou quatro textos da Escritura.

Primeiramente, Davi: “Por isso, eu Te glorificarei entre os gentios e cantarei louvores ao Teu nome” (15:9; cf. 2Sm 22:50; Sl 18:49).

Nesse salmo, Davi louva a Deus por tudo o que Ele realizou em seu favor, cumprindo as promessas que lhe haviam sido feitas, para livrá-lo da mão mortal de seu inimigo Saul. No final, não pode resistir à grandeza de Deus, que supera as fronteiras de Israel, e, de acordo com os planos divinos, inclui os gentios como beneficiários de sua confissão sobre o nome do Senhor.

Em segundo, está Moisés: “Alegrai-vos, ó gentios, com o Seu povo” (15:10; cf. Dt 32:43).

Moisés louva o poder de Deus. Não há outro deus mais poderoso que Ele. Em Sua mão, está o poder da vida e da morte, poder sobre a saúde e sobre a enfermidade, poder sobre a vitória na guerra. Em resumo, poder de abençoar Seu povo acima de todos os povos. Mas os outros povos não serão abandonados por Deus. Também serão chamados para alegrar-se com Israel no Senhor.

Em terceiro, novamente Davi: “Louvai ao Senhor, vós todos os gentios, e todos os povos O louvem” (15:11; cf. Sl 117:1).

O Salmo 117, embora muito sucinto, tem sido considerado um dos mais poderosos testemunhos da visão universal que Deus atribuiu à missão de Israel. Inclui todas as nações, sem qualquer distinção.

O quarto texto é de Isaías: “Recorrerão as nações à raiz de Jessé que está posta por estandarte dos povos” (Is 11:10).

Isaías, tomando como âmago o desmembramento de Israel, que começou com a invasão da Assíria e continua até os tempos messiânicos, anunciou o novo êxodo do povo de Deus, que surgia de todas as nações da Terra. Deus cumpriu assim Suas promessas a Israel e ao filho de Jessé, de cuja raiz veio o Messias para liderar os crentes, surgidos de todas as nações, que se reúnem com Ele.

O Deus da esperança (15:13)

Final das aplicações práticas. Que palavras mais apropriadas para concluir a descrição do estilo de vida cristã, que não se ajusta à maneira como vive o mundo!

“Que o Deus da esperança os encha de toda alegria e paz, por sua confiança nEle, para que vocês transbordem de esperança, pelo poder do Espírito Santo” (15:13, NVI).

Em suas epístolas, Paulo fala de duas grandes esperanças do cristão: a esperança da glória e a bem-aventurada esperança. Sobre a esperança da glória, diz: “Aos quais Deus quis dar a conhecer qual seja a riqueza da glória deste mistério entre os gentios, isto é, *Cristo em vós*, a esperança da glória; O qual nós anunciamos, advertindo a todo homem e ensinando a todo homem em toda a sabedoria, a fim de que apresentemos todo homem *perfeito em Cristo*” (Cl 1:27, 28).

O verdadeiro cristão é sustentado em sua experiência espiritual diária pela esperança de que, cada dia, Cristo Se integre tão autenticamente à sua maneira de viver, que sua vida seja uma verdadeira perfeição nEle. Uma verdadeira esperança de glória, porque a glória de Cristo, dessa forma, se tornará visível em toda a personalidade do crente, sobre quem o mundo já não exerce nenhuma atração.

Sobre a bem-aventurada esperança, Paulo escreveu: “Para que vivamos, no presente século, sensata, justa e piedosamente, aguardando

a bendita esperança e a manifestação da glória do nosso grande Deus e Salvador Cristo Jesus” (Tt 2:12, 13).

Os que servem ao Deus da esperança, de acordo com Paulo, viverão cheios de alegria, em paz com Ele. Por quê? Porque creem em Deus e porque o Espírito lhes outorga o poder espiritual necessário para que a esperança reproduza neles a realidade de Cristo e para que, no fim dos tempos, estejam com Cristo em Sua vinda.



Conclusão:

8 Ministrando e Pregando o Evangelho

Estamos na conclusão da carta (15:14-16:27). É a mais longa das conclusões que Paulo escreveu em suas cartas. Isso o permite abordar vários assuntos: Os planos para a pregação do evangelho, no futuro; saudações para várias pessoas; advertências contra os falsos mestres; saudações de seus companheiros e a bênção com uma doxologia.

Paulo e a pregação do evangelho (15:14-33)

O ministério de Paulo aos gentios, pregar-lhes o evangelho, foi sua suprema obra. Nada mais ocupou seu tempo. Este foi o único propósito de sua vida, porque Deus lhe deu esta incumbência. No momento em que escreveu a epístola aos Romanos, unindo sua vida nas três dimensões temporais, passado, presente e futuro, informou que cumpriu seu ministério e continuaria trabalhando para cumpri-lo, sem nunca vacilar.

“Irei à Espanha”, lhes diz, “e visitarei vocês de passagem” (15:28, NVI).

Ministério passado: pregação aos gentios (15:14-21)

Paulo começa falando de si mesmo e dos crentes romanos, destinatários de sua carta. A seguir se refere a seu dever como sacerdote

do evangelho, um serviço dedicado a Deus. Conclui, dizendo que completou a pregação do evangelho, definindo qual tinha sido o propósito principal de sua vida.

1. *A respeito de si mesmo, diz duas coisas*: uma relacionada com sua própria convicção e a outra sobre seu ministério.

Certeza. “Meus irmãos”, afirma, “eu mesmo estou convencido” (15:14a, NVI). É uma convicção especial. Não é a certeza de uma testemunha ocular, sempre automática e profunda. Mas Paulo tem informações confiáveis que procedem de fiéis companheiros seus, com os quais trabalhou anteriormente. Com eles, compartilhou a mesma dedicação a Deus e o mesmo esforço na pregação do evangelho. Em Roma, encontravam-se Áquila e Priscila, com os quais havia trabalhado construindo tendas e pregando o evangelho em Corinto e em Éfeso (At 18:1-3, 18-26).

A respeito deles, diz aos romanos: “Saúdem Priscila e Áquila, meus colaboradores em Cristo Jesus. Arriscaram a vida por mim” (16:3, 4, NVI).

Eles deram informações a Paulo sobre a igreja de Roma. Seus pontos fortes e suas debilidades. Essas informações unidas às revelações que Paulo recebia do Espírito Santo, davam-lhe um conhecimento tão ou mais sólido, do que qualquer conhecimento obtido por ele em um contato direto com a igreja. A informação de testemunhas confiáveis e a revelação do Espírito Santo davam a Paulo uma convicção espiritual segura, mais forte que a simples segurança psicológica produzida pelo testemunho de seus próprios sentidos.

Ministério. Unida à segurança espiritual que Paulo sentia com respeito aos cristãos de Roma, estava a convicção de seu ministério. Convicção inalterável. Tão inalterável como a graça divina.

“Por causa da graça que Deus me deu, de ser um ministro de Cristo Jesus para com os gentios” (15:15b, 16a, NVI). Paulo jamais duvidou do chamado divino. De acordo com suas próprias palavras, considerava-se “servo de Cristo Jesus, chamado para ser apóstolo, separado para o evangelho de Deus” (1:1, NVI).

2. *A respeito dos crentes romanos*. Com a convicção de sua dupla segurança, espiritual e vocacional, Paulo discorre sobre assuntos

mais intimamente relacionados com os destinatários de sua carta. Primeiramente, descreve a personalidade deles, informando-lhes em seguida como e com que propósito lhes escreve.

Personalidade. “Vocês estão cheios de bondade”, lhes diz (15:14a, NVI).

Uma bondade de duas dimensões. Em sua dimensão moral, revela uma excelência superior que abrange o ser inteiro, a personalidade total dos crentes romanos. Tudo o que eles são está revestido de bondade. São bons. Em sua dimensão relacional, os irmãos de Roma estão sempre dispostos a compartilhar o que possuem. São generosos.

E acrescenta: “Cheios de conhecimento, aptos para vos admoestardes uns aos outros” (15:14b).

Além de saber muito sobre tantas coisas, os cristãos de Roma são sábios. Possuem o conhecimento que vem de Deus e, com essa iluminação divina, podem compreender as diferentes situações da vida, especialmente os sentimentos das pessoas que se encontram entre eles. Graças a essa iluminação, estão capacitados com poder espiritual e habilidade intelectual para instruir-se e admoestar-se mutuamente com respeito à conduta e à fé. Ninguém se ofende. A sabedoria espiritual sempre concede a seus possuidores uma atitude de tolerância humilde e de simpatia afetuosa, indispensável para aprender, sem ofender-se, e para ensinar sem arrogância. Ninguém se incomoda. Todos crescem.

Como lhes escreve? “A respeito de alguns assuntos”, diz Paulo, “eu lhes escrevi com toda a franqueza” (15:15a, NVI).

A franqueza não é rude. É honesta, prudente, sábia. Não ofende nem fere. Não despreza ninguém. Não causa incômodo. Só diz o que é para ajudar, integrar, orientar. Sempre é cristalina, transparente, verdadeira. A franqueza de Paulo é completamente isenta de timidez, mas sua valentia ilimitada não é violenta nem destruidora. Disse aos crentes de Roma o que deveria dizer, sem provocar neles nenhuma tensão, sem acusá-los de coisa alguma.

Qual a razão para lhes escrever? “Entretanto, vos escrevi em parte mais ousadamente, como para vos trazer isto de novo à memória”, diz Paulo.

Em seguida, acrescenta: “Eu lhes escrevi com toda a franqueza, por causa da graça que Deus me deu, de ser um ministro de Jesus Cristo para os gentios” (15:15b, 16a, NVI).

O apóstolo tinha em mente dois objetivos bem claros: fazê-los lembrar e cumprir seu ministério aos gentios.

A *teologia da lembrança* é a base da segurança em Cristo e o fundamento do progresso espiritual. Paulo queria que os crentes romanos e os crentes de todos os tempos relembassem sempre o evangelho, o que Cristo havia feito para salvá-los. E Pedro queria que os destinatários de suas cartas relembassem as palavras dos profetas e os mandamentos do Senhor.

Assim ele se expressou: “Amados, esta é, agora, a segunda epístola que vos escrevo; em ambas, procuro despertar com lembranças a vossa mente esclarecida, para que vos recordeis das palavras que, anteriormente, foram ditas pelos santos profetas, bem como do mandamento do Senhor e Salvador, ensinado pelos vossos apóstolos” (2Pe 3:1, 2).

Evangelho, profecias e mandamentos constituem o tesouro da memória cristã. Coisas que os crentes nunca podem esquecer. “Por isso”, diz Pedro, “sempre terei o cuidado de lembrar-lhes estas coisas, se bem que vocês já as sabem e estão solidamente firmados na verdade que receberam” (2Pe 1:12, NVI).

E ainda acrescenta: “Mas, de minha parte, me esforçarei, diligentemente, por fazer que, a todo o tempo, mesmo depois da minha partida, conserveis lembrança de tudo” (2Pe 1:15).

No cristão verdadeiro, não há amnésia espiritual nem Alzheimer doutrinal. Há lembrança e boa memória de tudo o que constitui a verdade presente: evangelho, profecias, mandamentos e estilo de vida em Cristo.

Cumprimento do ministério. Paulo tinha um ministério para ser levado aos gentios, o qual deveria cumprir sem restrição de nenhum povo, incluindo os que estavam em Roma. Precisava lhes pregar o evangelho com todo o seu conteúdo e implicações, como já o havia explicado na epístola. Se não o tivesse cumprido, teria deixado de ser ministro de Cristo. Não seria seu enviado e apóstolo. Todos os cristãos têm esse mesmo dever.

3. *A proclamação do evangelho.* Paulo considera a proclamação do evangelho como dever sacerdotal, bem como serviço a Deus.

Como dever sacerdotal. Paulo tem o “dever sacerdotal de proclamar o evangelho de Deus, para que os gentios se tornem uma oferta aceitável a Deus, santificados pelo Espírito Santo” (15:16b, NVI).

Há uma mudança na função sacerdotal. Já não é oferecer sacrifícios a Deus como oferta pelo pecado. A função sacerdotal de Paulo é pregar o evangelho para então entregar os novos crentes como oferta a Deus. Cristo, na cruz, já realizou a oferta pelo pecado, em benefício de todos os pecadores. Com isso, encerrou a função intercessora do antigo sacerdócio. Agora, todos os crentes constituem um novo sacerdócio, com uma nova função.

Pedro, em sua primeira epístola universal, assim descreveu essa nova função sacerdotal: “Vós, porém, sois raça eleita, sacerdócio real, nação santa, povo de propriedade exclusiva de Deus, a fim de proclamardes as virtudes dAquele que vos chamou das trevas para a Sua maravilhosa luz” (1Pe 2:9).

Nem Paulo nem Pedro têm o propósito de dar continuidade ao sacerdócio do Antigo Testamento. Querem somente preservar a dedicação sem reservas e a consagração completa do antigo sacerdócio, aplicada à nova função cristã da pregação.

Como serviço a Deus. “Portanto”, acrescenta Paulo, “eu me glorio em Cristo Jesus, em meu serviço a Deus. Não me atrevo a falar de nada, exceto daquilo que Cristo realizou por meu intermédio, a fim de levar os gentios a obedecerem a Deus” (15:17, 18a, NVI).

A pregação do evangelho é um serviço a Deus. Quem o faz? Cristo, por meio dos crentes. Não pode ser um serviço dos crentes a Deus, por meio de Cristo porque, sem Cristo, ninguém seria crente nem poderia jamais pensar no semelhante. O ser humano é egoísta. Seu próprio interesse e seus benefícios próprios são a única coisa que realmente lhe interessa. Se tivesse que fazer algum sacrifício, como a pregação do evangelho tão frequentemente requer, estaria somente disposto a fazê-lo se tal sacrifício lhe trouxesse alguma vantagem própria, que sem ele não conseguiria obter. A pregação do evangelho exige abnegação, entrega pessoal, trabalho em favor dos outros, disposição

em fazer o bem, sem esperar nenhuma recompensa direta. Em uma palavra, altruísmo – estar centralizado nos demais. Para o crente, isso não é problema porque Cristo está com ele, realizando todas as coisas que faz. Todas elas se tornam instrumentos da missão.

Por que, então, nem todos os cristãos participam na pregação do evangelho? É simples. Nem todos permitem que Cristo atue através deles. Não O deixam viver neles, de forma permanente, por meio do Espírito Santo. Não estão realmente convertidos ao Senhor. Para estimulá-los a pregar o evangelho, não é necessário impeli-los por meio de uma promoção, como a propaganda vende um produto. É necessário conduzi-los espiritualmente a Cristo, ensiná-los a crer nEle, mostrar-lhes como viver com Cristo. Quando alcançarem essa experiência, e Cristo viver verdadeiramente em seu coração, será muito mais fácil pregar o evangelho aos que não creem. Seu trabalho missionário produzirá fruto. E toda a experiência espiritual de sua vida será um verdadeiro deleite no Senhor.

4. *Como Cristo atuou em Paulo para a pregação do evangelho?* Ele o fez, diz Paulo, “por palavras e por obras, pelo poder de sinais e maravilhas e por meio do poder do Espírito de Deus” (15:18b, 19a).

Aqui está a chave do êxito na pregação. É produzida pela ação de Cristo, no crente, com claras manifestações do Espírito Santo, que utiliza Seu poder nas palavras e ações dos crentes para produzir convicção nos incrédulos. Essas ações, às vezes, são manifestadas como sinais e milagres. Não em todo o tempo. Nem toda ação de Paulo foi um milagre. Mas quando as circunstâncias assim o requeriam, o Espírito Santo estava presente para atender as necessidades, sob Sua própria iniciativa. Paulo vivia com Cristo. Cria nEle. Estava mais interessado em salvar seus semelhantes do que alcançar sua própria salvação. Submetia-se ao poder do Espírito Santo. Por tudo isso, Suas palavras tornavam-se poderosas para convencer. Sua atuação, um sólido e contínuo argumento para provar que suas declarações a respeito do poder redentor de Cristo eram todas verdadeiras.

5. *Paulo havia completado a pregação do evangelho.* Não era estranho, então, que Paulo completasse a pregação do evangelho em cada lugar aonde fosse.

“Assim, desde Jerusalém e arredores, até o Ilírico, proclamei plenamente o evangelho de Cristo” (15:19b, NVI). Essa era a região onde Paulo havia trabalhado até esse momento. A região geográfica de sua pregação começava em Jerusalém, onde pregou depois que fugiu de Damasco porque seus inimigos queriam matá-lo.

Lucas conta a história da seguinte maneira: “Quando chegou a Jerusalém, tentou reunir-se aos discípulos, mas todos estavam com medo dele, não acreditando que fosse realmente um discípulo. Então Barnabé o levou aos apóstolos e lhes contou como, no caminho, vira o Senhor, que lhe falara, e como em Damasco ele havia pregado corajosamente em nome de Jesus. Assim, Saulo ficou com eles, e andava com liberdade em Jerusalém, pregando corajosamente em nome do Senhor. Falava e discutia com os judeus de fala grega, mas estes tentavam matá-lo” (At 9:26-29, NVI).

Ele prosseguiu a partir de Jerusalém, como que ziguezagueando de forma estratégica, para cobrir todo o território que lhe fosse possível, até a província romana de Ilírico, situada a noroeste da Macedônia, hoje norte da Albânia, Montenegro, Kosovo, Sérvia, Bósnia-Herzegovina (quase tudo o que era a antiga Iugoslávia).

Paulo ocupou o território com o evangelho. Tornou-o conhecido a todos. Deixou uma igreja estratégica e solidamente estabelecida em todos os países da Ásia Menor e da península da Grécia, com membros suficientes para pregar o evangelho em todos os lugares do território sob sua influência.

Um êxito notável. Possível somente porque ele permitiu que o poder do Espírito Santo o acompanhasse em todo momento. Não foi uma experiência intermitente. Foi sólida e constante. Segura e confiante. Crente e fiel.

6. *Objetivo*. Paulo tinha um único objetivo. Um único desejo arraigado. “Esforçando-me”, disse, “deste modo, por pregar o evangelho, não onde Cristo já fora anunciado, para não edificar sobre fundamento alheio” (15:20).

Direcionou seu veemente desejo para os gentios. Dessa maneira, fez coincidir seu próprio desejo com o desejo de Deus, pois a Escritura, expressando o desejo de Deus para os gentios, dizia: “Hão

de vê-Lo aqueles que não tinham ouvido falar dEle, e O entenderão aqueles que não O haviam escutado” (Rm 15:21, NVI; cf. Is 52:15).

Além disso, o Senhor tinha dado claras instruções a Ananias, em Damasco, com respeito a Paulo. Disse-lhe: “Vai, porque este é para Mim um instrumento escolhido para levar o Meu nome perante os gentios e reis, bem como perante os filhos de Israel” (At 9:15).

Ministério futuro: planos para Roma e Espanha (15:22-24)

Paulo tinha em vista mais que seu ministério passado. Projetando-se para o futuro, descreveu seus planos para visitar Roma e continuar sua viagem até a Espanha, para pregar o evangelho no extremo oeste do Império Romano. A pregação nos territórios do leste o havia absorvido completamente, impedindo-o de visitar Roma (15:22).

“Mas agora, não havendo nestas regiões nenhum lugar em que precise trabalhar, planejo fazê-lo quando for à Espanha” (15:23, 24a, NVI). Roma não seria o objetivo de sua viagem. Apenas uma parada, embora não breve. Queria visitá-los, como ele diz: “Depois de ter desfrutado um pouco da companhia de vocês” (15:24c, NVI).

Paulo tinha três objetivos: primeiro, desfrutar a companhia dos crentes romanos; segundo, receber ajuda financeira deles para continuar sua viagem para a Espanha; terceiro, descansar um pouco.

Confraternização e ajuda. Paulo expressa-se deste modo: “Espero visitá-los de passagem e dar-lhes a oportunidade de me ajudarem em minha viagem para lá, depois de ter desfrutado um pouco da companhia de vocês” (15:24b, NVI).

Embora Paulo, ao chegar a Roma, não tivesse muitos bens materiais, pois neste aspecto necessitaria da ajuda deles, iria com outra abundância: “Sei que, quando for visitá-los, irei na plenitude da bênção de Cristo” (15:29, NVI).

A bênção divina é abundância de bens materiais e bens espirituais. Ele levaria os bens espirituais e estes produziram a ajuda de que ele necessitava.

Descanso. Durante todo seu ministério, Paulo teve que enfrentar a agressão de seus inimigos judeus e gentios, que o atacaram

praticamente em todo lugar por onde passou. Esperava que ao chegar a Roma não acontecesse o mesmo.

“De forma que, pela vontade de Deus, eu os visite com alegria e juntamente com vocês desfrute de um período de refrigério” (15:32, NVI). Ele precisava de um descanso espiritual na luta. Não ter preocupações com os inimigos. Passar um tempo livre da tensão que a argumentação constante produz. Paulo desejava chegar a Roma para se encontrar com judeus e gentios diferentes dos que havia encontrado em todos os lugares. A principal diferença estava no lugar onde os encontrou. Os da Ásia Menor estavam nas sinagogas. Eram judeus, prosélitos do judaísmo e meio convertidos ao judaísmo, chamados de tementes a Deus. Os de Roma estavam nas igrejas. Cristãos de sua própria fé. Não haveria necessidade de argumentar para convertê-los. Que tranquilidade! Um verdadeiro descanso nessa luta espiritual que havia empreendido nos últimos vinte e três anos (35 d.C. a 58 d.C.).

Ministério presente: em direção a Jerusalém (15:25-33)

Paulo contempla este almejado descanso somente para depois. Ficarà para sempre no futuro, pois o destemido soldado do Senhor, quando chegar a Roma, será prisioneiro do Império, o inimigo mais poderoso que todos os seus inimigos da Ásia.

Entretanto, encontra-se na cidade de Corinto, quase no final de sua terceira viagem missionária, no início do ano 58 d.C., poucos meses antes do aprisionamento que ocasionou sua viagem a Roma.

Paulo não conta muito do que está ocorrendo com ele em Corinto. Não fala nada a respeito da angústia que lhe provocou a notícia dos rebeldes judaizantes, ativos nas igrejas da Galácia, criando nos crentes uma atitude quase contrária ao evangelho. Nada menciona da carta que escreveu aos gálatas para lhes explicar o evangelho mais uma vez, com o objetivo de evitar que aceitem uma perversão do evangelho (Gl 1:6, 7).

Sempre concentrado no melhor e em harmonia com a ajuda material que lhes pede para sua planejada viagem à Espanha, conta-lhes sobre a generosidade que os cristãos de Macedônia e Acaia manifestaram para com os pobres de Jerusalém.

“Agora, porém, estou de partida para Jerusalém, a serviço dos santos. Pois a Macedônia e a Acaia tiveram a alegria de contribuir para os pobres dentre os santos de Jerusalém” (15:25, 26, NVI). Três coisas a respeito desta oferta merecem destaque:

1. Os irmãos deram de boa vontade, voluntariamente. “Tiveram prazer nisso”, diz Paulo (15:27a, NVI). Não houve qualquer coerção na solicitação da oferta porque eles deram espontaneamente, com alegria. A espécie de alegria que produz prazer espiritual e satisfação emocional. Os doadores de Macedônia e Acaia não sentiram nenhuma dessas moléstias psíquicas tão próprias da pessoa forçada a fazer alguma coisa que, por pressão, sente-se obrigada a realizar o que não deseja.

2. A oferta, na realidade, era obrigação dos cristãos. “Tiveram prazer nisso, e de fato são devedores aos santos de Jerusalém” (15:27a, b, NVI). Como a obrigação de pagar uma dívida. Inevitável. Quem se omite de uma obrigação dessa espécie comete uma injustiça. Contra quem? Não contra a pessoa que precisa da ajuda. Contra Deus que, através da ação executada por um servidor Seu, deseja ajudá-la. Terrível coisa é reduzir a generosidade de Deus pela ausência do ato generoso que Ele espera dos crentes.

3. A oferta generosa é uma obrigação espiritual, por um dom espiritual. “Porque, se os gentios têm sido participantes dos valores espirituais dos judeus, devem também servi-los com bens materiais” (15:27c).

A dívida era por bens espirituais recebidos que impunham uma obrigação espiritual. Mas o pagamento tinha que ser material. Por que não um pagamento espiritual também? Porque a dívida estava relacionada com a necessidade atendida. Os gentios necessitavam do evangelho, sem o qual, não haveria salvação para eles. Os crentes judeus de Jerusalém, na condição de extrema pobreza, por causa das condições adversas que prevaleciam nessa cidade, tinham necessidades materiais. Não necessitavam do evangelho porque já o tinham e criam nele. Possuíam fé. Pão era o que eles não tinham. Não era possível aos gentios cumprir o serviço que lhes deviam, dizendo-lhes: “Creiam em Cristo.” Eles já acreditavam. Nada adiantaria se somente lhes falassem palavras vazias.

Tiago esclarece muito bem: “Se um irmão ou irmã estiver necessitando de roupas e do alimento de cada dia e um de vocês lhe disser: ‘Vá em paz, aqueça-se e alimente-se até satisfazer-se’, sem porém lhe dar nada, de que adianta isso?” (Tg 2:15, 16, NVI).

Há mais espiritualidade na oferta material de um cristão do que em todas as suas palavras, aparentemente espirituais, mas vazias. “Devíeis, porém, fazer estas coisas, sem omitir aquelas!”, disse Jesus certa vez. Embora falasse de outro assunto, Sua aplicação ao tema da dívida espiritual que se paga com serviço material parece correta.

Em seguida, Paulo fala pela segunda vez de sua visita a Roma, em viagem à Espanha. Ele os visitará com a abundante bênção de Cristo e com muita alegria. Referindo-se novamente à luta em que se encontra, pede: “Rogo-vos, pois, irmãos, por nosso Senhor Jesus Cristo e também pelo amor do Espírito, que luteis juntamente comigo nas orações a Deus a meu favor; para que eu me veja livre dos rebeldes que vivem na Judeia, e que este meu serviço em Jerusalém seja bem aceito pelos santos” (15:30, 31).

O texto faz uma referência à Trindade e Sua participação na vida dos crentes. Jesus Cristo é o Senhor, próximo a todos os crentes. O Espírito Santo os ama e certamente os ajuda em tudo o que, necessitando, peçam a Deus. E o Pai livra os cristãos de toda destruição eterna que seus inimigos queiram lhes acarretar.

Paulo encerra a primeira parte de sua conclusão, dizendo: “O Deus de paz seja com todos vocês. Amém.” (15:33, NVI). Deus concede a paz para que o pecador esteja em harmonia com Ele pela fé, e para que, agora crente, também esteja em harmonia com seus semelhantes. A paz de Deus concentra em si todas as bênçãos de Deus, todas as relações do crente, todas as suas expectativas e todas as promessas divinas. Quem possui a paz de Deus tem tudo. Nada lhe falta.

Saudações e advertências relacionadas com o evangelho (16:1-23)

Chegamos à segunda parte da conclusão. Na primeira, Paulo explicou sua relação com o evangelho como pregador. Um pregador sem

férias. Pregou durante toda sua vida, desde sua conversão. Abrangeu um extenso território, desde Jerusalém, incluindo toda a Ásia Menor e a península dos Bálcãs até a Ilíria, na Europa. Concentrou toda sua vida, passada, presente e futura, na pregação do evangelho. Nenhuma outra coisa lhe era mais atraente.

A segunda parte contém saudações para várias pessoas, seus antigos conhecidos, agora membros da igreja cristã de Roma. Ele utiliza essas saudações para estabelecer o vínculo que todos os crentes devem ter com o evangelho. Uma relação de participação ativa. Identidade com o evangelho, ao ponto de integrar a vida a ele de tal modo que inclua as ideias, atitudes, ações e posses.

Paulo divide esta seção em três partes: uma, dedicada às pessoas que ajudaram na pregação do evangelho; outra, aos inimigos do evangelho que não serviram ao Senhor; e a terceira, aos seus próprios colaboradores que eram tão dedicados à pregação do evangelho, como ele o era.

Saudações a várias pessoas que auxiliam na pregação (16:1-16)

O apóstolo recomenda uma pessoa à igreja de Roma e envia saudações a outras vinte e seis pessoas, duas famílias e três igrejas do lar. Aconselha que se saúdem uns aos outros e integra a igreja global à saudação.

Recomendação (16:1, 2). Paulo não se esquece de ninguém. Muito menos de alguém que se havia identificado com os pregadores do evangelho, com o próprio evangelho e a igreja, à semelhança de Febe.

Aos cristãos de Roma, escreveu: “Recomendo-vos a nossa irmã Febe, [diaconisa] que está servindo à igreja de Cencreia” (16:1). Com a expressão “recomendo-vos”, Paulo quer dizer: “Eu conheço Febe. Ela vive em Cencreia, o porto leste de Corinto, onde eu me encontro agora, localizado apenas a sete quilômetros daqui. É diaconisa da igreja cristã que existe nessa cidade. É pessoa de total confiança. Ela terá dificuldades ao chegar a Roma. Não lhe será fácil encontrar pousada e tudo o mais que precisar para a viagem. Por favor, recebam-na. Atendam-na bem. Não a deixem à sua própria sorte, que pode ser muito desfavorável.”

Ele afirma: “Peço que a recebam no Senhor, de maneira digna dos santos, e lhes prestem a ajuda de que venha a necessitar; pois tem sido de grande auxílio para muita gente, inclusive para mim” (16:2, NVI).

Essa recomendação inclui alguns assuntos que os simpatizantes da controvérsia e da discussão podem utilizar com objetivos muito diferentes dos que Paulo teve quando lhes escreveu, e alguns o fizeram.

1. Diaconisa da igreja de Cencreia. Quem era Febe, na realidade? Acaso, ministra do evangelho à semelhança de Paulo, Tito ou Timóteo? Uma pessoa que, em Cencreia, desempenhava o ofício de diaconisa segundo a descrição que Paulo faz desse ofício a Timóteo? Uma servidora em geral, eficiente e dedicada, serviçal e voluntária, como todos os cristãos devem ser? Todas essas possíveis leituras do texto foram feitas no passado e continuam sendo feitas hoje. Suponho que, no futuro, continuarão existindo partidários de todas elas. Quem tem razão? Isso não importa. O importante é o que Paulo quis dizer.

Começemos com a primeira ideia. Teria dito Paulo que Febe era ministra do evangelho, pastora da igreja de Cencreia? Uma leitura feminista chega facilmente a essa conclusão. Mas a base disso no pensamento paulino é muito frágil. Paulo utiliza o termo “diácono” para se referir aos magistrados, a Cristo, aos anjos satânicos e aos falsos apóstolos (Rm 13:4; 15:8; 2Co 11:14, 15; 11:18). Nenhuma dessas referências servirá de base para dar a Febe o ofício de pastora.

Às vezes, Paulo se refere a si mesmo ou a alguns de seus coobreiros como diácono. Seria essa a base para considerar que Febe era pastora de Cencreia?

Em relação com a controvérsia que dividiu os cristãos de Corinto em seguidores de Paulo, de Apolo e de Cefas, ele escreveu o seguinte: “Pois quando alguém diz: ‘Eu sou de Paulo’, e outro: ‘Eu sou de Apolo’, não estão sendo mundanos? Afinal de contas, quem é Apolo? Quem é Paulo? Apenas servos (diáconos) por meio dos quais vocês vieram a crer, conforme o ministério que o Senhor atribuiu a cada um” (1Co 3:4, 5, NVI).

Não há aqui nenhuma relação entre o termo diácono e o ofício pastoral. Tudo o que Paulo procura fazer é mostrar que os pregadores

do evangelho, ministros ou não, são servos de Cristo. Nada há aqui que permita dizer que Febe, por ser diaconisa, era pastora.

Em outro momento, dirigindo-se aos próprios cristãos de Corinto que, aparentemente, questionaram a competência do seu ministério, Paulo disse: “Tal é a confiança que temos diante de Deus, por meio de Cristo. Não que possamos reivindicar qualquer coisa com base em nossos próprios méritos, mas a nossa capacidade vem de Deus. Ele nos capacitou para sermos ministros (diáconos) de uma nova aliança, não da letra, mas do Espírito; pois a letra mata, mas o espírito vivifica” (2Co 3:4-6).

Paulo diz que o ministro, o pastor, é um diácono (servidor). Não diz que o diácono é um ministro no sentido de pastor. Tampouco essa referência serviria para dizer que, por ser chamada de diaconisa, Febe tenha sido pastora.

Algo parecido ocorreu quando Paulo, diante dos próprios coríntios, defendeu o prestígio de seu ministério, dizendo-lhes: “Não dando nós nenhum motivo de escândalo em coisa alguma, para que o ministério [diaconia] não seja censurado. Pelo contrário, em tudo recomendando-nos a nós mesmos como ministros [diáconos] de Deus” (2Co 6:3, 4).

Essa descrição de seu ministério e as que, nos mesmos termos, apresenta aos efésios e aos colossenses (Ef 3:7, 8; Cl 1:23-25) como serviço, e o fato de se chamar servo de Deus, para mostrar que não adotou uma atitude de comando, mas de serviço, dificilmente podem ser utilizados como base para dizer que, cada vez que Paulo se refere a alguém como diácono ou diaconisa, está dizendo que essa pessoa cumpre o ofício pastoral na igreja. Assim deve ser também a leitura dos textos em que Paulo chama de diáconos alguns de seus colaboradores: Tríquico, Epafras e Timóteo (Ef 6:21; Cl 1:7; Fp 1:1; 1Ts 3:2; 1Tm 4:6). A ênfase não está na hierarquia do ofício pastoral, mas na característica de serviço à comunidade dos crentes. Serviço que os crentes também devem prestar uns aos outros.

Essas são todas as oportunidades em que Paulo utiliza o termo diácono, exceto quando escreve a Timóteo, explicando-lhe as características que devem ter os que exercem a função de diácono.

“Os diáconos igualmente devem ser dignos, homens de palavra, não amigos de muito vinho nem de lucros desonestos. Devem apegar-se ao ministério da fé com a consciência limpa. Devem ser primeiramente experimentados; depois, se não houver nada contra eles, que atuem como diáconos. As mulheres igualmente sejam dignas, não caluniadoras, mas sóbrias e confiáveis em tudo. O diácono deve ser marido de uma só mulher e governar bem seus filhos e sua própria casa. Os que servirem bem alcançarão uma excelente posição e grande determinação na fé em Cristo Jesus” (1Tm 3:8-13).

Poderia Febe ter cumprido essa função na igreja de Cencreia? Possivelmente. Era um ofício restrito à igreja local, que dava ao diácono a responsabilidade da visitação aos enfermos, da ajuda aos pobres e, talvez, também da supervisão financeira da igreja. Está de acordo com isso a frase paulina que descreve Febe como diaconisa da igreja de Cencreia. O apóstolo não usaria essa designação se estivesse se referindo a ela como pastora, ofício esse que transcendia os limites da igreja local, como Paulo demonstra ao falar a Tito sobre seu ministério.

“Por esta causa, te deixei em Creta, para que pusesses em ordem as coisas restantes, bem como, em cada cidade, constituíesses presbíteros, conforme te prescrevi” (Tt 1:5).

2. A ajuda que Febe prestava. Febe era uma cristã muito serviçal, sempre disposta a ajudar a todos em qualquer momento.

Paulo dá testemunho dela, dizendo: “Pois tem sido de grande auxílio para muita gente, inclusive para mim” (16:2 ú.p., NVI). Essa descrição que Paulo faz de Febe resolve de uma só vez todos os problemas apresentados em parágrafos anteriores. No texto paulino, a palavra grega *prostatís* indica a ajuda que Febe prestava. Essa palavra aparece somente uma vez em todo o Novo Testamento. Não há outra referência, a não ser no contexto desta mesma ocasião, que ajude a entender o sentido dado por Paulo. Em grego, era usado em dois sentidos: primeiro, cuidar ou ajudar; segundo, dirigir ou presidir. No primeiro caso, referia-se a uma pessoa possuidora de muitos bens, que ajudava financeiramente a outras que necessitassem desse tipo de ajuda. No segundo caso, referia-se a uma pessoa

que exercia função através da qual liderava outros. Em qual sentido Paulo a empregou? Disse que Febe era a líder principal da igreja que se encontrava em Cencreia? Dificilmente. Nesse caso, Paulo também havia sido um de seus liderados, pois diz que ela serviu como auxílio para muitos: “Inclusive para mim.”

Líder de Paulo? Não existe maneira de explicar isso de forma razoável e com credibilidade. Se entendemos que Paulo se refere a Febe como pessoa rica, boa cristã, de coração bondoso, que tomou sobre si a responsabilidade de atender a muitos cristãos em viagem, ao passar pelo porto de Cencreia, um dos mais movimentados da Grécia naquela época, tudo se torna facilmente compreensível. Paulo também havia sido objeto da bondade dela. Como todos os demais, podia facilmente reconhecê-la como sua benfeitora. Agora que ela chegava a Roma, de viagem, podia recomendar que a tratassem com a mesma bondade que ela havia demonstrado aos viajantes cristãos que também haviam passado por Cencreia. Pode haver objeção de que ela, por ser rica, não necessitava dessa ajuda. Paulo não está interessado em economizar alguns gastos. Esse não era o tema. Seu interesse é exclusivamente espiritual. Quer que a recebam como um membro da igreja deve ser recebido.

“Como convém que seja feito entre os irmãos da fé”, diz Paulo. Ou entre os santos. Era Febe a pastora da igreja em Cencreia? Certamente, não. Era diaconisa? Não está claro. No entanto, está muito claro que era cristã fiel, benfeitora de muitos, incluindo Paulo, a quem havia ajudado com seus próprios recursos porque isso era conveniente fazer com os irmãos da fé, todos muito comprometidos com a pregação do evangelho.

Saudações (16:3-15). Paulo envia saudações a vinte e seis pessoas, duas famílias e três igrejas do lar. Todos os pedidos à igreja de Roma, para que preste uma saudação aos nomes mencionados, estão no imperativo. Constituem uma ordem à igreja.

“Saúdem”, conclama Paulo. Literalmente, significa: “Abraçam, aproximem-se delas, desejem-lhes o bem.” Em seguida, ele dá os nomes das pessoas e assim, sucessivamente, vai repetindo a ordem cada vez que menciona uma pessoa ou várias. Dezessete vezes.

A primeira saudação é para Priscila e Áquila, seus colaboradores na pregação do evangelho, tão fiéis a ele que lhe salvaram a vida, motivo de muita gratidão de sua parte e de todas as igrejas gentílicas. Quando isso aconteceu? Não sabemos com exatidão. Pode haver sido no tumulto que ocorreu em Éfeso (At 19:23-41).

Então, Paulo acrescenta: “Saúdem também a igreja que se reúne na casa deles” (16:5, NVI). Paulo menciona outras duas igrejas do lar. Uma se reunia em uma casa com Asíncrito, Flegonte, Hermes e Hermas (16:14), a respeito dos quais nada se sabe. Salvo que Hermes pode ter sido um escravo ou um liberto, porque tinha o nome mais comum entre os escravos. A outra se reunia com Filólogo, Júlia, Nereu e sua irmã, e Olimpás (16:15). Parece que os quatro primeiros constituíam uma família. Pai, mãe, um filho e uma filha, em cuja casa se reuniam Olimpás e outros santos.

Essa situação nos permite ver como as igrejas eram organizadas. Não tinham edifícios para se reunir. Situação altamente positiva para o crescimento da igreja. Não gastavam recursos em edifícios. Investiam-nos em pessoas às quais a pregação do evangelho era dirigida. Os membros, em sua maioria pobres, possuíam casas pequenas. As poucas casas de membros ricos podiam abrigar apenas umas setenta a oitenta pessoas. Por isso, as igrejas eram constituídas de pequenos grupos, muito dinâmicos e ativos, e o evangelho se expandia com rapidez. Quando o grupo crescia mais do que a casa em que se reuniam podia abrigar, o grupo se dividia. O crescimento era constante e equilibrado. Um modelo muito apropriado para os tempos escatológicos, quando, pela ação do Espírito Santo, o crescimento chegar a ser maior que a capacidade econômica da igreja.

Logo seguem outros crentes de Roma que Paulo havia conhecido pessoalmente na província romana da Ásia, na Grécia ou de outra maneira. Como no mundo antigo existia a tendência de colocar nomes nas pessoas de acordo com sua condição social, a relação de nomes revela que os membros da igreja em Roma provinham, em sua maioria, de gentios e judeus pobres, escravos e libertos ou descendentes de escravos. Havia uma pequena quantidade de ricos.

As duas famílias que Paulo menciona são a família de Aristóbulo e a de Narciso, aparentemente ricas (16:10, 11).

Aristóbulo pode ter sido o irmão do rei Agripa I. Nunca ocupou cargo público, mas chegou a Roma com seu irmão, o rei. Veio como refém, e faleceu no ano 48 ou 49. Pode ser que sua família tenha sido composta por seus descendentes ou por seus escravos. Crê-se que ele é a pessoa a quem Paulo se refere, porque seu nome era muito estranho, difícil de ser encontrado em Roma. Herodião, o nome seguinte mencionado pelo apóstolo, era parente de Paulo, portanto judeu. Era um escravo liberto que havia servido a um dos Herodes. Na literatura da época, não existe nenhuma outra pessoa com esse nome em Roma.

Narciso era um escravo liberto muito conhecido que havia servido ao imperador Cláudio. Era proverbialmente rico, de muita influência e muito ativo em todas as intrigas do palácio. Foi morto por Agripina, esposa de Nero, por volta do ano 54 ou 55 d.C., pouco depois que este ocupou o trono. Sua família e seus bens ficaram sob o controle do imperador, mas conservaram o seu nome.

“Saúdem os da casa de Narciso”, diz Paulo, “que estão no Senhor” (16:11b, NVI).

Ao finalizar a lista de vinte e seis pessoas, como última ordem, Paulo diz à igreja de Roma: “Saudai-vos uns aos outros com ósculo santo” (16:16a).

No mundo antigo e muito mais em Israel, era costume beijar-se no momento da saudação. Uma aproximação afetiva. Um modo físico de expressar o profundo desejo do coração. O melhor desejo, o mais espiritual, o que uma boa pessoa pode sentir para com outra da mesma espécie. Paulo o chama de ósculo santo. Uma afetuosa comunicação de santas emoções, nas quais o desejo de paz e prosperidade com as bênçãos de Deus constituía seu ingrediente principal.

Integração (16:16b). Finalmente, a integração de todos os fiéis. Os que viviam em Roma estavam integrados aos fiéis de terras distantes. Mesmo sendo eles desconhecidos para a maioria dos crentes romanos, eram todos crentes em Cristo Jesus. Fervorosos na fé, fiéis à missão. “Todas as igrejas de Cristo enviam-lhes saudações”, conclui Paulo (16:16b, NVI).

Advertências contra os falsos mestres (16:17-20)

Concluídas as saudações, Paulo coloca em sua carta uma advertência, não muito extensa, mas importante. Apresenta-a em forma de súplica. “Rogo-vos, irmãos, que noteis bem aqueles que provocam divisões e escândalos, em desacordo com a doutrina que aprendestes” (16:17a). Destacam-se dois graves males: *dividir a igreja e ensinar heresias*.

Paulo se refere à *divisão por dissensão*. Aparentemente é a de menor gravidade de todas as dissensões porque significa apenas rejeitar a forma como a igreja é conduzida, fazendo oposição aos objetivos definidos. Mas, na realidade, essa atitude é muito grave. É verdade que na igreja existe liberdade de opinião, e esta liberdade está baseada na maneira como Deus criou o ser humano: livre. Com livre arbítrio, com liberdade para escolher, capacitado para tomar decisões morais livres. Mas a dissensão não é o exercício da liberdade para se expressar. É o vício da contradição. Repetido e defendido, o vício da contradição se torna obstinação, o pecado do egoísmo e orgulho. É algo muito grave na igreja, cujo centro não está no individualismo egoísta, mas na unidade dos crentes para a ação missionária integrada, cujas estratégias e objetivos têm que ser aceitos por todos, sem dissensão.

A *heresia* à qual Paulo se refere aqui não é a substituição de uma doutrina verdadeira, baseada na revelação de Deus, por uma doutrina de criação pessoal, errônea, que destrói o respeito a Deus e à igreja. Quando se apresenta de forma direta, a heresia é detectada facilmente, e os fiéis podem rejeitá-la sem maior dificuldade. Paulo fala de outra heresia. Chama-a de armadilha. Uma armadilha utilizada pelos caçadores de animais, feita de um pedaço de pau ou de uma peça dissimulada, para que, ao pisar sobre ela, o animal a desarme e fique preso por sua própria ação.

A base desse tipo de heresia é o escândalo. Não há processo racional em seu desenvolvimento. Somente emoção, a mais perigosa das emoções negativas porque se apresenta sempre de forma camuflada. O herege se apresenta como vítima, como ofendido por um ensinamento errôneo da igreja. Sua proposição é a defesa doutrinária

de algo melhor. A apostasia não está nele. Está na igreja. A única coisa que ele está fazendo é ajudar os membros mais fiéis, os mais santos, para que retornem ao ensinamento correto.

Mas os hereges não sabem qual é o ensinamento correto. Pensam que aquilo que é ensinado por eles provém de Deus. Entretanto, o que provém de Deus, por revelação divina, foi transmitido a Seus santos, profetas e apóstolos, os quais as escreveram para nosso ensino.

Com respeito aos falsos mestres, Paulo também instruiu Timóteo, dizendo: “Mas os homens perversos e impostores irão de mal a pior, enganando e sendo enganados. Tu, porém, permanece naquilo que aprendeste e de que foste inteirado, sabendo de quem o aprendeste e que, desde a infância, sabes as sagradas letras, que podem tornar-te sábio para a salvação pela fé em Cristo Jesus. Toda a Escritura é inspirada por Deus e útil para o ensino, para a repreensão, para a correção, para a educação na justiça, a fim de que o homem de Deus seja perfeito e perfeitamente habilitado para toda boa obra” (2Tm 3:13-17).

O que os fiéis devem fazer com os sediciosos e com os hereges?

1. Afastar-se deles. Paulo é muito direto e conclusivo. Não dá espaço para qualquer tipo de acordo com sediciosos nem com hereges. “Afastem-se deles. Pois essas pessoas não estão seguindo a Cristo, nosso Senhor, mas a seus próprios apetites. Mediante palavras suaves e bajulação, enganam o coração dos ingênuos” (16:17b, 18, NVI).

Com respeito aos sediciosos, deu a Tito a seguinte instrução: “Quanto àquele que provoca divisões, advirta-o uma primeira e uma segunda vez. Depois disso, rejeite-o” (Tt 3:10, NVI). Deve-se evitá-lo sem violência, mas sem vacilar. Rejeitá-lo com cortesia, como quem roga à semelhança de um mendigo, porém sem mendigar. Não se deve prestar nenhuma atenção a suas insinuações. É necessário afastar-se dele, sem nenhum peso de consciência porque a separação foi provocada pela dissensão dele, não por atitudes do crente. “Pois sabes que tal pessoa está pervertida, e vive pecando, e por si mesma está condenada” (Tt 3:11).

2. Obediência, prudência e pureza. Além de rejeitar os sediciosos e hereges, Paulo chama a atenção para a obediência como atitude muito apropriada para evitar contaminar-se com eles. Mas não

é suficiente. Prudência e pureza também são necessárias. “Pois a vossa obediência é conhecida por todos; por isso, me alegro a vosso respeito; e quero que sejais sábios para o bem e símplices para o mal” (16:19).

Primeiramente, Paulo disse aos romanos que não dessem ouvidos aos sediciosos nem aos hereges. Agora, os aconselha a ouvir a Deus. É como se lhes dissesse: “Ouçam a Deus. Ele fala a vocês através das Escrituras e por meio dos apóstolos. Transformem todos esses ensinamentos em ações de vida. Assim deve ser a obediência de vocês. Só lhes falta acrescentar sábia prudência que lhes permita descobrir os ardis usados pelos inimigos de Deus e da igreja, com os quais pretendem enganá-los. Não se deixem enganar, eles são muito astutos. Mas, não se detenham apenas no plano dos assuntos intelectuais, nem somente nas questões ideológicas que eles apresentam. Reajam. Façam alguma coisa. O quê? O bem. Porém, façam-no, com sabedoria, pois assim desfrutarão do verdadeiro prazer espiritual resultante do exercício do bem. Ninguém que esteja feliz fazendo o bem, em plena obediência a Deus, pode ser enganado.”

De fato, é como se suas palavras fossem: “Existe ainda algo mais que vocês podem fazer. Além de rejeitar os sediciosos, expulsar os hereges, obedecer à palavra de Deus, descobrir o engano com prudência espiritual, além de fazer o bem com sabedoria, precisam rejeitar o mal com inocência. Sejam puros. Retos. Limpos. Não permitam que nenhum mal seja adicionado às ações de vocês. Lembrem-se de que a união do mal com o bem é sempre má. E não se esqueçam de que a consciência turva anuvia o entendimento. Unicamente a pura inocência produz clareza espiritual para distinguir o engano. Somente a pureza de intenções gera a união da vontade própria com o Espírito Santo para rejeitar o mal. Se vivessem sempre com Deus, jamais seriam arrastados por qualquer sedicioso, nem jamais seriam enganados por nenhum herege. Nem mesmo pelo próprio demônio.”

“E o Deus da paz, em breve, esmagará debaixo dos vossos pés a Satanás. A graça de nosso Senhor Jesus seja convosco” (16:20).

Saudações de seus companheiros e colaboradores (16:21-23)

Em sua conclusão, Paulo acrescenta as saudações de seus companheiros de trabalho. Alguns como Timóteo e Tércio são coobreiros. Outros são parentes. Há também fiéis membros da igreja, como Gaio. Em sua casa, onde havia uma igreja do lar, ele hospedava Paulo. Outro membro citado é Erasto, o tesoureiro da cidade, com seu irmão Quarto. Todos estavam identificados com Paulo e com a pregação do evangelho, como colaboradores do Senhor.

Os que ajudaram a Paulo e seus companheiros serviram ao Salvador e à pregação do evangelho em uma relação de compromisso total com ele. Os inimigos do evangelho causaram divisões à igreja e atuaram contra a doutrina. E os que colaboraram diretamente com Paulo se identificaram com todos os cristãos membros da igreja, incluindo os crentes de Roma. Poderia ser diferente? Impossível! O verdadeiro crente adquire uma nova forma de vida e um novo ser. Cristo é o centro de sua existência. O evangelho, a maior motivação de sua vida.

Bênção e doxologia (16:25-27)

A última coisa que Paulo escreveu em sua epístola aos Romanos, em forma de bênção e doxologia final, também está vinculada com o tema geral da carta: o evangelho. Ele apresenta três aspectos: o evangelho como mistério, como revelação e como conhecimento, visando a um objetivo: a obediência à fé.

O evangelho como mistério (16:25)

Segundo Paulo, o Deus eterno ocultou Seu mistério durante longos séculos (16:25). Que mistério é esse? Não é o mistério dos pagãos, cujo conhecimento era destinado somente aos sacerdotes e aos iniciados. O povo permanecia sempre na ignorância, sujeito às manipulações dos líderes que tinham conhecimento. Deus não é um deus de manipulações. É um Deus de clareza e nEle reside a luz. Ilumina os que vivem em trevas e dissipa a escuridão da mente humana para que todos vivam em Sua luz. No que depender de Deus,

somente permanece nas trevas aquele que, amando mais as trevas do que a luz, rejeita a obra do Salvador.

Paulo chama de mistério o propósito que Deus sempre teve desde a eternidade, de salvar os pecadores. O evangelho. Assim, Paulo termina a carta como a começou: apresentando o evangelho. Deus o manteve oculto desde o tempo anterior à entrada do pecado. Mas tão logo Adão e Eva pecaram, Ele lhes anunciou o plano de salvação, abrindo-lhes um caminho de retorno à vida que, por seu pecado, haviam perdido. A provisão de Deus era semelhante à Sua previsão, porque a onisciência de Deus sabe todas as coisas que ocorrerão como se já houvessem ocorrido. Planejou tudo, sabendo tudo. Para Deus não há surpresas, e o pecado já estava resolvido para Ele, antes de sua ocorrência. O evangelho existiu antes da própria existência do pecado. Faltava somente ser revelado.

O evangelho como revelação (16:26a)

Com o surgimento do pecado, chegou o tempo da revelação. Por isso, Paulo diz: “Agora, se tornou manifesto e foi dado a conhecer por meio das Escrituras proféticas, segundo o mandamento do Deus eterno” (16:26a).

O evangelho não começou a ser manifestado nos escritos dos apóstolos, no Novo Testamento. Já havia sido revelado no Antigo Testamento. Isso ocorreu em harmonia com a ordem do Deus eterno. O plano da salvação nasceu na mente de Deus. Por Sua própria iniciativa e autoridade, Ele o revelou aos profetas. Deus está no controle de tudo. Tudo se resolve pelo poder de Sua divina, magnânima e abundantemente generosa vontade.

Sem a iniciativa divina, não há revelação. Por isso, a revelação do evangelho constitui uma revelação de Sua vontade, da qual Paulo extrai dois claros elementos. Primeiro, Deus quer que o evangelho seja conhecido e, segundo, que os pecadores, ao conhecer o evangelho, obedeçam à fé.

O evangelho como conhecimento para obediência (16:26b, 27)

Deus deu a conhecer o ministério a todas as nações para que cumpram a “obediência da fé” (16:26b). Em uma visão universal

do evangelho, Paulo diz que Deus convoca a mente de todos os seres humanos ao conhecimento do evangelho, para descobrir o que nenhum deles havia pensado antes. É como um convite para uma festa cuja realização ninguém foi capaz de prever, nem de pensar em assistir. Agora, descubrem que o convite é universal.

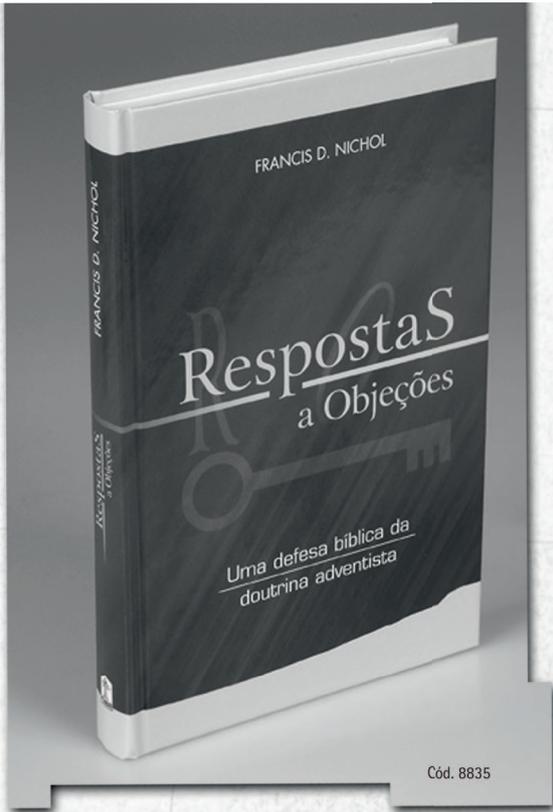
Todos são convidados, mas ninguém é obrigado a assistir. De fato, nem todos a assistirão. Por quê? Porque nem todos estarão de acordo com o objetivo da festa. O evangelho tem um objetivo: a salvação de todos os que crerem, conforme Paulo expressou no próprio início da carta. “Visto”, ele escreveu, “que a justiça de Deus se revela no evangelho, de fé em fé, como está escrito: O justo viverá por fé” (1:17).

Nas últimas palavras, ele especifica um pouco mais o que significa viver pela fé. Significa obedecer à fé. Dar-lhe ouvidos. Escutar suas indicações e segui-las. Viver o estilo de vida da fé. Pela fé, o pecador ouve a Deus e nEle se reclina. Descansa nEle. Confia nEle. Submete-se a Ele. A submissão de fé somente é comparável à submissão por amor. Ao mesmo tempo em que entrega as emoções, entrega também a vontade, estabelecendo com Deus uma integração de fé tão inquebrantável como a própria vontade fortalecida pelo poder do Espírito Santo. Paulo chama essa experiência de obediência da fé. Esse é o objetivo do evangelho.

Finalmente, o louvor a Deus: Puro e grandioso. Simples e completo. Humilde, com a humildade do pecador arrependido; e divino, com a divindade inteira de Deus e de Jesus Cristo.

“Ao único Deus sábio seja dada glória para todo o sempre, por meio de Jesus Cristo. Amém!” (16:27, NVI).

Novamente, Paulo destaca Deus e o evangelho, que se refere ao Filho. Novamente, o poder do evangelho. Novamente, a pregação sobre Jesus Cristo. Novamente, a glória de Deus que veio a nós na manifestação visível do Redentor e retorna a Deus no louvor dos redimidos. O evangelho originou-se em Deus, na pessoa de Jesus, como ato de salvação; e retorna a Deus, na pessoa dos redimidos, como jubiloso louvor para a vida eterna.



Cód. 8835

Para explicar de forma convincente as razões da sua fé

Este livro, um clássico da literatura adventista, traz uma defesa equilibrada das doutrinas adventistas distintivas. Responde a 109 objeções levantadas ao longo de anos, envolvendo temas como a lei, o sábado e o santuário, e mostra a verdadeira perspectiva bíblica. Os argumentos, em tom não polêmico, são convincentes. Com esta obra, você terá um ótimo subsídio para explicar as razões de sua fé.

Ligue
0800-9790606*

Acesse
www.cpb.com.br

Faça seu pedido no
SELS de sua Associação

Ou dirija-se a uma
das Lojas da **CASA**



A Casa no Twitter: @casapublicadora

*Horários de atendimento: Segunda a quinta, das 8h às 20h
Sexta, das 8h às 15h45 / Domingo, das 8h30 às 14h.

Amplie sua compreensão sobre temas vibrantes da fé adventista



Cód. 11767

7177704416 - Carlos Souza - Imagem: Fotolia

Estamos apagando nossa relevância?

Como uma igreja pode perder sua vivacidade, utilidade e relevância? A resposta está na neutralização, ou esterilização, palavra relacionada à impossibilidade de reprodução. Este livro deve ser lido por todos os que se interessam pelo futuro do adventismo e o cumprimento da missão que Deus confiou à igreja remanescente.

Ligue
0800-9790606*

Acesse
www.cpb.com.br

Faça seu pedido no
SELS de sua Associação

Ou dirija-se a uma
das Lojas da **CASA**



A Casa no Twitter: @casapublicadora

*Horários de atendimento: Segunda a quinta, das 8h às 20h
Sexta, das 8h às 15h45 / Domingo, das 8h30 às 14h.

Visão clara sobre os ensinoss adventistas

Questões sobre Doutrina

Casa Publicadora Brasileira

Este livro foi escrito para apresentar ao mundo evangélico uma visão mais clara sobre os ensinoss adventistas, além de motivar a Igreja Adventista a refinar sua teologia em vários aspectos.

Ironicamente, o livro gerou muitos debates dentro da própria igreja. Agora, com o lançamento desta edição anotada em português, você tem a oportunidade de conhecer esta obra-prima da apologia adventista de maneira mais acessível.

Cód. 8473
Encadernado



7771/24418 - Carlos Souza

**Tenha
o seu!**

Ligue
0800-9790606*

Acesse
www.cpb.com.br



A Casa no Twitter: @casapublicadora

Faça seu pedido no
SÉLS de sua Associação

Ou dirija-se a uma
das Lojas da CASA

*Horários de atendimento: Segunda a quinta, das 8h às 20h
Sexta, das 8h às 15h45 / Domingo, das 8h30 às 14h.



Ellen White

O OUTRO PODER

Um livro indispensável para comunicadores modernos

Publicar é tornar público, acessível a todas as pessoas, e a religião tem tudo a ver com publicações. Ellen G. White, que utilizou tão bem a imprensa em seus dias, deixou importantes recomendações para os comunicadores modernos, as quais foram compiladas neste livro. *O Outro Poder* está agora disponível para multiplicar a eficácia da sua comunicação.



Cód. 11765

Ligue
0800-9790606*



A Casa no Twitter: @casapublicadora

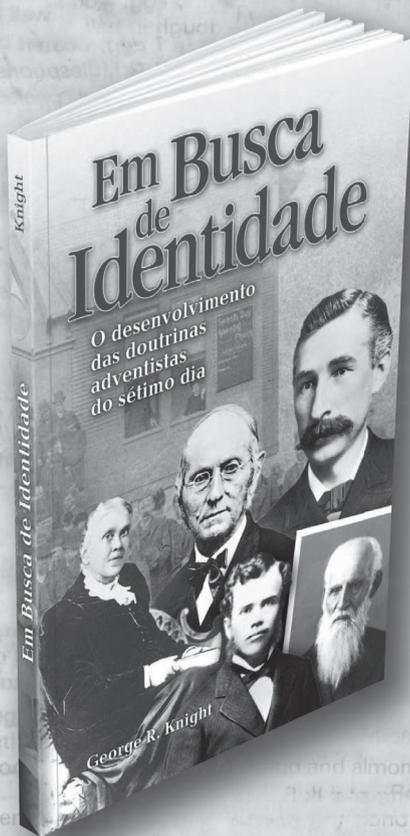
Acesse
www.cpb.com.br

Faça seu pedido no
SELS de sua Associação

Ou dirija-se a uma
das Lojas da CASA

*Horários de atendimento: Segunda a quinta, das 8h às 20h
Sexta, das 8h às 15h45 / Domingo, das 8h30 às 14h.





No livro *Em Busca de Identidade*, George Knight revela o desenvolvimento das correntes doutrinárias dentro do adventismo. Mostra como, ao longo dos anos, a controvérsia acabou gerando força, e o debate, consenso. Aponta as personalidades que moldaram a discussão e mostra como Deus tem conduzido o adventismo a uma compreensão mais ampla e profunda da verdade. Cód. 7623

**Adquira
hoje o seu!**

777724418 - Carlos Souza - Imagem: Shutterstock

Ligue
0800-9790606*

Acesse
www.cpb.com.br

Faça seu pedido no
SELS de sua Associação

Ou dirija-se a uma
das Lojas da **CASA**



A Casa no Twitter: @casapublicadora

*Horários de atendimento: Segunda a quinta, das 8h às 20h
Sexta, das 8h às 15h45 / Domingo, das 8h30 às 14h.

A epístola aos Romanos revela a incomparável graça de Cristo oferecida de forma abrangente a judeus e gentios. Este documento fundamental para a doutrina cristã reconhece a completa corrupção do gênero humano e ao mesmo tempo apresenta a realidade da salvação em que não há barreiras nem privilégios.

Neste volume, que integra a série “Comentário Bíblico Homilético”, o Dr. Mario Veloso analisa com destreza e sensibilidade o pensamento do apóstolo Paulo, em sua mensagem inspirada, cujos ensinamentos atravessam os séculos.

O Dr. Veloso, de origem chilena, tem servido à Igreja Adventista por muitos anos, em praticamente todos os níveis e tipos de ministério. Pensador profundo e amante da poesia, é autor de vários livros que têm sido uma bênção para a igreja, como esperamos que este também seja.

